

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA CAROLINA CAETANO TAVARES MOREIRA

GÊNERO E FEMINISMO PARA CRISTÃOS CAPIXABAS: UM ESTUDO DE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Vitória – ES

2020

ANA CAROLINA CAETANO TAVARES MOREIRA

**GÊNERO E FEMINISMO PARA CRISTÃOS CAPIXABAS: UM ESTUDO DE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
da Universidade Federal do Espírito Santo,
como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia, sob orientação da
Prof.^a. Dr.^a. Sabrine Mantuan dos Santos
Coutinho

Vitória – ES

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SÍBI/UFES e elaborada pelo autor

M835g Moreira, Ana Carolina Caetano Tavares, 1992-
 Gênero e feminismo para cristãos capixabas : Um estudo de
 representações sociais / Ana Carolina Caetano Tavares Moreira. -
 2020.
 253 f. : il.

 Orientadora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.
 Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal
 do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

 1. Representações sociais. 2. Feminismo. 3. Religião. I.
 Coutinho, Sabrine Mantuan dos Santos. II. Universidade Federal
 do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
 Título.

CDU: 159.9

ANA CAROLINA CAETANO TAVARES MOREIRA

**GÊNERO E FEMINISMO PARA CRISTÃOS CAPIXABAS: UM ESTUDO DE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Diemerson Saquetto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho

Professora Orientadora | Presidente da Banca Examinadora

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, 21 de setembro de 2020

Agradecimentos

Os caminhos que faço para alcançar meus objetivos nunca são assinados exclusivamente por mim. Presente nos mais altos montes ou nos vales mais sombrios, eu sei que nunca estive desacompanhada. Os “jogos” oficialmente estão terminando e quero deixar nos registros que minha fonte, colheita e herança são sempre Ele: É por causa dele, por meio dele, e para a glória dele. Obrigada, Deus;

À professora Dra. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, pela orientação fundamental na evolução deste trabalho e pela participação no meu desenvolvimento intelectual e acadêmico desde a graduação na UFF/Campos: sou grata por me inspirar e permanecer me incentivando e desafiando em tantos momentos. Todo ensinamento, troca de ideias, apoio e parceria, sem dúvidas, atravessam o apreço que eu adquiri pela Teoria das Representações Sociais e as pesquisas de gênero;

Aos professores Maria Cristina Smith Menandro e Diemerson Saquetto, pela disponibilidade em participar da minha banca de qualificação e agora também na banca de defesa: obrigada por gentilmente contribuírem com esse trabalho.

Ao meu marido, que expressa a imensidão da graça que está sobre mim, e durante esse tempo me deu suporte nos momentos de insegurança, e esteve sempre ao meu lado, me incentivando a prosseguir, celebrando cada conquista, viajando quase 500 km por diversas semanas só para ficar perto de mim no Espírito Santo, e tornando cada dia mais leve com o seu amor: Caio, essa pesquisa também é fruto das nossas conversas desde o tempo de namoradinhos, até as madrugadas que a gente ficou debatendo sobre o tema e os resultados da pesquisa no nosso apartamento de 55m². Obrigada pelas orações, pelo incentivo, pela escuta, pelo coração ensinável e a busca em produzir mudanças em você e ao seu redor. Você é uma pessoa incrível, amor, e a vida, com certeza, é melhor porque eu tenho você caminhando ao meu lado;

Aos meus pais, Cesar e Marcia, por sempre darem apoio, e serem um porto seguro para onde voltar e repousar. Obrigada, pai, por todas as caronas quando eu cheguei tarde de Vitória e por até me socorrer na BR101 nessas idas e vindas semanais. Em especial agradeço a você, mãe, pelo exemplo de “mulher empoderada” e por sempre investir na nossa educação: eu desejo que essa dissertação seja pelo menos um pouco de recompensa por todo investimento que você e papai nunca abriram mão de dar para nós. Seus “bens materiais” estão imbricados na educação de 3 filhos formados/formandos com muita qualidade nas Universidades Federais do Brasil, que só foram acessadas devido as políticas públicas e o constante investimento de vocês em nosso desenvolvimento.

À minha irmã Sâmela, minha grande amiga, por me ouvir, me ajudar a ser mais organizada (com os dados da pesquisa e com a vida), e por se tornar parte da minha equipe de pesquisa gastando um final semana inteiro no meio do seu período na faculdade pra viajar para outro estado e se dedicar ao meu trabalho;

Ao meu irmão Cesar e a minha cunhada Laís: obrigada pela amizade, pelas orações, por todo apoio que foi necessário durante esse tempo, e principalmente pelo presente mais lindo dessa vida: Maitê. Minha sobrinha nasceu no mesmo ano que comecei a jornada no mestrado e sem dúvidas foi o que tornou cada dia desse período “mais bonito desde que chegou”: Tia Carol ama você demais, Tetê;

Ao Clube da Luluzinha: Meninas, o tema desse trabalho surgiu após o nosso primeiro encontro acerca de empoderamento feminino para mulheres cristãs e ao longo de cada encontro do nosso clube eu me senti mais desafiada e chamada a escrever sobre gênero e sobre feminismo. Vocês são maravilhosas, mulheres fortes que me inspiram, e que eu tenho certeza que irão mudar o mundo. Agradeço em especial à amiga Claudia Marcia, pelo auxílio fundamental na etapa de organização dos dados, e a minha amiga Marina Guzzo, por assumir muitos “papéis” durante essa longa jornada, desde ir de

acompanhante no carro para evitar minha sonolência na estrada, até ser parte da minha equipe de pesquisa: obrigada pela sua reciprocidade e amizade, Marina;

Aos meus sogros Beto e Carmen por realmente me acolherem como filha, e tantas vezes me incentivarem e celebrarem essa conquista. Esse agradecimento também se estende aos meus cunhados Julio e Fran, e tantos outros familiares com os quais divido essa vitória;

Aos amigos do PGM DR e da JUV3, aos pastores e irmãos da PIB de Campos: obrigado pelas orações, compreensão, apoio e amor em toda essa caminhada;

Aos meus avós Manoel e Marlene, afinal esses últimos meses de mestrado foram mais desafiadores na organização do tempo, mas superabundantes em alegria por partilhar tantos momentos com vocês, seja no hospital ou nas nossas cantorias em casa;

Aos Pastores, Padres, líderes e membros de todas as comunidades cristãs que tive a oportunidade de conhecer, entrevistar e pesquisar: obrigada por me concederem seu tempo, espaço em suas igrejas e algumas vezes até o microfone em meio a suas reuniões coletivas;

À secretaria, coordenação, professores e colegas do PPGP/UFES: foi maravilhoso fazer parte desse programa e partilhar o dia a dia com pessoas tão incríveis que me inspiraram nesses anos de pós graduação;

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Bem, se o gênero é um conjunto de perguntas sobre como a diferença sexual está sendo definida e tentando ser entendida, então a religião é, certamente, um campo que se pode estudar com a lente crítica de gênero.” Joan Scott (Lemos, 2013, p. 164).

Resumo

A temática de gênero constitui um fenômeno amplamente discutido em diversos estudos nas áreas das ciências humanas e sociais ao longo dos últimos anos e, recentemente, tem tido seu debate aumentado nas mídias e redes sociais no cenário brasileiro, alcançando de forma mais direta também o cotidiano. Por se tratar de um tema hodierno, diretamente relacionado com o contexto cultural, político, econômico e social, a noção de gênero pode apresentar uma diversidade de significações nos mais diferentes espaços/contextos. Apesar disso, identifica-se o predomínio de uma visão mais tradicional a esse respeito entre diversos grupos, como é o caso dos grupos religiosos que, em geral, tem muito claramente definido o que é próprio para o homem e para a mulher. A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar as representações sociais (RS) de gênero e de feminismo de cristãos católicos e evangélicos (de diferentes denominações) residentes na região metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo. Para tanto, foram realizados dois estudos complementares. O primeiro estudo, que teve como objetivo identificar conteúdos de RS de gênero para cristãos praticantes e verificar se as significações e atitudes em relação a papéis sociais masculinos e femininos variam de acordo com a religião, a faixa etária e o sexo, contou com 257 participantes, de ambos os sexos, que responderam a um questionário estruturado com afirmações sobre características, atribuições e papéis de gênero. Os dados foram organizados e submetidos a análises estatísticas exploratórias descritivas com o auxílio do software SPSS. De maneira geral, identificou-se que ainda existem alguns traços que são mais fortemente associados às mulheres – como emotividade e cuidado – e outros que são mais atribuídos aos homens – como liderança e agressividade. Os resultados também apontaram possíveis avanços relacionados ao lugar de homens e mulheres no ambiente familiar e na esfera pública (trabalho e igreja). Apesar de tais avanços, algumas ‘resistências’ também foram evidenciadas, o que parece indicar que, entre os participantes, há uma coexistência entre noções mais modernas e outras mais tradicionais. O segundo estudo foi composto pela realização de entrevistas semiestruturada com 23 participantes que atuam como lideranças em igrejas/comunidades cristãs, e teve como objetivo investigar como esses indivíduos têm compreendido e vivenciado questões relativas à gênero e à feminismo, e verificar como se dá a produção das representações sociais sobre tais temas. O roteiro contou com questões sobre dados pessoais, significações de gênero e de feminismo, visão destas questões no meio religioso e em outros grupos de pertencimento, entre outras. Os

dados das entrevistas foram organizados em dois corpora, separados de acordo com os objetos (gênero e feminismo), a fim de alcançar uma análise mais minuciosa sobre cada um deles, e para tanto foi empregada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), com o suporte do software IRaMuTeQ. O corpus sobre gênero resultou em 5 classes e o corpus feminismo originou 6 classes. Em relação as RS de gênero, os resultados apontaram que as compreensões sobre ser homem e ser mulher se mostram ancoradas em papéis familiares / tradicionais e em aspectos de uma suposta “natureza” feminina e masculina; além disso, evidenciaram as apropriações e controvérsias que giram em torno da temática de gênero, de modo geral, e de outras mais específicas, como a questão da “ideologia de gênero”. Sobre as RS de feminismo, os resultados assinalam que, para a construção do campo representacional os participantes ancoram suas significações em movimentos que buscam transformações sociais, sejam essas avaliadas de forma positiva (como a igualdade salarial entre homens e mulheres) ou de forma negativa (como a igualdade entre homens e mulheres em ‘todos’ os sentidos), e objetivam o feminismo em elementos imagéticos como descaracterização mulher, destruição da família, entre outros. É importante ressaltar também que subgrupos constituídos pelas classes não apenas formaram categorias semânticas, mas também destacaram marcas da atividade representacional, e dessa forma, foi proposto como hipótese explicativa que essa diferenciação aconteceu em razão do discurso dos participantes acerca dos objetos de estudo recorrerem simultaneamente aos dois sistemas de pensamento propostos por Moscovici. Assim, o “estado de polifasia cognitiva” foi evidenciado nesta pesquisa, corroborando outras investigações recentes que enfocaram esse conceito. Por fim, a articulação dos estudos se deu considerando dois eixos de discussão: um sobre os avanços identificados e outro sobre as resistências à mudanças a respeito das questões de gênero e de feminismo. Espera-se que os achados dessa dissertação tragam contribuições para o entendimento de como os papéis sociais de gênero e a temática de feminismo tem sido entendidas por religiosos cristãos, e em alguma medida, também forneçam indicações sobre como tais questões têm sido entendidas na atual conjuntura brasileira de forma mais ampla.

Palavras-chave: gênero; feminismo; religião; representações sociais; TRS; polifasia cognitiva; Iramuteq.

Abstract

The gender thematic has been a widely discussed phenomenon in several studies in humanities and social sciences areas over the past few years and, recently, its debate has increased in social media and networks in Brazilian scenario, reaching more directly the daily routine. Whereas it is a modern theme, directly related to the cultural, political, economic, and social contexts, the notion of gender can present a diversity of meanings in the most different places/contextes. In spite of this, it is possible to identify the predominance of a more traditional view about this subject among different groups, as in the case of religious groups which, in general, have very clearly defined what is proper for men and for women. The present research had, as general objective, to investigate the social representations (SR) of gender and feminism to catholic and protestant Christians (of different denominations) who reside in the metropolitan region of Grande Vitória, Espírito Santo. For this purpose, two complementary researches were made. The first research, which aimed to identify gender SR content for practicing Christians and to verify if the meanings and attitudes towards male and female social roles vary according to the religion, age group and sex, was realized with 257 participants, of both sexes, who answered a structured questionnaire with assertions about gender characteristics, attributions and roles. The data were organized and submitted to descriptive exploratory statistical analysis drawing on the SPSS software. In general, it was identified that there are still some traits more strongly associated with women - such as emotionalism and care - and others more attributed to men - such as leadership and aggressiveness. The results also pointed out possible progresses related to the place of men and women in the family environment and in the public sphere (work and church). Despite these progresses, some 'resistances' were also evidenced, which seems to indicate that, among the participants, there is a coexistence between more modern notions and some more traditional ones. The second research was composed by the execution of two semi-structured interviews with 23 participants who act as leaders in Christian churches/communities, and aimed to investigate how these individuals have been understing and experiencing points related to gender and feminism, and to verify how the social representations production of such topics takes place. The script exploited questions about personal data, meanings of gender and feminism, the perspective of these points in the religious entourage and in other belonging groups, and more. The interviewing data were organized into two corpora, splitted according to the objects (gender and feminism), in order to achieve a more

meticulous analysis of each of them, and for this purpose it was utilized the Descending Hierarchical Classification (DHC) and Correspondence Factorial Analysis (CFA), with the aid of the IRaMuTeQ software. The corpus about gender has resulted in 5 classes and the corpus about feminism has originated 6 classes. Regarding gender SR, the results showed that the understandings about being a man and being a woman are shown as anchored in familiar/traditional roles and aspects of an assumed female and male "nature"; furthermore, they highlighted the appropriations and controversies that revolve around the thematic of gender in general, and other more specific ones, such as the issue about "gender ideology". Concerning the SR of feminism, the results indicate that, for the construction of the representational field, the participants have anchored their significations in movements that seek for social changes, whether these are evaluated positively (such as equal paying for men and women) or negatively (such as equality between men and women in 'all' senses), and they aim the feminism at imagery elements such as the de-characterization of women, destruction of family, amongst others. It should also be emphasized that subgroups composed by classes not only formed semantic categories, but also highlighted marks of representational activity, and that way, it was proposed as an explanatory hypothesis that this distinction happened because of the participants' speech about the objects of the research resort simultaneously to both of the thinking systems proposed by Moscovici. Thus, the "state of cognitive polyphasia" was evidenced in this research, confirming other recent investigations that focused on this concept. Finally, the articulation of the researches took place considering two axes of discussion: one about the progresses that were identified and the other about the resistance to changes regarding the issues of gender and feminism. It is expected that the findings of this master's dissertation will contribute to the understanding of how social gender roles and the thematic of feminism have been understood by Christian religious, and to some extent, that they also provide indications about how such issues have been understood in the Brazilian current scenario in a broad way.

Keywords: gender; feminism; religion; social representations; TRS; cognitive polyphasia; Iramuteq

Lista de Figuras

Figura 1 – Apresentação gráfica dos resultados (Estudo 1).....	66
Figura 2 – Dendrograma de classes corpus A (gênero) – etapas do processamento.....	125
Figura 3 – Dendrograma de classes corpus gênero – vocabulário.....	126
Figura 4 – Análise fatorial de correspondência – Corpus A (gênero).....	142
Figura 5 – Dendrograma de classes corpus B (feminismo) – etapas do processamento.....	144
Figura 6 – Dendrograma de classes corpus feminismo – vocabulário.....	145
Figura 7 – Análise Fatorial de Correspondência – Corpus B (feminismo).....	165
Figura 8 – Ser homem X Ser mulher.....	211
Figura 9 – RS de Gênero.....	212
Figura 10 – RS de Feminismo.....	215

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização geral dos participantes (Estudo 1).....	57
Tabela 2 – Resultados (Estudo 1).....	62
Tabela 3 – Versículos bíblicos utilizados como base para sentenças (40 a 47) incluídas na subcategoria “ <i>Deveres masculinos e femininos segundo as escrituras</i> ”.....	94
Tabela 4 – Caracterização dos participantes (Estudo 2).....	116

Lista de Quadros

Quadro 1 - Sensibilidade – Tabulação cruzada por sexo.....	68
Quadro 2 - Emotividade – Tabulação cruzada por denominação/religião.....	69
Quadro 3 - Ternura – Tabulação cruzada faixa por faixa de idade.....	70
Quadro 4 - Ternura – Tabulação cruzada por denominação/religião.....	71
Quadro 5 - Liderança - Tabulação cruzada por sexo.....	72
Quadro 6 - Agressividade como característica masculina - Tabulação cruzada por religião/denominação.....	73
Quadro 7 - Coragem - Tabulação cruzada sexo.....	75
Quadro 8 - Mulheres que têm filhos são mais felizes – Tabulação cruzada por faixa de idade x Sexo.....	76
Quadro 9 - Saber cozinhar - Tabulação cruzada religião/ denominação.....	77
Quadro 10 - Dever feminino de cuidar dos filhos e da casa – Tabulação cruzada religião/ denominação.....	78
Quadro 11 - Provisão – Tabulação cruzada religião denominação.....	79
Quadro 12 - Submissão - Tabulação cruzada religião/denominação.....	80
Quadro 13 - ‘O cabeça’ – tabulação cruzada religião/denominação.....	81
Quadro 14 - Os maridos devem liderar – Tabulação cruzada religião/denominação.....	82
Quadro 15 - Trabalho das mulheres condicionado às tarefas domésticas – Tabulação cruzada faixa de idade.....	84

Lista de Abreviaturas e Siglas

- AFC - Análise Fatorial de Correspondência
- CEB - Comunidades Eclesiais Eclesiais de Base
- CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
- CHD - Classificação Hierárquica Descendente
- ES - Espírito Santo
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPB - Igreja Presbiteriana do Brasil
- IPU - Igreja Presbiteriana Unida do Brasil
- IURD - Igreja Universal do Reino de Deus
- RS - Representações sociais
- ST - Segmentos de Texto
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TRS - Teoria das Representações Sociais

Sumário

Agradecimentos	3
Resumo	8
Abstract	10
Lista De Figuras.....	12
Lista De Tabelas	13
Lista De Quadros.....	14
Lista De Abreviaturas E Siglas	15
Apresentação	18
Introdução	22
Contextualizando As Noções De Gênero E De Feminismo.....	22
Cristianismo: Um Breve Panorama	29
O Cristianismo E O Âmbito Nacional.....	30
Gênero, Grupos Religiosos E Articulações Possíveis	37
Aporte Teórico-Conceitual: A Teoria Das Representações Sociais.....	42
Objetivos.....	53
Objetivo Geral	53
Objetivos Específicos (De Acordo Com Cada Estudo Desenvolvido)	53
Os Estudos Desenvolvidos.....	54
Estudo 1 – Papéis Sociais De Gênero Na Compreensão De Cristãos Do Estado Do Espírito Santo: Contribuições Da Trs	55
Método.....	55
Resultados.....	62
Análise/Discussão.....	85
Considerações Finais	109

Estudo 2 – Interpretações, Posicionamentos E Controvérsias Acerca De Gênero E Feminismo No Contexto Religioso: Um Estudo De Representações Sociais Com Lideranças Cristãs Capixabas.....	114
Método.....	114
Resultados.....	124
Discussão Dos Resultados.....	166
Considerações Finais	200
Articulando Os Estudos: Discussão Geral E Considerações Finais.....	204
Referências	218
Apêndices.....	244
Apêndice A – Questionário Sobre Papéis Masculinos E Femininos.....	244
Apêndice B - Roteiro De Entrevista Semiestruturada.....	248
Apêndice C – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE) – Estudo 2	250

Apresentação

As investigações que compõem esta Dissertação de Mestrado buscaram compreender como as temáticas de gênero e de feminismo têm sido entendidas em diferentes contextos da religião cristã, e como essas significações dão sentido às práticas sociais dos participantes de comunidades religiosas, ao mesmo tempo em que são produzidas/reforçadas por elas. O intuito foi de contribuir, de alguma forma, para a ampliação do conhecimento e do debate acerca das relações de gênero, fenômeno que, apesar de ser objeto de estudo de diversas áreas já há algum tempo, não se caracteriza como obsoleto e permanece sendo considerado tema atual e relevante nos debates acadêmicos, nas propostas políticas e, principalmente, no cotidiano de nossa sociedade.

Nos últimos tempos, no Brasil, as discussões sobre pautas relacionadas a gênero tornaram-se cada vez mais frequentes na mídia e em redes sociais. O contexto político vivenciado nos últimos anos potencializou a produção e divulgação em massa de informações através de mensagens, fotos e vídeos acerca de assuntos diversos, entre os quais destaca-se a questão da suposta tentativa de imposição de uma “ideologia” de gênero nas escolas por parte do Ministério de Educação (MEC) ao incluir no Plano Nacional de Educação (PNE) temas como educação sexual, combate a discriminações e promoção da diversidade de gênero e orientações sexuais. Tal expressão, que foi popularizada com uma conotação negativa, não encontra equivalência na literatura científica sobre gênero, e acabou gerando discussões e divisão de opiniões quanto a veracidade das notícias difundidas, além de confusão em relação ao significado do termo gênero. O fato é que são mais frequentes discussões cotidianas relacionadas com a temática de gênero, principalmente sobre ideologia de gênero, feminismo, empoderamento feminino, entre outras, o que varia, sabidamente, em função do grupo de pertencimento do sujeito. A questão que fica é: qual a significação atribuída a esses temas

pelo senso comum? Que “teorias” são produzidas nas interações sociais visando explicá-las? Por que, nos dias atuais, a noção de gênero aparece não poucas vezes associada a aspectos negativos, assim como o termo feminismo?

A construção dessa trajetória de pesquisa não começa com o ingresso na Pós graduação, em 2018. Em minha infância e adolescência, apesar de não haver muitos espaços específicos para discutir gênero e feminismo nos meus grupos sociais, foi possível vivenciar os resultados práticos desses debates que ocorreram ao longo da história na sociedade: faço parte de uma geração de mulheres que já nasceu tendo, no mínimo, a possibilidade de pensar os espaços de trabalho, estudo, voto, e de decidir acerca de questões antes inquestionáveis, como casamento, família, sexualidade, entre outras. Eu cresci observando minha mãe (e outras mulheres da família) acessando a universidade pública, concluindo pós graduação, trabalhando “fora”, sendo aprovada em concursos, administrando seus próprios recursos financeiros e ocupando os mesmos lugares que homens, como o meu pai. Ao longo dos anos pude perceber que ser uma “mulher empoderada” era uma meta baseada, antes de mais nada, no exemplo de vida que adquiri dentro de casa.

A chegada a juventude foi permeada por trocas com colegas de diversos contextos sociais, além de discussões que eram acompanhadas via redes sociais. Ambas as fontes permitiram que eu tivesse acesso a debates e conteúdos sobre feminismo e papéis sociais de gênero. Além disso, o ingresso no curso de Psicologia da UFF, em 2012, trouxe numerosas oportunidades, já que a universidade pública, apesar dos vários ataques sofridos nos últimos tempos, é indiscutivelmente locus privilegiado de produção de conhecimento, favorecendo o diálogo com diferentes cursos, conteúdos, pessoas. Desde os primeiros períodos, tive a chance de integrar projetos de pesquisa (iniciação científica) na área da Psicologia Social, o que resultou em meu interesse pela carreira acadêmica, e

pelo estudo sobre a temática de gênero a partir da teoria psicossociológica das Representações Sociais.

Uma situação em particular contribuiu para a delimitação do tema desta dissertação: conversas informais acerca da ideia de empoderamento feminino e feminismo com um grupo de mulheres do grupo religioso (evangélico) do qual faço parte. Após séculos de tabus, as discussões de assuntos tais como gênero, feminismo, sexualidade, entre outros, parecem estar ganhando maior abertura, nos últimos anos, dentro de alguns grupos religiosos. Mas o que as pessoas desses grupos, especificamente, pensam sobre tais questões? Quais as significações construídas e partilhadas sobre temas como gênero, por exemplo? De que forma as discussões produzidas no contexto acadêmico/científico chegam até grupos religiosos? De que modo essas questões interferem nas práticas cotidianas dessas pessoas? Buscar respostas para essas indagações configurou-se como um caminho a ser trilhado durante a trajetória do Mestrado.

A oportunidade de conciliar discussões que se fazem presentes na vida cotidiana com a possibilidade de contribuir academicamente com produções científicas que podem, de alguma forma, retornar no meio social do qual faço parte foi o encorajamento necessário para definir como tema de pesquisa o estudo das representações sociais de gênero e de feminismo para religiosos cristãos. A escolha pela Teoria das Representações Sociais como aporte teórico se deve ao fato de que - além de ser uma rica abordagem com a qual fui me familiarizando ao longo dos últimos anos, na graduação e na pós graduação - constitui um referencial potente e adequado para identificar como as temáticas do gênero e do feminismo vem sendo socialmente compreendidas, modificadas e/ou mantidas por diferentes gerações.

No que se refere a sua composição, esta dissertação, que adotou o formato de estudos, está organizada pelas seguintes seções: Introdução (apresentação da revisão de

literatura e do referencial teórico, bases para os dois estudos desenvolvidos); Objetivos (definição dos objetivos gerais da dissertação e dos específicos de cada estudo); Os estudos desenvolvidos (apresentação dos objetivos, questões metodológicas, resultados, análises e conclusões de cada investigação); Articulado os estudos: discussão geral e considerações finais. As referências bibliográficas de todas as seções são apresentadas em conjunto, ao final do texto (seção Referências).

Introdução

A discussão sobre gênero vem sendo tema de diversos estudos na psicologia e em outras áreas das ciências humanas e sociais ao longo dos últimos anos. Por se tratar de um tema hodierno, diretamente relacionado com o contexto cultural, político, econômico e social, pode apresentar uma diversidade de significações nos mais diferentes espaços/contextos. Apesar disso, nota-se o predomínio de uma visão mais tradicional entre diversos grupos, como é o caso dos grupos religiosos cristãos que, em geral, têm muito claramente definido o que é próprio para o homem e para a mulher. O cristianismo abarca muitas instituições tradicionais, como a Igreja Católica e as denominações evangélicas (Batista, Assembleia de Deus, Presbiteriana, entre outras), que podem favorecer a produção, transformação ou manutenção de papéis sociais de gênero.

A fim de apresentar conceitos e informações pertinentes à construção deste trabalho, a introdução foi organizada em três tópicos, sendo esses: 1 - Contextualizando as noções de gênero e de feminismo; 2- Cristianismo: um breve panorama, e 3 - Aporte teórico-conceitual: a Teoria das Representações Sociais.

Contextualizando as noções de gênero e de feminismo

Como mostra a literatura, a noção de gênero nem sempre foi compreendida conforme os dias atuais. Trata-se de um termo com variados significados na língua portuguesa, e foi somente a partir dos estudos feministas, impulsionados na segunda metade do século XX, que o conceito contemporâneo de gênero começou ser mais amplamente empregado e notado como uma “categoria útil de análise histórica” (Scott, 1995), capaz de expressar as relações sociais entre homens e mulheres. A definição utilizada neste trabalho é ancorada na perspectiva de Joan Scott (1995) e, dessa forma, entende gênero enquanto um instrumento político e analítico na medida em que “visa

rejeitar as explicações para as desigualdades entre homens e mulheres ancoradas nas diferenças biológicas” (Madureira, 2010, p.32).

O conceito de gênero surge e torna-se popular com autoras feministas e, substituindo o uso de outras expressões como sexo social, por exemplo, passa a ter aplicabilidade para referenciar as relações sociais entre homens e mulheres e para fazer distinção do conceito de sexo (Amorim, 2011; Galinkin & Ismael, 2013). Tal discernimento é pauta recente uma vez que, antes dos movimentos propostos pelas teorias feministas no século XX, que colocavam em evidência a assimetria das relações sociais entre os sexos (Galinkin & Ismael, 2013), as reflexões acerca de como eram construídos os padrões de feminilidade e masculinidade não recebiam este enfoque.

Ao longo da história, sempre existiram pessoas que não aceitaram as condições de dominação e poder que estavam postas na sociedade, sejam esses domínios de classe, de raça, de nacionalidade, de gênero, entre outros. Isso não foi diferente com as mulheres que, em diversos momentos históricos, lutaram pela sua liberdade. As ações que foram designadas como movimentos feministas buscaram romper com as estruturas que vinham sendo naturalizadas ao longo da história e, conforme compreendemos na história ocidental, têm seu início demarcado no que ficou conhecido como a primeira onda do feminismo. Começando na Inglaterra e se alastrando para outros lugares do mundo, observou-se no final do século XIX a união de mulheres que buscavam seus direitos, principalmente o direito ao voto (Pinto, 2010). Vale ressaltar que as *suffragettes*, como ficaram conhecidas as mulheres que promoviam essas manifestações, só alcançaram o objetivo de igualdade de voto e sufrágio universal, ou seja, o pleno direito ao voto para todas as cidadãs independente de classe, renda, etnia e sexo, nas primeiras décadas do século XX (Karawejczyk, 2013).

Algumas décadas depois, em meados do século XX, o que foi denominado como a “segunda onda” do feminismo demarcou as primeiras compreensões do gênero como oposição ao sexo e aos determinismos biológicos na definição de comportamentos femininos e masculinos (Toneli, 2012). É nesse período que o feminismo surge como um movimento que busca não apenas espaços no trabalho e na cidadania como um todo, mas também condições equipolentes na relação entre homens e mulheres, apontando dessa forma, segundo Pinto (2010, p. 16), “que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias”.

Ao surgir com essa conotação, o conceito de gênero amplia o domínio da divisão entre homens e mulheres, abarcando, para além dos aspectos biológicos, também fatores históricos e sociais (Dornelas, 2019). Uma das pesquisas significativas que podem exemplificar esse momento foi proposta por Mead, em 1949, que observou como as crianças eram criadas para corresponder a papéis sociais conforme padrões de feminilidade e masculinidade nas sociedades tribais da Nova Guiné, e mais do que isso, que tais padrões eram, em muitos aspectos, incompatíveis e contraditórios quando comparados à sociedade americana (Galinkin e Ismael, 2013).

Nota-se que, apesar do termo gênero nascer diretamente associado ao feminismo, muitas vezes é empregado no cotidiano sem relação com o contexto inicial dos debates feministas. Vale pontuar que, concordando com Saffioti (1999), o feminismo, aqui, está sendo considerado como “uma perspectiva político-científica, cujo objetivo não consiste apenas em ampliar o acervo de saberes, mas também em criar mecanismos políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres” (p. 160).

Por se tratar de um conceito que emerge com pautas revolucionárias nas arcaicas organizações sociais, atualmente ainda é possível perceber, em alguns contextos, que

identificar uma causa como feminista traz significações negativas, de “problemas mal resolvidos” com o passado (Musskopf, 2014). Dessa forma, evidencia-se um distanciamento em relação à compreensão do objeto feminismo no que diz respeito ao cotidiano, e as significações no senso comum, muitas vezes, remetem ao movimento feminista ou a mulher feminista um "sentido ambíguo (em relação à heteronormatividade) ou, ainda, de uma representação e/ou de uma incorporação de comportamentos desviantes, de confronto e de resistência em relação ao sexo oposto – ou de um posicionamento contra os homens” (Mello Souza, 2017, p. 76).

Narvaz e Koller (2006) apontam que apesar desses estereótipos, que são negativos e preconceituosos em muitos contextos e se dão muitas vezes em razão do movimento ir de encontro direto com as resistências institucionais, o feminismo conquistou espaço nas ciências, nas pesquisas e na academia. Ao longo dos anos, foram muitas as conquistas propiciadas a partir dos debates e reflexões propostos pelos movimentos feministas, entre as quais pode-se citar: ampliação de vagas disponíveis ao sexo feminino no mercado de trabalho e na organização sindical, melhorias na remuneração salarial, relativa redução da ênfase nos papéis de ser mãe e esposa, incorporação de políticas públicas para as mulheres focadas na saúde, na segurança, no trabalho, nas medidas protetivas, entre outras (Dornelas, 2019).

Apesar de experienciar uma dinâmica diferente de outros países, uma vez que vivia o regime ditatorial, o Brasil seguiu as tendências mundiais, tendo as primeiras manifestações feministas na década de 1970 (Pinto, 2010), abrindo maiores espaços para debates e conquistas das mulheres no país:

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas –

violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, e opções sexuais. (Pinto, 2010, p.17)

Conforme aponta L. Z. Machado (2002), é possível identificar que, apesar de seguir as convicções do movimento feminista praticado em outros lugares do mundo, o feminismo, no Brasil, demarca um aspecto peculiar que preza pelos direitos sociais. A autora afirma que:

Uma das singularidades do movimento feminista brasileiro é sua forte vinculação com a defesa pelos direitos das mulheres articulando-os com a questão dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação (das mulheres). Enquanto nos momentos iniciais, a movimentação feminista nos Estados Unidos e na França reivindicava o direito de escolha e de liberdade nos âmbitos amorosos, sexuais e domésticos, que deveriam se desdobrar na plenitude da liberdade e autonomia nas relações de trabalho e no âmbito político, o movimento feminista brasileiro enfatizou, desde os seus primórdios, na segunda metade dos anos de 1970 e na primeira metade dos anos de 1980, a reivindicação pelos direitos das mulheres, e sua luta pela abertura democrática. (p. 2)

No contexto nacional, além das pautas e conquistas já mencionadas anteriormente, vale a pena ressaltar que as brasileiras, lutando também por promoção de direitos, alcançaram, a partir da década de 2000, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, em condição de ministério, a inserção da lei Maria da Penha no código penal, e, recentemente, a lei do feminicídio que, visando proteger as mulheres da violência, a partir de 2015 condena os crimes praticados contra a mulher baseado em seu gênero (Bonetti et al., 2009; Dornelas, 2019).

Apesar dos reconhecidos avanços e conquistas propiciados pelos movimentos feministas, ainda se evidencia certa discriminação direcionada a mulheres em vários campos, com a desigualdade de oportunidades, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, e uma tentativa de manter o “poder patriarcal” que vigora na nossa sociedade. Nota-se que, nos últimos anos, as discussões acerca das relações de gênero, ao que tudo indica, tem maior visibilidade, o que também se revela como uma conquista dos movimentos feministas. Musskopf (2014) aponta que a categoria gênero é fundamental para analisar “relações sociais de poder, identificando de que forma as identidades são construídas, significadas e hierarquizadas criando desigualdades” (p.25), o que corrobora a percepção de que colocar em pauta as questões de gênero constitui ampla relevância social, não representando fator de interesse exclusivo das mulheres e/ou dos movimentos feministas.

Lemos (2011) aponta que masculinidade e feminilidade são esferas sociais básicas no ordenamento social, uma vez que qualquer indivíduo que ao nascer apresente características físicas que são socialmente atribuídas aos homens será compreendido enquanto homem e, em oposição, quando apresentar características físicas de mulher deverá ser compreendido enquanto mulher. Tais concepções cumprem a função normativa de cerrar as relações de gênero em categorias. É possível usar como exemplo o surgimento de muitas expectativas a serem correspondidas com a chegada de uma criança, inclusive no que diz respeito aos papéis sociais de feminilidade ou masculinidade, que seriam/deveriam ser assumidos por esse novo ser humano (A. D. Silva, 2015). Brabo e Oriani (2013) afirmam que, ao nascer ou entrar em um grupo, o indivíduo é submetido a treinamento e socialização, que vão incentivar ou desencorajar padrões de acordo com as normas pré-estabelecidas do grupo. Assim, conforme Nader e Caminoti (2014), poderia se estabelecer uma analogia com uma dramaturgia: “homens e

mulheres são intérpretes que se expressam, de acordo com um roteiro pré-estabelecido, para um público que avalia seu desempenho” (p. 2).

Nesse sentido, concorda-se com S. M. M. Santos e Oliveira (2010) que ainda há um caminho a ser percorrido nas discussões acerca das relações de gênero uma vez que as diferenças entre os gêneros são a expressão de um sistema fundamentado em estruturas de dominação. Tais estruturas são prejudiciais não apenas às mulheres, mas também aos homens, com a naturalização dos comportamentos e manutenção do modelo de masculinidade hegemônica, ainda sustentado nos papéis de responsável econômico, físico e moral (Lemos, 2011).

Apesar de em um primeiro momento os estudos de gênero terem sido dirigidos predominantemente à questão da feminilidade e aos estudos sobre mulheres, por se tratar de um termo cujo surgimento está diretamente relacionado aos movimentos feministas, vale pontuar que, nas pesquisas atuais, implica-se esforço em compreender não apenas feminilidades, mas também masculinidades (Coutinho & Menandro, 2015; Galinkin & Ismael, 2013), entendendo que debruçar-se sobre o conceito de gênero é compreender que “não há como estudar ou falar em homem sem a relação com a mulher, ou seja, de que o gênero é algo relacional, que depende da interação entre o masculino e o feminino para que se constitua e tenha sentido” (A. D. Silva, 2015, p.55). Nesse sentido, nas pesquisas atuais há um esforço ampliado para compreender as relações de gênero e o que envolve a temática como um todo.

Ao longo dos últimos anos, alguns estudos têm trazido importantes contribuições ao refletir acerca da relação entre gênero e outras questões relevantes, como violência, comportamentos de saúde, crenças, trabalho, família, resistências, desigualdades, entre outras (para citar alguns exemplos: Brito & Camargo, 2011; Coutinho & Menandro, 2015; Lôbo & Lôbo, 2015; A. R. A. Nascimento et al., 2006, 2008; A. D. Silva, 2015). Tais

estudos de alguma forma contribuem para o desenvolvimento e aplicação das discussões sobre gênero que, muitas vezes, ainda é compreendido de forma imprecisa (A. D. Silva, 2015).

Os estudos de gênero, em geral, buscam refletir a respeito das concepções de gênero e das relações que o envolvem, uma vez que socialmente nos habituamos a compreender comportamentos como especificamente determinados para cada sexo, como, por exemplo, as brincadeiras que são de meninos e as brincadeiras que são de meninas; e mesmo após as fases iniciais de desenvolvimento permanecemos, ao longo da vida, determinando o que é próprio para o homem e para a mulher (A. D. Silva, 2015). Nesse sentido, Bruel dos Santos et al. (2013) apontam que os estudos de gênero têm demonstrado que as compreensões sobre o tema estão associadas às construções socioculturais que definem os papéis, características, comportamentos e afetos determinados para cada sexo. No que diz respeito, sobretudo, aos papéis atribuídos ao gênero, os autores afirmam que essas concepções atuam de acordo com os interesses pessoais/coletivos de cada indivíduo/grupo, ou seja, seu posicionamento político, moral, e, entre outros, também religioso.

Cristianismo: Um Breve Panorama

Conforme aponta Rosado-Nunes (2005), no decorrer da história, as religiões apresentam uma compreensão característica acerca dos papéis masculinos e dos papéis femininos, sendo isto reconhecido ou não em suas práticas. Como o grupo social com o qual trabalhou-se nesta dissertação é religioso, mostra-se relevante trazer algumas informações sobre o contexto religioso cristão no Brasil, além de apresentar trabalhos que abordaram a relação entre gênero e religião.

O Cristianismo e o Âmbito Nacional

No Brasil, quase 90% dos que declaram ter uma religião são cristãos católicos ou evangélicos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016). O Cristianismo concerne a uma religião monoteísta que surge a partir do nascimento de Jesus Cristo. Margulies (2009) afirma que:

O termo cristianismo é oriundo da palavra grega (pronunciada cristos), que significa messias, ungido. O surgimento do cristianismo é atribuído às pregações de Jesus, tendo Jesus sido o messias ungido, Cristo, portanto ... Jesus, a nível histórico, viveu e morreu como judeu. Depois é que Jesus torna-se Cristo. Uma nova religião foi fundada. Não por ele, nem em sua época. Por seus seguidores, após sua vida. (p. 557)

Apesar de ser propagada inicialmente pelos seguidores de Cristo, chamados discípulos, a grande disseminação da religião cristã se dá alguns séculos depois, a partir das expedições coloniais dos povos europeus que carregavam consigo a fé cristã para os territórios que seriam colonizados. Dessa forma, a vinculação com o cristianismo tem raízes ainda no descobrimento do Brasil, uma vez que tal conquista foi uma iniciativa conjunta entre Estado e Igreja Católica, que se seguiu durante o período de colonização portuguesa no Brasil (Matos, 2011).

No que diz respeito ao protestantismo, esse acompanhou outras tendências mundiais a partir do século XVI e, dessa forma, também tem uma vasta história relacionada a chegada de grupos de imigrantes e atividades missionárias (Souza, R. F., 2013). Ao lado do catolicismo romano, o protestantismo é um dos principais ramos do cristianismo e chega efetivamente ao Brasil no período Imperial, com a primeira comunidade luterana sendo fundada no país, em 1824 (Saquetto, 2013). A respeito disso, o autor discorre que:

Em 1855, a primeira igreja do protestantismo de missão chega ao Brasil, a Igreja Congregacional, por iniciativa do Doutor Robert Reid Kalley, amigo de Dom Pedro II. Esta igreja viria a ser mais tarde o núcleo da Igreja Evangélica Congregacional Cristã do Brasil. Em 1859, chega a Igreja Presbiteriana, por obra de Ashbel Green Simonton. A primeira igreja Presbiteriana foi fundada no Rio de Janeiro (1862) e expandiu-se rapidamente para São Paulo, fazendo investimentos no setor educacional, fundando escolas como a rede que deu origem a Universidade Mackenzie. A igreja Metodista tentara fixar-se no Brasil desde os anos de 1836, no entanto, consegue ser fundada apenas em 1867 com o missionário Daniel Parish Kidder. (Saquetto, 2013, pp. 46-47)

No final do século XIX houve a fundação da Igreja Batista, concluindo a vinda do protestantismo de missão, que foi responsável por trazer ao país as igrejas protestantes mais tradicionais durante o Império brasileiro (Matos, 2011; Saquetto, 2013). Os anos seguintes marcaram a chegada ao país dos primeiros missionários pentecostais. O pentecostalismo foi formado nos Estados Unidos no início do século XX e, desde então, vem crescendo largamente em vários países, sobretudo da América Latina, formando um movimento religioso diversificado e complexo (Mariano, 2011).

No Brasil, o grupo denominado evangélico tem tido um crescimento notável nos últimos anos, especialmente o protestantismo pentecostal. É importante ressaltar que evangélico, aqui, abrange uma amplitude de igrejas/denominações que, muitas vezes, diferem em diversos aspectos e concepções práticas. Conforme Mariano (2013, p. 134) aponta:

Na América Latina, o termo evangélico abrange as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista), as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil,

Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.) e as neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra etc.).

Autores como A. R. Souza (2012) observam que, apesar de o Brasil permanecer um país com maioria cristã, nas últimas décadas, os números apontam uma diversificação no que diz respeito a maneira como o cristianismo vem sendo vivenciado, ou seja, há uma atenuação no catolicismo em razão do crescimento nos segmentos evangélicos, especialmente pentecostais. Tais mudanças podem ser observadas nos censos demográficos das últimas décadas e vem sendo amplamente discutidas nas literaturas da área (Brandão & Jorge, 2019). Apesar de tamanha diversificação, a maior parte da população religiosa brasileira atualmente ainda se concentra nas que professam a fé cristã. Dessa maneira, abordar diversidade religiosa no Brasil, muitas vezes, remete ao pluralismo cristão, dado que o contingente populacional de outras religiões é escasso em comparação ao cristianismo (Mariano, 2013).

Na medida em que estão cada vez mais diversificadas, abordar as religiões cristãs se torna um desafio cada vez maior, especialmente no Brasil. Segundo L. S. Campos (2011), este pluralismo se relaciona com “a pulverização religiosa e o enfraquecimento das fronteiras tradicionais que inicialmente eram estabelecidas com maior rigidez entre católicos, protestantes e pentecostais” (L. S. Campos, 2011, p. 506). O próprio catolicismo, apesar de ser uma religião que apresenta certa homogeneidade ao longo do tempo, atualmente pode apresentar uma vasta gama de vertentes que têm sido abordadas por diversos autores na tentativa de estabelecer categorias e interpretações. Camurça (2013, citado por Sofiati & Moreira, 2018), por exemplo,

aponta uma divisão contemporânea dos fiéis católicos entre carismáticos, paroquianos, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e novas comunidades.

Moreira (2012) indica que, no Brasil, a década de 1970 foi marcada pela emergência de movimentos significativos para a Igreja Católica, sendo esses “as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Renovação Carismática Católica (RCC), e a Ação Católica (AC), além do catolicismo popular. ... Parte destes foi criação autônoma dos leigos, outros contaram com o respaldo de parte do clero mais progressista” (p. 37). A Teologia da Libertação é considerada um elemento teológico relevante na formação destes movimentos na medida em que, segundo Binotti (2017), rompe com conceitos tradicionais da instituição religiosa e insere nos contextos da igreja concepções de igualdade social e direitos humanos. Nesse sentido, Feitosa et al. (2011) afirmam que para os fiéis das CEBs, por exemplo, “as bases do pensamento cristão levam a um comprometimento de libertação ‘da opressão’, principalmente às classes menos favorecidas – lógica que calça como uma luva para os anseios do pobre” (p. 71). Apesar dessas variações, Sofiati e Moreira (2018) afirmam que:

É preciso voltar a pensar o catolicismo brasileiro em sua totalidade. Os estudos sobre a instituição católica não saíram de cena, mas as análises tornaram-se muito pulverizadas: estuda-se o catolicismo tradicional, popular, carismático, midiático, no entanto, urge um entendimento contemporâneo do fenômeno como um todo. (p. 277)

Quando se aborda o cristianismo protestante, ou seja, os evangélicos, essas variações são ainda mais amplas. Brandão e Jorge (2019), apontam que podemos caracterizar esses subgrupos evangélicos como: os evangélicos de missão (ou tradicionais) e os evangélicos pentecostais. Os evangélicos de missão são as denominações do campo religioso evangélico que são fundamentadas na reforma

protestante ocorrida no século XVI, dirigida por Matinho Lutero, e trazem em seu escopo doutrinário a premissa de que uma vez que a bíblia é o único preceito ordenatório, não há possibilidade de produção de novos princípios doutrinários (Brandão & Jorge, 2019). As igrejas evangélicas tradicionais ou de missão são representadas pelos Metodistas, Presbiterianos, Calvinistas, Luteranos, Batistas e Anglicanos.

Os evangélicos pentecostais, apesar de descenderem do protestantismo histórico tradicional, de maneira geral, diferenciam-se por retomarem crenças nos dons do Espírito Santo e práticas da igreja cristã primitiva, como cura de enfermos, realização de milagres, expulsão de demônios, etc. (Mariano, 2011). Freston (1993) é um autor muito utilizado nos estudos sobre pentecostalismo no Brasil por apresentar uma divisão no movimento pentecostal no Brasil em três “ondas” de implementação e expansão, divisão essa que se estabelece pelas variações históricas, institucionais e doutrinárias (Brandão & Jorge, 2019). Acerca das três “ondas”, Freston (1993) afirma que:

A primeira onde é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembléia de Deus (1911). ... A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). ... A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980). Novamente, essas igrejas trazem uma atualização inovadora da inserção social e do leque de

possibilidades teológicas, litúrgicas, éticas e estéticas do pentecostalismo. (p. 66)

Sobre a terceira onda do protestantismo brasileiro, Brandão e Jorge (2019) afirmam que esta não comporta apenas a criação de novas igrejas, as chamadas “neopentecostais”, como, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), ou a Bola de Neve Church, mas também traz uma certa reformulação das igrejas protestantes tradicionais, fazendo surgir, por exemplo, Igrejas Presbiterianas renovadas ou Igrejas Batistas renovadas, que caracterizam-se pela renovação em alguns aspectos litúrgicos, éticos e doutrinários, e rompimento com as denominações tradicionais. Apesar de trazerem em seu escopo teológico muitos elementos semelhantes às denominações tradicionais, tais igrejas se apresentam com uma independência das denominações históricas após o rompimento por divergências, como por exemplo, a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), que se separou pela perseguição sofrida em razão da visão ecumênica e defesa do ministério feminino¹, e a Igreja Batista Lagoinha, que até o momento faz parte da Convenção Batista Nacional e surgiu a partir de um movimento de Renovação.²

Um grifo de nossa parte na história brasileira do cristianismo remete à conjuntura que vem se destacando de forma cada vez mais incisiva nas últimas décadas: a filiação de cristãos a partidos políticos e sua candidatura no processo eleitoral. A relação entre cristianismo e política têm suas raízes ainda no descobrimento e colonização do Brasil, uma vez que, conforme Ferreira e Schwartz (2013) apontam, “o devotamento religioso formou o espírito cristão mesclado à cidadania do povo brasileiro” (p. 21). Dessa maneira observa-se que a participação política nos processos eleitorais não se dá repentinamente, até porque é perceptível que ao longo dos últimos

¹ Informação encontrada no site da referida igreja (Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, n.d).

² Informação retirada na aba “Quem somos”, no website da Convenção Batista Nacional (n.d.).

anos foram constituídas bancadas e pautas cristãs no congresso e eleitos diversos representantes dessas comunidades religiosas. Contudo, se fizermos uma comparação dos últimos 30 anos é visível o crescimento dos evangélicos na esfera política, conforme aponta Oro (2011):

Em 1990, eram 22 deputados, sendo 19 pentecostais; em 1998, 53 deputados; em 2002, 69 deputados, sendo a maioria pentecostal, com destaque para a Assembleia de Deus (23 deputados) e a Universal (22 deputados); em 2006, 42 deputados; e em 2010, 63 deputados evangélicos. (p.390)

Em 2018, foram eleitos 91 congressistas identificados com a crença evangélica, 9 a mais que a legislatura de 2014 (Damé, 2018), e em 2019 cerca de 53% dos deputados se declaram católicos (G1, 2018). Além disso, o último pleito presidencial também elegeu um candidato que declara pertencer a uma religião cristã e trouxe de forma mais contundente e explícita as pautas reivindicadas por este grupo, com uma argumentação baseada nos princípios da moral cristã, inclusive exibindo estes valores no slogan da campanha eleitoral (Seto, 2018).

Vale ressaltar ainda que no Espírito Santo (ES), um dos quatro estados da região sudeste, e onde a pesquisa foi realizada, o cristianismo compreende 85,3% da população que afirma ter uma religião, sendo 52,2% católicos e 33,1% evangélicos/protestantes (IBGE, 2016). O estado comporta um dos três principais núcleos com maior presença dos evangélicos tradicionais que estão ligados ao processo de colonização (J. E. Alves et al., 2017).

Gênero, grupos religiosos e articulações possíveis

Assim como classe, raça e etnia, as relações de gênero também se articulam a valores religiosos uma vez que estes definem padrões concernentes ao masculino e ao feminino no interior de um determinado grupo. Rosado-Nunes (2005) ressalta que:

As religiões têm, explícita ou implicitamente, em seu bojo teológico, em sua prática institucional e histórica, uma específica visão antropológica que estabelece e delimita os papéis masculinos e femininos. O fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não humana, não histórica, e, portanto, imutável e indiscutível, por tomar a forma de dogmas. Expressões das sociedades nas quais nasceram, as religiões espelham sua ordem de valores, que reproduzem em seu discurso, sob o manto da revelação divina. (pp. 363-364)

Muitos estudos atuais têm abordado a relação entre raça, etnia, classe, gênero, entre outros. Um termo que vem sendo bastante utilizado para nomear essa articulação é a interseccionalidade, definida por Bilge (2009, p. 70) como uma “teoria transdisciplinar” que busca compreender a complexidade de identidades/desigualdades sociais por meio de uma abordagem integrada (Bilge, 2009; Hirata, 2014). Biroli e Miguel (2015) apontam que a noção de interseccionalidade começou sendo muito utilizada nos trabalhos de feministas de língua inglesa para expressar as múltiplas e articuladas formas de opressão. Conforme Dornelles e Pocahy (2014) observam, a interseccionalidade possibilita a compreensão de como determinados aspectos e contextos potencializam a tomada de posições que os sujeitos assumem, frente a classe, gênero, raça, sexualidade.

Apesar da estruturação da feminilidade e masculinidade ser afetada por outros contextos - como culturais, temporais, sociais, identitários, entre outros - Lemos (2011)

aponta que a religião exerce uma “força singular” (p. 4) e pode contribuir para manutenção ou transformação da forma como homens e mulheres exercem seus papéis. As expressões verbais e/ou práticas da religião cumprem o objetivo de legitimar o homem como semelhante inquestionável de Deus e a mulher como inferior, submissa e santa ou pecadora, simbolicamente marcadas pelas figuras de Eva e Maria (Lemos, 2011; Vasconcelos, 2005). Lemos (2011) observa que:

A representação de gênero é fundamental no âmbito religioso, tão estruturante quanto às relações de classe, raça e etnia. Ser homem e ser mulher no grupo religioso indicam muitas possibilidades fadadas única e exclusivamente ao gênero, que podem representar ganho ou perda social para os sujeitos. (p. 11)

Rosano-Nunes (2005) aponta que apesar das estatísticas corroborarem a percepção cotidiana de que mulheres investem mais em religião, é preciso abandonar a postura ingênua de que as religiões são um campo feminino na medida em que, historicamente, em geral, são os homens que controlam, produzem, determinam o que é profano e o que é sagrado nas esferas religiosas. Nesse sentido, A. Oliveira e Enoque publicaram, em 2019, três pesquisas que abordam a relação das mulheres e a religião. No primeiro, os autores tiveram como principal objetivo discutir a inserção das mulheres nos campos religiosos e suas influências nas dinâmicas das comunidades, investigando a trajetória de 15 mulheres em algumas religiões por meio da análise de conteúdo de entrevistas e concluíram que as denominações, de diferentes maneiras, buscam padronizar as identidades das fiéis por meio dos ritos e dogmas e observaram que em geral as famílias exercem forte influência na inserção das mulheres nas instituições religiosas. No que diz respeito a liderança, os autores perceberam que os espaços concedidos as mulheres são pequenos comparados aos dos homens - que em geral lideram as denominações - o que se revela, inclusive, através da ausência de

referências históricas femininas nos contextos religiosos. Dessa maneira, o estudo conclui que “o papel designado as mulheres ainda está fortemente relacionado à condição biológica da reprodução, enquanto funções de liderança que apresentam prestígio nas instituições, são reservadas a figura masculina” (A. Oliveira e Enoque, 2019a, p. 75).

O segundo trabalho publicado por A. Oliveira e Enoque (2019b) buscou compreender as representações do movimento feminista na perspectiva de fiéis e ex-fiéis de igrejas protestantes e também contou com análise de conteúdo a partir de 15 entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam que, embora não se denominem feministas, as participantes apresentam em suas falas práticas que visam igualdade e autonomia, e ressaltam as diferenças em relação aos grupos: as fiéis, apesar do posicionamento favorável em relação as causas, manifestam resistência para a autodesignação enquanto feministas, além de reforçarem as diferenças entre homens e mulheres; já entre as participantes que não têm vínculo com a instituição religiosa, “há uma evidente compreensão em relação à construção social das diferenças dos papéis masculino e feminino e a partir disto as situações de controle e opressão” (A. Oliveira e Enoque, 2019b, p.432), além de não demonstrarem dificuldade na autoafirmação enquanto feministas. Além disso, notou-se que, quando colocadas na categoria “mulheres” as situações as quais as participantes são expostas no dia a dia são semelhantes.

Ainda em 2019, A. Oliveira e Enoque (2019c) publicaram uma pesquisa que buscou investigar a dinâmica das relações estabelecidas entre sagrado e gênero no projeto Godllywood para as fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. Através de uma pesquisa teórica e documental, os autores apontaram que o projeto expressa a dicotomia entre tradicionalismo e novos valores, ou seja, de um lado, o incentivo ao

padrão conservador das mulheres como responsáveis pelo cuidado doméstico e pelo cuidado com outras pessoas, e de outra, a validação da inserção da mulher no mercado de trabalho e, portanto, como multitarefas.

Saquetto et al. (2017) afirmam que “a religiosidade tem sido desde a gênese da constituição simbólica humana um mecanismo que pressupõe, não apenas crença, mas aspectos de dominação e de formação identitária.” (p. 259). Mencionando Vala e Monteiro em 2006, os autores ainda apontam que no que diz respeito as representações sociais, é relevante considerar a “potência” e solidez que os discursos religiosos expressam através da possibilidade de produzir “representações sociais hegemônicas”, uma vez que estes expressam uma dimensão do sagrado e indiscutível (Saquetto et al., 2017, p. 261). Assim, os autores buscaram compreender as representações sociais de cristão no discurso do Bispo Edir Macedo (líder da IURD), por meio da análise de conteúdo do jornal Folha Universal e do blog oficial do bispo, e entre os cinco elementos centrais que foram identificados, ressalta-se, aqui, que:

a ideia de patriarcado é essencial para a construção da imagem representacional de cristão. O homem deve ser heterossexual, moralizador, cabeça e por sua vez, deve subjugar a mulher, em defesa do casamento e da família cristã. A mulher deve reconhecer a liderança masculina e afeiçoar-se às obrigações matrimoniais e maternais, trata-se da imagem de corpo/pescoço, mas de fato, não é cabeça. (Saquetto et al., 2017, p. 272)

Ao longo dos últimos anos, foram desenvolvidos tantos outros estudos que tentaram articular gênero e religião, tal como se propõe na presente pesquisa, dentre os quais destacamos os de: a) M. P. Alves et al. (2008), que buscaram identificar e caracterizar os padrões sexuais pré-matrimoniais aos níveis individual e social e analisá-los em função do sexo, religião e posição política. Através de um estudo de

natureza não experimental com amostra de 308 estudantes do ensino superior, os autores observaram, entre outras coisas, que os fatores religiosidade e conservadorismo político estão “negativamente associados à permissividade das atitudes sexuais” (p.139); b) Fonseca e Farias (2010), que realizaram um estudo comparativo sobre a atuação feminina na igreja Evangélica Luterana do Brasil e Assembleia de Deus objetivando apresentar os desafios enfrentados por mulheres fiéis. Os autores concluíram que ambos os grupos, mesmo que com maior ou menor abertura, se assemelham no esforço em construir meios de auxiliar o rompimento com o tradicional domínio masculino em suas comunidades e na ampliação de visibilidade da mulher na religião; c) Lemos (2011), que analisou a representação social da masculinidade na religiosidade contemporânea através de um ensaio que discutiu como se dá, na modernidade, a construção social da masculinidade e como a religião influencia na construção e manutenção dessa representação de gênero; d) T. C. M. Silva (2007), que realizou um estudo sobre a representação da identidade feminina em mulheres evangélicas na cidade do Recife através da análise de conteúdo de 15 entrevistas com mulheres de 20 a 35 anos que cresceram em um lar cristão e faziam parte de igrejas históricas (Batista, Presbiteriana e Episcopal). A pesquisa buscou compreender como as participantes entendiam o lugar da mulher na família, no espaço público e as influências da religião cristã protestante sobre essa representação; e) S. D. Souza (2017), que pesquisou representações de gênero na literatura evangélica, especialmente em cinco títulos, com enfoque em mulheres que ocuparam a lista de mais vendidas no Brasil durante alguns anos. A autora observou que as representações de gênero que vigoram na literatura evangélica colocam a identidade da mulher associada obrigatoriamente ao casamento e a maternidade.

Destaca-se que, enfocando a relação entre gênero e religião, A. Oliveira e Enoque (2020) realizaram uma pesquisa bibliográfica que buscou levantar as produções científicas que tratavam dessa interseção, o que resultou em 33 artigos encontrados, a maioria com autoras mulheres e abordando a dinâmica das instituições pentecostais. Apesar da revisão ter se limitado aos periódicos que continham a palavra “religião”, os autores fizeram importantes considerações de que em geral há uma multiplicidade de temas levantados, que são pesquisados a partir de iniciativas isoladas e não explorados amplamente.

Aporte teórico-conceitual: a Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é resultado dos estudos realizados por Serge Moscovici acerca da representação social da Psicanálise na França, na segunda metade do século XX. Precedido pelo conceito de representação coletiva de Durkheim, Moscovici dispõe seu interesse no conhecimento que é produzindo no senso comum a partir das interações sociais, e conceitua representação social como:

um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (Moscovici, 2015, p. 21)

A partir da TRS, Moscovici inaugura um novo modelo na psicologia social. À medida que a psicologia social americana buscava compreender os acontecimentos grupais enquanto soma dos fenômenos individuais e a sociologia clássica se interessava pelos fenômenos a partir da dimensão coletiva, Moscovici introduz uma

abordagem que privilegia a articulação de aspectos individuais e sociais para compreender de que forma os indivíduos constroem as realidades sociais (Sá, 1996). Em um período em que a valorização girava em torno dos estudos empíricos e da ciência clássica, a teoria inaugurada por Moscovici quebra paradigmas à medida em que se mostra interessada no conhecimento que é produzido pelo senso comum.

Vale frisar que, na TRS há uma distinção entre os sistemas de pensamento, que foram denominados por Moscovici de Universo Consensual, onde buscam-se “sentidos” e o Universo Reificado, onde buscam-se “verdades”. O universo consensual seria a expressão do senso comum, da conversa informal na vida cotidiana, do conhecimento que está associado às interações sociais. Já o universo reificado corresponde ao conhecimento e práticas que dizem respeito as verdades que são marcadas por instâncias normalizadoras, como, por exemplo, a ciência ou, no caso desta pesquisa, as instituições religiosas, e “se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna” (Arruda, 2002, p. 130). O entendimento do universo reificado se dá através do conhecimento erudito, ao passo que as representações sociais (RS) seriam então a maneira de compreendermos o universo consensual, já que tal universo é um produto das RS (Prado & Azevedo, 2011).

Desde a pesquisa original de Moscovici acerca da psicanálise, a TRS reconhece o “estado de polifasia cognitiva” (Jovchelovitch, 2008, 2011; Moscovici 2012). Inicialmente apresentado como uma hipótese, atualmente muitos estudos têm expressado a realidade deste conceito (Jovchelovitch, 2008, 2011; A. M. Nascimento & Roazzi, 2007, Souza et al., 2015), que diz respeito a coexistência dinâmica de formas diferentes de saber no mesmo campo representacional, ou seja, uma atividade nos campos representacionais caracterizada pela atuação de diferentes sistemas de

pensamento/conhecimento, que coexistem e cumprem diferentes funções em diferentes necessidades sociais no mesmo grupo ou, quiçá, no mesmo sujeito (Jovchelovitch, 2008).

Segundo Jovchelovitch “a polifasia cognitiva refere-se a um estado em que registros lógicos diferenciados inseridos em modalidades diferentes de saber coexistem em um mesmo indivíduo, grupo social ou comunidade” (Jovchelovitch, 2004, p. 20). Dessa maneira, abordar polifasia cognitiva não significa apenas falar das diferentes RS para diferentes grupos sociais, e sim que essas diferentes representações podem, às vezes, se dar no mesmo grupo ou no mesmo indivíduo (Jovchelovitch, 2004). Tal realidade não é concebida por uma disfunção ou desequilíbrio, e sim para que os indivíduos e grupos “desenhem as ferramentas”, criem mecanismos, estabeleçam significações, práticas, conceitos que possibilitem elaborar o cotidiano e compreender o que acontece ao seu redor.

De acordo com Moscovici (2015) as teorias produzidas pelo senso comum têm a finalidade de tornar familiar aquilo que é estranho, distante, ou seja, o que não é familiar aos membros do grupo. Para tanto, a formação das RS envolve dois processos: a ancoragem e a objetivação. Gianordoli-Nascimento et al (2015) apontam que, apesar de haver uma separação didática nos mecanismos dos processos formadores da ancoragem e da objetivação, isto não quer dizer que estes se deem de formar linear, ou seja, na verdade ambos parecem se desenvolver de maneira simultânea.

Sobre a ancoragem, Moscovici (2015) afirma que “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (p. 61), assim, os novos conhecimentos sobre um objeto são inseridos em um “sistema de categorias familiares e funcionais” (Almeida et al., 2014, p 147). Almeida e Santos (2011) apontam que a ancoragem viabiliza a categorização/nomeação, que ocorre em função do meio social do indivíduo, de um

objeto estranho, não familiar, ou seja, possibilita a integração da representação em um sistema de categorias existente. Gomes (2004) afirma que “a ancoragem consiste em perceber o conhecimento novo pela janela do conhecimento antigo, isto é, o estranho é classificado de acordo com algum conhecimento existente na memória do sujeito por um processo de aproximação e similitude” (p. 49). A ancoragem pode ser considerada como um processo de nomear um objeto, uma vez que o que não está catalogado e não tem nome, soa como intimidador (Moore, 2015).

O segundo processo sociocognitivo é a objetivação que tem como função “descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso, é reproduzir um conceito em uma imagem” (Moscovici, 2015, p. 71), ou seja, condensa a representação social sobre um fenômeno em um ícone, uma imagem (Moscovici, 2012). Assim, algumas imagens surgem como forma de explicar o que se pensa e se pratica sobre determinado fenômeno, transformando o que é abstrato em algo concreto. Trindade et al. (2011), apontam que a objetivação:

transforma um conceito em imagem de uma coisa, retirando-o de seu quadro conceitual científico. Trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as, dissociando-as de seu contexto original de produção e associando-as ao contexto do conhecimento imagético do sujeito ou do grupo. A retenção das informações "salientes é acompanhada de um ajustamento", onde certas informações assumem um papel mais importante que outras, ou diferente daquele que tinha em sua estrutura original. Trata-se, enfim, de transformar o que é abstrato, complexo ou novo em imagem concreta e significativa, apoiando-se em concepções que nos são familiares. (pp. 146-147)

É importante ressaltar também que as RS atuam conforme quatro funções, a saber: função de saber, que permite compreender e explicar a realidade ao fazer com que os novos conhecimentos sejam assimilados e integrados aos saberes anteriores; função identitária, na medida em que possibilita ao indivíduo a construção de uma identidade social ao mesmo tempo que situa os indivíduos e grupos no campo social; função de orientação, uma vez que orienta comportamentos, práticas e condutas que são aceitáveis em cada contexto social; e função justificadora, sendo essa a função pela qual os indivíduos têm a possibilidade de explicar a maneira que agem em determinada situação (Almeida et al., 2014; Bonfim & Almeida, 1992; Morera et al., 2015).

No campo da TRS, a relação entre as representações e as práticas sociais vem sendo alvo de debates e estudos sociais há algum tempo. Na tentativa de definir o que são “práticas sociais”, P. H. F. Campos (2003) destaca que:

Na perspectiva de estudar as situações sociais reais, uma fórmula mais exata de definir as práticas sociais é concebê-las como "sistemas complexos de ação" (Abric, 1994), ou, ainda, como "conjuntos de condutas finalizadas pelos e para os grupos" (Moliner, 2001). Assim, a noção de prática teria como referência básica a ação, o agir dos grupos; e a ação comporta então, necessariamente, dois componentes, o vivido e o cognitivo. E é isso que nos permite uma certa legitimidade em estudar a ação, também por meio de instrumentos de natureza cognitiva. (p.29)

Almeida et al. (2000) apontam que a relação entre representações sociais e práticas sociais podem ser apresentadas em três dimensões diferentes: 1) as representações como determinantes das práticas sociais, 2) As práticas como determinantes das representações e 3) As práticas e RS como polos interdependentes. Aqui, toma-se em conta esta última dimensão, na medida em que há uma compreensão

de que as RS orientam as práticas ao mesmo tempo em que são constituídas a partir das diferentes práticas sociais no cotidiano (Almeida et al., 2000).

Entretanto, Wolter e Sá (2013) destacam a necessidade de moderação sobre conclusões acerca dessa interdependência entre representações e práticas, uma vez que uma leitura rasa poderia indicar que as práticas e representações se influenciam (ou podem se influenciar) de forma equivalentemente mútua. Para tanto os autores, fazendo menção a Rouquette em 2000, salientam que “devemos tomar as representações como uma *condição das práticas* e as práticas como um *agente de transformação* das representações.” (p. 98).

Bonfim e Almeida (1992) apontam que as RS auxiliam na comparação, delimitação e definição dos grupos sobre as perspectivas e visões de mundo e a maneira de se relacionar com objeto. Para tanto, as autoras pontuam que é preciso identificar o conteúdo e o sentido dessas RS a partir de suas dimensões. A dimensão das informações agrupa a quantidade, tipo, organização e comunicação do conhecimento que o indivíduo/grupo possui acerca do objeto social em foco, ou seja, o “montante de conhecimentos, tanto qualitativos quanto quantitativos, que existem acerca de um objeto social” (Bonfim e Almeida, 1992, p.84); A dimensão do campo representacional diz respeito a estruturação e hierarquização dos elementos relativos ao objeto, sendo assim, “engloba uma hierarquia de elementos, os quais reforçam um grupo a outro, ou a partir das influências que recebe no seu contexto” (Bonfim e Almeida, 1992, p.84); já a dimensão das atitudes seria relacionada ao contexto histórico da vida do indivíduo ou do grupo e o que fornece subsídios para que o mesmo situe sua decisão frente a um objeto (Bonfim e Almeida, 1992; Villas Bôas, 2010)

As RS permitem capturar atitudes e conceitos que refletem e orientam as significações, pensamentos, opiniões e práticas do indivíduo/grupo. Bonfim e Almeida

(1992) comentam que “as atitudes, na Psicologia Social, são usualmente definidas como predisposições aprendidas e, como tal, são concebidas como sendo sociais na origem.” (p;84). É conveniente ressaltar então que:

As representações sociais não são propriamente um fenômeno psicológico, pois apesar de se relacionarem com a esfera do indivíduo, elas abarcam também uma realidade fenomênica do grupo. Nesse sentido, pode-se dizer que constituem um fenômeno sociopsicológico, um dos objetos da psicologia social, disciplina científica encarregada do estudo dos processos de pensamento e comportamento das pessoas à medida que elas se imbricam a processos desenvolvidos no contexto de grupos ou categorias sociais. (Wachelke, 2007, pp. 2-3)

A TRS elaborada por Moscovici teve alguns desdobramentos, que geraram três escolas, conforme aponta Sá (1998): a de Denise Jodelet, que dá “conta de uma maneira maximamente compreensiva da representação de um dado objeto por um dado conjunto social” (p.78); a de William Doise, que dedica-se a perspectiva orientada sociologicamente; e por último a de Jean-Claude Abric, que permite “comparar as complexas representações construídas em dois diferentes lugares ou momentos (...) proporcionado pela perspectiva mais cognitiva ou psicológica da teoria do núcleo central” (p.78). O presente estudo se identifica com a proposta fomentada por Jodelet, que é considerada a mais fiel a proposta original de Moscovici e “compreende as representações sociais como o estudo dos processos e dos produtos através dos quais os sujeitos e os grupos constroem e significam o mundo, integrando as dimensões sociais e culturais com a história.” (Félix et al., 2016, p. 200).

Sobre a perspectiva adotada nesta pesquisa, a processual ou culturalista, é válido mencionar que Jodelet se propõe analisar o fenômeno na própria dinâmica em

que é produzido, levando em consideração os indivíduos, os contextos e os sentidos em que são formados. Nessa perspectiva, o objetivo não é entender como se dá a organização dos elementos dentro de uma representação, mas, sim, como se formam esses elementos e como estes se ancoram socioculturalmente. Jodelet (1989) afirma que:

as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm (p. 8).

Banchs (2004) observa que, na abordagem de Jodelet, a gênese das RS é afetada por dois processos, a saber: os processos cognitivos, que estão associados a um domínio individual; e a interação social, relacionados aos processos contextuais. Para acessar as RS, portanto, é necessária uma abordagem que perceba o indivíduo “como produtor de sentidos e enfocando a análise de produções simbólicas, de significados, linguagem, através da qual os seres humanos constroem o mundo que nós vivemos” (Banchs, 2004, p.47).

Sobre estudos de gênero com base na TRS, a literatura aponta que essa perspectiva teórica permite uma compreensão de como os significados são organizados e compartilhados, uma vez que não se limitam a análise interindividual (Alves et al., 2008; Amâncio, 2001). Aqui, destacamos alguns, como os de: a) Terra (2014), que investigou RS do feminino em 16 cartazes de campanhas do Ministério de Saúde através de análise semiótica de imagens e da análise de conteúdo, e identificou dualidade dos conteúdos representacionais de feminilidade: perspectivas consolidadas em relação à fragilidade e cuidado do outro, e perspectivas mais recentes, relacionados ao autocuidado, desempenho profissional, socialização e autonomia sexual.; b) de Coutinho e Menandro

(2015), que buscaram conhecer a rede de RS do ‘ser mulher’ na família a partir de um total de 20 entrevistas (10 com mulheres que tiveram filhos na década de 1960 e 10 com mulheres que tiveram filhos na década de 1990 e que eram filhas das primeiras), concluindo que apesar de existirem algumas diferenças – tais como a ampliação das possibilidades de exercício profissional, número menor de filhos, e maior envolvimento masculino na esfera doméstica – os resultados evidenciam que há semelhanças entre as gerações no que diz respeito a questão do papéis femininos na família; c) de Domingues et al. (2016), que objetivaram analisar as RS do ser homem para homossexuais e heterossexuais e as implicações relacionadas a infecção pelo HIV através de entrevistas semiestruturadas com 10 homens que adentraram o Centro de Testagem e Aconselhamento de saúde para a realização do teste diagnóstico de HIV (por demanda espontânea), encontrando que a masculinidade tem como desdobramento a virilidade, a consideração do homem como naturalmente insaciável sexualmente, individualista e com práticas hedonistas; d) de Cruz et al. (2017), que objetivando compreender as RS de profissionais da saúde sobre a violência contra a mulher e os homens autores, realizaram entrevistas com 25 profissionais (dos 3 níveis de atenção à saúde) e identificaram a RS da violência contra a mulher ancorada na agressão e objetivada na violência física e do autor objetivado no ‘covarde’; e) de Morera e Padilha (2017), que realizaram uma pesquisa com 70 transexuais (do Brasil e da Costa Rica) com objetivo de analisar RS de sexo e gênero por meio das histórias de vida dos participantes, encontrando, no que diz respeito ao sexo, duas representações complementares: “o sexo como imposição categórica natural lacrada e adquirida (irremediavelmente) ao nascer e o sexo como elemento que rotula, condena e diferencia as pessoas”, e sobre gênero a representação identificada versou sobre “elaborações sintético-sociais associadas ao (necro/bio) poder, à cisnormatividade e à

cultura” (p. 1305); f) e de Antunes et al. (2018), que buscaram identificar a RS de mulher executiva na perspectiva de 31 homens executivos, através de entrevistas semiestruturadas individuais e grupos focais, com resultados que indicaram manutenção das RS tradicionais de gênero, ou seja, são associados ao sexo feminino traços de submissão, dependência, fragilidade, cuidado da casa e dos filhos, entre outros; e aos homens, são atribuídos traços de independência, poder de decisão e racionalidade, entre outros.

Collares-da-Rocha e Souza (2014) apontam que, no que diz respeito aos estudos com grupos religiosos, mais do que ressaltar a importância da religião na vida social como um todo, os pesquisadores de RS devem direcionar o destaque para interações dentro dos grupos religiosos, como se organizam e dão sentido as práticas sociais do indivíduo e do grupo. Conforme afirma Santo et al (2019), “a religiosidade marca a vida cotidiana das pessoas e seus modos de pensar e agir” (p. 779).

Nessa vertente, analisando RS entre grupos religiosos, destacamos, entre outros, os trabalhos de: a) Gussi (2008), que buscou identificar como ministros religiosos (católicos, evangélicos e espíritas) compreendem saúde mental, através de entrevistas, alcançando nos resultados dois eixos principais: o primeiro sobre a doença mental como uma doença da alma, e o segundo versando sobre organização ministerial ser sustentada pela crença do bem e do mal; b) de Collares-da-Rocha e Souza (2014), que com o objetivo de estudar as RS do pecado segundo grupos religiosos por meio de questionário com 223 estudantes de Ensino Médio, de ambos os sexos, e que se autodefiniram como católicos, evangélicos e sem religião, realizaram análise de conteúdo e identificaram que a pertença religiosa influencia nos modos de pensar sobre o pecado já que entre católicos e evangélicos o objeto foi representado a partir do caráter prescritivo da moral, enquanto para os sem religião o objeto foi representado

em face do caráter desviante; c) de Saquetto et al. (2017), que tiveram como objetivo investigar as RS de cristão no discurso do líder da IURD, o Bispo Edir Macedo, por meio da análise do blog oficial do bispo e de conteúdo do jornal Folha Universal e demonstram, nos resultados, que a representação social de Cristão nos discursos do Bispo Macedo cria a imagem do cristão ideal; d) e de M. M. Martins (2019), que buscou identificar e analisar as RS de homem construídas e compartilhadas entre frequentadores da IURD e também analisar as implicações da conversão nos processos de construção da identidade masculina, através de três estudos relacionados que tiveram, em geral, os resultados apontando que “as representações sociais de homem, (re)produzidas no contexto da IURD, encontram-se fortemente ancoradas no modelo de masculinidade hegemônica, estando, portanto, alicerçadas nos mesmos atributos idealizados e exigidos dos homens, cotidianamente, no âmbito secular” (p. 8).

Compreendendo que a religião (re)produz, sustenta e dissemina significações e atitudes em relação a diferentes objetos que podem auxiliar os indivíduos no modo como compreendem, explicam e agem no mundo, a TRS mostrou-se uma boa aposta como lente teórica na medida em que permite a identificação dessas significações em relação a gênero e feminismo, a inferência sobre sua produção, manutenção ou transformação, e a verificação de sua relação com práticas sociais.

Objetivos

Objetivo geral

Investigar as RS de gênero e de feminismo para cristãos de diferentes denominações religiosas e gerações residentes na região da Grande Vitória, Espírito Santo.

Objetivos específicos (de acordo com cada estudo desenvolvido)

Estudo 1:

- Identificar conteúdos de RS gênero (ser homem e ser mulher) para cristãos praticantes católicos e evangélicos (de diversas denominações);
- Identificar as diferentes tomadas de posição/attitudes dos sujeitos da representação sobre o objeto social em análise;
- Verificar se há variações na compreensão desse objeto de acordo com a denominação religiosa, a idade e o sexo.

Estudo 2:

- Identificar e compreender as RS de gênero e de feminismo para lideranças cristãs católicas e evangélicas (de diversas denominações);
- Compreender como se dá a construção dessas RS a partir dos processos de objetivação e ancoragem propostos por Moscovici;
- Compreender como se dá a construção dessas RS considerando a dimensão da polifasia cognitiva.

Os Estudos Desenvolvidos

A presente dissertação se configurou como uma pesquisa exploratória sequencial de abordagem de métodos mistos (quali-quantitativa), que teve como objetivo basilar usar dados e resultados quantitativos para auxiliar na interpretação de resultados qualitativos (Creswell, 2007). A opção pela realização de um estudo de abordagem quantitativa e outro de natureza qualitativa se justifica por entendermos que a articulação dos resultados provenientes dessas diferentes estratégias metodológicas pode oportunizar melhores possibilidades analíticas (Paranhos et al., 2016), favorecendo a compreensão das representações de papéis sociais de gênero e de feminismo para cristãos. A partir do estudo quantitativo, foi possível reunir informações que auxiliassem na construção e interpretação do Estudo 2 (qualitativo), possibilitando um entendimento mais amplo sobre os fenômenos de interesse desta pesquisa.

A fim de alcançar seu objetivo geral, a presente pesquisa contou com realização de dois estudos complementares. O Estudo 1, de caráter quantitativo, buscou identificar conteúdos das RS de gênero (de papéis sociais masculinos e femininos) para cristãos residentes na região metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo, verificando se há variações na compreensão deste objeto de acordo com a religião, com a geração e com o sexo. O Estudo 2, de caráter qualitativo, objetivou investigar e compreender as representações sociais de gênero e de feminismo para cristãos que exercem cargos de liderança em comunidades religiosas da região metropolitana da Grande Vitória, ES. O conjunto de estudos foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo, sob parecer de número 3637900.

Os estudos são descritos de forma completa a seguir. Destaca-se que a introdução dessa dissertação, contendo uma revisão temática e teórica, serve de base para ambos, de modo que não será repetida e passar-se-á diretamente para descrição do método.

Estudo 1 – Papéis sociais de gênero na compreensão de cristãos do estado do Espírito

Santo: contribuições da TRS

Trata-se de estudo quantitativo, descritivo, que objetivou identificar conteúdos de RS de gênero para cristãos residentes na região metropolitana da Grande Vitória, ES. Complementarmente, buscou-se verificar se as significações e atitudes em relação a papéis sociais masculinos e femininos variam de acordo com a religião, a faixa etária e o sexo.

Método

Participantes. Participaram desse Estudo 257 indivíduos³, 157 do sexo feminino e 100 do sexo masculino, residentes na região metropolitana da Grande Vitória, ES. A seleção dos participantes se deu por conveniência (amostragem não probabilística e não aleatória), com emprego da técnica “bola de neve”. Como se notou que as indicações não estavam garantindo a diversidade pretendida em termos de denominações religiosas, passou-se também a recrutar participantes por meio da presença em atividades de diferentes grupos religiosos (cultos, missas, entre outras) e via redes sociais.

Em relação a idade, entre os homens variou entre 18 e 72 anos, sendo que a maior parte (63%) estava na faixa entre 18 e 38 anos; entre os demais, 28% estavam na faixa de 39 a 59 anos, e 9% na faixa acima de 60 anos. Entre as mulheres, a idade variou entre 18 e 80 anos, com 64,3% na faixa entre 18 e 38 anos, 24,8% na faixa de 39 a 59 anos e 10,8% na faixa acima de 60 anos.

Acerca do estado civil, a maioria dos homens (53%) são casados ou estão em uma união estável, 44% solteiros e 3% são divorciados. Entre as mulheres, a maioria (51%) é solteira, 40,5% casadas ou estão em uma união estável, 6% viúvas e 2,5% são divorciadas.

³ No total, 275 pessoas responderam ao questionário; contudo, houve a necessidade de descartar 18 questionários em virtude de rasura ou preenchimento incompleto.

No que se refere a filhos, entre os participantes do sexo masculino, a maioria (55%) não tem, 34% têm até dois e 11% têm três ou mais filhos. Entre as mulheres, a maioria (60%) não tem, 25,5% têm até dois e 14,5% têm três ou mais filhos.

Sobre a escolaridade, 37% dos homens têm o ensino superior incompleto e 36% o ensino superior completo (destes, 14% são pós graduados). Entre os demais homens, 22% têm ensino médio completo, e 5 % têm o ensino médio incompleto. A maior parte das mulheres (39,5%) têm o ensino superior incompleto, 31,8% têm superior completo (destas, 17,8% são pós graduadas), 19% têm o ensino médio completo e 9,6 % têm o ensino médio incompleto.

Em relação a religião, a maior parte dos participantes do sexo masculino (37%) é católica, 26% são batistas, 12% anglicanos, 12% presbiterianos, 8% de denominações pentecostais⁴, 4% evangélicos não especificados e 1% de denominações neopentecostais². Entre as mulheres, 32,5% são católicas, 26,8% batistas, 15,9% de denominações pentecostais, 11,5% Presbiterianas, 6,4% anglicanas, 3,8% evangélicas não especificadas, 3,2% de denominações neopentecostais.

Acerca do tempo de participação na religião, a maioria (58%) dos homens têm mais de 15 anos; entre os demais, 30% têm entre 10 e 15 anos e 12% têm menos de 10 anos. A maioria (76,4%) das participantes do sexo feminino têm mais de 15 anos, e entre as demais, 8,9% têm entre 10 e 15 anos, 7,6% têm entre 5 e 10 anos, e 7% têm menos de 5 anos de participação.

⁴ Em virtude da diversidade de denominações e do fato de algumas delas estarem representadas aqui por número reduzido de participantes (menos de cinco), estabeleceu-se agrupamentos, considerando suas bases comuns (pentecostalismo ou neopentecostalismo), ficando assim distribuídas: *Denominações pentecostais*, que engloba Assembleia de Deus, Deus é amor, Quadrangular, Maranata, Cristã Evangélica, Missão Evangélica; *Denominações Neopentecostais*, que abarca a Universal do Reino de Deus e Bola de Neve Church.

Para melhor visualização da caracterização geral dos participantes, as informações sobre dados pessoais são apresentadas em uma tabela (Tabela 1), com indicação de frequência simples e porcentagem.

Tabela 1

Caracterização geral dos participantes

Características demográficas		Participantes	
		F	%
<i>Sexo</i>	Feminino	157	61,1
	Masculino	100	38,9
<i>Idade</i>	18 a 38 anos	164	63,8
	39 a 59 anos	67	26,1
	60 a 80 anos	26	10,1
<i>Estado civil</i>	Solteiro	124	48,2
	Casado ou União estável	117	45,5
	Divorciado	7	2,7
	Viúvo	9	3,5
<i>Filhos</i>	0	149	58,0
	1	29	11,3
	2	45	17,5
	3	25	9,7
	4	5	1,9
	5	4	1,6
<i>Escolaridade</i>	Fundamental incompleto	4	1,6
	Fundamental completo	1	0,4
	Médio incompleto	15	5,8
	Médio completo	52	20,2
	Superior incompleto	99	38,5
	Superior completo	44	17,1
	Pós graduação	42	16,3
<i>Religião</i>	Católico	88	34,2
	Batista	68	26,5
	Presbiteriano	30	11,7

Características demográficas		Participantes	
		F	%
	Anglicano	22	8,6
	Denominações pentecostais	33	12,8
	Evangélico não especificado	10	3,9
	Denominações neopentecostais	6	2,3
	Menos de 1 ano	9	3,5
<i>Tempo de participação</i>	Entre 1 e 5 anos	9	3,5
	Entre 5 e 10 anos	17	6,6
	Entre 10 e 15 anos	44	17,1
	Mais de 15 anos	178	69,3

Instrumento e Procedimentos de coleta de dados. Para coleta dos dados, utilizou-se um questionário (Apêndice A) com questões organizadas de acordo com a escala do tipo Likert, que corresponde a uma escala de verificação na qual é desenvolvida uma série de afirmações relacionadas à definição de um construto para que os respondentes possam expressar seu grau de concordância (S. D. Silva & Costa, 2014). Gunther (2003) aponta que esse tipo de escala frequentemente é usado na área das Ciências Sociais, especialmente em pesquisas de levantamento de atitudes e opiniões entre grupos.

O questionário foi composto por 56 sentenças afirmativas relacionadas as funções, papéis e características atribuídas a homens e mulheres, cada qual com três possibilidades de resposta na escala: *discordo*, *não concordo nem discordo* e *concordo*. Também contou com questões sociodemográficos (sexo, idade, escolaridade, estado civil, filhos, ocupação, religião, tempo que pratica essa religião).

Na elaboração das afirmativas considerou-se: 1) o que, frequentemente, circula no senso comum sobre ser homem e ser mulher, bem como compreensões comuns do meio religioso observadas em artigos/notícias de revistas e jornais atuais (DiP et al., 2019)

acerca de atributos e papéis sociais de gênero, além de versículos da bíblia⁵ que versam sobre tais papéis; 2) a inclusão, para cada afirmativa com uma característica ou atributo associado a um dos gêneros (ex. “*Sensibilidade é uma característica feminina*”), de uma outra em que esse mesmo atributo/característica fosse associado ao outro gênero, mesmo que não seja algo “comum” do ponto de vista social (ex. “*Sensibilidade é uma característica masculina*”); 3) o emprego de outras variações no sentido de garantir que uma determinada função pudesse ser pensada como possível para ambos os gêneros (ex. “*Os homens têm o dever de satisfazer sexualmente suas esposas*”; “*As mulheres têm o dever de satisfazer sexualmente seus maridos*”); 4) a inclusão de afirmativas sobre um mesmo papel ou função com os verbos *poder* e *dever* para a averiguar se haveria diferença nos resultados apresentar tais questões como possibilidade ou obrigação de acordo com o sexo.

Para constituição do grupo de participantes, um primeiro critério de inclusão foi o indivíduo se autodeclarar “cristão praticante⁶”. A partir desse critério inicial, foram incluídas pessoas que frequentassem igrejas cristãs, evangélicas ou católicas, fossem maiores de 18 anos, e residissem na região da Grande Vitória. Como critérios de exclusão, considerou-se: ser cristão, mas não se considerar “praticante”; ser cristão, mas não ser católico ou evangélico/protestante; ter menos de 18 anos; não ser residente na região metropolitana da Grande Vitória; ser ateu ou de religião não cristã.

Antes de abordar diretamente os membros das igrejas/comunidades/grupos e convidá-los para participarem da pesquisa, a pesquisadora, na maioria das vezes, reuniu-se com alguma liderança local para solicitar a concordância para a realização do estudo.

⁵ Os trechos bíblicos que foram utilizados na elaboração das sentenças serão descritos na discussão dos resultados de tais itens.

⁶ Como a maior parte dos questionários foi aplicada (ou agendada a aplicação) após as reuniões de comunidades religiosas (nas igrejas ou em grupos religiosos da universidade), os indivíduos que foram acessados, além de se autodeclararem como “cristãos praticantes”, demonstraram ter uma participação regular em atividades vinculadas a algum grupo religioso/igreja.

Estas reuniões se fizeram necessárias uma vez que, mesmo se tratando de uma pesquisa voluntária e anônima, em alguns locais acessados inicialmente, a aplicação do questionário próximo às dependências das comunidades era visto de forma negativa, produzindo um clima de desconforto e desconfiança. Assim, optou-se por sempre empreender um contato inicial com algum responsável pela comunidade/grupo, no qual eram explicitados os objetivos gerais e específicos da investigação, os cuidados éticos a serem tomados, o conteúdo do questionário, os procedimentos de análise dos dados, além do convite à própria liderança para fazer parte da pesquisa em outra etapa. Após essa explicação e convite, apenas duas comunidades religiosas não autorizaram a realização da pesquisa com os membros que tivessem interesse.

Vale ressaltar que, a maior parte das pessoas das comunidades religiosas que foram acessadas se mostraram solícitas, permitindo a participação da pesquisadora em cultos, missas e reuniões, inclusive cedendo espaço de fala durante essas atividades para divulgação do estudo. Em algumas dessas comunidades religiosas foi combinado que, ao final da pesquisa, haveria uma devolutiva, o que poderá ser feito através da disponibilização de uma cópia final da dissertação ou, até mesmo, através de uma apresentação didática em uma reunião geral da comunidade. Tal fato se mostra relevante na medida em que se espera que os resultados desta pesquisa, de fato, alcancem os grupos religiosos acionados.

O instrumento foi aplicado presencialmente em todos os casos pela própria pesquisadora. Instruções gerais sobre a pesquisa e questionário foram repassadas aos potenciais participantes, e no caso de concordância, houve a aplicação do instrumento (individual ou coletivamente⁷). A coleta de dados foi realizada sempre de acordo com a

⁷ Salvo exceções relacionadas a dificuldade de leitura de alguns participantes da faixa de idade mais velha, os questionários foram lidos e preenchidos pelos próprios participantes e de maneira individual. Assim, a aplicação do instrumento de maneira coletiva corresponde ao processo de dar as instruções e orientações de maneira conjunta ao grupo de pessoas em alguma reunião da comunidade religiosa, mantendo-se presente

disponibilidade dos indivíduos e nos locais de sua conveniência (em salas da comunidade religiosa, na universidade, na sua própria residência, entre outros), e teve duração de cerca de cinco meses.

O projeto de pesquisa da dissertação como um todo, após o exame de qualificação, foi submetido e avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFES. No entanto, conforme a Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 (Conselho Nacional de Saúde), as pesquisas em Ciências Humanas de opinião pública e amostra anônima, como é o caso deste estudo, não precisam de avaliação do CEP e nem do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tratamento e Análise de dados. Os resultados provenientes da aplicação do questionário foram organizados com auxílio de estatísticas exploratórias, descritivas e inferências do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 23. Trata-se de um dos programas informáticos mais utilizados dentro das pesquisas na área de ciências humanas e sociais, amplo e de fácil manuseio, e que permite a utilização de dados em diversos formatos para gerar relatórios, calcular estatísticas descritivas, conduzir análises estatísticas complexas e elaborar gráficos (Pilati & Porto, 2008).

Os dados dos questionários foram organizados em uma tabela do Excel e, posteriormente, repassados para o software SPSS. Na presente pesquisa, a utilização do software objetivou análises exploratórias das escalas e a correlação dos itens pesquisados, procedimento que possibilitou a leitura dos dados por meio das frequências e percentuais (apresentadas por meio de tabelas e gráficos). Vale ressaltar que não é suficiente saber operar o software, sendo também necessário ser capaz de compreender e analisar os resultados que o programa oferece (Pilati & Porto, 2008).

enquanto respondem ao instrumento. No caso dos 3 participantes que necessitaram de auxílio, a leitura dos itens foi realizada pela pesquisadora.

Apesar de ser geralmente utilizado nas pesquisas em psicologia social para analisar dados sociodemográficos, acredita-se que as análises realizadas com o auxílio do SPSS a partir das informações obtidas por meio do questionário com escalas tipo *likert* possibilitaram identificar o campo consensual das RS (L. B. Machado & Monteiro, 2016; S. E. C. Rodrigues, 2014).

Resultados

A seguir, estão apresentadas as frequências e percentuais de cada afirmativa do questionário segundo a opção de resposta no formato de tabela (Tabela 2) e de gráfico (Figura 1).

Tabela 2

Resultados

Itens	(1) Discordo		(2) Não concordo Nem discordo		(3) Concordo	
	F	%	F	%	F	%
01 Sensibilidade é uma característica feminina	134	52,1	34	13,2	89	34,6
02 Sensibilidade é uma característica masculina	163	63,4	64	24,9	30	11,7
03 As mulheres são mais emocionais que os homens	63	24,5	58	22,6	136	52,9
04 Os homens são mais emocionais que as mulheres	168	65,4	79	30,7	10	3,9
05 Ternura é uma característica feminina	91	35,4	62	24,1	104	40,5
06 Ternura é uma característica masculina	127	49,4	92	35,8	38	14,8
07 Os homens são mais cooperativos que as mulheres	130	50,6	98	38,1	29	11,3
08 As mulheres são mais cooperativas que os homens	87	33,9	88	34,2	82	31,9
09 Os homens são mais competitivos que as mulheres	89	34,6	77	30	91	35,4

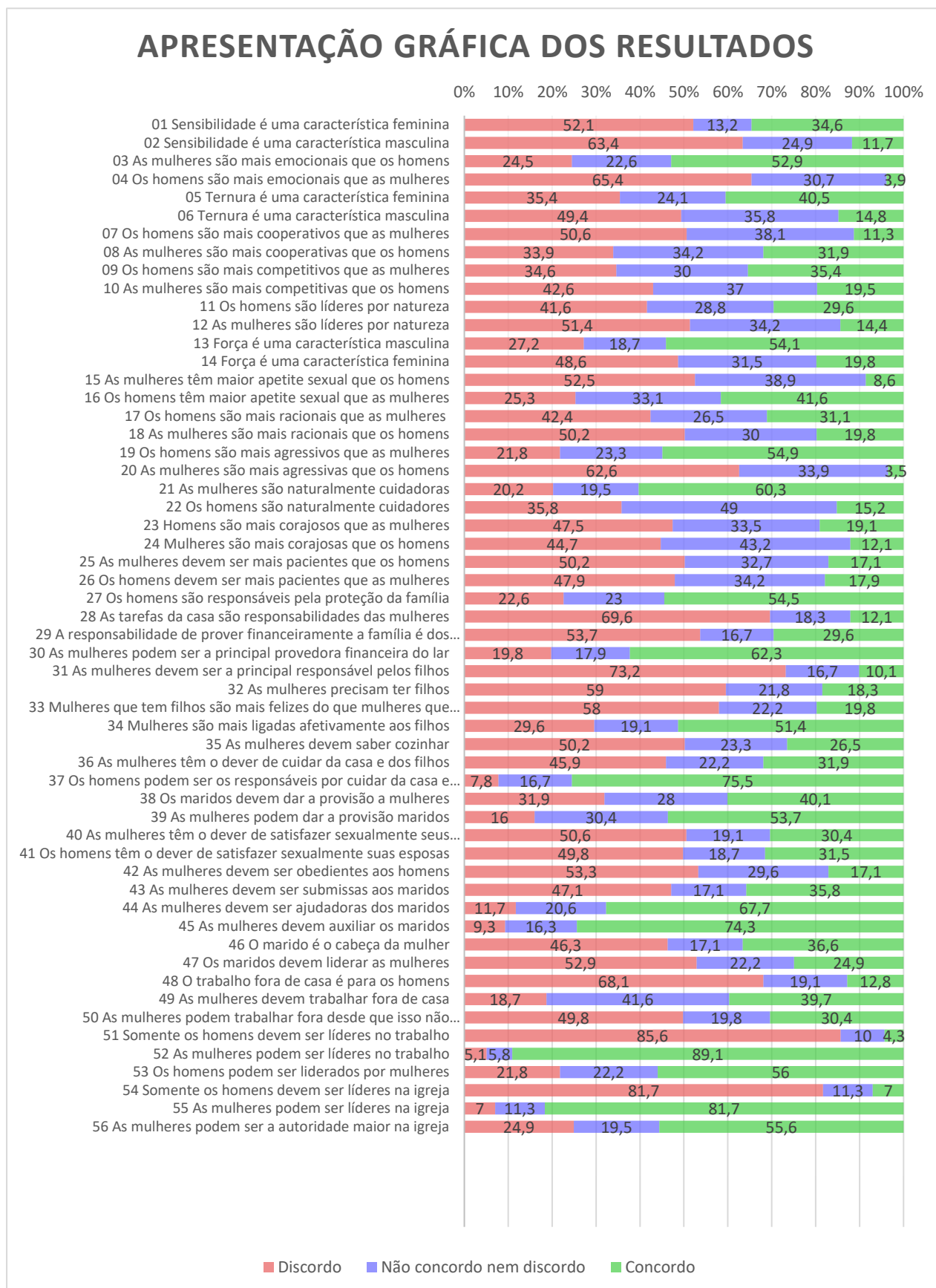
Itens	(1) Discordo		(2) Não concordo Nem discordo		(3) Concordo	
	F	%	F	%	F	%
10 As mulheres são mais competitivas que os homens	112	42,6	95	37	50	19,5
11 Os homens são líderes por natureza	107	41,6	74	28,8	76	29,6
12 As mulheres são líderes por natureza	132	51,4	88	34,2	37	14,4
13 Força é uma característica masculina	70	27,2	48	18,7	139	54,1
14 Força é uma característica feminina	125	48,6	81	31,5	51	19,8
15 As mulheres têm maior apetite sexual que os homens	135	52,5	10	38,9	22	8,6
16 Os homens têm maior apetite sexual que as mulheres	65	25,3	85	33,1	107	41,6
17 Os homens são mais racionais que as mulheres	109	42,4	68	26,5	80	31,1
18 As mulheres são mais racionais que os homens	129	50,2	77	30	51	19,8
19 Os homens são mais agressivos que as mulheres	56	21,8	60	23,3	141	54,9
20 As mulheres são mais agressivas que os homens	161	62,6	87	33,9	9	3,5
21 As mulheres são naturalmente cuidadoras	52	20,2	50	19,5	155	60,3
22 Os homens são naturalmente cuidadores	92	35,8	12	49,0	39	15,2
23 Homens são mais corajosos que as mulheres	122	47,5	86	33,5	49	19,1
24 Mulheres são mais corajosas que os homens	115	44,7	11	43,2	31	12,1
25 As mulheres devem ser mais pacientes que os homens	129	50,2	84	32,7	44	17,1
26 Os homens devem ser mais pacientes que as mulheres	123	47,9	88	34,2	46	17,9
27 Os homens são responsáveis pela proteção da família	58	22,6	59	23	140	54,5
28 As tarefas da casa são responsabilidades das mulheres	179	69,6	47	18,3	31	12,1
29 A responsabilidade de prover financeiramente a família é dos homens	138	53,7	43	16,7	76	29,6
30 As mulheres podem ser a principal provedora financeira do lar	51	19,8	46	17,9	160	62,3

Itens	(1) Discordo		(2) Não concordo Nem discordo		(3) Concordo	
	F	%	F	%	F	%
31 As mulheres devem ser a principal responsável pelos filhos	188	73,2	43	16,7	26	10,1
32 As mulheres precisam ter filhos	154	59,0	56	21,8	47	18,3
33 Mulheres que tem filhos são mais felizes do que mulheres que não tem filhos	149	58,0	51	22,2	51	19,8
34 Mulheres são mais ligadas afetivamente aos filhos	76	29,6	49	19,1	132	51,4
35 As mulheres devem saber cozinhar	129	50,2	60	23,3	68	26,5
36 As mulheres têm o dever de cuidar da casa e dos filhos	118	45,9	57	22,2	82	31,9
37 Os homens podem ser os responsáveis por cuidar da casa e dos filhos	20	7,8	43	16,7	194	75,5
38 Os maridos devem dar a provisão a mulheres	82	31,9	72	28,0	103	40,1
39 As mulheres podem dar a provisão maridos	41	16,0	78	30,4	138	53,7
40 As mulheres têm o dever de satisfazer sexualmente seus maridos	130	50,6	49	19,1	78	30,4
41 Os homens têm o dever de satisfazer sexualmente suas esposas	128	49,8	48	18,7	81	31,5
42 As mulheres devem ser obedientes aos homens	137	53,3	76	29,6	44	17,1
43 As mulheres devem ser submissas aos maridos	121	47,1	44	17,1	92	35,8
44 As mulheres devem ser ajudadoras dos maridos	30	11,7	53	20,6	174	67,7
45 As mulheres devem auxiliar os maridos	24	9,3	42	16,3	191	74,3
46 O marido é o cabeça da mulher	119	46,3	44	17,1	94	36,6
47 Os maridos devem liderar as mulheres	136	52,9	57	22,2	64	24,9
48 O trabalho fora de casa é para os homens	175	68,1	49	19,1	33	12,8
49 As mulheres devem trabalhar fora de casa	48	18,7	10	4,1	102	39,7
50 As mulheres podem trabalhar fora desde que isso não prejudique suas funções em casa	128	49,8	51	19,8	78	30,4
51 Somente os homens devem ser líderes no trabalho	220	85,6	26	10,0	11	4,3
52 As mulheres podem ser líderes no trabalho	13	5,1	15	5,8	229	89,1
53 Os homens podem ser liderados por mulheres	56	21,8	57	22,2	144	56,0
54 Somente os homens devem ser líderes na igreja	210	81,7	29	11,3	18	7,0

Itens	(1) Discordo		(2) Não concordo Nem discordo		(3) Concordo	
	F	%	F	%	F	%
55 As mulheres podem ser líderes na igreja	18	7,0	29	11,3	210	81,7
56 As mulheres podem ser a autoridade maior na igreja	64	24,9	50	19,5	143	55,6

Figura 1

Apresentação gráfica dos resultados



Como o questionário é composto por muitos itens, na apresentação dos resultados optou-se por agrupá-los de acordo com o tema (ex. as sentenças que tratam sobre o atributo *força* são apresentadas em conjunto). Serão identificadas diferenças segundo as variáveis sexo, idade⁸ e religião quando estas se mostrarem significativas, ou seja, quando mostrarem alguma diferença em relação ao percentual geral das respostas de cada sentença. Os resultados de todas as sentenças foram analisados através de estatística descritiva com tabelas de referência cruzada no software SPSS, mas apresenta-se aqui apenas quando estas se mostraram interferentes de uma forma expressiva nos resultados⁹.

Considerando os dados apresentados na figura e tabela anteriores, a maioria dos participantes discorda que a sensibilidade é uma característica que pode ser relacionada ao sexo feminino ou ao sexo masculino (52% e 63%, respectivamente). Vale notar que essa discordância é maior quando a afirmação relaciona esta característica ao sexo masculino (63%), assim como há aumento percentual em relação a concordância com a afirmação quando se refere ao sexo feminino (34%).

Entre os participantes do sexo masculino que discordaram da afirmação número 01 (*Sensibilidade é uma característica feminina*) e número 02 (*Sensibilidade é uma característica masculina*) há uma equivalência em termos quantitativos - 54% discordam de ambas. Em relação as mulheres, a discordância é maior (quase 70%) quando a associação da sensibilidade é com o sexo masculino (afirmação 02), ficando em torno de 51% no que se refere a afirmação 01.

Entre os homens a equivalência não se mantém no que diz respeito a concordância com as afirmações. Em relação aos que concordam com a afirmativa número 1 (31%), há

⁸ Aqui, estão sendo consideradas três faixas etárias para efeitos de organização: 18-38 anos (jovens e adultos jovens); 39-59 anos (meia idade); 60-80 anos (terceira idade).

⁹ O software SPSS fornece todas as tabelas de referência cruzada (os resultados de cada sentença foram comparados segundo cada variável). Contudo, essas tabelas são apresentadas aqui apenas quando se mostram significativas em relação as variáveis; quando não há diferenças expressivas, julgou-se desnecessário expô-las.

uma diminuição considerável se comparada a concordância com a afirmação 2 (16%), o que também pode estar se refletindo no aumento da resposta *não concordo, nem discordo* (30%), conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1

Sensibilidade – Tabulação cruzada por sexo

Sensibilidade é uma característica feminina

		Discordo		Concordo		Total
			Não concordo nem discordo			
Sexo	M	f	54	15	31	100
		%	54,0%	15,0%	31,0%	100,0%
	F	f	80	19	58	157
		%	51,0%	12,1%	36,9%	100,0%
Total		f	134	34	89	257
		%	52,1%	13,2%	34,6%	100,0%

Sensibilidade é uma característica masculina

		Discordo		Concordo		Total
			Não concordo nem discordo			
Sexo	M	f	54	30	16	100
		%	54,0%	30,0%	16,0%	100,0%
	F	f	109	34	14	157
		%	69,4%	21,7%	8,9%	100,0%
Total		f	163	64	30	257
		%	63,4%	24,9%	11,7%	100,0%

No que diz aos itens 03 e 04, sobre emotividade, detectou-se um percentual expressivo de concordância com a ideia das mulheres serem mais emocionais que os homens (aproximadamente 53%), e de discordância com a perspectiva de que os homens são mais emocionais que as mulheres (65,4%). Considerando as religiões/denominações, não houve diferença em relação a afirmativa “*Os homens são mais emocionais que as mulheres*”, pois a maior parte dos participantes de todas as denominações/religiões discorda. Já na sentença que relaciona esta característica as mulheres, destaca-se que a denominação anglicana é a única que tem um percentual de discordância superior ao de concordância e as denominações pentecostais e neopentecostais alcançam um percentual de concordância superior a 70%.

Quadro 2

Emotividade – Tabulação cruzada por denominação/religião

<u>As mulheres são mais emocionais que os</u>						
<u>homens</u>						
		Discordo		Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Religião	Católico	<i>f</i>	21	24	43	88
		%	23,9%	27,3%	48,9%	100,0%
	Batista	<i>f</i>	14	14	40	68
		%	20,6%	20,6%	58,8%	100,0%
	Presbiteriano	<i>f</i>	11	5	14	30
		%	36,7%	16,7%	46,7%	100,0%
	Denominações pentecostais	<i>f</i>	3	6	24	33
		%	9,1%	18,2%	72,7%	100,0%
	Denominações neopentecostais	<i>f</i>	0	1	5	6
		%	0,0%	16,7%	83,3%	100,0%
	Anglicano	<i>f</i>	12	5	5	22
		%	54,5%	22,7%	22,7%	100,0%
	Evangélico não especificado	<i>f</i>	2	3	5	10
		%	20,0%	30,0%	50,0%	100,0%
Total	<i>f</i>	63	58	136	257	
	%	24,5%	22,6%	52,9%	100,0%	

Acerca da ternura (afirmativas 5 e 6), nem umas das sentenças teve um percentual (de concordância ou discordância) acima de 50%. No entanto, ao considerar que 40,5% afirmam que ternura é um atributo feminino (enquanto apenas 14,8% concordaram ser essa uma característica masculina), e 49,4% discordam que seja uma característica masculina, pode-se inferir que para esse grupo de respondentes esta seria uma característica tipicamente feminina. Chama atenção o fato de que esse atributo apresenta uma pequena variação em relação as faixas de idade: entre os participantes mais velhos (faixas da meia idade e da velhice), a diferença entre os que concordam e discordam é relativamente maior, especialmente na associação desta característica aos homens. Já

entre os participantes jovens, as tomadas de posição em cada resposta estão equilibradas na afirmativa 5 (ternura é uma característica feminina) e é a que tem um percentual maior de neutralidade (*não concordo nem discordo*) na associação deste atributo nos homens.

Quadro 3

Ternura – Tabulação cruzada faixa por faixa de idade

Ternura é uma característica feminina						Ternura é uma característica masculina							
		Discordo		Não concordo nem	Concordo	Total			Discordo		Não concordo nem	Concordo	Total
Idade	18	f	60	47	57	164	Idade	18	f	76	66	22	164
	a	%	36,6%	28,7%	34,8%	100,0%		a	%	46,3%	40,2%	13,4%	100,0%
	38							38					
	39	F	23	10	34	67		39	F	34	19	14	67
	a	%	34,3%	14,9%	50,7%	100,0%		a	%	50,7%	28,4%	20,9%	100,0%
	59							59					
Idade	60	f	8	5	13	26	Idade	60	f	17	7	2	26
	a	%	30,8%	19,2%	50,0%	100,0%		a	%	65,4%	26,9%	7,7%	100,0%
	80							80					
Total	F	91	62	104	257	Total	F	127	92	38	257		
	%	35,4%	24,1%	40,5%	100,0%		%	49,4%	35,8%	14,8%	100,0%		

Ainda sobre ternura, outro dado que se destaca é a variação em relação a denominação religiosa no que diz respeito a sentença que atribui esta característica as mulheres. Conforme o Quadro 4, pode-se observar que: 1) algumas denominações (Católicos, Batistas, Presbiterianos e os Evangélicos não especificados) apresentam um equilíbrio entre concordantes e discordantes; 2) as denominações pentecostais e neopentecostais tem um percentual de concordância superior ao de discordância; 3) A denominação anglicana é a única que apresenta um percentual de discordância superior ao de concordância.

Quadro 4*Ternura – Tabulação cruzada por denominação/religião*

<u>Ternura é uma característica feminina</u>						
			Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Religião	Católico	f	33	22	33	88
		%	37,5%	25,0%	37,5%	100,0%
	Batista	f	20	27	21	68
		%	29,4%	39,7%	30,9%	100,0%
	Presbiteriano	f	14	1	15	30
		%	46,7%	3,3%	50,0%	100,0%
	Denominações pentecostais	f	7	6	20	33
		%	21,2%	18,2%	60,6%	100,0%
	Denominações neopentecostais	f	2	0	4	6
		%	33,3%	0,0%	66,7%	100,0%
	Anglicano	f	11	5	6	22
		%	50,0%	22,7%	27,3%	100,0%
	Evangélico não especificado	f	4	1	5	10
		%	40,0%	10,0%	50,0%	100,0%
Total		f	91	62	104	257
		%	35,4%	24,1%	40,5%	100,0%

Sobre cooperação, observa-se não haver um consenso entre os participantes sobre as mulheres serem ou não mais cooperativas que os homens (as respostas estão equilibradamente distribuídas). Todavia, em relação aos homens serem mais cooperativos que as mulheres, 51% discorda, 38% não concorda nem discorda, e apenas 11% concorda.

No aspecto competitividade, não se evidencia consenso em termos de concordância ou discordância acerca dos homens serem mais competitivos que as mulheres. E quando se avalia a afirmativa que as mulheres são mais competitivas que os homens, 42% discordam, 37% se posicionam em neutralidade (não concordo nem discordo) e apenas 19,5% concordam.

Sobre liderança, evidencia-se que a maioria dos participantes discorda que esta seja uma característica natural de homens ou mulheres. No entanto, a discordância é significativamente maior quando a afirmação se relaciona ao feminino (em torno de 52%) e a concordância é maior quando a sentença se refere ao masculino (em torno de 30%). Em relação a afirmativa de que as mulheres são líderes por natureza, como se pode notar no quadro abaixo (Quadro 5), apenas 7% dos homens concordam.

Quadro 5

Liderança - Tabulação cruzada por sexo

Os homens são líderes por natureza						Os homens são líderes por natureza							
		Discordo	Não concordo nem	Concordo	Total			Discordo	Não concordo nem	Concordo	Total		
Sexo	M	f	43	23	34	100	Sexo	M	f	58	35	7	100
		%	43,0%	23,0%	34,0%	100,0%			%	58,0%	35,0%	7,0%	100,0%
	F	f	64	51	42	157		F	f	74	53	30	157
		%	40,8%	32,5%	26,8%	100,0%			%	47,1%	33,8%	19,1%	100,0%
Total		f	107	74	76	257	Total		f	132	88	37	257
		%	41,6%	28,8%	29,6%	100,0%			%	51,4%	34,2%	14,4%	100,0%

Sobre o atributo força, os participantes expressam significativo percentual de concordância com a sentença que a associa ao sexo masculino (54%), ao mesmo tempo em que grande parte (aproximadamente 49%) discorda que seja uma característica feminina.

Em relação a apetite sexual, a maioria (52,5%) dos participantes discorda que as mulheres têm maior que os homens, e apenas 8,6% concordam com a afirmativa. Em contrapartida, 41,6% concordam que os homens têm maior apetite sexual que as mulheres e 25,3% discordam dessa afirmação.

Nos itens 17 e 18, em que constam as sentenças sobre racionalidade, observou-se que a maior parte dos participantes discorda que esta seja uma característica comparativamente mais acentuada em homens (43%) ou em mulheres (50%); no entanto nos casos de concordância com uma ou outra afirmativa, esta é discretamente maior na sentença que aponta os homens como mais racionais (31%).

Acerca da agressividade, parece haver uma tendência na direção de que essa característica é mais acentuada nos homens do que em mulheres. Isso porque em torno de 55% dos participantes concordam que os homens são mais agressivos que as mulheres, ao passo que apenas 3,5% concordam com a afirmativa quando a atribuição é feita ao sexo feminino. Além disso, 63% discordam que as mulheres são mais agressivas que os homens, em contraposição a 22% que discorda que os homens sejam mais agressivos. Vale notar que, conforme o quadro 6, a denominação anglicana é a única a reunir um percentual maior de discordância no que diz respeito a associação dessa característica aos homens. Sobre as mulheres serem mais agressivas não houve variação em relação as diferentes religiões/denominações.

Quadro 6

Agressividade como característica masculina – Tabulação cruzada por religião/denominação

Os homens são mais agressivos que as mulheres						
		Discordo		Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Religião	Católico	f	20	17	51	88
		%	22,7%	19,3%	58,0%	100,0%
	Batista	f	15	17	36	68
		%	22,1%	25,0%	52,9%	100,0%
	Presbiteriano	f	7	6	17	30
		%	23,3%	20,0%	56,7%	100,0%
		f	1	12	20	33

Denominações pentecostais	%	3,0%	36,4%	60,6%	100,0%
Denominações neopentecostais	<i>f</i>	1	0	5	6
	%	16,7%	0,0%	83,3%	100,0%
Anglicano	<i>f</i>	10	6	6	22
	%	45,5%	27,3%	27,3%	100,0%
Evangélico não especificado	<i>f</i>	2	2	6	10
	%	20,0%	20,0%	60,0%	100,0%
Total	<i>f</i>	56	60	141	257
	%	21,8%	23,3%	54,9%	100,0%

Sobre a característica de ser naturalmente cuidador(a) (itens 21 e 22) a maioria (60,3%) concorda que as mulheres são naturalmente cuidadoras e, em contrapartida, apenas 15% concordam que os homens são naturalmente cuidadores. Chama a atenção que no caso da afirmativa sobre homens como cuidadores, a maior parte dos respondentes não opinou (49%).

No aspecto coragem evidencia-se que a maior parte dos participantes discorda que esta seja uma característica mais acentuada em homens ou em mulheres (respectivamente 47,5% e 44,7%). Chama atenção dois dados em relação a afirmativa de que as mulheres são mais corajosas que os homens: 1) o maior percentual de neutralidade (*não concordo nem discordo*), 45%; 2) apenas 7% dos participantes homens concorda com a afirmativa, conforme observado no quadro abaixo (quadro 7):

Quadro 7

Coragem - Tabulação cruzada sexo

Os homens são mais corajosos do que as mulheres						As mulheres são mais corajosas do que os homens					
				Não concordo nem						Não concordo nem	
		Discordo		discordo		Concordo		Discordo		discordo	
Sexo	M	f	40	37	23	100		M	f	48	45
	%	%	40,0%	37,0%	23,0%	100,0%		%	%	48,0%	45,0%
	F	f	82	49	26	157		F	f	67	66
	%	%	52,2%	31,2%	16,6%	100,0%		%	%	42,7%	42,0%
Total		f	122	86	49	257		Total		f	115
		%	47,5%	33,5%	19,1%	100,0%				%	44,7%

Sobre o atributo paciência (sentenças 25 e 26), os participantes expressam significativo percentual de discordância: em torno de 50% em relação às mulheres serem mais pacientes e cerca de 48% para a mesma afirmação em relação aos homens.

Nas sentenças sobre tarefas e funções de homens e mulheres na família (27 a 30), considerando as respostas predominantes, observa-se que: em torno de 55% dos participantes concordam que os homens têm a função de “proteger” a família; 70% discordam que as mulheres sejam as responsáveis pelas tarefas de casa; 54% discordam que os homens são os responsáveis pelo sustento familiar, e em torno de 62% concordam que as mulheres podem ser a principal provedora.

Em relação a filhos (sentenças 31 a 34), observa-se que a maioria expressiva dos participantes discorda que as mulheres devem ser a principal responsável pelos filhos (73%) e precisam ter filhos (59%). Apesar disso, é alto o percentual que concorda que as mulheres são mais ligadas afetivamente aos filhos (51,4%). Sobre a afirmativa se as mulheres são mais felizes quando tem filhos, 58% dos participantes discordam. Ressalta-se, neste item, uma variação relacionada as faixas de idade especialmente do sexo feminino, dado que: 1) entre as mulheres na faixa de 18 à 38 anos o percentual de

discordância chega à 80%; 2) diferente de outras faixas de idade, a única faixa de idade em que o percentual de concordância é maior que as demais é a das participantes do sexo feminino mais velhas.

Quadro 8

Mulheres que têm filhos são mais felizes – Tabulação cruzada por faixa de idade x Sexo

Mulheres que tem filhos são mais felizes do que mulheres que não tem filhos							
				Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Sexo M	Idade	18 a 38	f	30	17	16	63
			%	47,6%	27,0%	25,4%	100,0%
		39 a 59	f	12	9	7	28
			%	42,9%	32,1%	25,0%	100,0%
		60 a 80	f	4	2	3	9
			%	44,4%	22,2%	33,3%	100,0%
	Total	f	46	28	26	100	
		%	46,0%	28,0%	26,0%	100,0%	
Sexo F	Idade	18 a 38	f	81	15	5	101
			%	80,2%	14,9%	5,0%	100,0%
		39 a 59	f	17	10	12	39
			%	43,6%	25,6%	30,8%	100,0%
		60 a 80	f	5	4	8	17
			%	29,4%	23,5%	47,1%	100,0%
	Total	f	103	29	25	157	
		%	65,6%	18,5%	15,9%	100,0%	
Total	Idade	18 a 38	f	111	32	21	164
			%	67,7%	19,5%	12,8%	100,0%
		39 a 59	f	29	19	19	67
			%	43,3%	28,4%	28,4%	100,0%
		60 a 80	f	9	6	11	26
			%	34,6%	23,1%	42,3%	100,0%
	Total	f	149	57	51	257	
		%	58,0%	22,2%	19,8%	100,0%	

Sobre o dever da mulher de saber cozinhar, pôde-se observar que a maioria dos participantes (50,2%) discorda dessa afirmativa, e 26,5% concordam. Em relação as denominações religiosas, apenas em um caso (denominações pentecostais) a concordância é significativamente maior que a discordância.

Quadro 9

Saber cozinhar - Tabulação cruzada religião/ denominação

As mulheres devem saber cozinhar									
		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Total	
Religião	Católico	f	46	16	26	88			
		%	52,3%	18,2%	29,5%	100,0%			
	Batista	f	32	21	15	68			
		%	47,1%	30,9%	22,1%	100,0%			
	Presbiteriano	f	19	7	4	30			
		%	63,3%	23,3%	13,3%	100,0%			
	Denominações pentecostais	f	8	10	15	33			
		%	24,2%	30,3%	45,5%	100,0%			
	Denominações neopentecostais	f	3	1	2	6			
		%	50,0%	16,7%	33,3%	100,0%			
	Anglicano	f	16	5	1	22			
		%	72,7%	22,7%	4,5%	100,0%			
	Evangélico não especificado	f	5	0	5	10			
		%	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%			
Total		f	129	60	68	257			
		%	50,2%	23,3%	26,5%	100,0%			

No que diz respeito ao dever feminino de cuidar dos filhos e da casa, 46% dos participantes discordam e 32% concordam, indicando que não há uma tendência clara sobre isso. Como nas questões anteriores, em relação a denominação/religião houve algumas diferenciações: apenas entre membros de denominações pentecostais houve um percentual significativamente maior de concordância que discordância; e entre as

denominações neopentecostais, os evangélicos não especificados e os batistas houve distribuição equilibrada de concordância e discordância, sendo que a última foi a única denominação a apresentar uma pequena vantagem no percentual de respostas não concordo, nem discordo.

Quadro 10

Dever feminino de cuidar dos filhos e da casa - Tabulação cruzada religião/denominação

As mulheres têm o dever de cuidar da casa e dos filhos						
			Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Religião	Católico	f	46	18	24	88
		%	52,3%	20,5%	27,3%	100,0%
	Batista	f	22	24	22	68
		%	32,4%	35,3%	32,4%	100,0%
	Presbiteriano	f	20	2	8	30
		%	66,7%	6,7%	26,7%	100,0%
	Denominações pentecostais	f	11	7	15	33
		%	33,3%	21,2%	45,5%	100,0%
	Denominações neopentecostais	f	3	0	3	6
		%	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%
	Anglicano	f	12	5	5	22
		%	54,5%	22,7%	22,7%	100,0%
	Evangélico não especificado	f	4	1	5	10
		%	40,0%	10,0%	50,0%	100,0%
Total	f	118	57	82	257	
	%	45,9%	22,2%	31,9%	100,0%	

Acerca do homem poder ser responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, evidencia-se concordância expressiva entre os participantes (75,5%).

Em torno de 54% dos participantes concordam que as mulheres podem dar a provisão aos seus maridos (sentença 39), 16% discordam e 30,4% não concordam nem discordam. Sobre o dever do marido dar a provisão a esposa (sentença 38), observa-se que a maior parte do total de participantes (40%) concorda com essa afirmação. No quadro 11 observamos que há uma variação em relação as denominações: entre católicos e presbiterianos a discordância supera o percentual de concordância; entre os anglicanos há um equilíbrio entre concordância e discordância (com pequena vantagem para concordância); as demais denominações (batista, pentecostais, neopentecostais e evangélicos não especificados) o maior percentual é o de concordância.

Quadro 11

Provisão – Tabulação cruzada religião denominação

Os maridos devem dar provisão a mulheres					
		Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Religião	Católico	<i>f</i> 36 <i>%</i> 40,9%	29 33,0%	23 26,1%	88 100,0%
	Batista	<i>f</i> 11 <i>%</i> 16,2%	24 35,3%	33 48,5%	68 100,0%
	Presbiteriano	<i>f</i> 16 <i>%</i> 53,3%	6 20,0%	8 26,7%	30 100,0%
	Denominações pentecostais	<i>f</i> 6 <i>%</i> 18,2%	7 21,2%	20 60,6%	33 100,0%
	Denominações neopentecostais	<i>f</i> 1 <i>%</i> 16,7%	1 16,7%	4 66,7%	6 100,0%
	Anglicano	<i>f</i> 9 <i>%</i> 40,9%	3 13,6%	10 45,5%	22 100,0%
	Evangélico não especificado	<i>f</i> 3 <i>%</i> 30,0%	2 20,0%	5 50,0%	10 100,0%
	Total	<i>f</i> 82	72	103	257

%	31,9%	28,0%	40,1%	100,0%
---	-------	-------	-------	--------

Sobre a necessidade de satisfação sexual do parceiro, abordada nos itens 40 e 41, predominou a discordância dos respondentes em relação a ambas sentenças (em torno de 50%). O percentual de concordância é semelhante no se refere a mulheres e homens (por volta dos 30%), assim como o de neutralidade (aproximadamente 20%).

No que diz respeito aos itens que abordam a obediência e submissão feminina (42 e 43), verifica-se que: 1) a maioria discorda que a mulher deve ser obediente ao homem (53%), e muitos (por volta de 30%) não discordam nem concordam; 2) 47% discordam que a mulher deve ser submissa ao homem, e aproximadamente 36% concordam.

No quadro abaixo (Quadro 12) pode-se observar a distribuição das respostas a respeito da submissão conforme a religião/denominação. Em três casos a concordância com essa afirmativa é significativamente maior que a discordância (batista, denominações pentecostais e anglicana), e apenas entre os católicos e presbiterianos a discordância é expressivamente maior que a concordância.

Quadro 12

Submissão - Tabulação cruzada religião/denominação

<u>As mulheres devem ser submissas aos</u>						
<u>maridos</u>						
			Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Religião	Católico	f	56	18	14	88
		%	63,6%	20,5%	15,9%	100,0%
	Batista	f	23	15	30	68
		%	33,8%	22,1%	44,1%	100,0%
	Presbiteriano	f	21	1	8	30
		%	70,0%	3,3%	26,7%	100,0%
		f	7	4	22	33
		%	21,2%	12,1%	66,7%	100,0%

Denominações pentecostais	%	21,2%	12,1%	66,7%	100,0%
Denominações neopentecostais	f	3	1	2	6
	%	50,0%	16,7%	33,3%	100,0%
Anglicano	f	7	3	12	22
	%	31,8%	13,6%	54,5%	100,0%
Evangélico não especificado	f	4	2	4	10
	%	40,0%	20,0%	40,0%	100,0%
Total	f	121	44	92	257
	%	47,1%	17,1%	35,8%	100,0%

Os itens 44 a 47 compreendem sentenças que trazem expressões presentes em passagens bíblicas e/ou muito usadas no meio cristão sobre papéis do homem e da mulher. Nas sentenças relacionadas ao dever da mulher para com o marido, observa-se um percentual expressivo de concordância em relação ao dever ser ajudadora (67,5%) e ser auxiliadora do marido (74,5%). Sobre a sentença que afirma que o marido deve ser “o cabeça” da mulher, os resultados apontam um relativo equilíbrio entre os que discordam (em torno de 46%) e os que concordam (aproximadamente 36,5%). Essa proporção entre concordantes e discordantes é variável em relação a denominação/religião, conforme quadro abaixo (quadro 13). Em alguns segmentos religiosos, como católicos, presbiterianos e anglicanos, o percentual de discordância é superior; e nas denominações batista, pentecostais e evangélicos não especificados os concordantes são mais numerosos.

Quadro 13

‘O cabeça’ – tabulação cruzada religião/denominação

O marido é o cabeça da mulher					
		Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total
Religião	Denominação	f			
☞	Católico	57	12	19	88

	%	64,8%	13,6%	21,6%	100,0%
Batista	<i>f</i>	19	16	33	68
	%	27,9%	23,5%	48,5%	100,0%
Presbiteriano	<i>f</i>	20	5	5	30
	%	66,7%	16,7%	16,7%	100,0%
Denominações pentecostais	<i>f</i>	7	5	21	33
	%	21,2%	15,2%	63,6%	100,0%
Denominações neopentecostais	<i>f</i>	1	3	2	6
	%	16,7%	50,0%	33,3%	100,0%
Anglicano	<i>f</i>	12	2	8	22
	%	54,5%	9,1%	36,4%	100,0%
Evangélico não especificado	<i>f</i>	3	1	6	10
	%	30,0%	10,0%	60,0%	100,0%
Total	<i>f</i>	119	44	94	257
	%	46,3%	17,1%	36,6%	100,0%

Outra afirmativa que apresenta uma diferenciação entre as denominações é a sentença 47 (*Os maridos devem liderar as mulheres*), a qual em torno de 53% dos participantes discordam. No quadro 14 verifica-se que entre os participantes católicos, presbiterianos e de denominações neopentecostais há um maior percentual de discordância e um menor percentual de concordância. Já entre os batistas, anglicanos e evangélicos não especificados há uma proporção mais equilibrada entre discordantes e concordantes, enquanto nas denominações pentecostais a resposta não concordo nem discordo aparece com um percentual maior que as demais.

Quadro 14

Os maridos devem liderar – Tabulação cruzada religião/denominação

<u>Os maridos devem liderar as mulheres</u>	Total
---	-------

			Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	
Religião	Católico	<i>f</i>	62	16	10	88
		%	70,5%	18,2%	11,4%	100,0%
	Batista	<i>f</i>	25	19	24	68
		%	36,8%	27,9%	35,3%	100,0%
	Presbiteriano	<i>f</i>	20	3	7	30
		%	66,7%	10,0%	23,3%	100,0%
	Denominações pentecostais	<i>f</i>	9	15	9	33
		%	27,3%	45,5%	27,3%	100,0%
	Denominações neopentecostais	<i>f</i>	4	1	1	6
		%	66,7%	16,7%	16,7%	100,0%
	Anglicano	<i>f</i>	11	2	9	22
		%	50,0%	9,1%	40,9%	100,0%
	Evangélico não especificado	<i>f</i>	5	1	4	10
		%	50,0%	10,0%	40,0%	100,0%
Total		<i>f</i>	136	57	64	257
		%	52,9%	22,2%	24,9%	100,0%

Sobre o trabalho fora (itens 48 a 50), a maioria dos participantes discorda que este seja apenas para homens (68%) e concorda que as mulheres também devam realizá-lo (40%). Na sentença em que o trabalho feminino fora fica condicionado a não atrapalhar as funções domésticas (50), a discordância é maior (50%), mas o percentual de concordância também é significativo (30%). Há uma variação em relação a esta sentença (29) no que se refere às faixas etárias. Conforme o quadro abaixo (quadro 15), observa-se que, entre os mais jovens o maior percentual é de discordância (em torno de 57%); entre os participantes de meia idade, apesar de uma pequena vantagem para discordância, há um equilíbrio maior entre discordância (39%) e concordância (37%); e entre os participantes mais velhos, a maioria dos participantes concorda com a afirmativa (em torno de 54%).

Quadro 15

Trabalho das mulheres condicionado às tarefas domésticas – Tabulação cruzada faixa de idade

As mulheres podem trabalhar fora desde que isso não prejudique suas funções em casa						
		Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total	
Idade	18 a 38	<i>f</i>	93	32	39	164
		%	56,7%	19,5%	23,8%	100,0%
	39 a 59	<i>F</i>	26	16	25	67
		%	38,8%	23,9%	37,3%	100,0%
	60 a 80	<i>f</i>	9	3	14	26
		%	34,6%	11,5%	53,8%	100,0%
Total		<i>F</i>	128	51	78	257
		%	49,8%	19,8%	30,4%	100,0%

No quesito liderança no trabalho, os participantes discordam que só os homens devem desempenhá-la e concordam que as mulheres podem exercê-la, com aproximadamente 85,5% e 89%, respectivamente.

Sobre a possibilidade de os homens serem liderados por mulheres (item 53) a maioria dos participantes (56%) concorda com a afirmativa. As demais respostas (discordância e neutralidade) tem cerca de 23%.

Acerca do papel de liderança na igreja, contido nos itens 54 a 56, um amplo percentual de participantes (82%) discorda que somente os homens devem exercê-lo. A maioria expressiva também concorda que as mulheres podem desempenhar essa função (em torno de 82%); entretanto, quando a sentença se refere ao exercício de maior autoridade na igreja pela mulher, há uma redução do percentual de concordância, que fica em torno de 55,5%.

Análise/Discussão

O intuito desse estudo foi identificar prováveis conteúdos das RS de gênero de cristãos capixabas, o que foi possível a partir da análise dos dados resultante do processamento realizado com o software SPSS. Foram apresentados os resultados encontrados sobre cada uma das sentenças, agrupados de acordo com o tema específico (por exemplo, os resultados das sentenças sobre racionalidade - “*Os homens são mais racionais do que as mulheres*” e “*As mulheres são mais racionais que os homens*” - foram apresentados juntos). Para a discussão, mostrou-se mais interessante fazer o agrupamento em grandes categorias, com o intuito de favorecer o entendimento de como os dados estão articulados e compõe a compreensão geral dos participantes sobre ser homem e ser mulher em diferentes esferas. São elas: 1. Atributos femininos e masculinos; 2. Gênero e contexto doméstico/familiar (que contém uma subcategoria - Deveres masculinos e femininos segundo as escrituras sagradas); 3. Gênero e trabalho/espço público; 4. Gênero, poder e domínio religioso.

A primeira categoria “Atributos femininos e masculinos” engloba as sentenças que falam sobre características que se sobressaem em homens e/ou mulheres (afirmações 1 a 26). De maneira geral, verificou-se que são mais relacionadas às mulheres características como sensibilidade, emotividade, ternura e cuidado; e aos homens, liderança, força, apetite sexual e agressividade. Convém ressaltar que a associação destes atributos aos homens ou as mulheres, algumas vezes, se apresentou de forma clara, ou seja, quando o percentual de concordância foi maior em relação a algum dos gêneros, ao mesmo tempo em que a maior parte dos participantes também discordou da associação desta característica ao gênero oposto (como foi o caso da emotividade, ternura, força, agressividade, natureza cuidadora e apetite sexual). Contudo, em outros casos, como acerca da sensibilidade, racionalidade e liderança, a análise exigiu maior esforço,

mostrando uma tendência nos resultados: os participantes concordam mais que a sensibilidade é uma característica feminina e discordam mais que essa é uma característica masculina, assim como associam mais a racionalidade e natureza de líder aos homens, ao mesmo tempo que discordam mais que as mulheres são naturalmente líderes e racionais.

As diferenças entre os homens e as mulheres, no decorrer da história, foram justificadas a partir de duas perspectivas principais: a biológica, ou essencialista, e a social, ou culturalista. Sobre isso, Araújo (2005, p.45) afirma que:

O discurso essencialista exalta a "diferença sexual" e defende a existência de uma "essência feminina". Psicologizando ou biologizando as constatações sociológicas e culturais historicamente produzidas, realizam afirmações universalistas que aprisionam a feminilidade em modelos estruturados, ainda que ideologicamente valorizados (mulher como mãe e esposa). Supõe um feminismo universal e acaba justificando a discriminação das mulheres em função da essência feminina. Na perspectiva culturalista, as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura. Sob esta ótica, a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais.

Mesmo que os resultados aqui encontrados possam não expressar de forma tão clara em todos os momentos como os participantes significam o que é ser homem e ser mulher, é impossível negar que existe um processo histórico de associação de certos atributos/características a um determinado gênero, que com grande probabilidade ainda se mostra presente em nossos dias, mesmo que mesclado com elementos mais modernos/atuais. Tal associação parece eleger algumas características como inerentes ao sexo feminino e outras como próprias do sexo masculino, como se o fato de nascer homem ou mulher já determinasse que um indivíduo vai ser mais emocional ou mais

racional que uma pessoa do sexo oposto, mais ou menos forte ou sensível, só para citar alguns exemplos.

Dornellas (2019) aponta que por mais que a sociedade tenha passado por transformações ao longo da história, alguns pensamentos enraizados são muitas vezes utilizados nos dias atuais para justificar as ideias que distinguem estereótipos para homens e para mulher. D'Amorim, na década de 1990, definiu estereótipo de gênero como “o conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam estas crenças individuais ou partilhadas” (1997, p.122). De acordo com dados apresentados nas pesquisas, há uma forte tendência de associar atributos considerados *expressivos* (direcionados às relações interpessoais) às mulheres, e características voltadas para *instrumentalidade* (questões de atividades práticas) aos homens (D'Amorim, 1997; Dornellas, 2019).

Nessa perspectiva, L. Oliveira et al. (2010), realizando uma investigação de estereótipos de gênero entre 239 adolescentes, alunos de duas escolas – uma leiga e outra confessional – verificaram que as atribuições mais intensas (ou seja, que apresentaram expressividade no número de adjetivos utilizados para caracterizar um grupo e também na média de concordância da atribuição dessas características entre os participantes) ocorreram entre os alunos, de ambos os sexos, da escola confessional. Os autores apontam que tal fato parece indicar que esses alunos estão mais sujeitos a ativar e aplicar os estereótipos, uma vez que provavelmente estão submetidos a uma educação pautada em estereótipos tradicionais característicos de grupos de gênero.

A categorização de características como tipicamente femininas ou masculinas define comportamentos considerados socialmente como próprios/esperados para cada um dos gêneros. Um exemplo é apontando por Dornellas (2019) sobre o atributo agressividade: em geral, acredita-se que os homens são mais agressivos, logo, tendem a

ser mais imprudentes no trânsito e se irritarem mais do que as mulheres quando ocorrem conflitos, o que ampara o argumento das seguradoras sobre a variação do preço do seguro de carros baseado no gênero.

Um outro exemplo nesta direção é o da ideia de uma “natureza” cuidadora supostamente inerente ao sexo feminino acabar justificando o direcionamento de inúmeras campanhas e apelos publicitários sobre questões relacionadas à casa, família ou cuidado de outras pessoas especificamente às mulheres. Terra (2014), investigando RS do feminino em cartazes lançados pelo Ministério da Saúde, observou que, embora se perceba a inserção da figura masculina relacionada aos cuidados paternos, em geral, são as mulheres as provedoras de cuidados aos filhos e, frequentemente, realizam essas ações de cuidado sozinhas ou acompanhada de outras mulheres (familiares ou profissionais de saúde). Assim, a autora observou que a instrução de cuidados, como por exemplo os alimentares e vacinais, são direcionadas para o público feminino, já que em geral, estão relacionados naturalmente a maternidade e cuidado com as crianças. Dessa maneira, afirma que “a dedicação feminina a outros sujeitos parece caracterizar as mulheres como ‘um ser para o outro’, o que reitera a identificação das mesmas como meras contribuintes para o alcance de êxito de outros indivíduos” (Terra, 2014, p. 247).

No presente estudo, o percentual de concordância sobre as mulheres serem naturalmente cuidadoras foi expressivo (60%), o que marca de forma bem forte a representação desse atributo como feminino. Convém ressaltar que o estereotipo que liga a natureza cuidadora a mulher não cumpre a função apenas de demarcar o cuidado com os outros, mas chancela também a prática do autocuidado como inerente ao sexo feminino. Dessa maneira, Cacciari (2017) destaca ser essa uma das razões pelas quais os homens apresentam dificuldade em reconhecer as suas carências relacionadas a saúde e também de terem práticas de autocuidado, já que a doença muitas vezes é significada

como sinal de fraqueza, e “o cuidado ainda se encontra associado a preconceitos e estereótipos, visto como prática feminina” (p.136).

Em relação a essa categoria foi possível observar algumas variações em função da denominação/religião. Por mais que em termos numéricos esses subgrupos da amostra (relacionados às denominações religiosas, sexo ou idade) não sejam muito expressivos, entende-se que é importante verificar se expressam tendências, por isso a análise considerou tais diferenciações. De maneira geral, o discurso de participantes da denominação anglicana expressou maior tendência à desnaturalização de alguns atributos tradicionalmente apontados como inerentes ao sexo feminino ou sexo masculino, já que em alguns itens, como ternura, emotividade, agressividade, a denominação foi a única a expressar o índice de discordância superior ao de concordância. Já as denominações pentecostais e neopentecostais aparentam ter uma noção mais tradicional, dado que em alguns atributos (como emotividade e ternura) apresentaram percentual de concordância maior na atribuição das características de acordo com o que é mais “comum” no senso comum, alcançando algumas vezes índices acima de 70%.

Em relação a variações nesta categoria em decorrência do sexo, alguns casos específicos se destacam, como sobre coragem e liderança, em reação aos quais um número ínfimo de homens (7%) concordou com a associação desses atributos ao sexo feminino. No que diz respeito a sensibilidade, as mulheres discordaram mais (quase 70% delas) da ideia desse atributo ser mais masculino. Tais resultados parecem demonstrar que, mesmo que as respostas não tenham sido tão claras, os homens e mulheres reconhecem algumas características como próprias do seu gênero, ou seja, os homens se percebem como mais corajosos e naturalmente líderes, e as mulheres associam mais a sensibilidade a si mesmas.

A definição social de atributos esperados para homens e mulheres não demarca apenas uma descrição/caracterização de quem são, mas também se coloca a cargo de fundamentar a diferenciação das funções, papéis e espaços convencionados segundo o gênero. As demais categorias propostas nessa discussão abordam alguns desses espaços/contextos (públicos, domésticos, eclesiásticos) e indicam o entendimento dos participantes sobre como os homens e as mulheres exercem/devem exercer os papéis nesses universos. Percebe-se que essa distinção do que os homens ou mulheres fazem/devem fazer revela, em muitos momentos, as desigualdades que são impostas socialmente.

A categoria “Gênero e contexto doméstico/familiar” (itens 27 a 39) aborda a análise das sentenças que falam sobre a divisão dos papéis no espaço da família. L. P. Souza e Guedes (2016) apontam que, como histórica e culturalmente as atividades domésticas se fundamentaram nos vínculos do casamento e nas relações parentais, as questões que envolviam a opressão feminina e domínio masculino, por muito tempo, foram mantidas “encobertas” nas relações familiares, que reservavam o cuidado da família às mulheres e aos homens a responsabilidade com a provisão financeira.

Nota-se nos resultados que as afirmativas que falam de avanços em relação ao lugar da mulher no contexto familiar parecem apresentar uma tendência à transformações sociais, uma vez que os participantes expressam um percentual expressivo de discordância a respeito, por exemplo, das mulheres necessariamente terem que ter filhos, ou serem responsáveis pelas tarefas da casa e/ou pelo cuidado com os filhos. Outra aparente mudança é aprovação por parte dos participantes da possibilidade de a mulher arcar financeiramente com a família. Não obstante, vale notar que verifica-se uma grande concordância com a ideia de que o homem é o responsável por proteger a família, o que pode indicar uma responsabilidade no sentido de amparo/provimento financeiro da

mulher e dos filhos, ou seja, à noção de que os homens são responsáveis pela segurança “financeira” da família, além da questão de que há um certo tipo de “proteção” que é associada ao masculino, tanto que é muito comum, ainda nos dias atuais, se questionar a permanência de mulheres sozinhas em espaços públicos (como se sem a presença de um homem necessariamente estivessem mais vulneráveis, e sujeitas a ações de violência). Estudos de levantamento realizados no Brasil apontam que as mulheres têm mais medo de andar sozinhas do que os homens e que atividades que são comuns para os homens realizarem desacompanhados (como viajar de férias ou pegar um transporte público) ainda são vistos como motivos de insegurança para as mulheres (Diógenes, 2018; Izel, 2019; RPC Curitiba, 2020).

A respeito da variação em relação a faixa etária, foi possível identificar que em alguns casos, como sobre as mulheres precisarem ter filhos, houve uma diferença entre as faixas de idade, especialmente entre as participantes do sexo feminino: entre as participantes mais jovens (na faixa de 18 à 38 anos) o percentual de discordância com a afirmativa chegou a 80%; já na faixa de idade entre 60 à 80 anos (entre as pessoas mais velhas) encontrou-se um percentual de concordância superior ao de discordância. Tal resultado aponta para uma possível transição do papel social das mulheres entre essas gerações, já que as participantes mais jovem, nascidas na década de 1980 em diante, aparentam vislumbrar outras possibilidades/espacos para além de serem esposas e mães, o que se deve, em grande medida, aos avanços nas discussões de gênero impulsionados pelos estudos e movimentos feministas.

Em relação aos papéis familiares em função do gênero, observou-se certa diferenciação conforme a denominação religiosa. Os participantes católicos e presbiterianos são os que mais discordam da ideia do sustento financeiro como uma atribuição dos homens, ao passo que, Batistas, pentecostais, neopentecostais e

evangélicos não especificados apresentaram maior percentual de concordância em relação a essa questão. Já os participantes de denominações pentecostais foram os únicos a apresentarem aprovação significativa sobre as mulheres serem responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, e da necessidade que elas saibam cozinhar. Em relação a essa última afirmativa é conveniente ressaltar que se sabe que ela pode ter parecido deslocada uma vez que não houve outros itens trazendo de forma mais específica o domínio de outras tarefas domésticas (como lavar, passar, arrumar a casa, etc.). No entanto, o emprego desta se justificou, principalmente, pela ideia que se ouve comumente ‘se sabe cozinhar já pode casar’, dita frequentemente para as mulheres. O fato de as denominações pentecostais apresentarem significativa aprovação simultânea sobre as mulheres saberem cozinhar, de forma específica, e serem responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, de maneira mais ampla, demonstra com clareza a associação dessas afirmativas a atribuições femininas.

Scorsolini-Comin et al. (2018), em uma pesquisa recente sobre os movimentos de permanências e descontinuidades nas concepções contemporâneas de casamento, apontam que para casais que se uniram na década de 1980 haviam certos ‘valores’ que precisavam ser apresentados no relacionamento para que este fosse respeitado e aceito do ponto de vista social, entre os quais destacamos a questão das responsabilidades e funções de gênero, onde as mulheres tinham o dever de cuidar do lar, do marido e do filho, e ao homem cabia o dever de manutenção (especialmente na questão material/financeira) e proteção da família. Dado que numa perspectiva histórica os homens são mais valorizados pela atuação na esfera pública e as mulheres pelo exercício no ambiente doméstico, Bertho (2020) salienta que esses fatos podem “representar uma dificuldade para elas ao se desvincularem do domínio familiar, por implicar em uma perda de ‘poder’ no espaço onde são mais reconhecidas”(p. 99), e para eles (os homens) o envolvimento com “as

tarefas domésticas – de menor prestígio social – também pode ser interpretada como a perda de status” (p. 99).

Coutinho e Menandro (2015) também abordaram a questão das relações familiares e apontam que, historicamente, essas relações foram marcadas por práticas distintas no que dizia respeito ao gênero, já que aos homens cabia a responsabilidade de prover e manter (materialmente) a família e às mulheres o cuidado da casa e dos filhos. Afirmam que:

Mesmo com as transformações socioculturais que resultaram em maior igualdade nos papéis de gênero e nas relações familiares, ainda está em processo a superação das diferenças consolidadas pela tradição, uma vez que tais diferenças são reafirmadas a todo momento por discursos vários (religiosos, pedagógicos, psicológicos) sobre a essencialidade da mãe no cuidado dos filhos, negando ao homem papel relevante. (Coutinho & Menandro, 2015, p. 67)

Entre esses discursos ratificadores das diferenças de gênero no campo privado/doméstico, destacam-se os discursos religiosos, foco do presente estudo. Inclusive, na categoria em tela (Gênero e contexto doméstico/familiar) foi constituída uma subcategoria intitulada “Deveres masculinos e femininos segundo as escrituras sagradas”, que sintetiza a análise das sentenças em que foram utilizados versículos da bíblia. Tal subcategoria se localiza aqui e não constitui categoria independente uma vez que versa sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres no contexto familiar, porém, numa perspectiva bíblica. A título ilustrativo são descritos a seguir alguns versículos nos quais se basearam tais afirmações (Tabela 3), e que foram utilizados não apenas por fazerem parte dos escritos sagrados para os cristãos, mas também porque contém expressões (como ‘o cabeça’ da casa, mulher ‘auxiliadora”, entre outros) que são utilizadas no dia a dia, nos ensinamentos e nas interações cotidianas dos participantes:

Tabela 3

Versículos bíblicos utilizados como base para as sentenças (40 a 47) incluídas na subcategoria “Deveres masculinos e femininos segundo as escrituras”

	Versão Almeida Revista e Corrigida ¹⁰	Versão Católica
Gênesis 2.18	Disse mais o Senhor Deus: “Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea”	O Senhor Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só. Vou dar-lhe uma auxiliar que lhe seja adequada”
Efésios 5. 22 a 25	Vós, mulheres , sujeitai-vos a vosso marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher , como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos . Vós, maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela.	As mulheres sejam submissas a seus maridos , como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher , como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos . Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela.
I Coríntios 7:3 e	O marido pague à mulher a devida benevolência , e da mesma sorte a mulher, ao marido. A mulher não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas tem-no o marido; e também, da mesma maneira, o marido não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas tem-no a mulher.	O marido cumpra o seu dever para com a sua esposa e da mesma forma também a esposa o cumpra para com o marido . A mulher não pode dispor de seu corpo: ele pertence ao seu marido. E da mesma forma o marido não pode dispor do seu corpo: ele pertence à sua esposa.
I Coríntios 11.3	Quero, entretanto, que saibais ser Cristo o cabeça de todo homem, e o homem, o cabeça da mulher , e Deus, o cabeça de Cristo.	Mas quero que saibais que senhor de todo homem é Cristo, senhor da mulher é o homem , senhor de Cristo é Deus
I Timóteo 2.12	Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido , mas que esteja em silêncio.	Não permito à mulher que ensine nem que se arrogue autoridade sobre o homem , mas permaneça em silêncio.

¹⁰ A versão conhecida como Almeida Revista e Corrigida é uma versão protestante que é tida como o exemplo mais conservador de tradução literal, seguindo princípio da equivalência formal, que foi realizada pela SBB (Sociedade Bíblica Brasileira), principal casa publicadora dessa versão (Bezerra, 2015).

	Versão Almeida Revista e Corrigida ¹⁰	Versão Católica
I Pedro 3.5 e 6	Porque assim se adornavam também antigamente as santas mulheres que esperavam em Deus e estavam sujeitas ao seu próprio marido , como Sara obedecia a Abraão , chamando-lhe senhor, da qual vós sois filhas, fazendo o bem e não temendo nenhum espanto.	Era assim que outrora se ornavam as santas mulheres que esperavam em Deus; eram submissas a seus maridos , como Sara que obedecia a Abraão, chamando-o de senhor . Dela vos tornais filhas pela prática do bem sem temor de perturbação alguma.

Rossi (2015) aponta que, apesar de pertencer ao domínio do sobrenatural, a fé e as crenças religiosas atuam no cotidiano social através, por exemplo, dos textos sagrados, que “permeiam por séculos as relações sociais, indicando possibilidades de interpretações, carregadas de significados, com indicações de comportamentos para os indivíduos e a sociedade” (p.34). Os resultados da pesquisa indicam uma tendência geral a inconformidade com as referidas sentenças, haja vista que alguns itens, como sobre o dever de satisfazer sexualmente o cônjuge, a obediência da mulher ou o dever de liderança por parte dos homens, têm um percentual maior de discordância do que concordância. Em outras sentenças, apesar do maior índice ainda ser, de modo geral, o de discordância, simultaneamente há significativo percentual de concordância, como é o caso da afirmativa sobre a necessidade de submissão por parte das mulheres, ou do dever do homem de ser ‘o cabeça’ da mulher, o que indica a presença de resquícios desse modo tradicional. Especialmente nestas afirmativas, identificou-se que os avanços ou resistências em relação aos papéis de gênero do ponto de vista bíblico/conservador podem variar em função do grupo religioso o qual o participante faz parte: entre os católicos e presbiterianos há uma maior discordância sobre submissão feminina e sobre a ideia do marido ser o cabeça da mulher; já entre as denominações pentecostais, o percentual de concordância é significativamente superior ao de discordância.

Em relação ao papel das mulheres como auxiliadoras e ajudadoras, como se viu na descrição dos resultados, houve maior índice de concordância por parte dos

respondentes de forma geral. Tal fato corrobora os achados sobre o atributo 'naturalmente cuidadora' ter sido associado às mulheres (com significativo percentual de concordância), e ambos resultados expressarem a compreensão de uma suposta habilidade inerente ao sexo feminino de manter/cuidar/ajudar o outro.

Um outro fator que precisar ser considerado é a dupla face da questão do dever da mulher ser submissa/auxiliadora/ajudadora: quem se sujeita, o faz em razão de outro. A mesma perspectiva que atribui o dever de submissão a mulher, tende a demarcar o domínio do masculino. Sobre essa 'dicotomia', M. C. Costa et al. (2015), em um estudo com gestores municipais, profissionais e trabalhadores da saúde sobre violência contra mulheres rurais, destacam que:

As concepções das relações conjugais mostram que o exercício do poder ocorre de forma diferente e é desigualmente valorado entre os sexos. Assim, muitas mulheres, especialmente, as que residem em áreas rurais, segundo os participantes deste estudo, ocupam posições subalternas na hierarquia familiar. Essa condição de subalternidade configura e agrava a violência e atinge a capacidade das mulheres se autodeterminarem sexual e, socialmente, tornando-as mais vulneráveis ao abuso físico e emocional. No que se relaciona ao poder, desmembra-se em duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres, de modo geral, são socializadas para conviverem com a impotência; os homens - sempre vinculados à força - são preparados para o exercício do poder e, convivem mal com a impotência. ... a construção sociocultural da identidade feminina e a definição de papéis femininos - figura passiva e submissa - têm criado espaços propícios ao exercício da dominação masculina e "permitem" a violência. (M. C. Costa et al., p. 165)

Em um estudo recente acerca da violência contra a mulher, I. B. Santos et al. (2020) apontam que as violências psicológica, física e sexual tem significativa associação entre as mulheres fiéis de religiões evangélicas, o que segundo as autoras, corrobora dados de outros estudos que também consideraram a relação violência, gênero e religião. Não é incomum ouvir no cotidiano relatos de casos de agressão contra mulheres evangélicas. Tais violências, tantas vezes, parecem ser alargadas pelos aconselhamentos que as mulheres recebem e/ou as expectativas que são impostas sobre o seu papel e que perpassam o dever bíblico de submissão e auxílio por parte da mulher. Seja através dos discursos de líderes religiosos ou até mesmo através das mídias direcionadas a esse público, o que é possível capturar em muitos momentos é que se espera de uma “mulher de Deus”, no que diz respeito a agressão do cônjuge, a oração e o perdão. Tal expectativa pôde ser exemplificado através da encenação em um clipe recente da cantora evangélica Cassiane (G1, 2020), e possibilita compreender o resultado de I. B. Santos et al. (2020) sobre as mulheres evangélicas apresentarem as maiores frequências como vítimas de violência física e sexual.

A terceira grande categoria elencada aqui (Gênero e trabalho/espço público - itens 48 a 53) abarcou as questões que versavam sobre o trabalho fora e como os participantes entendem que são/deveriam ser distribuídos as funções nesse espaço. Observa-se que, de maneira geral, os participantes demonstram avanços em relação as concepções tradicionais, concordando que as mulheres podem ocupar os mesmos espaços no mercado de trabalho que os homens, inclusive podendo até ter cargos superiores. Chama a atenção a afirmativa que fala sobre o trabalho feminino fora condicionado a não interferência nas funções domésticas, na medida em que o percentual de concordância foi expressivo, apesar da maior parte ter discordado. Isso parece indicar uma coexistência entre a noção tradicional de que às mulheres cabe a responsabilidade com a esfera

doméstica e, em contrapartida, aos homens com questões do contexto público, e uma outra ideia mais moderna que prevê a possibilidade de ocupação feminina de outros espaços, tais como o trabalho, e de maior envolvimento masculino em atividades do âmbito familiar/doméstico.

Segundo Carvalho e Porchat (2018), “a oposição entre público e privado nascida na família moderna (ou burguesa) é o que teria consubstanciado a divisão sexual do trabalho, estabelecendo que os homens pertencem à esfera pública e as mulheres à esfera privada.” (p. 178). Tal fato parece fundamentar a noção hierárquica entre os gêneros na medida em que apontam os homens como naturalmente provedores e as mulheres como naturalmente cuidadoras e responsáveis pela esfera doméstica. (Carvalho & Porchat, 2018; L. P. Souza & Guedes, 2016).

Além disso, a aprovação das mulheres como provedoras, líderes, trabalhadoras parece não excluir a ideia de serem naturalmente cuidadoras, mães e esposas. Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) apontam que não se pode deixar de levar em conta a força que os clássicos valores sociais exercem, e dessa forma “ao mesmo tempo que há um incentivo à profissionalização da mulher ... permanece a expectativa de que um dia elas venham a cumprir seu ‘principal’ papel, o de mãe” (p. 165).

Sobre a sentença “*As mulheres podem trabalhar fora desde que isso não prejudique suas funções em casa*” verificou-se uma variação gradual dos resultados em relação as faixas de idade: entre os mais jovens o maior percentual é de discordância (em torno de 57%); entre os participantes de meia idade, apesar de uma pequena vantagem para discordância, há um equilíbrio maior entre discordância (39%) e concordância (37%); já entre os participantes mais velhos, a maioria dos participantes concorda com a afirmativa (em torno de 54%). Tal resultado mais uma vez aponta para possibilidade de transição do papel social das mulheres entre essas gerações, já que a cada faixa de idade

descrita aqui, os participantes demonstram que há maior abertura de espaço para mulheres para além da condição do ambiente doméstico.

Ao longo da história as mulheres têm conquistado maiores espaços de atuação na esfera pública, ampliação que, apesar de ser real, não é equalizada em todos os campos de exercício no que se refere ao público. L. P. Souza e Guedes (2016) apontam que:

Histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social. (p. 125)

No que diz respeito, por exemplo, a inserção feminina na política brasileira, Cannone (2020) aponta que em geral esta participação limita-se ao percentual obrigatório de cota, dado que existem barreiras socialmente impostas que constantemente reforçam a ideia das candidatas como despreparadas para assumir os cargos de poder público. Biroli (2010) destaca que a presença da mulher nas notícias relacionadas a política circula entre dois aspectos: “invisibilidade” e “alteridade marcada por estereótipos”, e dessa forma conclui que o fato de “o corpo e aspectos da vida privada (e familiar) das mulheres serem tematizados – enquanto outros aspectos da trajetória dos homens ganham relevância – está diretamente ligado às pressões, exigências e critérios de julgamento diferenciados impostos a homens e mulheres.” (Biroli, 2010, p. 66).

Cannone (2020) também chama atenção para o fato de que em áreas como da psicologia, majoritariamente constituída por mulheres (apenas 10% são do sexo masculino), entre as posições nos Conselhos de Psicologia, na atual gestão, metade ainda são ocupadas por homens. Mesmo que no decorrer dos anos tenham ocorrido alterações nas relações de gênero, Madanços (2018) aponta que as mulheres permanecem sendo excluídas da efetiva participação na esfera política e demais ambientes sociais e de poder, que são geralmente associados aos homens.

Na atuação política informal (ou seja, uma atuação prática, em direcionamentos cotidianos), Cannone (2020) observa que há um engajamento bem mais expressivo das mulheres em grupos religiosos, trabalhos voluntários, organizações estudantis, entre outros. Entretanto, essa atuação diminui à medida que a hierarquia vai aumentando e os homens continuam a ocupar os cargos de maior poder, prestígio e destaque. Assim, as mulheres atuam, fazem o trabalho, mas, em muitos campos, as decisões permanecem sendo masculinas.

Na mesma perspectiva, não se pode perder de vista as desigualdades de gênero que ainda se fazem presentes no campo do trabalho, uma vez que mesmo ocupando os mesmos espaços/cargos, as condições não são equipolentes. As mulheres continuam gozando de menores salários, com acúmulo e sobrecarga de trabalho, cumprindo, muitas vezes, uma dupla jornada e tendo que se dividir entre o exercício profissional e a manutenção da casa e filhos:

A precarização no trabalho e sobrecarga de funções é uma realidade cada vez mais avassaladora em solo brasileiro, onde inevitavelmente as mulheres são mais acometidas ... Outro indicativo é que, mesmo o quantitativo de mulheres ultrapassando os homens no ensino superior e aperfeiçoamento em pós-graduação, as disparidades ainda são presenciadas. A cultura discriminatória

continua sem ser superada nos salários, na ascensão de carreira, nos cargos, na divisão de tarefas domésticas, medidas de acolhimento à maternidade, tipos de assédio e na jornada trabalhista. (Cannone, 2020, p. 23)

Rocha-Coutinho (2004) aponta que não se pode superestimar as transformações que ocorreram com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que a discriminação (mesmo que velada) continua ocorrendo e as mulheres ainda têm salários mais baixos, menos garantias trabalhistas, geralmente não assumem os cargos de chefia “e continuam sendo, de certa forma, segregadas em ‘guetos’ ocupacionais, isto é, a maioria ainda está ligada a trabalhos educacionais, assistenciais e à prestação de serviços.” (Rocha-Coutinho, 2004, p. 4). Nesse sentido, Queiroz e Bernardino (2014) apontam que a crescente conquista das mulheres nos espaços de trabalho não é algo totalmente superado uma vez que ainda existem muitas atividades no setor econômico que são predominantemente masculinas e que, independente do grau de escolaridade, as mulheres em geral têm remuneração inferior. C. S. Wolff (2010) aponta que mesmo para as mulheres que são ‘ativas’, ou seja, estão também inseridas em atividades laborais para além das tarefas domésticas:

a vida não se apresenta em termos de igualdade. A renda média das mulheres é muito menor que a dos homens, especialmente em empregos com nível médio e superior ... Outra face dessa questão é a existência de trabalhos e ocupações consideradas "femininas", como têm sido as profissões ligadas à educação e aos cuidados de saúde, enquanto outras profissões têm sido consideradas "masculinas". (p. 504)

Outro estudo que corrobora essas discriminações ‘veladas’ foi realizado por Antunes et al. (2018) com homens executivos sobre RS de mulheres executivas. Os resultados demonstram que as profissionais (executivas do sexo feminino) são percebidas

em geral como frágeis emocionalmente, passivas (por, segundo os participantes, não se imporem e questionarem regras) e ‘masculinizadas’ (quando adotam uma postura mais agressiva para negociar), apontando para a necessidade da mulher ter que ser ‘feminina’, ao mesmo tempo em que deve lutar pra ser reconhecida. Tal fato expressa a realidade de que mesmo quando estão no mercado de trabalho e ocupam cargos tradicionalmente encarados como masculinos, as mulheres não estão isentas das discriminações baseadas no gênero.

A última grande categoria, “Gênero, poder e domínio religioso” (itens 54 a 56), buscou discutir a compreensão dos papéis sociais de gênero na esfera religiosa. Assim como na questão do trabalho, no âmbito religioso, historicamente, houve o predomínio do masculino em funções de autoridade e poder. Q. Q. Lima (2011) aponta que “as mulheres nunca foram proibidas de trabalhar e exercer cargos nas igrejas e organizações, porém, lhes era oferecido os cargos que as colocavam na condição de leigas e sob a supervisão masculina” (p. 51).

É fato que as desigualdades baseadas no gênero ocorrem dentro e fora dos contextos eclesiásticos. Entretanto, Q. Q. Lima (2011) aponta que, dentro de tal esfera, essa discriminação atravessa a leitura e compreensão de trechos da bíblia (inclusive, alguns que já foram descritos acima), que podem ser interpretados por estruturas denominacionais, lideranças locais ou órgãos deliberativos e, mediante a estas perspectivas, mesmo com os avanços sociais sobre a igualdade de gênero, ainda hoje algumas igrejas se posicionam contra o ministério pastoral/liderança feminina, ou até mesmo não emitem um posicionamento público acerca dessa questão. Mesmo com a maior independência da mulher nas questões emocionais e financeiras, e com a ampliação dos espaços sociais em que pode circular e exercer funções, é notável que em algumas religiões há diferenças entre as funções e/ou como essas funções são/podem ser exercidas

pelas mulheres. Hörlle et al. (2010) afirmam que “a função da mulher ainda é menos poderosa que a do homem, sendo ele quem comanda tanto os cultos, quanto até mesmo as famílias” (p. 1720). Toldy (2010), abordando os textos sagrados da bíblia, afirma que tão ou mais significativo que os versículos que descrevem atos violentos contra as mulheres, são os textos que legitimam, ao longo da história, “o silenciamento (frequentemente violento) das mulheres, invocando a sua pretensa inferioridade em relação ao homem, inferioridade essa estabelecida pela própria criação, portanto ‘natural’, já que não pode ser ‘o corpo’ – a mulher – a comandar ‘a cabeça’ – o homem.” (p. 173).

Retomando aos dados dessa categoria, pode-se observar que há alguns avanços no entendimento da necessária ampliação dos espaços concedidos as mulheres no meio eclesiais, já que mais de 80% dos participantes concordam que as mulheres podem ser líderes, ao mesmo tempo que discordam que só os homens podem exercer a liderança, o que demonstra certa coerência. Não obstante, é preciso notar que quando a liderança fora condicionada a ser a maior autoridade na igreja, a aprovação dos participantes caiu para 55%. Tal resultado corrobora a ideia de que as mulheres podem atuar, fazer o trabalho, e até mesmo exercer lideranças, mas os espaços de maior poder e decisão permanecem sendo dos homens, afinal são intrinsicamente capazes, ou naturalmente líderes, conforme apontando nos resultados da primeira categoria de discussão. Quanto mais alta hierarquicamente, menos as mulheres estão habilitadas a exercer liderança.

Em todas as categorias abordadas (Atributos femininos e masculinos, Gênero e contexto doméstico/familiar; Gênero e trabalho/espço público; Gênero, poder e domínio religioso) há algumas tendências a transformações sociais no que diz respeito as atribuições e espaços, tanto masculinos quanto femininos, e à ampliação desses debates. Entretanto, tais resultados não indicam uma total rejeição de noções essencialistas ou uma ruptura radical com estereótipos de gênero.

Rocha-Coutinho (2004) afirma que ao longo da história as mulheres foram impedidas, de diferentes maneiras, de vivenciar a vida pública já que não tinham (e/ou não puderam desenvolver) “capacidades socialmente valorizadas” (p. 4). Dessa maneira, a autora enfatiza que “perspicácia intelectual, pensamento lógico, capacidade e interesses profissionais e políticos, por exemplo, traços geralmente associados aos homens, sempre foram vistos como antifemininos, afastando as mulheres das esferas de poder e influência social.” (p. 4).

Ressalta-se que as desigualdades de gênero não trazem consequências negativas apenas para as mulheres. Nos resultados observa-se, por exemplo, que muitos participantes concordam que os homens podem ser responsáveis por cuidar da casa e dos filhos, contudo, quando o assunto é afeto para com os filhos, as mulheres são mais associadas. Trindade et al. (2019, p. 251) salientam que:

A ideia de que os homens, via de regra, não se interessam por questões relativas à reprodução e de que o planejamento familiar e cuidado dos filhos são atribuições e responsabilidade das mulheres se fundamenta em uma perspectiva tradicional—e, por isso, machista e reducionista – de homem e de mulher, o que impede a ambos o pleno exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Há ainda diversas limitações impostas por padrões e valores culturais inscritos em práticas enrijecidas, que dificultam (quando não impedem) a promoção de práticas que destoem do socialmente naturalizado como adequado aos gêneros.

A ideia de que práticas afetivas são capacidades especialmente maternas, e, portanto, associadas ao sexo feminino, também pode causar sofrimento aos homens. Ser um pai/marido afetuoso e desempenhar uma “suposta masculinidade” (“ser homem de verdade”), por muito tempo, figurou como possibilidades auto excludentes, que constantemente ‘ameaça’ e questiona os homens no cotidiano. Nessa medida, concorda-

se com Trindade et al. (2019) de que a discussão sobre os padrões sociais de gênero “é parte necessária da renegociação e ocupação igualitária dos espaços sociais públicos e privados, incluindo aqui o espaço doméstico/familiar” (p. 259).

Numa tentativa de síntese, os dados indicam algumas significações em torno do ser homem e ser mulher para os participantes desse estudo (religiosos cristãos) que ajudam na identificação de conteúdos de RS de gênero tais como: para o sexo masculino, circulam principalmente os elementos liderança, racionalidade, agressividade, responsabilidade e proteção da família, trabalho, sustento financeiro e poder eclesiástico; para o sexo feminino, conteúdos relacionados a auxílio, natureza cuidadora, sensibilidade, emotividade, afetividade e responsabilidades domésticas. Assim, de maneira geral, infere-se que, apesar de alguns avanços, como por exemplo, sobre desobrigação das mulheres serem responsáveis pelos filhos, precisarem ter filhos, ou sobre a possibilidade dos homens poderem ser responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, foi percebido que nas RS de ser homem e ser mulher do grupo investigado ainda estão presentes as noções de expressividade para as mulheres e de instrumentalidade para os homens, conforme D’Amorim (1997) apresentou.

Relembrando uma música infantil conhecida em diversos contextos religiosos cristãos (“*Que forte é o pai polegar, a mãe a rainha do lar*”), é possível visualizar, de maneira geral, como alguns papéis femininos e masculinos permanecem cristalizados no entendimento dos participantes. O compartilhamento desse conjunto de conteúdos e significações envolve e/ou é produzido pela comunicação e tomadas de posição dos participantes e seus grupos de referência: religião (de maneira ampla), denominação (de maneira mais específica), sexo, faixa de idade, entre outros. Tais decisões são tomadas na direção do que é conveniente, ou seja, o que está de acordo com as normas e atitudes que foram estabelecidas pelos grupos sobre os papéis femininos e masculinos. No que diz

respeito as RS, é primordial destacar aqui suas dimensões, especialmente a dimensão das atitudes, já que esta se relaciona com o contexto histórico da vida do indivíduo e fornece subsídios para que se posicione frente a um objeto social em análise. Jodelet (2009a) aponta que “os sujeitos devem ser concebidos não como indivíduos isolados, mas como atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição” (p. 696). A autora ainda aponta que, em se tratando das pesquisas de RS, por mais que o foco seja identificar os conteúdos representacionais que são partilhados, seria reducionista desprezar dessa investigação os processos – que podem estar relacionados a questão cognitiva, afetiva ou com a experiência própria – pelos quais o indivíduo se apropria e produz suas RS.

Sendo assim, nesta pesquisa buscou-se identificar conteúdos de RS de gênero para cristãos, levando em consideração as faixas de idade, denominações religiosas e sexo. Tais variáveis se mostraram relevantes para caracterizar o contexto cultural e histórico que marcam os fatores identitários dos participantes e auxiliam nas suas tomadas de posição frente a um objeto. Wachelke e Camargo (2007) afirmam que “há que se levar em consideração que as pessoas não se orientam por uma única representação social frente a um dado objeto social, mas potencialmente por tantos quantos sejam os grupos de que os indivíduos tomam parte” (p. 387).

Alguns trabalhos têm demonstrando como as variáveis elencadas aqui (sexo, faixa de idade e religião) impactam nas RS dos indivíduos, entre os quais pode-se destacar os de: Costa e Fernandes (2012), que buscaram compreender as RS do amor e do sexo para adolescentes, em uma capital no nordeste do Brasil. Analisando as relações entre as RS e os dados sociodemográficos, entre os resultados destaca-se aqui a representação de sexo em função do gênero, onde, segundo as autoras, “as mulheres representam o sexo como uma ação pautada em sentimento, cumplicidade e carinho, enquanto que, para os homens,

o sexo é representado pelas categorias gênero, relação e orgia” (Costa & Fernandes, 2012, p. 398); Vieira et al. (2016), que investigaram RS de relações sexuais com mulheres de 4 faixas geracionais (adolescentes, adultas jovens, meia-idade e idosas) e identificaram que as RS das relações sexuais estão ancoradas em diversos aspectos da sexualidade humana e também em valores que são culturalmente impostos. Além disso os resultados apresentam semelhanças e divergências entre as gerações, mas as autoras destacam que “embora possam existir mulheres que só realizam a atividade sexual para satisfazer o companheiro ... essa realidade está mudando” (Vieira et al., 2016, p. 338); Rodrigues et al. (2016), que buscaram analisar as RS de familiares sobre a violência de gênero e obtiveram como resultando que os familiares mais jovens destacam atitudes machistas e os familiares na faixa dos 40 anos ressaltaram a mulher como cuidadora. No que diz respeito a religião, os autores identificaram que entre os familiares que são fiéis de alguma religião evangélica, há uma ênfase na subalternidade da mulher e entre os de demais religiões o enfoque foi o sofrimento.

A última questão a se discutir, refere-se aos elevados percentuais de resposta indefinida (*não concordo, nem discordo*) frente a algumas sentenças, que podem ser entendidos como uma dificuldade do participante em se posicionar. Entretanto, o que justificaria/explicaria essa dificuldade? O que poderia estar indicando? Seria o caso de alguns conteúdos não serem mencionados pela pressão do “socialmente desejável”? Teria relação com um esforço para mostrar um discurso mais arrojado e moderno, na tentativa de afastamento de uma noção mais conservadora e tradicional?

Conforme descrito na introdução da pesquisa, a TRS desdobra-se em diferentes escolas, com diferenças importantes entre uma abordagem e outra (o que não significa que não possam ser conciliadas). Na pesquisa em tela elegeu-se como aporte a abordagem processual/ culturalista de Jodelet e todo o desenho metodológico foi inspirado nessa

perspectiva. Sendo assim, não houve aqui o objetivo de investigar a “organização” ou estruturação dos elementos das RS e nem o efeito de mascaramento (ou zona muda) das representações explorado em estudos da abordagem estrutural. Apesar disso, entende-se que a lógica presente na proposta da zona muda das RS pode servir como disparadora para a reflexão desse resultado. O processo de mascaramento das RS é uma proposta fomentada por Abric e diz respeito a um espaço onde as RS, apesar de serem comuns e partilhadas por um grupo, não se revelam com facilidade nos resultados de uma investigação em razão das normas que são vigentes na sociedade (Menin, 2006). Sendo assim, Abric (2005) aponta que pode haver uma diferença entre o que as pessoas dizem, e o que elas realmente pensam e escondem, dependendo do que é socialmente aceito em determinada situação. Dessa maneira, Scoz e Martinez (2009, p. 432) afirmam que “existem duas facetas da representação: uma, explícita, verbalizada; outra não verbalizada, não expressa, denominada ‘zona muda’”.

Entre as afirmativas que apresentaram expressivo percentual de ‘neutralidade’ nos resultados, destacam-se: “Os homens são naturalmente cuidadores” (49%); “Mulheres são mais corajosas que os homens” (43%); “As mulheres têm maior apetite sexual que os homens” (39%); “As mulheres são líderes por natureza” (34%); “As mulheres são mais competitivas que os homens” (37%) e “Ternura é uma característica masculina” (36%). Há duas questões que podem ajudar a explicar essa dificuldade de posicionamento dos participantes: todas essas afirmativas apresentam em comum o fato de abordarem uma noção que não é tradicional no “senso comum”; uma discordância poderia soar como retrógrado.

A tentativa de aproximação da noção de “zona muda” não implica usar o conceito proposto por Abric, em si, apenas ressaltar a concordância com a ideia de que existem situações investigativas nas quais o indivíduo não expressa completamente os conteúdos

de suas RS sobre um determinado objeto. Nas pesquisas inspiradas na teoria do núcleo central são pensadas estratégias metodológicas para “driblar” ou amenizar esse mascaramento, o que não foi realizado aqui por se tratar de outra proposta, como já mencionado. Ainda assim, acredita-se que as prováveis pressões sociais que são exercidas sobre os participantes desta pesquisa, podem ter acentuado o percentual de neutralidade em relação ao entendimento de alguns atributos e funções que são associados ao sexo feminino ou masculino no cotidiano por estes serem entendidos como mais adequados do ponto de vista social. Essas pressões podem emergir dentro da própria religião, uma vez que existem normas reguladoras vigentes, que podem ter impossibilitado o participante de se posicionar de forma contrária ao que a liderança pensa ou ao que acha que está contido na bíblia, assim como derivar de outros ambientes e/ou grupos sociais de pertença, como, por exemplo, o grupo geracional/etário, profissional, o contexto universitário, entre outros, que pode “coagir” o participante a expressar somente aquilo que é considerado “desejável” neste contexto.

Considerações finais

A realização dessa investigação contribuiu para o conhecimento das RS de papéis sociais de gênero para religiosos cristãos através da análise de questionários, com auxílio do software SPSS. De maneira geral, identificou-se que existem alguns traços que são mais fortemente associados às mulheres – como sensibilidade, emotividade, ternura e cuidado – e outros que são mais atribuídos aos homens – como liderança, apetite sexual e agressividade – o que demarca a presença de conteúdos essencialistas na composição das RS de gênero deste grupo, e que corrobora os achados de outros estudos que investigaram os papéis sociais masculino e feminino.

Os resultados apontaram possíveis avanços relacionados ao lugar de homens e mulheres no ambiente familiar, já que os participantes apresentaram, por exemplo, índices de desaprovação nas afirmativas que relacionaram a necessidade das mulheres terem filhos, a concordância sobre os homens poderem ser os responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos ou desacordo com algumas atribuições bíblicas, como o dever de satisfação sexual do cônjuge, da obediência da mulher ou da liderança por parte dos homens. Além disso, na esfera pública, que relacionou as sentenças sobre o trabalho e o ‘poder’ eclesiástico, os participantes expressaram acordo sobre as mulheres poderem ocupar os mesmos espaços no mercado de trabalho (inclusive podendo até mesmo ter cargos superiores aos dos homens) e também sobre a possibilidade das mulheres serem líderes na igreja.

Apesar de tais avanços, algumas ‘resistências’ também foram evidenciadas, como sobre a noção dos homens serem responsáveis por proteger a família, ou das mulheres serem mais ligadas afetivamente aos filhos e serem ajudadoras/auxiliadoras dos seus maridos. Outras afirmativas que chamaram atenção foram as que condicionaram o trabalho feminino (fora de casa) a não interferência nas funções domésticas, em que a maioria dos participantes discordou, ou sobre a liderança eclesiástica das mulheres como maior autoridade na igreja, em que a maioria concordou. Entretanto, nessas últimas afirmativas, os índices percentuais das outras respostas também foram expressivos, o que parece indicar que entre os participantes há uma coexistência entre noções mais modernas e outras mais tradicionais.

No que concerne as variáveis sexo, religião e faixas de idades, estas se mostraram interferentes em alguns momentos (especialmente as duas últimas), entre os quais podemos destacar, de forma geral: 1) Os participantes mais velhos apresentaram uma concepção mais tradicional, exemplificada pelo posicionamento de que as mulheres que

têm filhos são mais felizes, e de que as mulheres podem trabalhar fora desde que não prejudiquem as suas ‘funções naturais’ (cuidado da casa e família), ao passo que os mais jovens, de modo geral, discordaram das duas sentenças; 2) Os participantes da denominação anglicana expressaram uma maior tendência à desnaturalizar alguns atributos que tradicionalmente são apontados como inerentes ao sexo feminino ou sexo masculino (como por exemplo ternura, emotividade e agressividade); 3) As denominações pentecostais apresentaram significações e posicionamentos mais tradicionais, dado que em alguns atributos (como emotividade e ternura), em algumas funções domésticas (como cuidado da casa e dos filhos) ou sobre alguns deveres bíblicos (homem como cabeça, mulher submissa), foram os que apresentaram o maior percentual nas respostas de acordo com o que é mais ‘tradicional’ no senso comum, alcançando algumas vezes índices acima de 70%.

O presente relato se encerra com a convicção de que promoveu um levantamento acerca de prováveis conteúdos de RS de gênero para cristãos. Entretanto, algumas limitações precisam ser consideradas. A primeira delas diz respeito ao instrumento: acredita-se que a ambiguidade de algumas afirmativas, assim como o uso diferenciado dos verbos “poder” e “dever” na atribuição de algumas funções de acordo com o sexo, podem ter dificultado o alcance do consenso em alguns casos e a interpretação adequada da sentença. Outra dificuldade se refere a ausência de equilíbrio na constituição da amostra: embora tenha sido pretendido uma amostra equilibrada em relação a sexo, faixas de idade e denominações religiosas, isso não foi possível de ser alcançado no tempo de realização deste estudo. Assim, o maior número de algumas denominações/religiões específicas (católicos, batistas, presbiterianos), o número maior de mulheres, e/ou de participantes da faixa de idade mais jovem (até 38 anos), precisam ser levados em consideração na leitura dos resultados.

Por fim é importante salientar que os grupos religiosos cristãos, especialmente os evangélicos, constituem-se, por si só, um amplo fenômeno social e trazem algumas dificuldades para sua abordagem. Assim, trabalhar com tais grupos foi uma mistura de deleite e desafio. Durante a organização dos dados percebeu-se que não foi possível contemplar todas as diferenças em relação as denominações evangélicas por mais que tenham sido tomados cuidados na elaboração do instrumento visando alcançá-las. Um exemplo disto se deu em relação a denominação Presbiteriana: existem variações internas entre os presbiterianos (que podem ser divididos entre membros da IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil e membros da IPU – Igreja Presbiteriana Unida do Brasil), que sustentam importantes diferenças em relação ao entendimento de diversas questões (inclusive sobre os papéis femininos na organização e funcionamento da igreja), os quais não foram considerados previamente neste estudo por desconhecimento (foram identificados apenas na etapa final de coleta de dados). Acredita-se que o conhecimento desta diferenciação antes da elaboração do instrumento, poderia ter possibilitado o alcance de resultados diferenciados no que se refere a este subgrupo específico. No entanto, a forma como o questionário sociodemográfico foi organizado não permitiu o alcance desta peculiaridade, o que também constituiu uma limitação do estudo.

Outra questão a ser considerada refere-se as denominações que foram representadas aqui por um número reduzido de participantes; intentou-se entrevistar um número aproximado de cada uma das denominações, mas isso não pode ser empreendido na presente pesquisa. Há ainda o fato de que, em alguns casos, todos os participantes de uma mesma denominação foram acessados em uma mesma igreja/comunidade, o que pode ter limitado a análise e inviabiliza generalizações. Além do mais, há o fato de que algumas denominações que não foram representadas (ou foram representadas por um número reduzido de participantes), em alguns casos, não puderam ser acessadas por uma

inviabilização por parte de lideranças ou por uma dificuldade em encontrar “pontes” para tais acessos, o que se revela também como um dado, já que, em alguns contextos, a temática se apresenta como um “tabu” tão significativo que, não foram autorizadas/viabilizadas coletas de dados sobre a mesma.

De todo modo, acredita-se que os resultados aqui apresentados e discutidos trazem indicações interessantes sobre as RS de gênero para cristãos, e explicitam lacunas que podem ser preenchidas a partir de novas investigações. Ressalta-se ainda que os resultados desse estudo contribuíram para a proposição da etapa qualitativa desta dissertação (Estudo 2), que será relatada na próxima seção.

Estudo 2 – Interpretações, posicionamentos e controvérsias acerca de gênero e feminismo no contexto religioso: um estudo de representações sociais com lideranças cristãs capixabas

Considerando a importância dos grupos religiosos para a construção, manutenção e/ou transformação de significações no que diz respeito aos fenômenos de interesse da presente dissertação - gênero e feminismo, o presente estudo teve como objetivo geral investigar como indivíduos que exercem funções e/ou cargos de liderança em comunidades religiosas cristãs na região da Grande Vitória (ES) tem compreendido e vivenciado questões relativas a tais temas. De forma específica, buscou-se verificar como se dá a produção das RS de gênero e de feminismo considerando os processos de objetivação e ancoragem e a dimensão da polifasia cognitiva.

Acredita-se que os sujeitos que exercem papel de liderança em grupos religiosos, em geral, têm um envolvimento ativo com a religião e com a comunidade, e produzem/partilham representações que auxiliam no modo como os membros desses grupos compreendem, explicam e agem em relação a diferentes aspectos da vida

Método

Participantes. Participaram da pesquisa 23 pessoas, de ambos os sexos, que atuam como lideranças em igrejas/comunidades cristãs localizadas na região metropolitana da Grande Vitória (ES). Aqui, liderança está sendo entendida como indivíduo que tem participação ativa em seu grupo religioso, no qual exerce algum cargo ou função representativa (tais como ministro/a, padre, pastor/a, coordenador/a, líder, diácono/isa, entre outras), goza de credibilidade e de algum tipo de autoridade/legitimidade perante os demais membros. Além disso, são pessoas que, de

forma geral, compartilham da visão de homem e de mundo da religião/denominação da qual fazem parte.

Entre os participantes, 10 são do sexo feminino e 13 do sexo masculino. Entre as mulheres, a idade variou entre 19 e 60 anos, sendo a metade (cinco) da faixa entre 19 e 29 anos. Entre as demais, uma estava na faixa entre 30 e 39 anos, duas entre 40 e 49 anos, e duas acima de 50 anos. Acerca da escolaridade, a maioria das participantes tem o ensino superior completo (seis) e entre as demais, duas tem o superior incompleto e duas são pós-graduadas. Metade das mulheres têm filhos e seis são casadas (as demais são solteiras). Entre os homens, a idade variou entre 25 e 52 anos, sendo que a maior parte (cinco) têm entre 30 e 39 anos. Entre os demais, quatro têm acima de 50 anos, três tem entre 25 e 29 anos, e um está na faixa entre 40 e 49 anos. Acerca da escolaridade, a maioria (sete) têm ensino superior completo, um o ensino superior incompleto, quatro têm pós graduação e um o ensino médio completo. A maioria dos participantes (nove) é casado (os demais são solteiros), e oito têm filhos.

Com relação à vinculação religiosa, entre as mulheres, três são católicas, quatro evangélicas tradicionais (Batista e Metodista), duas evangélicas reformadas (Presbiteriana Unida) e uma pentecostal (Assembleia de Deus). O tempo de participação na religião variou entre 14 e 60 anos, sendo duas na faixa até 20 anos, quatro na faixa entre 21 e 30 anos, duas na faixa entre 31 e 40 anos e duas na faixa acima de 41 anos. Acerca das funções/cargos¹¹ que exercem na comunidade religiosa, a maioria das

¹¹ Em virtude da diversidade de terminações para funções que apresentam relativa equivalência, foram estabelecidos alguns agrupamentos. Vale ressaltar que pode haver uma ou outra especificidade/variação de acordo com cada religião/denominação, mas o objetivo é entender como esses cargos têm repercussão dentro da denominação/religião. A proposta não foi descaracterizar o que foi mencionando, e para tanto foi considerada a explicação que os participantes deram sobre os seus cargos/funções, ficando assim distribuídas: 1) Liderança principal da comunidade local, que engloba as funções de Pastor(a) e Padre; 2) Liderança de algum segmento local na comunidade, que abarca as funções de diácono/diaconisa (responsável pela coordenação da ação social e da manutenção do respeito nas atividades da Igreja local), Líder de jovens, Líder de mulheres, Líder de adolescentes, Líder de crianças, Líder do movimento jovem (que coordenam as atividades e os respectivos grupos), Formadora de Catequese e Crisma (responsáveis pelos cursos de Catequese e Crisma), Professor de Escola Bíblica (responsável por alguma classe de estudo

mulheres (sete) exerce liderança em algum segmento local, duas são lideranças principais, e uma exerce liderança em nível nacional

Entre os homens, cinco são evangélicos tradicionais (batistas, presbiterianos e anglicanos), quatro evangélicos reformados (Presbiteriana Unida e Batista Lagoinha), dois pentecostais (Assembleia de Deus e Igreja de Deus) e dois católicos. O tempo de participação entre os homens variou entre 10 e 52 anos, estando a maior parte (quatro) na faixa entre 10 e 20 anos. Entre os demais, três participam tem entre 21 e 30 anos, três entre 31 e 40 anos, e três acima de 41 anos. A maioria dos participantes homens (dez) exerce função de liderança principal na comunidade (sendo que dois desses também são lideranças da denominação em nível estadual) e três são líderes de algum segmento.

A seguir é apresentada uma tabela (Tabela 1) que apresenta a caracterização geral por participante:

Tabela 4

Caracterização dos participantes:

Part.	Sexo	Idade	Escol.	Est. civil	Filhos	Religião/Igreja	Temp. partic.	Ocupação	Função/cargo na igreja
01	F	37	Pós-grad.	Casada	2	Batista	37	Assistente social; Terapeuta de família; Pastora	Liderança principal da comunidade local

bíblico); 3) Liderança na denominação/religião em nível estadual, que engloba as funções de Supervisor estadual do Conselho Executivo Nacional da denominação e Presidente na seção estadual da Ordem dos Pastores; e 4) Liderança da denominação/religião em nível nacional, que diz respeito a Moderadora Nacional da denominação).

Part.	Sexo	Idade	Escol.	Est. civil	Filhos	Religião/ Igreja	Temp. partic.	Ocupação	Função/ cargo na igreja
02	F	60	Pós-grad.	Casada	2	IPU	60	Professora aposentada	Liderança da denominação <u>nível nacional</u>
03	M	38	Sup. comp.	Casado	2	Batista Lagoinha	28	Pastor	Liderança principal da comunidade local
04	M	50	Pós-grad.	Casado	3	IPU	50	Professor; pastor	Liderança principal da comunidade local
05	M	37	Sup. comp.	Casado	2	Assembleia de Deus	22	Professor; pastor	Liderança principal da comunidade local
06	F	21	Sup. incomp	Solteiro	0	Assembleia de Deus	21	Estudante	Liderança de algum segmento local na comunidade
07	M	28	Sup. comp.	Solteiro	0	Batista	28	Professor	Liderança de algum segmento local na comunidade
08	M	40	Sup. comp.	Casado	2	Batista	40	Pastor; Teólogo	Liderança principal da comunidade local

Part.	Sexo	Idade	Escol.	Est. civil	Filhos	Religião/ Igreja	Temp. partic.	Ocupação	Função/ cargo na igreja
09	F	40	Sup. comp.	Casada	2	Católica	40	Empresária; psicóloga	Liderança de algun segmento local na comunidade
10	M	52	Sup. comp.	Solteiro	0	Católico	52	Padre	Liderança principal da comunidade local
11	M	37	Pós- grad.	Casado	1	Batista	20	Pastor; Professor	Liderança principal da comunidade local e liderança na denominação em <u>nível estadual</u>
12	M	51	Médio comp.	Casado	2	Pentecostal/ Igreja de Deus	31	Pastor; Marceneiro	Liderança principal da comunidade local, Liderança na denominação/ religião em <u>nível estadual</u>
13	F	59	Sup. comp.	Casada	3	Batista	54	Psicóloga	Liderança de algun segmento local na comunidade

Part.	Sexo	Idade	Escol.	Est. civil	Filhos	Religião/ Igreja	Temp. partic.	Ocupação	Função/ cargo na igreja
14	M	25	Sup. incomp	Solteiro	0	IPU	12	Músico Professor Motorista	Liderança de algun segmento local na comunidade
15	M	31	Pós grad.	Casado	3	Anglicana	10	Professor; pastor	Liderança principal da comunidade local
16	M	35	Sup. comp.	Casado	0	IPU	35	Designer gráfico; pastor	Liderança principal da comunidade local
17	F	26	Sup. comp.	Casada	0	IPU	26	Médica	Liderança de algun segmento local na comunidade
18	F	24	Sup. comp.	Solteira	0	Batista	24	Psicóloga	Liderança de algun segmento local na comunidade
19	M	52	Pós- grad.	Casado	2	IPB	45	Pastor	Liderança principal da comunidade local
20	F	45	Sup. comp.	Casada	2	Metodista	14	Pastora	Liderança principal da

Part.	Sexo	Idade	Escol.	Est. civil	Filhos	Religião/ Igreja	Temp. partic.	Ocupação	Função/ cargo na igreja
									comunidade local
21	F	25	Sup. comp.	Solteiro	0	Católica	25	Professora	Liderança de algum segmento local na comunidade
22	F	19	Sup. incomp	Solteiro	0	Católica	19	Estudante	Liderança de algum segmento local na comunidade
23	M	27	Sup. comp.	Solteiro	0	Católico	12	Professor; autônomo	Liderança de algum segmento local na comunidade

Instrumento e Procedimentos de coleta de dados. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como estratégia metodológica a coleta de dados por meio de entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado. R. C. Silva e Ferreira (2012) apontam que a entrevista, dentre as diversas técnicas de investigação, permite que o pesquisador observe o participante em seu local de conveniência através de sua própria linguagem/termos. No que diz respeito a construção do roteiro de entrevista em pesquisas de RS, segundo os referidos autores, “as perguntas precisam versar sobre a concretude do fenômeno que se estuda, ou seja, o instrumento deve abordar aspectos do cotidiano prático dos sujeitos que se inter-relacionam com tal fenômeno, no intuito de buscar captar os

elementos que compõem e estruturam a representação” (R. C. Silva & Ferreira, 2012, p. 610).

O roteiro (Apêndice B) elaborado para a presente pesquisa incluía solicitação de dados sociodemográficos e questões diversas relativas às temáticas de gênero e feminismo, tais como: compreensão acerca de papéis femininos e masculinos; entendimento dentro da própria religião sobre tais papéis; visão de outras religiões sobre gênero; concepção sobre “ideologia de gênero¹²”; significações sobre feminismo; percepções de amigos e familiares acerca do feminismo; compreensão sobre feminismo em contextos religiosos; entre outras.

Durante a busca por participantes, percebeu-se maior disponibilidade /aderência para participação entre algumas denominações evangélicas específicas, como a Presbiteriana Unida e a Batista. Foi percebido que tal fato se deu, no caso da primeira, por se tratar de uma denominação que, segundo os participantes, abarca em seus primórdios e desenvolvimento discussões sobre gênero, o que facilita a abordagem de tal tema por seus membros; e no caso da segunda (Batista), por conta das indicações de pessoas próximas da pesquisadora, que também é dessa denominação. Tal fato foi contornado com a busca de participantes de outras denominações por meio da ida às igrejas/comunidades e do uso de redes sociais.

No contato inicial com os potenciais participantes eram explicitados os objetivos gerais da investigação, os procedimentos e os cuidados éticos a serem tomados. Nesse momento era possível perceber que o tema da pesquisa parecia gerar um certo receio por parte das lideranças institucionais e, em alguns casos, o desconforto se materializou na não participação na pesquisa, bem como na indisponibilidade de indicar outros

¹² Essa questão foi incluída no roteiro pelo fato de que, nos últimos tempos, no Brasil, vem sendo discutido na mídia, nas redes sociais, e por diferentes pessoas/grupos, uma suposta tentativa de imposição de uma “ideologia” de gênero nas escolas.

participantes. No entanto, a maioria das lideranças contatadas demonstrou disponibilidade em participar (apenas em quatro casos houve recusa por uma declarada insegurança para falar sobre gênero e feminismo).

As entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade dos participantes, e realizadas pela própria pesquisadora em locais de conveniência dos sujeitos, tais como na própria igreja, residência, universidade, entre outros. Antes do início da entrevista foi apresentado o TCLE (Apêndice C) para participação em pesquisa, e após leitura e concordância, foi solicitada assinatura em duas vias, assim como a permissão para uso de gravador de áudio.

A pesquisa foi realizada de acordo com as normas da Resolução nº 466/2012 (Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2012), o código de ética profissional do psicólogo do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP-UFES) através do parecer de número 363790.

Tratamento e Análise de dados. Após a finalização da coleta de dados, inicialmente as entrevistas foram organizadas em um único *corpus*, que foi submetido a um tipo de análise do *software* IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) versão 0.6. No entanto, ao submeter os dados em único *corpus*, percebemos que perderíamos uma análise mais minuciosa de cada um dos objetos (gênero e feminismo), já que o programa basicamente separou as classes conforme os mesmos. Assim, optamos por organizar as entrevistas em dois *corpora de dados*, sendo um composto pelos conteúdos referentes a gênero e outro, feminismo.

É importante ressaltar que o IRaMuTeQ é um programa informático livre, que proporciona diferentes formas de análise de dados textuais, como por exemplo: análises

lexográficas clássicas; especificidades e análise fatorial de correspondência; método da classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras (Camargo & Justo, 2013). O benefício de realizar a análise com o software é que os resultados apresentam maior fidedignidade em razão da estatística empregada pelo IRaMuTeQ (Camargo & Justo, 2013). Y. S. O. Sousa et al. (2020) apontam que há uma ampliação do potencial de explicação quando os pesquisadores fazem uso de diferentes possibilidades de análise do IRaMuTeQ de maneira complementar. Sendo assim, na presente pesquisa, foram realizados dois tipos de análises: a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise Fatorial de Correspondência (AFC).

A CHD simples dispõe classes de Segmentos de Texto (ST) que, de forma concomitante, identifica vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente dos ST das outras classes (Camargo & Justo, 2013). Assim, o software organiza a análise realizada em um dendrograma, que proporciona a ilustração das relações entre as classes. A CHD, além do exame lexical do material textual, oferece também os contextos de sentido das palavras, ou seja, as classes lexicais (Camargo & Justo, 2013). Camargo (2005) afirma que tais classes podem apontar RS ou elementos de RS sobre o objeto social do estudo, o que justifica o emprego do programa na presente pesquisa. Já a AFC representa graficamente, em plano cartesiano, o resultado do cruzamento entre o vocabulário (levando em consideração em que frequência as palavras aparecem) e as classes, e possibilita a identificação das oposições entre classes ou formas (A. R. A. Nascimento & Menandro, 2006).

Na organização dos bancos de dados, compostos pelas transcrições das 23 entrevistas, foram informadas como variáveis a serem consideradas pelo software o sexo, idade, religião (levando em consideração a diferenciação 1 – católico; 2 – evangélico de

vertente tradicional; 3 – evangélico de vertente reformada; 4 – evangélico pentecostal); e tempo de participação na religião.

É importante destacar que o programa não realiza, por si só, a análise dos dados, e dessa forma, cabe ao próprio pesquisador fazer as interpretações dos resultados com base no conhecimento que tem do material como um todo (Camargo & Justo, 2013).

Resultados

Os *corpora* analisados na pesquisa foram compostos pelas transcrições das 23 entrevistas (unidades de contexto iniciais - UCI), separadas de acordo com os objetos (gênero e feminismo) a fim de alcançar uma análise mais minuciosa sobre cada um deles, como já mencionado.

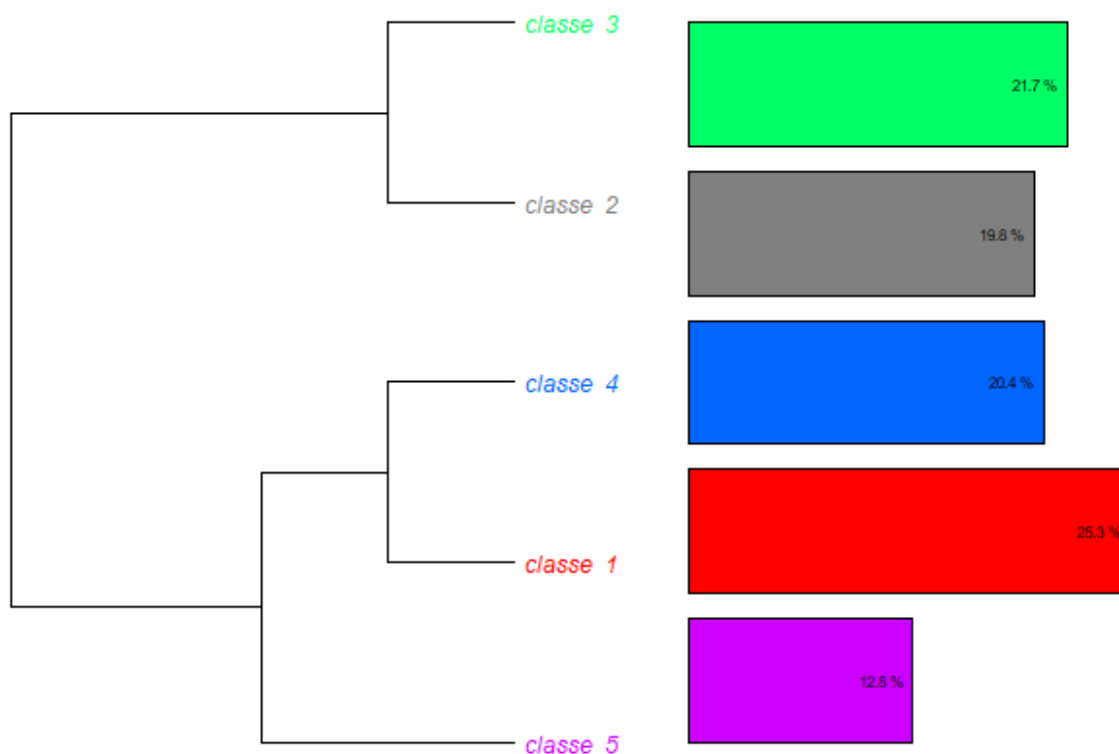
Dessa forma, apresentaremos primeiro os resultados da análise do *corpus* sobre questões de gênero (*corpus A*) e, em seguida, os resultados acerca do *corpus* sobre feminismo (*corpus B*).

Sobre gênero – Corpus A

O software IRaMuTeQ dividiu o *corpus A* em 1721 segmentos de texto, dos quais 1481 foram aproveitados no procedimento de CHD, o que representa 86,05% do *corpus*, considerado um ótimo aproveitamento. A figura abaixo (Figura 2) ilustra as relações interclasses, e a leitura é feita da esquerda para a direita. É possível observar que, na etapa inicial do processamento (1ª partição) o *corpus* foi dividido em dois grupamentos, que não apresentam ligação entre si. O grupamento inferior, numa 2ª partição gerou classe 5, que correspondeu a 12,8%. Neste mesmo *grupamento* houve uma subdivisão (3ª partição), da qual originou-se o subgrupamento constituído pelas classes 1 (25,3%) e 4 (20,4%). O outro *grupamento* (superior) também foi dividido (4ª partição), obtendo-se o subgrupamento formado pelas classes 2 (19,8%) e 3 (21,7%).

Figura 2

Dendrograma de classes corpus A (gênero) – etapas do processamento



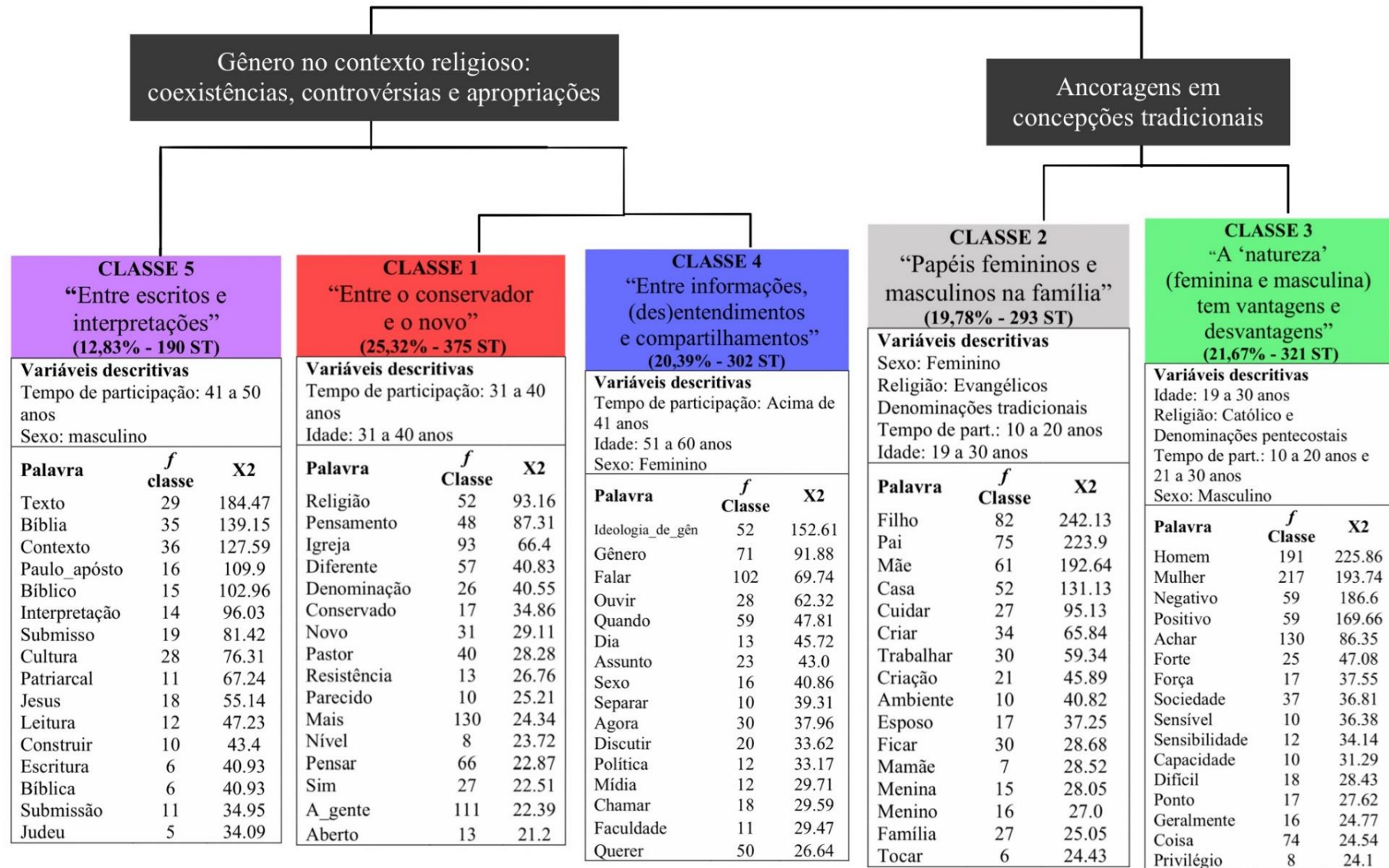
Analizando o dendrograma acima (Figura 2), é possível perceber as relações entre as classes, e verifica-se que o grupamento formado pelas classes 2 e 3 praticamente não apresentam relação com o grupamento constituído pelas classes 5, 1 e 4. A classe 3 possui uma maior proximidade com a classe 2, ao passo que a classe 5 está mais próxima das classes 4 e 1, estas últimas ainda mais relacionadas entre si formando outro subgrupamento. A CHD terminou quando as cinco classes se apresentaram estáveis, ou seja, compostas por STs com vocabulário semelhante (Camargo & Justo, 2013).

O dendrograma abaixo (Figura 3) ilustra as classes com as palavras¹³ que as caracterizam (mais fortemente associadas conforme X^2).

¹³ As palavras unidas por traço baixo (*underline*), são palavras (hifienizadas ou não), que necessitam ser analisadas de forma composta e portanto foram ligadas durante a preparação do banco de dados. (Camargo e Justo, 2013).

Figura 3

Dendrograma de classes corpus gênero – vocabulário



Compondo o subgrupamento intitulado “Gênero no contexto religioso: coexistências, controvérsias e apropriações” juntamente com as classes 1 e 4, a Classe 5, nomeada “Entre escritos e interpretações”, representa 12,8% do corpus e versa sobre as possibilidades de interpretações dos textos bíblicos no que se refere ao entendimento sobre funções e papéis de gênero, e sua necessária contextualização. Destaca-se nesta classe o discurso dos participantes do sexo masculino, e que participam da religião há mais tempo (entre 41 e 50 anos). As palavras como *texto*, *bíblia*, *contexto*, *Paulo_apóstolo*, *bíblico*, *interpretação*, *submisso*, *cultura*, *patriarcal*, *Jesus*, *leitura*, *construir*, *escritura*, *submissão*, *judeu*, entre outras, e os ST a seguir, ajudam a explicitar os conteúdos de tal classe:

Via_de_regra se faz uma leitura equivocada das **leituras** sagradas do que diz respeito a isso e se usa as escrituras para reforçar uma prática machista, culturalmente herdada no ocidente, e especialmente no brasil. Mas na verdade a **bíblia** precisa ser compreendida nos **contextos** em que surgiram. (Participante 10)

Então é importante que, ao ler a **bíblia**, a_gente compreenda o **contexto** da sua formação, e a **bíblia** é produzida no **contexto** de um judaísmo altamente **patriarcal** e contém muitos **textos**, de fato, que reafirmam esses lugares específicos para homens e mulheres. (Participante 01)

O desafio é ler **paulo_apóstolo** com os óculos de **Jesus** e não ler **Jesus** com os óculos de **paulo_apóstolo**; a práxis de **jesus** não coloca a mulher enquanto **submissa**. (Participante 08)

Agora a questão é quando essa diferença, que é biológica, progride para uma diferença social, e às_vezes usando a **bíblia** como base, sem levar em consideração o **contexto** bíblico. (Participante 11)

Sejam elas igrejas_pentecostais, igrejas_católicas, ou igrejas_evangélicas e igrejas_protestantes, mas com recorte mais fundamentalista. O recorte fundamentalista sacraliza o machismo: mulheres sejam **submissas** aos vossos maridos. (Participante 04)

Isso a_gente se baseia em questão **bíblica** mesmo. Posso estar falado aqui errado, porque não lembro aqui de cor o que fala, mas pelo que me lembro, na **bíblia** fala: ‘mulheres sejam **submissas** aos homens’ e ‘homens amem sua mulher como **Jesus** amou a igreja. (Participante 22)

Eu atribuo essas diferenças muitas vezes a uma **interpretação** literal da **bíblia**, de alguns trechos da **bíblia** que são escolhidos para reforçar essa ideologia de submissão da mulher. (Participante 02)

Na minha perspectiva religiosa há diferenças de papéis entre homem e mulher no sentido espiritual. Quando a **bíblia** diz que a mulher deve ser **submissa** então preciso observar o **contexto**, o cara que escreveu isso é um cara **judeu**. (Participante 11)

Existem religiões onde a mulher não tem nem sequer voz, ela não pode nem falar, então existe, infelizmente, muitas divergências em algumas religiões. Basicamente por dois motivos: o primeiro pela **interpretação** da própria escritura a forma como interpreta a bíblia_sagrada, segundo por questões culturais. (Participante 12)

Então eu percebo que a compreensão é diferente, porque é um homem que sempre se beneficia da sua posição, enquanto homem da **leitura** do **texto** sagrado distorcida e a partir dele faz uso do machismo. (Participante 08)

Agora se a_gente for pensar daquilo que é próprio para homem e para mulher, existem sim, algumas diferenças, porque a_gente precisa saber diferenciar

o que é cultural e o que não é a partir do **contexto**, no caso o **bíblico**, que é o que a_gente se baseia como regra_de_fé e prática. (Participante 03)

Eu acho que a diferença é muito da leitura da **bíblia**: tem gente que faz uma leitura conservadora. (Participante 17)

Paulo_apóstolo fala mais algumas coisas anteriormente e algumas coisas posteriormente, mas as pessoas destacam isso do **contexto** e colocam aquilo e criticam simplesmente. Eu acho a mesma coisa, tendo em conta todo o **contexto**, não tirando só aquilo. (Participante 23)

Mas a percepção geral, a visão cristã, é quase sempre atrelado a submissão, no que eu não vejo dessa forma pela **leitura bíblica**, mas é a primeira imagem que eu vejo enquanto evangélico. (Participante 08)

Acho que uma boa_mulher é uma mulher que sabe o que a **bíblia** diz, que entende o que é ser_mulher biblicamente; não é ser a mulher que algumas pessoas pregam, porque as pessoas estão pregando o evangelho muito errado, não é o evangelho que **Jesus** pregou. (Participante 20)

E hoje estudando e a frente de algumas coisas eu percebo que não é tão isso que me ensinaram, muito porque a **bíblia** foi escrita dentro de um **contexto** machista, as pessoas que escreveram eram machistas. (Participante 18)

A classe 1 (25,3%), nomeada “Entre o conservador e o novo”, engloba palavras como *pensamento, religião, igreja, diferente, denominação, novo, conservador, pastor, resistência, parecido, pensar, a_gente, aberto, mudança*, entre outras. Apresenta conteúdos que evidenciam a compreensão dos participantes sobre como questões relacionadas a gênero tem sido compreendidas, significadas e vivenciadas nos contextos religiosos, o que varia em função de fatores diversos, tais como gênero, idade/geração, religião, função na comunidade/igreja, educação/escolaridade, acesso à informação,

posicionamento político, entre outros. Sobre as variáveis descritivas, identificou-se que discursos dos participantes de 31 a 40 anos foram os que mais contribuíram para a constituição dessa classe. Nessa classe, se mostra presente de forma bastante clara o posicionamento dos sujeitos e de seus grupos de referência em relação a tais questões, e em contrapartida, sua diferenciação em relação a outros grupos dentro da própria religião ou fora dela. Os ST a seguir são ilustrativos a este respeito:

Mas eu acho que hoje_em_dia a tendência é abrir caminhos, apesar de eu achar que há **mais** resistência de mudança de **pensamento**, que a_gente herdou dessa sociedade machista, na parte dos homens do que das mulheres. (Participante 02)

Então hoje eu me surpreendo de ver que muitos jovens com **pensamento** extremamente **conservador**. Eu acho que depende dos acessos que cada um teve, a educação, a problematização da temática, as leituras. (Participante 01)

As pessoas **mais novas** às_vezes pensam **diferente** sim, a outra geração após mim, talvez por influência do nosso país, pela educação com um viés muito politizado e esquerdista socialista. (Participante 05)

A_gente tem tentado ocupar espaços, inclusive feito rodas_de_conversas sobre as temáticas, temos grupos de discussão sobre masculinidade, feminilidade, a nossa **igreja** tenta dialogar muito com o contemporâneo e tenta pensar os problemas de hoje. (Participante 15)

Por_exemplo eu trabalho na igreja, que é uma instituição milenar, e tem padres idosos que vieram da Europa que são muito **mais** abertos e muito **mais** propensos a certos debates que muitos padres recém_formados. Então é **mais** do que uma questão de idade, e sim do contexto. (Participante 10)

No contexto da **denominação** batista há a possibilidade que mulheres sejam reconhecidas como pastoras, mas há também, ao mesmo tempo dessa possibilidade, muita resistência de uma ala **mais conservadora** que julga que não, que esse papel é um papel exclusivamente masculino... A minha experiência com ordenação dentro da minha **denominação** foi bastante dolorosa. (Participante 01)

E tem algumas mulheres também, principalmente mulheres que estão atreladas a algumas religiões, tem uma vertente de católicos **mais conservadores** que eu vejo bastante coisas assim. Com certeza tem diferença no **pensamento** entre homens e mulheres sobre as questões de gênero. (Participante 17)

Até mesmo no evangelho você não tem uma unanimidade nesse assunto de gênero, existem culturas **diferentes**, por exemplo pastores com ideias totalmente **diferente** da minha. (Participante 03)

As coisas se caminham bem, mas ainda encontramos muita resistência. Algumas **religiões** têm uma abertura maior, como o evangélico_quadrangular, são pastoras, tem a luterana também, que são pastoras. (Participante 09)

Então a_gente bebe muito dessa fonte e recebe essas influências culturais que são atreladas a **religião**, mas são culturais dessa fonte norte_americana. (Participante 08)

Então assim há muitas divergências no sentido de pessoas **mais** velhas. Não estou falando das pessoas no meu ciclo de convivência, mas em uma assembleia, que a_gente faz na **igreja**, a_gente vê muitas emergências em vários assuntos... (Participante 13)

Mas hoje aqui nessa igreja que eu estou agora é bem menos, apesar de que se você for conversar com algumas senhoras **mais** velhas elas ainda vão falar ainda da necessidade da mulher costurar o próprio enxoval. (Participante 18)

Porque na instituição teológica onde eu estudei, na universidade Metodista de São Paulo, a gente era desafiado a sair daquela leitura sobre o masculino biológico e o feminino biológico, e começar a abraçar **novas** vertentes de olhar sobre o masculino e o feminino. E eu comecei perceber que havia a possibilidade de pensar **diferente**. (Participante 04)

E ali nesse movimento que a gente vê, nas bases que a gente vai chegando nas camadas mais altas da **igreja** e ali que você encontra algumas resistências: nem todo mundo está aberto a aceitar o **diferente**. (Participante 09)

E os mais antigos, da geração passada, batem nessa tecla que mulher não pode chegar ao último grau ministerial, porém da minha geração para cá, já pensa **diferente**... pode ser uma diaconisa, pode ser uma missionária, mas ela não consegue chegar a um pastorado de uma igreja, conheço **denominações** inclusive que mulheres sentam de um lado e homens de outro dentro do templo. (Participante 12)

A maioria das pessoas que chegam na igreja chegam com **pensamentos**, o psique, vindo de uma história de vida ou da mente preparada do histórico de vida, e daquilo que a mídia prega muito com informações, com culturas **diferentes**. (Participante 20)

Associada a classe 1 encontra-se a classe 4 (20,4%), denominada “Entre informações, (des)entendimentos e compartilhamentos”. Nesta classe, constituída por palavras como: *ideologia_de_gênero, gênero, ouvir, falar, quando, dia, assunto, sexo, separar, agora, discutir, faculdade, mídia, política, ciência*, entre outras, evidencia-se como a ideia de ideologia de gênero, de modo específico, e de gênero, de forma mais ampla, vem sendo produzida, entendida e compartilhada no cenário atual a partir da mídia, sendo objeto de debate e de apropriação de diferentes formas, com diferentes

objetivos, em diferentes espaços e por diferentes grupos (político, acadêmico, religioso, etc.). Destacam-se como variáveis que mais contribuíram para a produção desta classe o sexo (feminino) e a faixa de idade (entre 51 e 60 anos). Visando exemplificar os conteúdos dessa classe são apresentados alguns ST:

Já **ouvi falar** sim sobre **ideologia_de_gênero**, inclusive o pastor da minha igreja postou uma cartilha um dia desses sobre isso: meninos vestem azul e faz isso, e meninas vestem rosa e brincam de boneca. (Participante 17)

Eu já **ouvi falar** sobre **ideologia_de_gênero**. Quem nunca ouviu **falar** nesse novo governo que aí está e na campanha_eleitoral que precedeu esse novo governo? A_gente **ouve** falar da questão, que para mim é muito estranha de falar. (Participante 02)

Na **faculdade** foi o primeiro contato que eu tive com **ideologia_de_gênero**, o primeiro contato que eu tive foi de muito ódio... normalmente converso sobre **gênero** com minhas amigas, mas na época da **faculdade** se conversava muito sobre isso, principalmente nas aulas mais de cunho social. (Participante 18)

Marcos_feliciano, na tv, o silas_malafaia, que **falam** que tem uma **ideologia_de_gênero**, estão querendo impor as pessoas a ideia de que isso é normal é natural etc, já começa aí um emprego errado da palavra ideologia. (Participante 04)

Já ouvi **falar** sobre **ideologia_de_gênero**, eu ouvi **falar** que a pessoa escolhe o que ela quer ser, homem ou mulher. (Participante 07)

ideologia_de_gênero, falo respeitosamente, para nós é uma abominação, é um negócio infernal que nasceu realmente muito longe de Deus, da palavra_de_deus, que vem realmente contrário a tudo. (Participante 19)

Então a carência tem levado a mulher olhar para mulher, está um negócio meio misturado, e a **ideologia_de_gênero** quer tirar essa base familiar e nós não vamos aceitar, a igreja_do_senhor nós não vamos aceitar. (Participante 20)

A pluralidade é muito grande, acho que é mais confusão do que entendimento. A_gente vive em um período de muita confusão, são muitas informações, mas pouco entendimento do que se diz; A_gente reproduz muito do que se **ouve**, mas compreende pouco do que se entende. (Participante 15)

Eu converso sobre **gênero**, mas não levo para o lado **político**, conforme é visto na **mídia** e essas coisas. (Participante 13)

É um tema bem complexo, o que eu já ouvi sobre **ideologia_de_gênero** basicamente é de que uma pessoa decide o **sexo** que ela quer ter ou quer exercer em determinado momento da vida. (Participante 12)

No meio pastoral esse **assunto** diverge principalmente porque a coisa ficou muito politizada e aí toda a conversa nesse sentido acaba virando uma discussão **política** e a impressão que dá é de que a turma que quer conversar de **gênero** é de esquerda e a turma fundamentalista é de direita. (Participante 11)

Então realmente isso aqui na nossa igreja é senso_comum, todos os membros da igreja têm pavor, horror a **ideologia_de_gênero**, agora que um transgênero chegar aqui ninguém vai ser escorraçado. (Participante 19)

...que a_gente não nascia com o **gênero** que tanto faz e eu fiquei achando aquilo tudo muito estranho. E infelizmente eu não lembro o nome do médico que começou com essa ideia de **gênero** de **ideologia_de_gênero**. (Participante 21)

E eu sei que a própria nomenclatura, a_gente **ouve** que é a própria **ideologia_de_gênero**, já está errada por si, não há uma **ideologia_de_gênero**,

mas a_gente ouve que é a própria destruição da família, destruição de valores.
(Participante 08)

Porque o pensamento hoje que a_gente vê divulgado muito massificado, inclusive na **mídia**, é de uma coisa que não tem nada a ver, não é um **gênero** binário é uma multiplicidade de **gêneros**. (Participante 19)

Eu era pedagoga, então eu ouço **falar** sobre **ideologia_de_gênero** hoje muito na televisão, nos telejornais e dentro da escola. Eu dei aula até cinco_anos atrás e lá também a_gente vê **falar**. (Participante 20)

Quando a_gente fala de **ideologia_de_gênero** para mim é a questão de não ter um **gênero**, acho que a criança nasce e aí você não aponta se ela tem um gênero feminino ou um gênero masculino... (Participante 22)

O subgrupamento 2 foi nomeado como “Ancoragens em concepções tradicionais” e foi formado pelas classes 2 e 3. A classe 2, representando 19,78% do corpus, foi nomeada como “Papéis femininos e masculinos na família” e apresenta as significações que os participantes atribuem aos homens e mulheres quanto as suas características e funções no contexto familiar. É importante ressaltar que os discursos predominantes nesta classe foram de mulheres, de denominações evangélicas tradicionais e com idade entre 19 e 30 anos. Palavras como: *filho, pai, mãe, casa, cuidar, trabalhar, criação, ambiente, esposo, ficar, menino, menina, família* entre outras, parecem indicar que os participantes ancoram as significações de gênero (ser homem e ser mulher) em valores familiares tradicionais e nas experiências que vivenciaram no contexto doméstico. Os ST a seguir exemplificam tal classe:

Não sei se me considero uma boa **mulher** porque eu não sou casada, não tenho **filhos** e ainda moro com meus pais. Então talvez eu esteja quebrando alguns paradigmas. (Participante 18)

Então, é como se diz: ‘**cuidar** de **filhos** é uma coisa da mulher’, então o homem é roubado da construção de um vínculo afetivo com seus próprios **filhos**. (Participante 01)

Ser_mulher para mim também tem privilégio de poder ser uma **mãe**, de educar mais. Porque querendo ou não esse papel **fica** mais com a mulher, então você cuidar da educação de alguém. (Participante 22)

Independentemente do contexto, da forma com que foi **criada**, ou da realidade que apreendeu seus valores, a mulher tem como característica ser cuidadora, essa que **cuida** dos **filhos**, que ajuda também na questão da **família**. (Participante 03)

Por_exemplo, a questão da educação_infantil geralmente é dada para as mulheres não por uma questão bíblica, se fosse a mulher só poderia educar seus **filhos**, mas por uma questão histórica de que os homens não querem se envolver com isso. (Participante 07)

Mulher pode ter **filho**, mas eu por_exemplo quero ter, mas tem gente que não quer, então acaba sendo uma coisa muito pessoal. As pessoas mais velhas pensam muito diferente ainda porque a mulher tem que ocupar aquele papel de ficar em **casa**, de cuidado dos **filhos**, tudo que acontece com o **filho** é responsabilidade da **mãe** e não do pai. (Participante 17)

Pesa sobre o **pai** esse dever de ser um sustentáculo nos deveres de sua família. A bíblia também define os papéis da **esposa**, papéis da mulher, tanto de forma geral, como na família. Então, existe os papéis muito bem definidos. (Participante 05)

Então, por exemplo, na família a mulher tem o papel de esposa, papel de mãe, de provedora do lar, de ser também um sustentáculo, de ser uma mulher sábia, uma mulher que educa. (Participante 05)

Dado algumas características que são mais acentuadas a mulher, eu acho que acaba que a mulher tem realmente alguns papéis importantíssimos na criação dos **filhos**. (Participante 19)

Então quando eu falo do homem, do papel masculino e do papel feminino, eu penso no sentido de que o homem tem o papel de ser o provedor, não no sentido de **cuidar** da **casa**, mas de se dedicar a isso para que não pese tanto para mulher. (Participante 03)

A mulher, como eu falei, que dá a vida, e o homem que é esse que tem a responsabilidade, que tem a fortaleza, e justamente a responsabilidade de **cuidar**. Então dentro da religião católica é assim. (Participante 21)

Tudo bem que eu fazia tudo isso, mas ela [a filha] eu incentivo porque eu quero que ela busque um meio social onde ela se sinta mais encorajada a ocupar o seu lugar, porque ela precisa ter essa força. E ao meu **filho** eu ensino as coisas de **casa**. (Participante 09)

Acho que a mulher tem mais esse tato com o próximo e talvez por isso, realmente por essa questão de ser **mãe** e já nascer com isso de olhar o outro e tudo mais. (Participante 22)

Mas vejo ainda muito desses discursos que você tem que prover, você tem que **trabalhar**, e vejo uma aceitação muito mais fácil para o homem que fica muitas horas fora de **casa** durante a semana: está tudo bem. e a **esposa** que fica fora: ela não está **cuidando** direito. (Participante 18)

O cristianismo em geral dá a incumbência para o pai, o homem é retratado na bíblia como o provedor, também como o protetor. Pesa essa responsabilidade para o pai de cuidar, também de educar. (Participante 05)

Tem muita diferença na criação porque na minha época era muito cobrado a **menina** a arrumar, limpar, fazer as coisas dentro de **casa**, e o **menino** ficava brincando... até porque é pela **mãe** que passa todo o ensinamento, acho que muito mais forte do que pelo **pai**. (Participante 09)

É algo que não acho que fere a dignidade da mulher, eu não acho que tem menos mérito você ficar em **casa** com os **filhos** do que você sair para **trabalhar**. (Participante 22)

A classe 3 compreende 21,7% do corpus e foi nomeada de “A ‘natureza’ (feminina e masculina) tem vantagens e desvantagens”. Comporta palavras como: *homem, mulher, negativo, positivo, achar, forte, força, sociedade, sensibilidade, capacidade, difícil, ponto, geralmente, privilégio*, entre outras. Tal classe aponta a perspectiva dos participantes acerca das dificuldades, privilégios, vantagens e desvantagens de ser homem e ser mulher a partir de suas experiências pessoais ou do que entendem como sendo o ponto de vista da sociedade em geral. Destaca-se o discurso dos participantes homens, católicos e de denominações pentecostais, e com idade entre 19 e 30 anos. Os participantes, de modo geral, parecem ancorar suas representações em concepções tradicionais de gênero, ou seja, na ideia da mulher como “naturalmente” mãe, sensível, frágil, empática, emocional, atenciosa, e do homem como provedor, forte racional, prático, agressivo e viril, ao mesmo tempo em que apresentam as suas críticas acerca dessas significações. Os ST a seguir auxiliam na compreensão dessa classe:

Eu acredito que ser **homem** é ser **forte** e um pouco mais razão. Pontos **positivos** de ser **mulher** eu acredito que a **mulher** é muito empática, tem muita empatia. (Participante 06)

Tem muitos **privilégios** em ser **mulher** e também tem muitas coisas **negativas** em ser **mulher** por conta da nossa **sociedade**. Mas hoje_em_dia um dos maiores privilégios de ser **mulher**, como eu falei, é de poder gerar uma vida. Eu **acho** isso completamente incrível... Ser **mulher** é também saber conciliar várias coisas e saber lidar melhor com o sentimento, saber lidar melhor com o ser_humano em geral. (Participante 22)

Mas acho que é uma coisa que acaba trazendo um **privilégio** hoje_em_dia ser **homem** acho que acaba sendo um **privilégio**. Acho que você não correr risco por ser **homem** acho que isso é um **privilégio**. (Participante 14)

Acho que o mundo para os **homens** é mais fácil do que o mundo para as **mulheres**. Os **homens** não têm tanto que provar o seu valor como nós (mulheres) temos que provar. (Participante 01)

Ser **homem** é mais fácil até porque a_gente já tem uma credibilidade pelo fato de ser **homem**. Infelizmente ser **homem** é fazer o que quer, sei lá, ser **homem** é mais fácil. (Participante 07)

Ser **mulher** é ser feminina, delicada, frágil, porém, **forte**, determinada, coisas dessa natureza. (Participante 12)

Ser **homem** é ser masculino, para mim é ter as características negativas e positivas do ser masculino, que às_vezes é mais **forte**, mais agressivo. (Participante 11)

Os pontos **positivos** é que as pessoas confiam mais no **homem** no ambiente de trabalho, os **homens** têm mais confiança, podem vestir as roupas que quiserem. (Participante 17)

O ponto **negativo** é a visão de que nós mulheres somos frágeis, que nós somos uma experiência para as pessoas encostarem e fazerem o que eles acham que tem direito. (Participante 18)

...Eu gosto de ser **homem**, então eu não sei, eu gosto de exercer a liderança. (Participante 19)

Eu **acho** que um dos pontos **positivos** de ser **mulher** é ser mãe, é ter essa **sensibilidade** maior... Ser mãe é um ponto **positivo**, desculpa, mas eu amo ser mãe, sou apaixonada em ser mãe e poder amamentar. (Participante 20)

O ponto **negativo** de ser **mulher** eu acho que é o preconceito, a diminuição da própria **sociedade** na imagem da **mulher**, a violência que sofre no dia_a_dia, e tudo que isso acarreta também, porque a violência traz várias outras consequências para o corpo da **mulher** e para a sua forma de ser... mas para uma **mulher**, além disso, é ter seu corpo violado, é sofrer violência por ser **mulher**. (Participante 14)

Tem pontos **negativos** em ser **homem** porque a_gente é muito mongoloide, a_gente é imaturo e tem uma espécie de imaturidade meio que intrínseca... o que eu vejo como lado positivo da **mulher** para com o **homem** é que a **mulher** tem o poder e a capacidade de fazer com que o cara queira vencer essa tendência a ser idiota, ser infantil, ser imaturo. (Participante 23)

Acho que o ponto **positivo** de ser **homem** é que, dentro desse machismo, os **homens** não têm que limpar muito a casa. **Acho** que o ponto **negativo** de ser

homem também é de que há uma cobrança a mais sobre o homem. (Participante 20)

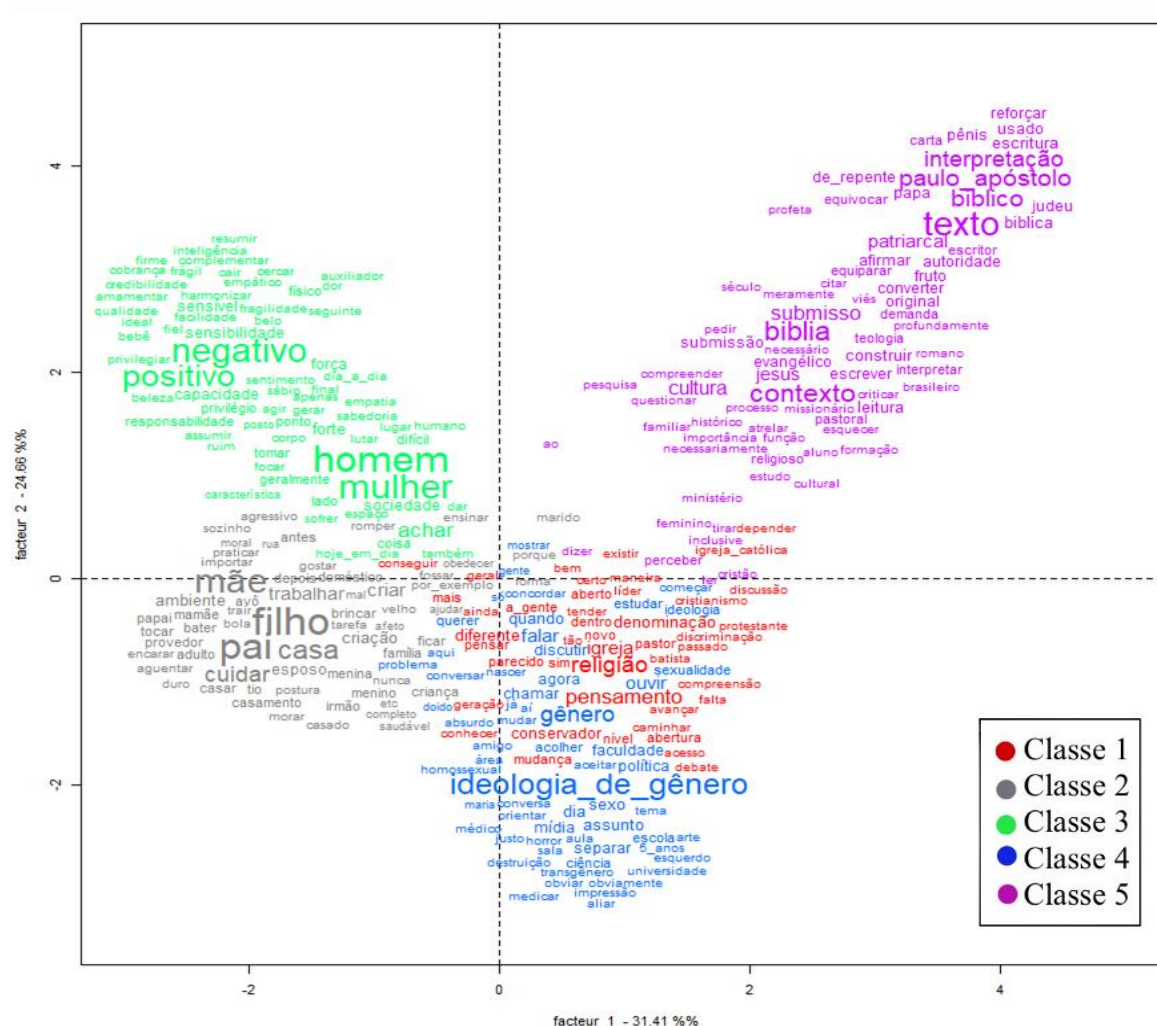
Os homens ainda ganham mais que a gente em alguns cargos, então infelizmente isso é um ponto **positivo** partindo da perspectiva dos homens. Eu vejo que os meninos foram muito machucados na criação deles do homem não chorar, então eu **acho** que o lado ruim de ser **homem** é de que eles cresceram muito machucados, muito magoados com a **sociedade**. (Participante 18)

Tem que dar a vida pela sua família, então, para mim isso é ser **homem**: ser viril de verdade e tomar uma responsabilidade. Pontos **positivos** de ser **mulher** o primeiro é poder ser mãe e **acho** que toda essa ternura, toda a beleza. A **mulher** exala beleza, exala vida... O **homem** é diferente da mulher, o **homem** é mais prático, a **mulher** é muito mais **sensível** e não que isso seja uma fraqueza, é uma fortaleza na verdade ser sensível. (Participante 21)

Os resultados da AFC permitem, de forma mais dinâmica, a visualização das relações mais marcantes dos agrupamentos resultantes da CHD, sob a forma de plano cartesiano. Na figura abaixo (Figura 4) pode-se observar que: 1) as classes 4 e 1 estão no mesmo quadrante, o que indica que abrangem contextos semânticos semelhantes; 2) Todas as demais classes estão em quadrantes opostos, e portanto, cada um aponta a raiz semântica da palavra que mais interferiu e possibilita a identificação de cada classe que foi observada.

Figura 4

Análise fatorial de correspondência – Corpus A (gênero)



Na figura 4 observa-se que as palavras das classes 1 e 4 se sobrepõe, o que remete a uma aproximação entre as classes. Sobre a classe 1, pode-se identificar ainda que está mais centralizada, e sobrepõe-se levemente em todos os quadrantes. Além disso, as palavras da classe 2 ultrapassam o quadrante da classe 3, o que remete a uma aproximação entre essas duas classes. Por fim, é importante ressaltar que a classe 5, que versa sobre as interpretações bíblicas sobre a temática de gênero, é a que aparece mais distante do centro, no quadrante 1.

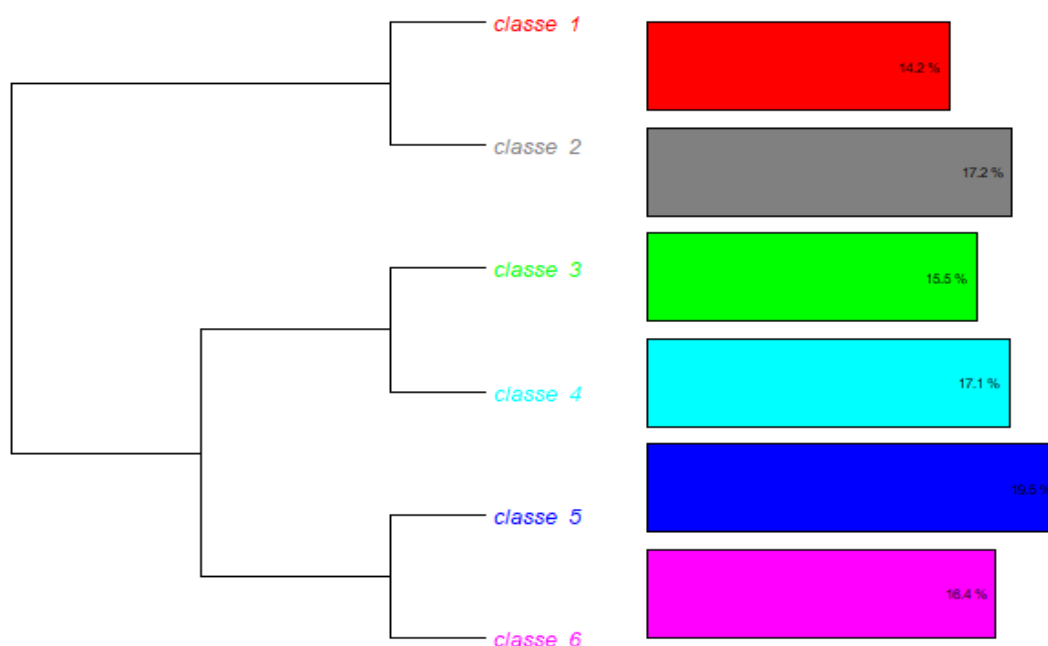
É válido salientar ainda que a visualização das classes através da AFC possibilita diferentes formas de análise e, dessa forma, enriquece a possibilidade de interpretar os resultados descritos até aqui. No caso da disposição das classes/palavras do processamento do Corpus A (gênero) no plano fatorial, é possível identificar polarizações nos dois eixos, sendo: 1) Eixo y (vertical) os subgrupamentos da CHD (*Gênero no contexto religioso X Acorações em concepções tradicionais*); 2) Eixo x (horizontal), as *compreensões tradicionais e religiosas X Compartilhamentos e vivências nos grupos sociais (família, igreja, amigos, faculdade, redes sociais, entre outros)*.

Sobre feminismo – Corpus B

O software IRaMuTeQ dividiu o corpus B em 869 segmentos de texto, dos quais 779 foram aproveitados no procedimento de CHD, o que representa 89,64% do corpus. Na figura abaixo (Figura 5), que ilustra as fases do processamento realizado pelo software, podemos observar que na etapa inicial (1ª partição), o corpus foi dividido em dois grupamentos. Em nova etapa de processamento (2ª partição), o grupamento maior foi dividido em dois subgrupamentos, que foram novamente divididos (3ª e 4ª partição), resultando em quatro classes (6 e 5; 4 e 3). O grupamento menor (superior) foi também dividido em dois (5ª partição) e, como não sofreu alteração com a continuidade do processamento, constituiu ao final as classes 2 e 1.

Figura 5

Dendrograma de classes corpus B (feminismo) – etapas do processamento

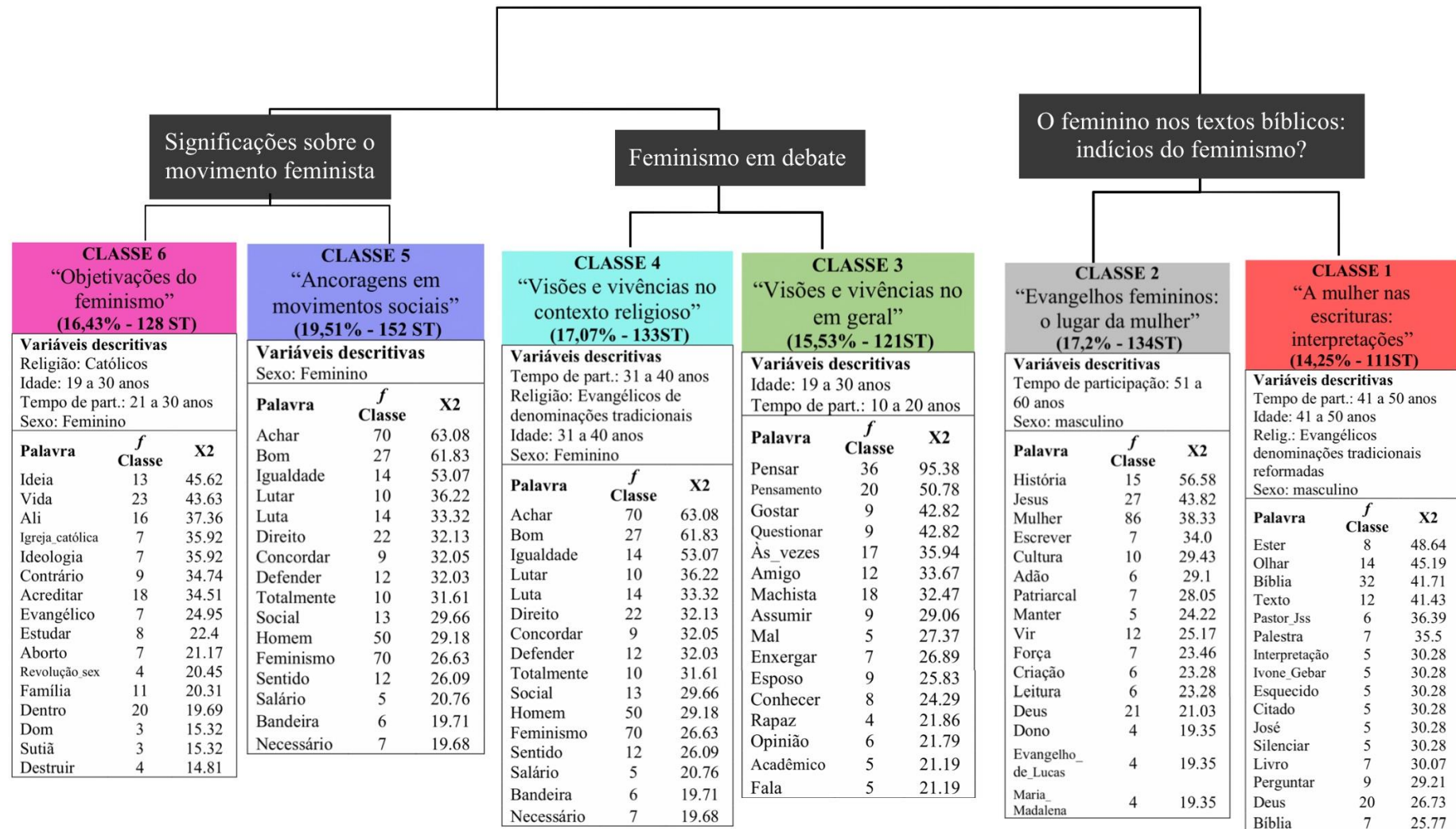


Como se pode perceber, ao final, o processamento resultou na formação de três subgrupamentos, constituídos por classes com maior relação ou proximidade entre si. Os subgrupamentos formados pelas classes 6 e 5 e o subgrupamento formado pelas classes 4 e 3 estão relacionados, mas não apresentam relação com o constituído pelas classes 2 e 1, que apresenta conteúdo independente.

Na Figura 6 estão ilustradas as classes, com o percentual de cada uma e com as palavras que as caracterizam (conforme valor do X^2). Também estão indicados os nomes dados aos grupamentos e classes pela pesquisadora:

Figura 6

Dendrograma de classes corpus feminismo – vocabulário



O subgrupamento constituído pelas classes 6 e 5 foi denominado “Significações sobre o movimento feminista” na medida em que parece expressar a tentativa dos participantes de explicar esse movimento, inclusive situando-o historicamente. A classe 6 (16,4%) foi nomeada como “Objetivações do feminismo” e diz respeito a compreensão dos participantes acerca do feminismo enquanto um “movimento ideológico”, expresso por representações imagéticas relacionadas ao aborto, queima de sutiã, revolução sexual, movimento hippie, destruição da família e “desconfiguração” da mulher, e associado à questões políticas (movimento de esquerda, comunista, marxista). Nota-se nesta classe um predomínio do discurso dos participantes católicos, do sexo feminino, e com idade entre 19 e 30 anos. As palavras como *ideia*, *vida*, *ali*, *ideologia*, *igreja_católica*, *contrário*, *acreditar*, *evangélico*, *estudar*, *aborto*, *revolução sexual*, *família*, *dentro*, *sutiã*, *dom*, *destruir* explicitam as significações presentes em tal classe, em que predomina uma visão negativa sobre o movimento (entendido como um “modismo”) por parte de grupos religiosos. Os ST a seguir ajudam no entendimento do sentido da classe:

Porque o feminismo tem muito a ver com marxismo, marxismo_cultural também, toda a **ideia** do comunismo está dentro do feminismo e aqui no brasil chegou justamente junto com o marxismo_cultural, a **ideia** deles de destruir a **família**. (Participante 21)

Então, acho que um pouco da repulsa ao movimento_feminista é que essa última onda busca o direito da interrupção da gravidez e isso é um problema para os **evangélicos** que compreendem que o ser_humano já existe a partir da concepção. (Participante 01)

Eu nunca me aprofundei, mas eu sempre fui simpática as **ideias**, mas nunca fui radical também de deixar de usar **sutiã**, de queimar meu **sutiã** por_exemplo, mas eu sou simpática as **ideias**. (Participante 02)

Na comunidade geral o feminismo é visto como um grande inimigo do cristianismo e, eu não digo nem só batista, digo no movimento **evangélico** como um todo. O feminismo é visto como um inimigo dos valores da **família**. (Participante 08)

Eu costumo dizer que não tem nada hoje_em_dia que destrói mais as mulheres do que elas mesmas, do que o pensamento feminista que tira delas o que têm de mais belo que é justamente dar a **vida**. (Participante 21)

No nosso tempo ocidental, a_gente vai ver presente mais a discussão do feminismo da década_de_60 para cá, com a revolução_cultural e a **revolução_sexual**, que teve na França envolvendo a juventude. Sartre está presente neste movimento, a Simone_de_Beauvoir e outros teóricos. (Participante 04)

Mas é como eu disse, ao_longo_do_tempo o movimento foi impregnado de uma **ideologia** que desconfigurou e deixou a coisa muito feia, e eu acho que perdeu o rumo, de maneira que eu acho que o movimento_feminista desconfigura a mulher. (Participante 05)

Mas a **ideia** de feminismo para mim sempre foi como contra a **família**. Eu via isso do **aborto** e, obviamente, nós somos contras, e como as feministas promoviam o **aborto** eu sempre nem me aproximei e sabia que elas estavam erradas por serem contra a **vida**. (Participante 21)

Então eu acho que, indiretamente, a_gente coloca para tomar cuidado com o feminismo para não se perder a **família**. (Participante 20)

Eu não sou um profundo conhecedor, mas lá desde da **revolução_sexual**, revolução_hippie, década_de_70, foi por **ali** o bum do feminismo, a coisa

começou **ali** e foi crescendo e hoje já tem 60_anos de militância feminista.
(Participante 19)

Mas eu não posso estar junto com o feminismo a partir do momento que o movimento defende o aborto, a partir do momento que quer destruir a **família**.
(Participante 21)

Sempre que eu penso em movimento_feminista, **acredito** que não seja a partir **dali** e a_gente tem até uns grupos anteriores, mas para mim o que mais me marca são as mulheres queimando **sutiã** em busca de melhores condições de trabalho, de igualdade_salarial, é a minha primeira imagem do movimento_feminista. (Participante 08)

Antigamente começou a surgir mais essa revolta das mulheres. Eu acho que até a primeira revolta foi a da queima do **sutiã**, eu não lembro mais porque **estudei** isso na escola. (Participante 22)

Porque meio que colocando a mulher contra o homem, a mulher contra família, eles ganhariam espaço. Foi toda uma **ideia**, o feminismo na verdade é toda uma ideologia, tem toda uma ideologia por trás. (Participante 21)

Voltou a ser ridicularizado, eu vejo uma ridicularização daqueles que não compreendem o movimento, então é muito mais fácil você ridicularizar, e eu vejo isso muito forte dentro dos nossos meios **evangélicos** e não só no meio_evangélico. (Participante 08)

Então é muito difícil dizer: “eu sou feminista e não sou de esquerda”, provavelmente você vai ser completamente atacado **ali** porque aqueles **ideais** são ideais de esquerda. Então eu acho que o movimento é muito associado a uma **ideologia**. (Participante 22)

Eu acho que o feminismo tem esse ponto_negativo de: ‘o homem é ruim, então todos são ruins’, eu acho que não é por ai porque eu **acredito** na redenção do ser_humano, de que existe possibilidade de mudança, de transformação. (Participante 18)

A classe 5 reuniu o maior percentual do corpus (19,5%) e foi nomeada como “Ancoragens em movimentos sociais”, sendo composta principalmente pelo discurso das participantes do sexo feminino. As palavras mais fortemente associadas a essa classe foram *achar, bom, igualdade, lutar, luta, direito, concordar, defender, totalmente, social, homem, feminismo, sentido, salário*, e evidenciam o entendimento do feminismo como um movimento social legítimo, de busca por direitos igualitários entre homens e mulheres em diversos espaços/contextos (voto, igualdade salarial, ocupação de cargos de trabalho, estudo, etc.), que propiciou conquistas e avanços no campo do gênero, que repercutem até os dias atuais. Predomina uma visão positiva nesta classe no que se refere à “origem” do movimento e a pautas específicas, entendidas como importantes e necessárias; contudo, também aparecem críticas a algumas “causas” vistas como mais atuais, tais como, da mulher querer se “igualar” ao homem em todos os aspectos, de querer mudar uma suposta “natureza” feminina. Os ST a seguir expressam de forma clara tais conteúdos:

Acho que qualquer mulher que **lute** para que o seu espaço possa ser o mesmo espaço que de um **homem** é de alguma maneira **feminista**, e o feminismo é um movimento_social de mulheres que começa, que eu conheço, na revolução_francesa. (Participante 01)

Então o feminismo veio com propósitos muito **bons** no início, em questão da **igualdade** da mulher, em questão salarial e tudo mais, e muitos direitos a_gente conseguiu também por conta do feminismo. (Participante 22)

Eu diria que o feminismo é **bom** porque abra essa possibilidade de a mulher exercer sua plena cidadania, seus plenos **direitos** em todas as áreas da sua vida. (Participante 02)

O princípio das coisas era **bom** porque era a **luta** pelo **direito** de voto, mas o feminismo em si na palavra, eu acredito que é ruim porque muda completamente a mulher, muda a nossa personalidade, que é característica da mulher. (Participante 06)

Então eu entendo que o feminismo existe e entendo que traz benefícios. Não quer dizer que eu **concorde**, mas vejo que é necessário e essencial para uma sociedade diversa e igualitária com equidade. (Participante 16)

Acho que o feminismo é necessário, porque para mim há uma diferença entre **bom** e necessário. Bom, eu posso necessariamente não usar algo, é **bom** para mim, mas eu posso ficar sem... para mim o feminismo ultrapassa a barreira do **bom** e se torna necessário por uma múltipla necessidade de coisas. (Participante 08)

Então eu **acho** que essa questão dos **salários** já foi muito falada antes da Dilma. O feminismo é bom porque precisa ser conversado sobre isso e já passou da hora da mulher ter o seu espaço do jeito que deveria ser. (Participante 07)

Eu já ouvi falar sobre o feminismo. Eu **acho** que o feminismo é um movimento que é necessário, é uma **luta** necessária que eu creio que devia começar, e quem está sempre a frente deve ser as mulheres por essa busca por equidade de gênero. (Participante 14)

Esse movimento **social** do feminismo foi fundamental para as mulheres. Se nós não tivéssemos a atitude dessas mulheres guerreiras que **lutaram**, muitas

dessas que perderam sua vida nessa **luta**, nós hoje não ocuparíamos o lugar em que ocupamos. (Participante 09)

Eu **acho** justo a **luta** em favor de algumas coisas, por_exemplo: a questão de quantas mulheres são abusadas, da agressão, por_exemplo no estado_do_es que a mulher ainda sofre com agressão, assédio, essa maneira eu também defendo. (Participante 03)

Me parece que feminismo é um movimento, como todos os outros ismos, muito incoerente. Por_exemplo: eu nunca vi uma mulher requerer o **direito** de servir o exército que é só para homens, por quê? (Participante 11)

Então hoje_em_dia eu **acho** que o feminismo é ruim, eu não considero o feminismo como bom exatamente porque eu **acho** que o feminismo quer tudo menos que a mulher seja mulher, então é algo ruim porque por mais que defenda causas boas. (Participante 22)

Eu **acho** que a_gente precisa **lutar** no sentido de desigualdades, de preconceitos, de abusos, de maus_tratos, de preconceitos... Agora o problema é que o feminismo tem levantado algumas bandeiras que eu já sou contra: de **igualdade** entre **homem** e mulher em todos os sentidos, como se eles não tivessem diferença nenhuma. (Participante 03)

Eu **acho** que o feminismo é bom no sentido de que a_gente começou a perceber e conversar sobre coisas que não era de **direito** nosso ou que alguém dizia que não era de **direito** de falar sobre. (Participante 18)

Mas hoje o movimento_feminista tomou um rumo que eu acho desnecessário e faz com que as mulheres percam. Eu acho que o movimento é uma contradição em si mesmo porque o movimento_feminista faz com que a

mulher perca um pouco o seu lado feminino e eu acho isso **totalmente** inútil.
(Participante 05)

Estou falando grosseiramente do movimento, respeitadas as exceções, mas eu **acho** que hoje o feminismo está a serviço de causas muito horríveis, causas que, desculpa falar, mas está a serviço da cultura da morte. (Participante 19)

Primeiro, o que eu **acho** é que a causa é justa, claro, porque ninguém **concorda** com os abusos dos homens com a mulheres, exceto os caras que fazem e concordam. (Participante 23)

O subgrupamento “O feminismo em debate” é composto pelas classes 4 e 3, e aborda a noção de feminismo circulante nas conversas e discussões cotidianas dos participantes e em seus grupos de referência. A classe 4, denominada como “Visões e vivências no contexto religioso”, representa 17,1% do corpus, e contém palavras como: *pastor, conversar, ouvir, igreja, denominação, assunto, conversa, geralmente, a_gente, tema, discussão e comum*. Indica como o feminismo é tratado dentro das comunidades locais e contextos religiosos dos quais fazem parte, com referências ao que é dito, aceito e partilhado a esse respeito, e também ao que não é, o que explicita que o tema encontra algum espaço neste contexto para ser abordado, mas não constitui uma pauta e nem aparece de forma declarada ou oficial em termos de posicionamento. Os conteúdos desta classe foram compostos predominantemente pelos discursos de participantes mulheres, de denominações tradicionais e com grande tempo de participação (31 a 40 anos). Os ST a seguir exemplificam tal classe:

Então não tem um posicionamento oficial da minha **denominação** sobre o feminismo, eu desconheço um posicionamento oficial dos batistas que trate exclusivamente de feminismo, não tem. O que nós temos é **pastores** com posturas mais conservadoras e **pastores** com posturas mais progressistas. (Participante 01)

... Que é o membro que tem mais poder na igreja na questão da diretoria e que é uma mulher, então lá a_gente não tem muito isso, mas a_gente nunca **conversou**, de fato, sobre o feminismo, pelo menos eu nunca participei disso de forma oficial. (Participante 07)

Eu entendo que nossa **denominação** não discute. A **denominação** tem momentos em que o tema aparece, mas de forma muito rasa e sem vontade de ser aprofundado, e muita das vezes é só por pequenos grupos de pessoas que se interessam por coisas assim. (Participante 16)

Então assim as mulheres querem o mesmo direito na sociedade, mas elas não querem ser ovelhas de uma **pastora**. Eu ainda vejo isso com relação a geração, então acho que vai mais da geração do que da **denominação**. (Participante 11)

Já ouvi falar e já **conversei** sobre feminismo. Eu tento trazer no púlpito porque acho que é um **assunto** pulsante, e ainda que não fosse, é um **assunto** bíblico por causa da distorção que é usada por muitos sobre isso. (Participante 08)

Já ouvi falar sobre feminismo, mas não tenho propriedade. Nós aqui trabalhamos com mulheres, **conversamos**, mas não é tanto falando sobre o feminismo, mas indiretamente nós falamos sobre o feminismo. (Participante 20)

Eu **converso** sobre o feminismo, sim. Eu tenho amigas que são **pastoras**, não só dentro da minha igreja, na IPU, mas de outras **denominações**, da igreja_luterana da igreja_anglicana, então essa conversa às vezes rola, da dor e a delícia de ser **pastora** dentro da igreja, porque é você matar_um_leão_por_dia, como a_gente fala, porque você está no campo que, historicamente falando, sempre foi predominantemente masculino. (Participante 02)

Então, quando é abordado questão do feminismo, você vai ter reações diversas, pessoas que são contra que são a favor, mas no fundo é um dos assuntos que a **igreja** não pauta. (Participante 16)

Porque na verdade essas pessoas não são católicas de verdade, se dizem, mas não são ou não entendem o que realmente é a **igreja**. Então existem essas tentativas, mas a_gente entende o feminismo como na verdade não o feminismo, mas sim como a feminilidade. (Participante 21)

Porque a maioria das mulheres quando você pergunta no contexto religioso sobre falar alguma coisa elas são muito tímidas porque desde novinhas aprenderam que a fala delas não é para ser **ouvida**: ‘mulheres não falem nada na igreja, fiquem caladas’. (Participante 04)

Um inimigo dos valores do cristianismo, essa é a concepção grossa da coisa na comunidade local. Vou pegar um pouco a minha realidade aqui, sou um **pastor** muito jovem ainda aqui, estou a pouco tempo. (Participante 08)

Então fala bastante, mas nunca chega a ser um tema de EBD. Tem mais encontros e rodas_de_conversa entre os jovens justamente porque a_gente escuta isso na faculdade, então a_gente acaba **conversando** nesses ambientes não muito formais. (Participante 18)

Às vezes faz debates sobre a violência_contra_mulher, mas não existe um trabalho de **conversa** como a do feminismo, não existe um trabalho onde se converse sobre o que é o movimento ou o que a igreja representa para o movimento. (Participante 16)

Na **igreja** a_gente fala bem do feminismo, mas é mais para a classe mais jovem, para os jovens e adolescentes, e entra muito para as mulheres mais velhas quando fala da questão do casamento. (Participante 18)

Basicamente é isso que eu falei: **geralmente** sou eu, como **pastor**, que abordo o **tema** e tem pessoas na igreja que **a_gente** conversa sobre isso, algumas mulheres da igreja falam no **assunto**, não são muitas. (Participante 19)

Feminismo não é um **assunto** muito tratado na **igreja** porque, como na nossa **igreja** a_gente consegue entender bem essa questão do espaço que a mulher alcança, se tratando de religião, então a_gente lida muito bem com isso, não há grandes dificuldades. (Participante 12)

O feminismo não é abordado na **igreja** especificamente, eventualmente em uma escola_dominial, no nosso manual_do_trimestre, pode ser abordado o **tema**, como de fato já foi, e o tema sempre é abordado como um **tema** importante a ser debatido. (Participante 05)

Na minha **igreja** não é falado sobre o feminismo, mas é vivido porque as mulheres são as líderes da **igreja** e já tem bastante tempo. Os homens na minha comunidade_de_base dão muito apoio, mas eles não são os expoentes, as mulheres é que tocam_o_barco. (Participante 09)

A classe 3, nomeada como “*Visões e vivências em geral*”, reuniu 15,5% do corpus e contempla como a temática do feminismo é geralmente partilhada fora dos contextos religiosos, nos círculos sociais dos participantes de uma maneira mais ampla. Destaca-se o discurso dos participantes mais novos (19 a 30 anos) e que tem o tempo de participação da religião entre 10 a 20 anos. Essa classe expressa uma compreensão de que a forma como tal tema é entendido e circula varia de acordo com os espaços/grupos, que podem ser mais conservadores (família) ou mais abertos (amigos, universidade). As palavras como: *pensar, pensamento, questionar, gostar, às_vezes, amigo, machista, assumir, mal, enxergar, esposo*, expressam tais conteúdos, que podem ser melhor exemplificados nos ST abaixo:

Aqui no meu condomínio, os meus **amigos**, eu vejo que a maioria não tem opinião formada e não está nem aí sobre o feminismo, mas aqui no condomínio não tem moças, eu não tenho **amigas**. (Participante 23)

Eu **penso** que se eu não tivesse pisado nos ambientes acadêmicos e tivesse ficado só no ambiente eclesialístico, aí eu **pensaria** diferente, entende? Porque eu entendo que nós somos construídos socialmente. (Participante 01)

Por_exemplo: se for um grupo de amigos de infância o **pensamento machista** está mais explícito.... na faculdade, universidade o **pensamento** é mais próximo do meu. (Participante 14)

Porque eu sou bastante eclético, eu transito em muitos espaços. Minha família é muito conservadora, via_de_regra, mas eu tenho amigos muito avançados em termos de **pensamentos** e de reflexão. (Participante 10)

Só que os outros **amigos**, da faculdade por_exemplo, não **pensam** igual e sempre há um debate a respeito disso. (Participante 06)

Eu acredito que o meu **pensamento** foi uma construção, que eu digo que sofreu alterações, que eu fui sendo construída e sem sombra de dúvidas foi o ensino_superior quem me fez ter contato com literatura. (Participante 01)

Eu sempre **pensei** que eu era muito adepto e pleno na diversidade, que eu não tinha preconceitos, mas com a convivência, principalmente com minha esposa, fui **enxergando** os meus machismos. (Participante 16)

O que os homens **pensam** sobre o feminismo em geral não focam muito nesse assunto justamente porque as mulheres não deixam que eles falem porque ‘é o lugar_de_fala e tal’, então os homens não podem falar. (Participante 21)

Eu tenho amigas que são cristãs e vestem mesmo a camisa do feminismo, e outras que acham bacana, que tem seu espaço, mas não é a solução para todos

os problemas, então os **pensamentos** não são muito concordantes. (Participante 18)

As mulheres também, é parecido. A_gente realmente fica com grupos que **pensam** mais_ou_menos como a_gente, então eu acho que é parecido o **pensamento**. (Participante 02)

Eu acredito que o meu **pensamento** foi uma construção, que eu digo que sofreu alterações, que eu fui sendo construída. E sem sombra de dúvidas, foi o ensino_superior quem me fez ter contato com literatura. (Participante 01)

Os meus **amigos** também estão bem ligados sobre essa questão do feminismo. Nem sempre pensei assim, acho que a_gente vai crescendo e vai ouvindo as coisas, **questionando** os papéis do que é ser_mulher e ser_homem. (Participante 17)

Hoje em dia, na bolha dos meus **amigos** fora da igreja, é mais perceptível, também que eles são muito desconstruídos. (Participante 22)

As mulheres, eu vejo quase totalidade na universidade de que **gostam** do feminismo ou que não conhecem, mas tem uma opinião positiva. (Participante 23)

Não só o espaço acadêmico, mas como eu te disse, eu vim de uma família de mulheres muito fortes, que ousaram **questionar** algumas coisas que estavam postas para elas, então acredito que isso também foi determinante. (Participante 01)

Por mais que eles queiram **às_vezes** ter uma postura **machista**, eles sabem que a mulher tem um papel muito importante no contexto social. Todas as mulheres gostam do feminismo porque há uma mudança na forma de pensar. (Participante 09)

Então hoje, que a_gente está vivendo um momento de muita polarização, as pessoas que estão com tendências a **assumirem** uma posição de extrema direita, politicamente falando, vão odiar o feminismo e vão ver o feminismo uma ameaça. (Participante 01)

Eu vejo também que não é só os meninos que se interessam muito pelo assunto, então algumas falas deles são discursos que eles ouviram de outras **amigas**, então não sei se eles querem pagar de fora_da_curva. (Participante 18)

O terceiro subgrupamento, que está separado dos demais e, portanto, não apresenta associação direta de conteúdos, foi constituído pelas classes 2 e 1 e recebeu a denominação “*O feminino nos textos bíblicos: indícios de feminismo?*”. A classe 2, representando 17,2% do corpus, foi nomeada como “‘Evangelhos femininos’: o lugar da mulher”, e aborda a perspectiva dos participantes de que há passagens bíblicas que, numa cultura (patriarcal) em que predominava o desprezo pelo feminino, evidenciam a importância atribuída a mulher por figuras masculinas, como Jesus, que escolheu se relacionar com mulheres, ouvi-las, acolhe-las e apoia-las. Os discursos predominantes, aqui, são de homens com idade entre 51 e 60 anos, e destacam a presença nas escrituras sagradas da força e protagonismo de algumas mulheres, como Maria ou Maria Madalena, o que poderia ser entendido como uma ‘forma’ de feminismo. As palavras associadas a essa classe - *história, Jesus, mulher, escrever, cultura, adão, patriarcal, manter, vir, força, leitura, criação, protagonismo, maria_madalena* – e os ST destacados a seguir auxiliam na compreensão desses conteúdos:

Mas a igreja, por_exemplo, tem maria, que é uma grande protagonista da fé cristã. Os livros_sagrados, os evangelhos simpatizam muito... o evangelho_de_lucas, por_exemplo, é um evangelho feminino, ele estabelece com

muita clareza ali o protagonismo de maria desde o princípio da vida de **jesus**.
(Participante 10)

Porque Ele [Jesus] falava com as mulheres. Às vezes, a gente não tem tanto registro na bíblia porque foi escrita por homens e eles eram machistas, e eles não acreditaram nas mulheres quando eles foram falar sobre a **ressurreição** de **Jesus**. (Participante 17)

O feminismo está na bíblia, eu acho que na história de **Jesus** várias **mulheres** vão fazendo parte da vida de **jesus**. (Participante 14)

Jesus ressignificou o valor das mulheres, tem várias passagens, diversas, onde **Jesus** encontra a mulher_samaritana no poço e ali ele é repreendido pelos discípulos porque aquilo era inadmissível, as mulheres_samaritanas eram tidas como a escória, povo_impuro (Participante 15)

Mas eu gosto de citar do velho_testamento porque as pessoas têm essa mania que a **mulher** não tinha seu papel, que a **mulher** era só para procriação e não é isso, a **mulher** teve papéis. (Participante 13)

Eu acredito que **Jesus** veio para dar uma chacoalhada na cultura que ele esteve aqui. Na época que ele estava encarnado era uma época que as **mulheres** não eram valorizadas, não eram vistas, mas em vários momentos da bíblia os diálogos de **Jesus** foram com uma **mulher**. (Participante 18)

O feminismo está na bíblia. Jesus foi um grande apoiador das **mulheres**, acolheu várias **mulheres**, curou várias **mulheres**, mudou a vida de várias **mulheres**. (Participante 02)

Até quando eu falei de divórcio domingo, eu falei que quando o divórcio foi dado umas das razões foi para proteger a **mulher**, pois em uma cultura onde a **mulher** era despedida, demitida, repudiada, jogadas as traças... (Participante 19)

Só que naquela época a **mulher** era submissa, ela não tinha voz, os homens eram o líder. Eu não sei se teria muito o feminismo de hoje no contexto bíblico. (Participante 07)

Mas na bíblia há luta por direito das **mulheres** e tudo mais, e você encontra respaldo bíblico, sem dúvidas. (Participante 17)

Porque **Jesus** quando ele morreu e ressuscitou ele apareceu para uma **mulher** e não para um homem, então **Jesus** era feminista, entende? E ele quis **maria_madalena** junto com os 12_apóstolos e teve um problema muito sério com **são_pedro** porque ele não aceitava. (Participante 09)

Então quando ressurgiu Ele se apresentou primeiro a uma **mulher**. **Jesus** podia ter se apresentado aos discípulos, que também chegaram junto com as **mulheres**, mas ele esperou os discípulos irem embora e se revelou a **mulher**... então o **Jesus** que eu acredito e me relaciono hoje é um Deus que vê a **mulher** e que vê o homem e que diante dele nós somos iguais. (Participante 18)

Feminismo não está na bíblia e na minha leitura nem machismo porque quando paulo_apóstolo escreve que o homem é o_cabeça da **mulher**, na cultura e mentalidade do paulo_apóstolo, ele não está sendo machista. (Participante 11)

seja através da vida de Maria, que é quem o criou assim como pessoa, quem cuidou dele, esteve com ele, mas também as outras **mulheres** que fizeram parte, que quando ele estava lá caído estiveram com ele. (Participante 14)

E aí que entra Eva, uma figura que se encaixa dentro do modelo **patriarcal**, machista, onde a mulher é um objeto, e se encaixa perfeitamente com a narrativa_da_costela e que inclusive vem depois de animais. (Participante 16)

Tem uma parte, depois eu vou lembrar, mas foi na **criação** também, uma parte que Deus fala sobre o homem e a mulher, que o homem e a mulher **vieram** dele então os dois possuem valores iguais. (Participante 06)

As mulheres foram juízas, então Jesus foi mudando isso, Deus mesmo mudou isso ao longo da **história** e a mulher foi crescendo. Até um ponto foi saudável essa luta da mulher. (Participante 20)

Como está diretamente ligada a classe 2, a classe 1, nomeada “A mulher nas escrituras: interpretações” também engloba conteúdos que tratam de como a mulher aparece retratada em textos bíblicos, mas aqui o foco acaba sendo dado a diversidade de interpretações a esse respeito. Destaca a presença de personagens femininas importantes na bíblia, como Ester e Debora, e questões daquela época que envolviam as mulheres diretamente e precisavam ser denunciadas, como o que hoje é denominado violência de gênero. Ainda nesta classe, composta por palavras como *Ester, olhar, bíblia, texto, pastor_jss, palestra, silenciar, josé, citado, esquecido, ivone_gebara, interpretação*, entre outras, os participantes destacam o acesso a essas discussões sobre questões femininas por meio de palestras, pregações, conversas, ou seja, de experiências vividas nos círculos religiosos. Vale notar que os segmentos de texto apresentados em seguida e que exemplificam essa classe, em sua maioria, são trechos de discursos de participantes que exercem a maior liderança em suas comunidades religiosas locais (padres, pastores e pastoras), especialmente homens, e de denominações evangélicas reformadas:

... dar voz aquelas pessoas que não falam é o primeiro processo; o segundo processo foi olhar na bíblia peneirar e buscar o feminino que foi **esquecido**. (Participante 04)

Se ele fez teologia em um seminário conservador pior ainda. Se ele fez teologia em uma faculdade teológica vai ter até um **olhar** mais ampliado, mas se

fez no seminário conservador denominacional, aí vai sair fundamentalista até_o_tutano, entende? (Participante 01)

Eu vejo um autor de milhares e milhares de anos atrás dedicar dezenas de capítulos só sobre falar sobre o papel de liderança de uma mulher que se chama Ester que foi uma rainha extremamente peculiar porque o texto_bíblico tem uma característica clara desse **texto**. (Participante 08)

Eu sei que alguns acham que a **bíblia** é a favor e é machista, mas não é, é porque a **interpretação** está errada, porque o que acontece com a bíblia é que ela conta episódios de violência. (Participante 19)

Não vou conseguir dizer os livros da bíblia, mas tem várias situações de mulheres que a **bíblia** traz, principalmente no velho_testamento, você tem violência_contra_mulher, acho que é raro um texto que não tenha essa questão. (Participante 16)

Então, quando o **pastor_jss** chamou a atenção nesse texto daquela mulher em **silêncio**, já aplicando o que nós chamaríamos depois de hermenêutica feminista, ele já mostrou para mim uma face de um Deus diferente. (Participante 04)

Então, eu não preciso na **bíblia** encontrar a palavra feminismo, mas eu encontro e eu podia aqui continuar a te citar exemplos, na bíblia, claras demandas ou nuances do movimento_feminista expressos no texto. (Participante 08)

Na faculdade esse encontro com **ivone_gebara** provocou um alvoraço na minha cabeça porque era aquilo que eu queria buscar, mas não sabia como eu não tinha o instrumental. (Participante 04)

Não tem um **texto bíblico** que me venha a mente ou a memória nesse momento não até porque como eu disse se formos olhar na **bíblia** questões

culturais na área onde o apóstolo_paulo pregou, anunciou o evangelho, por questões culturais as mulheres, por_exemplo, não tinham voz. (Participante 12)

E quando eu falei de família, lá fala que deus odeia o divórcio e odeia aquele homem que cobre de violência as suas vestes. E eu disse o que, muito antes de existir lei_maria_da_penha a **bíblia** já era contra a violência_contra_a_mulher. (Participante 19)

O **texto** não incita necessariamente, em nenhum momento a palavra Deus expressa, mas é uma mulher extremamente sábia uma mulher extremamente líder que lidera uma nação de uma maneira muito estratégica e está lá posto na bíblia. (Participante 08)

E a fé é quando você **olha** e percebe como as coisas são. Quando você **olha** e não consegue perceber como são, isso te incomoda, você percebe que tem um desajuste aqui, você percebe que elas não são tratadas como deveriam, que é um problema. (Participante 15)

O nome dessa sociedade_auxiliadora_feminina é **Ester**, mas eles só acentuavam a **ester** como aquela mulher_de_oração, aquela mulher que salvou o povo por causa da oração, que casou com o Assueiro. Sempre nesse joguinho de uma mulher legal, mas é legal porque é submissa. (Participante 04)

Débora foi uma juíza, ester foi uma rainha que salvou um povo e é dita na **bíblia**, a mulher_sunamita, lá em 2_reis, foi uma mulher que acreditou que o filho seria ressuscitado e nós pregamos sobre essa mulher. (Participante 20)

Você vai ter muita coisa que se for garimpando acha várias e várias mulheres. Inclusive, na minha **interpretação**, quando jesus promove libertação de mulheres, se você **olhar** bem, só dá espaço para elas falarem, jesus nunca diz para eles. (Participante 16)

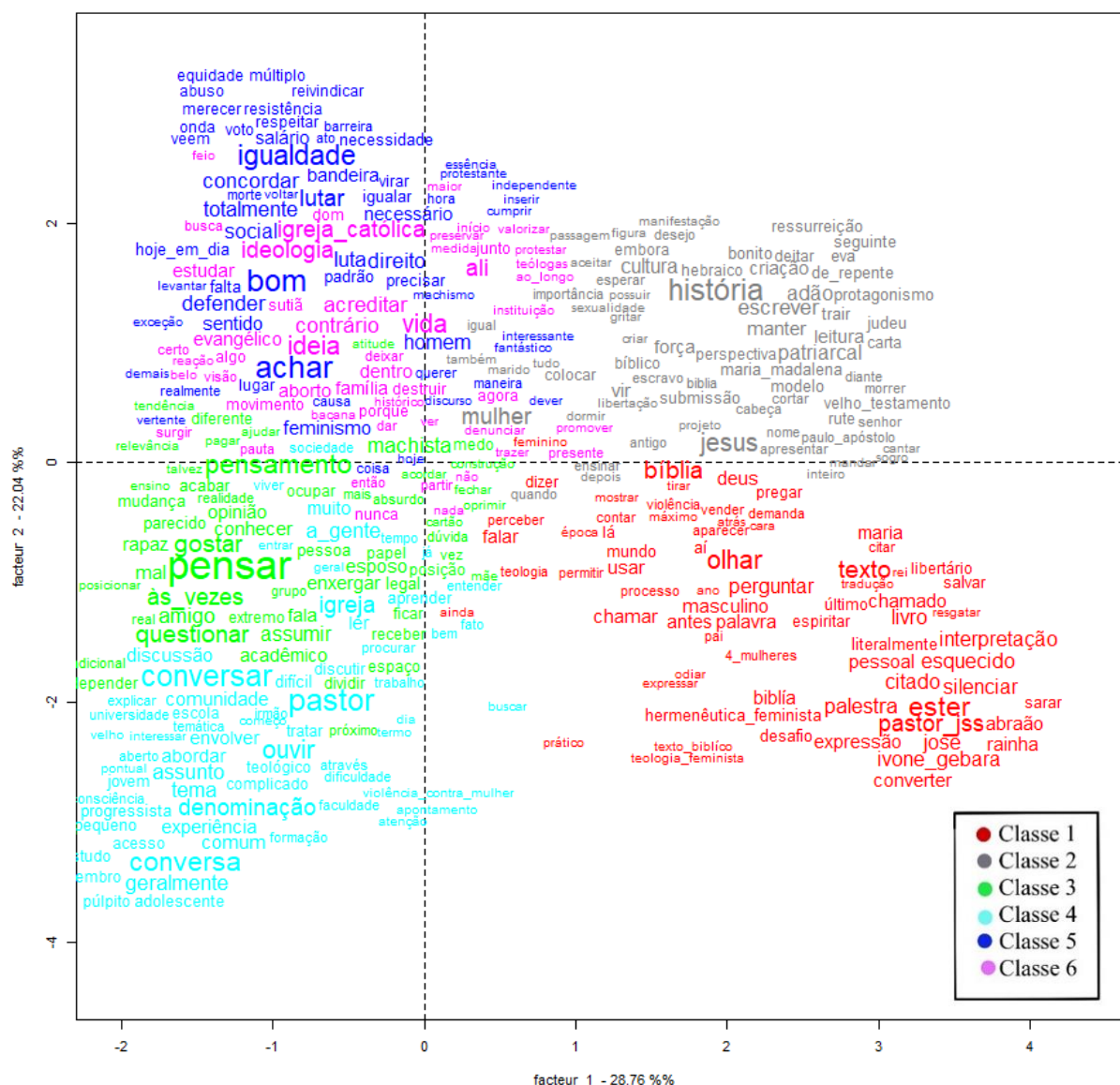
Foi **esquecida** a ponto de ser silenciada que já nem se fala sobre elas então resgatar essa perspectiva feminista da bíblia é algo muito importante. (Participante 04)

Para pensar no antigo_testamento, que era um momento muito mais radical, nós temos a rainha **ester**, que a bíblia faz questão de apresentar, e como enquanto pastor e enquanto cristão, eu entendo que para mim não há nenhuma coincidência. (Participante 08)

As relações entre as classes descritas anteriormente podem ser visualizadas e expressas com base nos resultados da AFC, que evidencia a inter e a intra-relação de cada classe no plano cartesiano, como pode ser verificado na figura abaixo (Figura 7). Foi possível identificar que: 1) As palavras das classes 4 e 6 se localizam sobrepostas no quadrante 2 (superior esquerdo), tendo algumas ultrapassado seus limites, adentrando o quadrante 1 (superior direito); 2) as classes 3 e 4 estão no quadrante 3 (inferior esquerdo), sendo a classe 3 mais centralizada, e a classe 4 um pouco mais periférica. Ambos resultados indicam a relação de proximidade entre as classes que fazem parte dos mesmos quadrantes. As classes 2 e 1, se localizam no quadrante 1 (superior direito) e 4 (inferior direito), respectivamente, além disso a classe 1, que versa sobre as interpretações do espaço da mulher nas escrituras, aparece mais distante do centro.

Figura 7

Análise Fatorial de Correspondência – Corpus B (feminismo)



No que diz respeito aos eixos do plano fatorial, podemos identificar que o eixo vertical (y) traz o contraste entre: *o feminismo e texto bíblico (conhecimento “técnico”/sagrado) X o feminismo, vivências e significações (conhecimento cotidiano)*. Já o eixo horizontal aponta a polarização entre *O que é feminismo? X Acessos, compartilhamentos e ‘interferências’*.

Discussão dos resultados

Em recapitulação, o desafio desse estudo foi identificar o conteúdo (e como se dá a produção) das RS de gênero e de feminismo para lideranças cristãs, o que foi possível a partir da análise dos resultados gerados pelo software IRaMuTeQ. Assim, a análise das classes descritas acima permite algumas considerações acerca das RS de gênero e das RS de feminismo uma vez que, conforme aponta Coutinho (2008), “as classes, além de apresentarem uma lista temática de palavras, apontam a construção dinâmica do discurso das pessoas que nos falam, e ao mesmo tempo, trazem indicações do sentido do que foi falado por elas” (p. 229).

Primeiramente é importante resgatar que os objetos aqui investigados – gênero e feminismo – são entendidos como fenômenos históricos e sociais em relação aos quais as pessoas se posicionam, debatem, conversam, discordam, concordam e, nessa perspectiva, caracterizam-se como objetos de representação social. Bonfim e Almeida (1992) destacam que a representação social é uma categoria peculiar de conhecimento, e que só pode assim ser considerada quando é elaborado socialmente e funciona como formadora de condutas e auxilia na interpretação, pensamento e ação sobre a realidade, ou seja, o que caracteriza uma representação social é que além de envolver uma significação, a representação social é uma significação que é partilhada e praticada. Nas palavras esclarecedoras de Jodelet:

O conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais abrangentemente, ela designa uma forma de pensamento social. As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientado para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam

características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos da representação remete às condições e ao contexto das quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam, às funções que elas têm na interação com o mundo e com os outros. (Jodelet, 1984, pp. 361-362 citado por M. F. S. Santos, 1994)

Dito isso, para a discussão dos resultados estabeleceu-se tópicos de acordo com os objetos do presente estudo: RS de gênero e RS de feminismo. Os tópicos estão subdivididos conforme as ideias dos subgrupamentos e classes descritas até aqui, e, de forma mais específica, abordam como se dá a formação dessas RS, levando em consideração os processos de objetivação e ancoragem e a dimensão da polifasia cognitiva.

- Representações sociais de gênero

“Para mim, gênero representa uma pergunta a ser feita por qualquer sociedade, em qualquer momento: como mulheres e homens estão sendo definidos, um em relação ao outro? Dito de outra forma, dada a impossibilidade de realmente dizer o que as diferenças físicas entre os sexos significam, como as sociedades têm tentado impor significados e mantê-los no lugar? Como os indivíduos têm se imaginado, não se encaixando nessas categorias? Gênero é, em outras palavras, uma norma regulamentadora que nunca funciona plenamente. Assim, as perguntas interessantes são: quem estabelece as definições? Para que fins? Como elas são aplicadas? Como indivíduos e grupos resistem às definições? Se usada dessa maneira, como um conjunto

de perguntas cujas respostas não sabemos de antemão, o gênero ainda é uma categoria útil de análise". Joan Scott (Lemos, 2013, p.162).

Escolheu-se iniciar esse tópico com um trecho de entrevista com Joan Scott na *Revista Mandrágora*, em 2013, onde a entrevistada chama atenção para a importância de se perguntar, “em qualquer sociedade” e “em qualquer momento”, como são construídos os discursos que definem o que é ser homem e ser mulher. Abordar as RS de gênero é buscar conhecer o saber construído acerca do ser homem e ser mulher, e como esse saber vem sendo incorporado, compartilhado, mantido e/ou transformado entre os indivíduos e/ou grupos.

Como apresentado, o IRaMuTeQ dividiu o corpus A (gênero) em dois grandes subgrupos: *Gênero no contexto religioso: coexistências, controvérsias e apropriações* e *Ancoragens em concepções tradicionais*. É a partir deles que serão esboçadas as análises e discussões nesse tópico que visam responder: como as lideranças de comunidades religiosas cristãs têm significado e se posicionado frente a esse fenômeno?

No agrupamento Ancoragens em concepções tradicionais, os papéis sociais de gênero se mostram associados as funções de homens e mulheres na família (classe 2) e a ideia de “natureza” feminina e masculina (classe 3). É importante retomar que o termo ancoragem, na perspectiva moscoviciana, implica em um processo de integração de um objeto em um sistema de categorias previamente existente, ou seja, possibilita que um objeto estranho/não familiar seja compreendido com base em um sistema de categorias do próprio indivíduo. Rêses (2003) aponta que o que Moscovici quis expressar com o transformar o não familiar em familiar é que o conhecimento novo, geralmente produzido ou difundido por meio das “teorias científicas”, é recebido com estranheza ou não

familiaridade no cotidiano da sociedade. A ancoragem seria então a maneira de transformar o que soa perturbador às categorias particulares do indivíduo em algo familiar, a partir de um processo de comparação com alguma categoria que já exista nesse sistema particular e aparente ser apropriada (Gonçalves, 2016).

Em relação ao objeto em foco (gênero), percebe-se que os participantes, para explicá-lo, recorrem a papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres no contexto familiar e ao que entendem como da “essência” feminina e masculina. A classe 2 explicita o lugar central que os papéis (femininos e masculinos) desempenhados na família ocupam no conteúdo da representação social de gênero, com destaque para a questão da maternidade, que aparece associada à identidade feminina, como ressaltam diversos participantes: *“A melhor experiência de eu ser mulher e que só mulheres podem ser é gerar uma criança dentro de si”* (Participante 01); *“Ser mulher é ser mãe, acho que isso é básico”* (Participante 3); *“Eu gosto de ser mulher, tem a questão da possibilidade de ser mãe”* (Participante 2). Chama atenção o fato de que nesta classe o discurso predominante foi de mulheres mais jovens (entre 19 e 30 anos), que assim como as demais do grupo, possuem escolaridade elevada, e exercem ou exerceram atividade profissional fora do ambiente privativo do lar. Coutinho e Menandro (2015) observam que a entrada da mulher no contexto público/profissional expressa simultaneamente uma perspectiva de autonomia e de desafio para as mulheres, “uma vez que a inserção feminina no mercado de trabalho não afastou a mulher de funções domésticas, mas sim a colocou na intersecção dessas duas esferas” (p. 63). Mesmo que as participantes do sexo feminino tenham apontado em seus relatos os avanços relacionados a igualdade de gênero, o valor da mulher no mercado de trabalho e em outros espaços sociais, em nenhum momento desconsideraram a importância da maternidade, do casamento e da família para a constituição do “ser mulher”.

A associação da identidade feminina aos contextos familiares/conjugais parece corroborar a ideia de que a mulher solteira, que trabalha fora, estuda ou de alguma forma circula nos espaços públicos, não deixa de ser percebida como alguém que falhou por não ter casado e/ou não ter filhos, e dessa forma, não exerce funções que são compreendidas como “naturais” ao sexo feminino, e apresentam de alguma forma um “desvio” do padrão (Barbosa & Rocha-Coutinho, 2012). Para exemplificar, destaca-se, um trecho do discurso de uma participante jovem que aponta para uma dificuldade de reconhecer-se como uma ‘boa mulher’ sem o exercício de papéis femininos supostamente naturais: *“não sei se me considero uma boa mulher porque eu não sou casada e não tenho filhos e ainda moro com meus pais”* (Participante 18).

Coutinho e Menandro (2015) apontam que, mesmo após algumas mudanças nos ideais femininos, o lugar de homens e mulheres permaneceu com diferenças acentuadas no contexto familiar e na sociedade, “diferenças estas justificadas por suposta determinação biológica” (p. 53). Os resultados da classe 3 vão nesta direção, e demonstram que, assim como os papéis exercidos na família, diversos outros atributos e funções são associados a uma “natureza” feminina e masculina, compondo os conteúdos das RS de gênero dos entrevistados. Assim como na classe 2, nesta classe também predominou o discurso de participantes mais jovens (entre 19 e 30 anos), entretanto, aqui foram os STs de homens que tiveram maior destaque. Aportados em concepções tradicionais, os participantes associam à mulher características como sensibilidade, emotividade, delicadeza, fragilidade, entre outros, e aos homens, força, liderança, integridade, agressividade, responsabilidade, como pode-se notar nos fragmentos a seguir: *“ser homem é ser íntegro, ser másculo... ser mulher é ser feminina, delicada, frágil, porém forte, determinada... geralmente as mulheres são mais atenciosas”* (Participante 12); *“ser homem é ser masculino... que às vezes é mais forte, mais*

agressivo” (Participante 11); “*ser mulher é também saber conciliar várias coisas e saber lidar melhor com o sentimento, saber lidar melhor com o ser humano em geral*” (Participante 22);

Ainda que não sejam demarcações biológicas, as relações de poder que estão em jogo na sociedade vinculam fraqueza ao feminino e força e poder ao masculino. O binarismo força/fraqueza é respectivamente associado ao binarismo homem/mulher, ou seja, é “natural” que os homens sejam mais fortes e que as mulheres sejam mais fracas. Dornellas (2019) aponta que esse é um fato que não é definido apenas por uma questão biológica, até porque se fosse, haveria possibilidades de argumentar sobre o sistema imunológico do corpo feminino ser melhor que o masculino ou sobre a expectativa de vida das mulheres ser maior que a dos homens, dados que também são apontados por Cacciari (2017), que enfatiza que os estudos vem demonstrando que em comparação ao sexo feminino, os homens, muitas vezes, são mais vulneráveis, especialmente em relação às doenças crônicas. Assim, a perspectiva que assume que os homens são mais fortes que as mulheres é baseada em “significações com argumentos abstratos” (Dornelas, 2019, p.75).

Em relação especificamente ao atributo força, é interessante notar que participantes até o vinculam ao sexo feminino, no entanto, não é no mesmo sentido que geralmente é atributo aos homens, e sim com um significado “romantizado”, ou seja, da mulher como guerreira, que luta pela família e pelos seus ideais: “*Eu vejo a mulher com uma força diferente*” (Participante 20); “*ser mulher é ser acolhedora, ser disponível ... mulher hoje vem dando uma demonstração da sua capacidade e é uma guerreira*” (Participante 9).

Domingues et al. (2016) apontam que a “masculinidade é um modelo que prescreve atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos pelos homens” (p. 3).

Nos resultados dessa classe prevalecem compreensões do homem como forte, autoridade, provedor, líder, viril, como já mencionando anteriormente, e também características relacionadas a imaturidade e aventura. Nota-se que estas últimas características são ressaltadas pelos próprios homens com “naturalidade”, conforme pode ser visualizado nos trechos : *“pontos negativos em ser_homem é porque a_gente é muito mongoloide, a_gente é imaturo e tem uma espécie de imaturidade meio que intrínseca”* (Participante 23); *“o homem normalmente erra mais, faz coisas mais perigosas”* (Participante 3). Tal dado aponta para uma perspectiva tradicional e comum no senso comum de que os homens são mais imaturos do que as mulheres.

Ao abordar a “natureza” (masculina ou feminina), fica claro também a perspectiva dos participantes acerca das vantagens e desvantagens de ser homem e ser mulher. Seja partindo de suas experiências pessoais, ou seja, contando seus sofrimentos ou privilégios relacionados ao próprio gênero, ou através de suas leituras acerca das desigualdades de gênero e das violências que os homens e mulheres sofrem socialmente, os participantes deixam claro suas percepções acerca das diferenças sociais de gênero. Parada (2017) indica que violência é uma temática ampla que compreende múltiplos tipos e modalidades de situações, “até mesmo aquelas que podem ser entendidas como formas de violência embutidas nas normas sociais e na cultura” (p.74). Tais violências e desigualdades, que de alguma forma são naturalizadas nas normas sociais, são apontadas pelos participantes para ambos os gêneros. No entanto, envolvem aspectos distintos: em relação as mulheres, as expressões giram em torno de violação do corpo, assédios, preconceito, desconfiança e desigualdade salarial; já as desigualdades sofridas pelos homens giram em torno de expectativas, padrões e da não fragilidade: *“não ter que ser machão ou o cara que vai bater em todo mundo... isso é um ponto negativo: a construção que se faz sobre o homem”* (Participante 14); *“pontos negativos é que as mulheres são ainda alvo, objetos de*

violência” (Participante 16); “*os pontos negativos [de ser mulher] são as pessoas duvidarem da sua capacidade, se você tem força para isso... os pontos negativos é que os homens não podem demonstrar fragilidade*” (Participante 17).

Sintetizando os resultados das duas classes que compõem o subgrupamento *Ancoragens em concepções tradicionais*, é possível inferir que a representação social de gênero, para os participantes, se ancora em circunstâncias históricas e sociais que consolidaram um discurso normatizador sobre as diferenciações de gênero e, assim, definiram ao longo do tempo as características e os comportamentos apropriados para homens e mulheres. Isso pode ser evidenciado na fala de uma participante, que destaca que “*ser homem e ser mulher em um mundo como nós vivemos, onde nossos papéis já estão claramente definidos, é um desafio*” (Participante 1).

O segundo subgrupamento tratado nesse tópico é Gênero no contexto religioso: coexistências, controvérsias e apropriações. Este, como foi apresentado, passou por subdivisões que expressam relações de maior proximidade entre determinadas classes. No caso do subgrupamento constituído pelas classes 1 e 4, observa-se que ambas expressam um conteúdo que revela que gênero é um assunto que circula entre os diferentes grupos de referência dos indivíduos - “converso cotidianamente sobre gênero com a minha esposa, colegas de trabalho, familiares e com alguns membros da igreja” (Participante 16); “*eu converso sobre gênero com outros pastores e também com grupos de estudos pequenos na igreja*” (Participante 3); “converso com pessoas da própria família, esposa, filho e membros da igreja, pastores”(Participante 12). Segundo Moscovici (2012), as RS são produzidas e partilhadas na interação e na comunicação cotidiana. Dessa maneira, através dos compartilhamentos, dentro de um grupo e entre diferentes grupos, é que são estabelecidas as ‘normas’ para compreensão dos fenômenos da realidade (Wachelke & Camargo, 2007).

Segundo Gomes (2004), nas pesquisas do campo religioso “não importa afirmar ou negar a existência do sagrado, interessa antes estudar os modos de o homem representar esse sagrado em sua experiência e em sua construção do conhecimento da vida cotidiana” (p. 55). Quando os participantes expressaram essa dimensão cotidiana da temática de gênero, foi possível alcançar essas “normas” que são estabelecidas dentro dos grupos de referência, especialmente nesse caso, dentro dos grupos religiosos. Bonfim e Almeida (1992) apontam que as RS sobre um fenômeno permitem a identificação de atitudes e conceitos que refletem e orientam as significações, pensamentos, opiniões e práticas do indivíduo/grupo. A classe 1 destacou as práticas sociais institucionais, ou seja, permitiu a compreensão de como as igrejas, denominações, comunidades e líderes, agem/orientam ações frente as questões relacionadas a temática, e portanto, os segmentos de textos elencados nessa classe apontam para o posicionamento dos participantes (e dos seus grupos) em relação as questões de gênero, ao mesmo tempo em que traçaram o contraste e as variações em relação a outros grupos religiosos: *“as discussões estão mais presentes dentro da minha denominação* (Participante 14); *“oficialmente falando é um pensamento bem conservador mesmo”* (Participante 1); *“então eu não consigo ver na bíblia nenhuma possibilidade de hierarquização de sexo, mas... é um discurso vigente e real na igreja protestante”* (Participante 8); *“todas as igrejas são extremamente machistas, mesmo as que têm suas líderes mulheres”* (Participante 9).

Sobre as razões que diferenciam os pensamentos dentro dos grupos religiosos ou fora deles, os participantes indicam a doutrina, o acesso a escolarização/educação, as funções que são exercidas nas comunidades, o posicionamento político, entre outros. Evidencia-se também a compreensão de que os avanços e mudanças são atrelados, em geral, às pessoas mais novas, e as concepções tradicionais e conservadoras, às pessoas mais velhas, como se pode notar nos fragmentos selecionados: *“eu acredito que a*

diferença na maior parte seja por conta da doutrina... também podem influenciar dependendo do cargo que elas têm na igreja” (Participante 18); “eu acho que isso é uma questão cultural... uma pessoa mais idosa lá de Europa provavelmente terá a mente muito mais aberta do que muitos jovens hoje aqui do Brasil” (Participante 10); “as novas gerações já conseguiram superar esse estigma que a sociedade impôs sob a mulher” (Participante 2) ; “as pessoas mais velhas vêm de um momento na nossa história que é consolidado essa questão, essa divisão, desses padrões bem estabelecidos de homem e mulher” (Participante 16).

É interessante notar que as práticas institucionais explicitadas nos relatos dos participantes expressam de forma clara desigualdades entre homens e mulheres no que diz respeito ao exercício da liderança nas comunidades religiosas. A partir das conquistas propiciadas pelos movimentos feministas se tornou cada vez mais comum a presença de mulheres em cargos de destaque, gestão e liderança, seja em instituições públicas ou privadas. Entretanto, chama atenção o fato de que, nessa pesquisa, entre os 12 participantes que são líderes principais na comunidade religiosa (exercem a função de pastor (a) e padre), apenas dois são mulheres. Tal fato corrobora as considerações de J. Silva e Bertoni (2020) de que “embora os avanços sejam notáveis, ainda temos muito que lutar para se chegar ao equilíbrio de poder, no que se refere ao gênero masculino e feminino” (p. 605), dentro e fora de grupos religiosos.

Q. Q. Lima (2011) afirma que nunca houve um bloqueio sobre o trabalho das mulheres nas igrejas e organizações religiosas. Entretanto, ao longo da história, o “serviço cristão” das mulheres era condicionado a supervisão e comando masculino. As mulheres podiam trabalhar, mas os espaços de poder e decisão sempre foram majoritariamente masculinos: quanto maior hierarquia, menor era a participação feminina. J. Silva e Bertoni (2020) salientam que a religião cristã tem figuras femininas importantes, como Maria

(mãe de Jesus), Maria Madalena (primeira a testemunhar a ressurreição de Jesus), e, na contemporaneidade, as freiras (no caso da Igreja Católica), que sempre tiveram importância nas ações relacionadas a educação, saúde e assistência social, e inclusive em movimentos recentes ligados as causas sociais de direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Segundo as autoras:

historicamente, nas igrejas cristãs, especialmente na Igreja Católica, a supremacia do homem sobre a mulher, nos principais cargos de poder, é algo evidente. Embora se observe muitas mulheres pastoras, as igrejas de maior destaque no Brasil são dirigidas por homens, que concentram poder e prestígio social, político e econômico, em muitos dos casos. (J. Silva e Bertoni, 2020, p.609)

E. Wolff (2017) aponta que na Igreja Católica apenas o homem pode ser candidato ao sacramento da Ordem, já entre os protestantes há, em alguns casos, possibilidade de as mulheres serem consagradas ao ministério eclesiástico. O que se percebe é que no meio evangélico há uma vasta variação de entendimentos, interpretações e condutas frente ao ministério pastoral feminino, e as comunidades se dividem entre essas questões. Durante as entrevistas buscou-se aprofundar esse tema em alguns momentos, quando era oportuno. De maneira geral, constatou-se que as denominações tradicionais e pentecostais parecem ser as mais conservadoras frente a esse tema. Assim, mesmo no caso de uma participante que exerce o ministério pastoral, revela-se que, ainda que haja uma suposta igualdade de cargos, isso não significa uma total equiparação entre homens e mulheres nesta função: *“de onde vem essa agressão? Vem de outros pastores (homens) que acreditam que esse lugar é exclusivamente deles. Para uma pastora é muito difícil conseguir uma igreja que esteja disposta a sustentar a ela financeiramente para que ela possa se dedicar exclusivamente ao ministério... Quando eu vou pregar fora geralmente eu não sou chamada pelo título de pastora, eles me chamam geralmente de irmã”*

(Participante 1). Outros participantes (de denominações tradicionais ou pentecostais) também evidenciaram as desigualdades de gênero frente ao ministério pastoral feminino: *“no geral a ordem_de_pastores_capixabas não aceitam mulher pastora mesmo que ela tenha feito todos os cursos que os homens... ela pode ser até líder, porém ela não pode pastorear uma igreja ou ser chamada de pastora”* (Participante 7); *“Existem denominações onde a mulher não consegue chegar, por exemplo, em uma função pastoral, pode ser uma diaconisa, pode ser uma missionária, mas ela não consegue chegar a um pastorado de uma igreja”* (Participante 12). Stephanini (2018) aponta que no caso da denominação Batista, por exemplo, os últimos 20 anos foram marcados por inúmeros debates acerca da presença das mulheres no Ministério Pastoral e que, ainda hoje, esse não é um assunto unânime entre os teólogos e líderes no Brasil. O autor destaca que a primeira pastora Batista (ligada a uma igreja Batista filiada à Convenção Batista Brasileira - CBB) foi ordenada em 1999, mas somente em 2016 a CBB deu ‘sinal verde’ para a condução de mulheres ao ministério pastoral. Tal fato aponta para uma tendência a mudanças, mas ainda em processo de consolidação.

Entre algumas denominações evangélicas reformadas, essas mudanças parecem ter acontecido há algum tempo, como se pode notar no trecho a seguir: *“A gente já passou dessa fase na nossa igreja, então a mulher é respeitada pelo que ela é, pelo que ela escolher ser dentro da igreja”* (Participante 2). A denominação Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), por exemplo, desde 1991 possibilita a presença de mulheres nos três níveis de ministério (pastora, presbítera, diaconisa) (E. Wolff, 2017).

De maneira geral, o que ficou evidente no que diz respeito as práticas institucionais acerca dessas questões é que as diferenças de entendimento podem ser acentuadas ou atenuadas pela denominação/religião, mas os posicionamentos favoráveis à liderança feminina no contexto religioso não suprimem as desigualdades, conforme fica

claro nos trechos: *“Como eu te falei, nós temos pastoras, que tem o mesmo lugar de fala e de importância do homem. Mas eu vejo que algumas pessoas específicas não compreendem, como alguns pastores. O pastor da minha igreja, que entrou agora, tem umas falas muito machistas, tanto que eu estou até com conflito na igreja porque eu não concordo”* (Participante 17); *“Mas existe no fundo aquele tratamento de que a mulher deve ser submissa, isso é meio velado, mas existe. A_gente percebe, principalmente em um termo que existe muito na língua inglesa – maninterrupting – que é um homem que interrompe a fala de uma mulher. A_gente vê que isso existe, que é nítido, e isso revela para mim como uma igreja quer o comportamento da mulher: calada”* (Participante 16).

Outra classe que também apontou para os compartilhamentos, entendimentos e produções dos conteúdos relacionados a gênero, foi a classe 4. Essa classe evidenciou que o objeto de estudo vem sendo apropriado de múltiplas formas, com objetivos distintos, em diversos espaços e nos diferentes grupos. A fala de um dos participantes elucida bem essa dimensão: *“são muitas informações, mas pouco entendimento do que se diz. A_gente reproduz muito do que se ouve, mas compreende pouco do que se entende”* (Participante 15).

Considerando que, conforme vem sendo tratado nos estudos de gênero, as práticas e discursos sociais não se dão de maneira natural e sim são construídas histórica e socialmente, Ghesti-Galvão (2010) afirma que *“as representações e crenças acerca de algo selecionam o modo de reagir, agir e interagir em relação a um determinado fenômeno, influenciando seu porvir”* (p. 301). Moscovici (2012) na sua pesquisa acerca das RS de psicanálise reconhece o papel da mídia na produção de RS. Uma vez que as RS são construídas a partir da apropriação de discursos gerados e aplicados em um campo, mesmo que em novas etapas e campos esses discursos possam ser transformados ao serem compartilhados entre indivíduos e grupos, fato é que, em geral, as RS são capturadas como

um conhecimento naturalmente verdadeiro e que passa a orientar como os indivíduos e grupos se comportam (Ghesti-Galvão, 2010).

Questionando-se sobre quais sistemas de comunicação interferem nos comportamentos dos indivíduos, Moscovici (2012) classifica os principais mecanismos de produção de RS em três sistemas, sendo estes: 1) a difusão, que é caracterizada pela não diferenciação entre fonte e receptores, por ser voltada a um público heterogêneo, e por ter como objetivo criar interesses comuns baseado em determinados assuntos; 2) a propagação, que é um tipo de mecanismo de comunicação instrumental, ou seja, que tem como característica a organização e transformação de uma teoria em um conjunto de RS que vão orientar a conduta de um grupo, e portanto, “se dirige a um grupo que já possui certa unidade, uma linguagem definida e um sistema de valores particular” (Moscovici, 2012, p. 361); 3) a propaganda, que tem como objetivo obter “o controle sobre a opinião das pessoas, aparecendo em ambientes políticos, onde existe o confronto de grupos” (Lobo e Werneck, 2018, p.15), e que, de modo geral, tem como finalidade persuadir o receptor com mensagens sistematizadas e constantes (Ghesti-Galvão, 2010; Lobo & Werneck, 2018; Moscovici, 2012).

Nos resultados da presente pesquisa verificou-se que a temática de gênero – especificamente a ideia de “ideologia de gênero” – vem sendo amplamente partilhada e apropriada através das mídias tradicionais, redes sociais, e discursos diversos das autoridades eclesiásticas e políticas (considerando especialmente do cenário político brasileiro vivenciado ao longo dos últimos cinco anos). Tal fato parece se dar a partir dos três sistemas de comunicação descritos acima. A propagação é muito utilizada nos discursos e contextos religiosos pela característica da unidade e linguagem própria presente no grupo religioso. A propaganda aparece, por exemplo, através do ambiente político polarizado no qual a temática da ideologia de gênero foi sistematicamente

utilizada em entrevistas, campanhas e debates no último pleito eleitoral da federação. E a difusão pode ser percebida, por exemplo, na divulgação das notícias sobre a campanha eleitoral, através das mídias, como os telejornais na TV, e também das redes sociais, já que as informações compartilhadas são voltadas muitas vezes para um público heterogêneo. Dessa forma, podemos observar que gênero (de forma ampla) e “ideologia de gênero” (de forma mais específica) são termos que alcançam variadas significações a partir da multiplicidade de comunicações que envolvem o tema, mas, em geral, no cenário cristão giram em torno das ideias de destruição dos valores tradicionais e da família, de uma suposta ‘imposição’ para as crianças nas escolas, e de uma associação com questões relacionadas a escolhas, orientações sexuais e identidades de gênero. São destacados alguns segmentos de texto para ilustrar essa questão, alguns dos quais deixam muito evidente a aversão e repulsa dos participantes em relação ao tema: *“o que ouço direto aqui [igreja] é que ideologia_de_gênero é a própria destruição da família, destruição de valores”* (Participante 8); *“eu ouvi falar que a pessoa escolhe o que ela quer ser homem ou mulher”* (Participante 7); *“para nós é uma abominação, é um negócio infernal que nasceu realmente muito longe de Deus... todos os membros da igreja têm pavor, horror a ideologia_de_gênero”* (Participante 19); *“como isso afetava dentro dos colégios, que começaram a querer colocar que as crianças poderiam escolher... eu tenho horror a ideologia_de_gênero... eu tenho ojeriza realmente porque eu acho uma monstruosidade”* (Participante 21).

Chama atenção alguns símbolos/modelos que os participantes usam para expressar o que ouvem e pensam. Moscovici (2012) estabeleceu como um dos processos formadores das RS, a condensação da RS sobre um fenômeno em uma imagem – a objetificação. Dessa maneira, percebe-se nos trechos acima algumas dessas imagens que os participantes ‘pintam’ sobre a questão da “ideologia de gênero”: a destruição da

família, escolher o sexo, destruição dos valores, abominação, monstruosidade, entre outros. Miguel (2016) destaca que “o fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990” (p. 593). O autor aponta que o que comumente se chama de “bancada evangélica” não é única representação de uma suposta defesa a moral e conservadorismo, mas funciona mais como uma espécie de representação midiática do que seria representado por evangélicos (em sua maioria neopentecostais) e também da ala mais conservadora da igreja católica no congresso. Nesse sentido, Miskolci (2018), discutindo sobre os interesses por trás do combate a “ideologia de gênero”, aponta que:

Cerca de uma semana depois do reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, o deputado Jair Bolsonaro encabeçou movimento contra o material que seria distribuído nas escolas para enfrentar a discriminação e a violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Apelidando o material de “kit gay”, o deputado logo contou com apoio da chamada bancada evangélica e, de forma menos visível, mas até mais numerosa, de congressistas católicos e conservadores agnósticos ... Assim, foi por meio da discussão dos planos educacionais país afora que o fantasma se alastrou pelo Brasil... Empreendedores morais formados por grupos de interesses diversos uniram-se para reagir ao avanço dos direitos sexuais, em especial para barrar a luta contra a homofobia no ambiente escolar e o reconhecimento da diversidade de gênero. (Miskolci, 2018, pp. 5-6)

Nos resultados da pesquisa que foram descritos acima, podemos perceber com clareza o que Teixeira (2019, p. 131) apontou como “a construção de ‘pânicos morais’ em torno da agenda de gênero” que foi difundida e cristalizada na sociedade brasileira a partir do congresso nacional. O autor ainda destaca sobre como a eleição de Jair

Bolsonaro como Presidente da República – sendo o político um dos porta-vozes mais incisivos na defesa contra a agenda de igualdade de gênero no congresso nacional – “contribui para ilustrar como a construção de um inimigo comum em torno da suposta imposição de uma ‘ideologia de gênero’ encontrou respaldo nas urnas e na opinião pública brasileira” (Teixeira, 2019, p. 138).

Também compondo o subgrupamento abordado até aqui (“Gênero no contexto religioso: coexistências, controvérsias e apropriações”), há uma classe que traz um conteúdo mais “técnico” sobre o tema (classe 5), na medida em que são os discursos predominantemente de homens, que são majoritariamente lideranças principais nas comunidades religiosas locais e que participam da religião há mais tempo (entre 41 e 50 anos) que a integram. Sendo assim, os participantes apontam (com “competência”) escritos e interpretações do texto bíblico acerca do tema. É interessante recordar também que essa classe foi a que mais estava distante do centro no plano fatorial fornecido pela AFC (Figura 4).

Gussi (2008) aponta que a forma como os indivíduos (especialmente os que exercem a liderança nos grupos religiosos) percebem os textos sagrados se mostra indispensável na medida em que estes podem ser considerados como “pastores de ovelhas”, cuidadores de “um rebanho” e, portanto, atores no exercício crucial de transmitir as ideias, normas e práticas na comunidade religiosa. Na classe 5 os participantes deixam claro as possibilidades de interpretações dos textos bíblicos no que se refere ao entendimento sobre funções e papéis de gênero, e também trazem a urgência da contextualização para esses entendimentos, como ilustram os trechos seguintes: *“Então é importante que, ao ler a bíblia, a gente compreenda o contexto da sua formação, e a bíblia é produzida no contexto de um judaísmo altamente patriarcal e contém muitos textos, de fato, que reafirmam esses lugares específicos para homens e*

mulheres” (Participante 01); *“O recorte fundamentalista sacraliza o machismo: mulheres sejam submissas aos vossos maridos”* (Participante 04).

Considerando que o universo reificado “se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna” (Arruda, 2002, p. 130), é possível inferir que os conteúdos dessa classe expressam um saber reificado. Os lugares discursivos do universo reificado apresentam um conhecimento científico, e mesmo que não seja “cientificamente comprovado”, o “sagrado” difunde um saber com as mesmas características, ou seja, estabelece normas, leis e hierarquização nos papéis sociais. Sendo assim, quem fala sobre o conhecimento sagrado fala como uma autoridade – com “competência” – fala como Pastor(a)/Padre, da mesma forma que seria o enunciado de um médico ou especialista sobre uma determinada doença/área da saúde, ou de um cientista acerca de uma teoria.

L. Souza et al. (2015) afirmam que as classes não são apenas “categorias semânticas, mas também marcas da atividade representacional, de lugares comuns, ou seja, de patrimônios sociocognitivos (inserção em grupos, saberes compartilhados, memórias de experiências cotidianas e coletivas, etc.)” (p. 238) que são trazidos pelos participantes para falar e construir sentidos. Assim, com base em todo exposto, podemos concluir que o processamento de CHD realizado pelo IRaMuTeQ resultou em dois subgrupamentos discursivos que se separaram em virtude de diferenças significativas na forma de abordagem do fenômeno em destaque. A hipótese que se propõe aqui para explicar essa diferenciação é que o discurso dos participantes recorreu simultaneamente aos dois sistemas de pensamento que foram propostos por Moscovici: o universo reificado e o universo consensual.

Retomando rapidamente o que foi exposto na introdução, desde a pesquisa original de Moscovici acerca da psicanálise, a TRS reconhece o “estado de polifasia

cognitiva” (Jovchelovitch, 2008, 2011; Moscovici, 2012). Nos estudos atuais, o que antes fora apresentado como uma hipótese, é expresso como uma realidade (Jovchelovitch, 2008, 2011; A. M. Nascimento & Roazzi, 2007; L. Souza et al., 2015). Sendo assim, esses estudos têm apontado para essa atividade nos campos representacionais e que é caracterizada pela atuação de diferentes sistemas de pensamento/conhecimento, que coexistem e cumprem diferentes funções em diferentes necessidades sociais no mesmo grupo ou quem sabe até no mesmo sujeito (Jovchelovitch, 2008). Ao final da sua pesquisa sobre as RS da psicanálise, Moscovici discute acerca dessa coexistência dos sistemas cognitivos e aponta que:

o mesmo grupo e, *mutatis mutandis*, o mesmo indivíduo são capazes de empregar registros lógicos variáveis nos domínios que eles abordam com perspectivas, informações e valores próprios de cada um. ... De um modo global, pode-se estimar que a coexistência dinâmica – interferência ou especialização – de modalidades distintas de conhecimento, correspondente a relações definidas do homem e seu meio, determina um estado de polifasia cognitiva. (Moscovici, 1978, p. 286-287, citado por A. M. Lima, 2017)

Arruda (2002, p. 458), afirma que “o convívio de lógicas diversas no interior de uma mesma representação é um painel de sua dinâmica, mostrando como se acomodam recursos disparatados para fazer sentido, estabilizando-o (o sentindo) na instabilidade”. Entendendo que as classes apontadas no resultado do IRaMuTeQ explicitam as marcas da dinâmica representacional de gênero para as lideranças cristãs, ao analisá-las é possível visualizar esse “painel” e como os participantes constroem sentidos sobre o que significam e falam a respeito de gênero.

Sendo assim, o conteúdo discursivo que pode ser mais associado ao universo consensual aponta para o entendimento dos participantes construído no cotidiano, na

família, na comunidade religiosa, entre os amigos e demais grupos de referência. A partir desses espaços, os participantes elaboraram suas crenças e significações sobre os papéis femininos e masculinos que englobam percepções das desigualdades sociais (vivenciadas ou percebidas) sofridas por homens e mulheres em diferentes contextos, imagens sobre a questão da “ideologia de gênero” em particular, e múltiplas possibilidades de definição para o termo, de acordo com diferentes contextos. Ao assumir esse lugar (de conhecimento consensual), os participantes falaram levando em consideração suas vivências cotidianas, as relações e interações que estabelecem no dia a dia. De maneira geral, a compreensão sobre gênero que se sobressai nesse universo (o consensual) poderia ser sintetizada da seguinte forma: *há avanços em relação ao entendimento tradicional de papéis sociais femininos e masculinos, mas existem resistências e naturalizações que insistem em permanecer.*

Já os conteúdos discursivos que podem ser localizados como próprios do universo reificado trouxeram os papéis e funções de gênero descritos nos textos bíblicos, que são muitas vezes, segundo os participantes, mal interpretados. Os respondentes enfatizaram a necessidade de contextualização desses escritos para sua adequada interpretação e para evitar que corroborem (e sejam usados como justificativas para) desigualdades de gênero; falaram como ‘autoridades’ e expressaram suas ideias sobre como deveriam ser feitas as pregações e interpretações bíblicas: através da hermenêutica, da exegese e levando em consideração o contexto da escrita. No entanto, é preciso considerar que, mesmo que os participantes tenham feito algumas ressalvas acerca de entendimentos que circulam baseados em interpretações “equivocadas”, os textos bíblicos em si são incontestáveis para eles, ou seja, trazem a (e tem valor de) “verdade”. Dessa maneira, as ressalvas sobre o contexto e época em que foram escritos não significam que os participantes desprezam as diferenças relacionadas as questões de gênero baseadas em uma divisão sexual na

atualidade, e nem mesmo que aceitam toda e qualquer tipo de interpretação. Assim, o que está sendo relacionado ao universo reificado aqui pode ser resumido como: *Homens e mulheres têm valor igual para Deus, mas os textos sagrados explicitam diferenças em termos de funções e papéis de gênero, que embora possam e precisem ser considerados em virtude da época em que foram escritos, ainda hoje vigoram e são “verdades”*.

Moscovici (2015) aponta que as RS são próprias dos universos consensuais e, portanto, mesmo os indivíduos que portam um saber ‘erudito’ falam partindo não apenas do conhecimento científico, mas também utilizando o conhecimento do senso comum, que é produzido nas experiências cotidianas. Sendo assim, ao que tudo indica, nas RS de gênero dessas lideranças cristãs evidencia-se uma mescla de conteúdos de diferentes sistemas de pensamento/conhecimento (consensual e reificado), e ancoragens tanto em aspectos socioculturais quanto em escritos bíblicos e doutrinários.

- Representações sociais de feminismo

“Talvez o título desta conversa devesse terminar com uma interrogação e não com um ponto final. Será mesmo possível um encontro entre feminismo e religião?” (Rosado-Nunes, 2017, p. 66).

Para além de buscar responder essa pergunta, esse estudo de RS possibilitou fazer algumas considerações sobre como acontece o encontro do objeto feminismo – como ele tem sido apreendido, incorporado, partilhado – com indivíduos que exercem lideranças em comunidades religiosas cristãs. O Corpus B (feminismo), através do processamento do IRaMuTeQ, trouxe um resultado que viabiliza a visualização de três subgrupamentos (*Significações sobre o movimento feminista; Feminismo em debate; O feminino nos textos bíblicos: indícios de feminismo?*) que auxiliam na compreensão desse encontro: Como ele se dá? Que significações são compartilhadas? E como elas são produzidas?

Inicia-se esse tópico pela discussão sobre a produção das RS de feminismo. A teoria proposta por Moscovici aborda os processos formadores de RS, ancoragem e objetivação, que explicam como se dá a transformação do não familiar em familiar (Trindade et al., 2014). O primeiro subgrupamento (*Significações sobre o movimento feminista*) permite considerações sobre a gênese das RS de feminismo para as lideranças cristãs, e foi construído predominantemente pelo discurso de mulheres.

As objetivações do feminismo ficaram mais evidentes na classe 6 (tanto é que foi denominada “Objetivações do feminismo”) e, dessa maneira, os segmentos de texto alocados nesta classe permitem a identificação de algumas imagens que aparecem como uma forma dos participantes explicarem o que pensam e como significam o objeto em análise (feminismo). Aborto, queima de sutiã, ideais de esquerda, comunismo, destruição da família, “desconfiguração” da mulher, revolução sexual, movimento hippie, entre outras coisas, são algumas dessas representações imagéticas do feminismo: a maneira como os participantes expressam o que entendem através de algumas características que transformam aquilo que é abstrato em algo concreto, ou seja, como transformam “a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (Moscovici, 2015, p.71).

Trindade et al. (2011), afirmam que a objetivação condensa um conceito em um símbolo, através de um processo de “simplificação” das informações. Apontam que:

A retenção das informações "salientes é acompanhada de um ajustamento", onde certas informações assumem um papel mais importante que outras, ou diferente daquele que tinha em sua estrutura original. Trata-se, enfim, de transformar o que é abstrato, complexo ou novo em imagem concreta e significativa, apoiando-se em concepções que nos são familiares. (Trindade et al., 2011, pp. 146-147)

A TRS indica que o processo de objetivação se dá em três etapas. São elas: a seleção e descontextualização da informação, a formação de um núcleo ou esquema

figurativo e a naturalização (Moscovici, 2012). A primeira etapa consiste na seleção e ênfase em algumas informações, que são apropriadas com base nas experiências do indivíduo/grupo, e resulta em uma construção seletiva da realidade (Vargas, 2015; Villas Bôas, 2010). Dentre todas as informações acerca do objeto, é possível perceber que os participantes da pesquisa fazem uma seleção – dão maior ênfase – e focalizam a atenção em alguns aspectos, como, por exemplo, a questão do aborto e os aspectos relacionados as manifestações/protestos que supostamente foram/são convocados por movimentos feministas. Tais informações parecem ser retidas/selecionadas enquanto outras são desprezadas pelos participantes: *“nunca fui radical também de deixar de usar sutiã, de queimar meu sutiã”* (Participante 02); *“um pouco da repulsa ao movimento feminista é que essa última onda busca o direito da interrupção [da gestação]”* (Participante 1); *“eu acho que o debate é muito saudável, mas para nós a questão da vida não é um direito”* (Participante 10); *“causas que, desculpa falar, mas estão a serviço da cultura da morte”* (Participante 19).

A segunda fase do processo de objetivação é constituída pela composição e organização de determinados elementos, que passam a constituir os núcleos figurativos da representação, ou seja, o conceito é transformado em uma imagem associada a ideias/palavras (Villas Bôas, 2010). Para exemplificar essa etapa da formação do núcleo figurativo na objetivação do feminismo para os participantes podemos citar como exemplo a evocação dos elementos ‘ideais de esquerda’, ‘comunismo’ e ‘ideologia’, onde é possível perceber que as releituras e transformações acerca do objeto social em análise são tecidas em um esquema figurativo da representação. Sendo assim, os participantes organizam o material que foi selecionado na etapa anterior (seleção e contextualização), e simplificam através da construção de uma imagem que parece ser coerente aos seus próprios olhos (Cardoso, 2012). Abaixo é possível visualizar alguns segmentos de trecho

que, de certa forma, exemplificam essa etapa: *“o feminismo tem muito a ver com marxismo, marxismo_cultural também, toda a ideia do comunismo está dentro do feminismo e aqui no brasil chegou justamente junto com o marxismo_cultural, a ideia deles de destruir a família”* (Participante 21); *“então é muito difícil dizer: ‘eu sou feminista e não sou de esquerda’ ... porque aqueles ideais são ideais de esquerda...* (Participante 22).

Por fim, a naturalização (terceira etapa) permite concretizar o objeto, tornando-o tangível, ou seja, expressão direta da realidade (Morera et al., 2015; Vargas, 2015). Sendo assim, “os elementos do esquema figurativo são percebidos pelos indivíduos como uma expressão direta daquilo que está sendo representado” (Villas Bôas, 2010, p. 392). A etapa de naturalização possibilita que o núcleo figurativo deixe de ser uma construção e passe a ser algo direto: a própria realidade sobre a qual o indivíduo vai agir e se comunicar (Cardoso, 2012). Nos trechos de entrevista elencados aqui podemos observar por exemplo o feminismo sendo representado diretamente como “inimigo dos valores da família”, “causador da desconfiguração da mulher” e “contra a vida”. Saquetto (2013, p. 163) aponta que “trata-se de reificar categorias e torná-las tão operativas e resistentes à mudança, de modo que não sejam mais metáforas da existência, mas a própria existência, como se elas estivessem ali desde a origem das relações e/ou conceitos”. Dessa maneira, uma feminista que, por exemplo, seja esposa e mãe, não tenha realizado um aborto e possua uma aparência “normal” (conforme os padrões sociais tradicionais) é percebida como uma exceção à regra ou até mesmo como se não fosse (ou não pudesse ser) realmente feminista. A etapa de naturalização permite que a imagem de uma representação se torne tão concreta, a ponto de ser percebida como se fosse a própria realidade: *“não tem nada hoje_em_dia que destrói mais as mulheres do que elas mesmas, do que o pensamento feminista”* (Participante 21); *“O feminismo é visto como um inimigo*

dos valores da família” (Participante 08); “*a gente coloca para tomar cuidado com o feminismo para não se perder a família*” (Participante 20); “*mas a ideia de feminismo para mim sempre foi como contra a família... elas estavam erradas por serem contra a vida*” (Participante 22).

Moscovici (2012, p. 156) aponta que “a objetivação transfere a ciência para o domínio do *ser* e a ancoragem a delimita no do *fazer* para contornar o impedimento de comunicações”. É importante ressaltar neste momento que, conforme apontado por Gianordoli-Nascimento et al (2015), apesar de haver uma separação didática nos mecanismos dos processos formadores da ancoragem e da objetivação, isto não significa que estes se deem de formar linear. Na verdade, “estão tão dialeticamente imbricadas e dependentes” (Saquetto, 2013, p. 216), e ambos parecem se desenvolver de maneira simultânea. Sobre o processo da ancoragem, Alves-Mazzotti (1994, p.30) aponta:

a representação sempre se constrói sobre um “já pensado”, manifesto ou latente. A “familiarização com o estranho” pode, com a ancoragem, fazer prevalecer quadros de pensamento antigos, posições preestabelecidas, utilizando mecanismos como a classificação, a categorização e a rotulação. E classificar, comparar, rotular supõe sempre um julgamento que revela algo da teoria que temos sobre o objeto classificado.

A assimilação dos conteúdos referentes ao feminismo, para as lideranças cristãs, conforme pudemos observar especialmente na classe 5, foi ancorada em movimentos sociais. Independentemente de ser através de um entendimento positivo – como busca por direitos igualitários entre homens e mulheres em diferentes espaços, que proporcionam o direito a voto, ampliação na esfera do trabalho (ou outros contextos públicos que eram vistos como exclusivamente masculinos), e igualdade salarial entre homens e mulheres, por exemplo – ou através de uma concepção negativa – tal como a tentativa de igualdade

entre homens e mulheres em aspectos que não são vistos como possíveis, ou de “masculinizar” a “natureza” feminina da mulher –, fato é que os segmentos de texto que foram reunidos nesta classe apontam para o feminismo enquanto um movimento social.

A compreensão do feminismo como um movimento social, no discurso dos participantes, ancora-se na ideia de ser algo que produz transformações sociais. Os movimentos sociais podem ser entendidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2011, p. 335). Logo, o feminismo é significado para as lideranças cristãs como abarcando essas ações coletivas que visam mudanças na sociedade. Esta ancoragem no caráter/ideal transformador dos movimentos sociais parece orientar positivamente a posição dos participantes em relação ao feminismo em alguns momentos: *“acho que qualquer mulher que lute para que o seu espaço possa ser o mesmo espaço que de um homem é de alguma maneira feminista”* (Participante 1); *“a gente começou a perceber e conversar sobre coisas que não era de direito nosso ou que alguém dizia que não era de direito de falar sobre”* (Participante 18); *“eu acho que a causa é justa, claro, porque ninguém concorda com os abusos dos homens com a mulheres”* (Participante 23).

A mesma lógica parece se aplicar à tomada de posição das lideranças cristãs de oposição e crítica ao feminismo, entendido como ações coletivas que visam mudanças (negativas) na sociedade, que levam à desconfiguração do feminino e de sua “natureza”: *“eu não considero o feminismo como bom exatamente porque eu acho que o feminismo quer tudo menos que a mulher seja mulher”* (Participante 22); *“Agora o problema é que o feminismo tem levantado algumas bandeiras que eu já sou contra: de igualdade entre homem e mulher em todos os sentidos, como se eles não tivessem diferença nenhuma”*

(Participante 03); “...o movimento_feminista faz com que a mulher perca um pouco o seu lado feminino e eu acho isso totalmente inútil” (Participante 05).

Considerando os resultados desse subgrupamento (*Significações sobre o movimento feminista*), é possível inferir que as RS de feminismo para as lideranças cristãs passaram a ser familiares a partir da ancoragem em movimentos sociais e da objetivação em elementos como aborto, ideologia, descaracterização da mulher, destruição da família, entre outros. O segmento de texto da participante 6 pode resumir, de alguma maneira, a ideia contida nesse subgrupamento: “o princípio das coisas era bom porque era a luta pelo direito de voto, mas o feminismo em si, na palavra, eu acredito que é ruim porque muda completamente a mulher, muda a nossa personalidade, que é característica da mulher”.

A TRS reconhece o valor dos grupos na medida em que as RS são definidas como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2011, citado por Gonçalves, 2016, p. 50). O segundo subgrupamento resultante do processamento CHD foi “*Feminismo em debate*” e trouxe com clareza a dimensão circulante do feminismo nos diferentes grupos e contextos sociais dos participantes e como esses diferentes aspectos concebem e afetam os participantes enquanto atores sociais: “Eu acredito que o meu pensamento foi uma construção, que eu digo que sofreu alterações, que eu fui sendo construída e sem sombra de dúvidas foi o ensino_superior quem me fez ter contato com literatura” (Participante 1); “A minha igreja ajudou muito, nas discussões que a_gente tinha com os jovens. Acho que isso é uma construção...” (Participante 17).

É conveniente ressaltar que cada indivíduo pode apresentar uma compreensão sobre um objeto em função da experiência de vida e das aproximações que lhes são

próprias. No entanto, a maneira como o grupo de identificação reage a um fenômeno interfere na maneira como o indivíduo interage com o objeto. As classes desse grupamento expressaram algumas considerações sobre a forma como o feminismo é abordado nos diferentes contextos. É interessante destacar que esta classe apresentou um conteúdo constituído predominantemente por participantes mais jovens (de 19 a 30 anos) e que participam da religião por menos tempo (de 10 a 20 anos), o que talvez aponte para o fato de as discussões acerca da temática do feminismo entre os mesmos estejam mais ligadas aos contextos em geral (como universidade, amigos, trabalho) e não restrito apenas ao grupo religioso. Na perspectiva dos participantes tais discussões (e também as práticas a elas relacionadas) dependem de cada grupo de referência, que pode ser mais conservador, mais aberto, e até mesmo apresentar variações internamente, dependendo de alguns aspectos como o sexo dos membros, a doutrina religiosa, a escolaridade, o acesso a informações/educação, e até mesmo a posição que assume politicamente. Destaca-se aqui uma fala da participante 1, especialmente acerca dessa última questão: *“Então hoje, que a gente está vivendo um momento de muita polarização, as pessoas que estão com tendências a assumirem uma posição de extrema direita, politicamente falando, vão odiar o feminismo e vão ver o feminismo uma ameaça”*.

Sobre isso, M. G. Martins e Guedes (2019), buscando debater o papel da internet como canal de difusor de movimentos sociais, realizaram uma pesquisa com grupos de mulheres (cristãs/evangélicas feministas) em páginas do *Facebook*. As pesquisadoras apontam que, em geral, o conteúdo produzido pelas páginas é aproveitado por quem se identifica com os valores que são defendidos e destacam que:

Os indivíduos, em maioria do sexo feminino (mas também os homens que apoiam), religiosas ou não, se identificam com valores compartilhados pela esquerda política, tais como: respeito a diversidade, a democracia, a luta pela

legalização do aborto, a luta contra a violência doméstica, respeito pelos direitos humanos, respeito e acolhimento por diversos formatos de formação familiar, entre outros. Já os indivíduos produtores de comentários ofensivos e/ou agressivos defendem os ideais que configuram a chamada direita política, como por exemplo: repúdio à legalização do aborto e defesa da preservação da família nuclear. (M. G. Martins & Guedes, 2019, p. 70)

Vale ressaltar que, conforme aponta Scavone (2008), ao longo da história as ideias feministas vieram abrindo caminhos para que as discussões de gênero fossem difundidas em todos os campos sociais, e dessa forma “mesmo o campo religioso, em seu aspecto institucional, tradicionalmente antifeminista, não ficou imune aos efeitos sociais e culturais das ideias feministas contemporâneas” (p. 8). Pela peculiaridade e interesse de cada grupo social, o feminismo pode ser interpretado de diferentes formas. No caso dos grupos religiosos, Farias (2011, p. 16) afirma que:

A posição quase sempre foi de crítica, de recusa em relação aos posicionamentos feministas, pois esse movimento destoava dos preceitos cristãos. Entretanto, as formas adotadas pelas diferentes denominações religiosas para lidarem com os efeitos do feminismo e as consequências que tiveram em cada uma dessas denominações foram muito particulares. Se algumas Igrejas foram mais “flexíveis” diante do contexto de florescimento das ideias feministas, outras mantiveram-se seguras na afirmação de suas doutrinas. Se algumas congregações permitiram que mulheres fossem elevadas à condição de pastoras, outras entenderam que essa função era de exclusividade dos homens e afastaram peremptoriamente a possibilidade de as mulheres alcançarem tal posto.

Em relação a “*visão e vivência do feminismo no grupo religioso*” (classe 4), destacou-se o discurso dos participantes de denominações evangélicas tradicionais, e com

tempo de participação entre 31 e 40 anos. Alguns trechos de falas dos participantes permitem observar que as igrejas concedem espaço às mulheres e fazem trabalho com (e para) as mulheres, o que aponta para alguns efeitos potencializados pelos movimentos feministas que, de alguma forma, chegaram ao meio religioso, o que corrobora a afirmação de Rosado-Nunes (2006) de que as religiões foram afetadas de maneira significativa com os impactos do feminismo (seja enquanto movimento ou enquanto pensamento).

Entretanto, apesar das falas sobre a valorização do lugar da mulher na religião, os participantes parecem deixar claro que o feminismo, em geral, não está em pauta no meio eclesiástico. É possível perceber que a temática não encontra consenso nas comunidades religiosas, e dessa maneira, são escassas (e muitas vezes nulas) as aproximações dessas questões de maneira oficial nos contextos eclesiásticos, ficando essa abordagem limitada aos espaços informais, de maneira indireta, em grupos pequenos, e que tenham esse interesse em comum. Alguns trechos exemplificam essa questão: *“Nós aqui trabalhamos com mulheres, conversamos, mas não é tanto falando sobre o feminismo, mas indiretamente nós falamos sobre o feminismo”* (Participante 20); *“fala bastante, mas nunca chega a ser um tema de EBD. Tem mais encontros e rodas_de_conversa entre os jovens... a_gente acaba conversando nesses ambientes não muito formais”* (Participante 18); *“no fundo é um dos assuntos que a igreja não pauta. Às_vezes faz debates sobre a violência_contra_mulher, mas não existe um trabalho de conversa como a do feminismo”* (Participante 16).

A. Oliveira e Enoque (2019b) realizaram uma pesquisa que relacionou feminismo e religião para mulheres fiéis e ex-fiéis de instituições evangélicas, e observaram que, entre as mulheres que estão vinculadas a alguma instituição religiosa há maior reforço sobre as noções de diferenças entre os gêneros e uma resistência para autoafirmação

enquanto feministas. Apesar de tal diferenciação, os pesquisadores identificaram que mesmo que não se denominem como feministas, as mulheres em geral apresentam ações que visam igualdade e autonomia (A. Oliveira e Enoque, 2019b).

Assim, se evidencia que, em geral, o feminismo parece ser explicitado com base em seus resultados práticos nos contextos religiosos, ou seja, nas conquistas no campo do gênero que foram alcançadas a partir do movimento. No entanto, o feminismo como “pensamento”, como base para a autodenominação das mulheres, como pauta assumida por grupos religiosos, e como teoria a ser discutida, ainda soa ameaçador, ficando assim, de forma geral, mais distante.

O último subgrupamento *“O feminino nos textos bíblicos: indícios de feminismo?”*, trouxe um conteúdo que destaca os escritos bíblicos, a partir de personagens femininas e das possibilidades de interpretações no meio religioso. Aqui, os participantes parecem ancorar a ideia de feminismo no espaço concedido ao feminino na bíblia: falar com a mulher, valorizar a mulher, acolher a mulher, proteger a mulher, força da mulher, e protagonismo da mulher. Conforme já mencionado anteriormente, a ancoragem pode ser compreendida como uma “janela” pela qual um indivíduo utiliza uma categoria previamente existe para enxergar um conhecimento novo (Gomes, 2004). O que as lideranças cristãs deixam claro nesta classe é sua compreensão de que as menções às mulheres nos textos bíblicos – a “janela” existente – já representariam, por si só, uma forma do feminismo estar contido na sagrada escritura, como ilustram os trechos destacados: *“o evangelho_de_lucas, por_exemplo, é um evangelho feminino, ele estabelece com muita clareza ali o protagonismo de maria desde o princípio da vida de jesus”* (Participante 10); *“Jesus foi um grande apoiador das mulheres, acolheu várias mulheres, curou várias mulheres, mudou a vida de várias mulheres”* (Participante 2);

“porque jesus quando ele morreu e ressuscitou ele apareceu para uma mulher e não para um homem, então jesus era feminista, entende?” (Participante 9).

A compreensão do feminismo como “espaço” concedido à mulher nos textos bíblicos pelos homens que os escreveram ancora-se na ideia de que esse é um movimento que busca dar protagonismo às mulheres em uma sociedade fortemente marcada pelo domínio patriarcal. K. L. Oliveira (2014) aponta que o termo denominado patriarcalismo (ou sistema patriarcal) se refere “à lógica já presente entre os hebreus, entre os gregos e romanos clássicos, que estabeleceu o poder de uma autoridade religiosa, econômica, social, política masculina sobre seus subordinados” (p. 39). Assim, se em uma cultura patriarcal, a bíblia apresenta episódios onde foram concedidos voz e espaço às mulheres, então, na perspectiva dos participantes, isso poderia ser uma forma de feminismo.

Uma outra questão sobre esse subgrupamento é que ele foi o único em que predominou o discurso masculino. É conveniente lembrar que entre os 12 participantes que exercem a maior autoridade na igreja local, 10 são homens (o que corresponde a 77% do total de homens). Além disso, esse subgrupamento também foi o único a se separar dos demais no dendrograma. Tais fatos levam a crer que, diferente das demais, as classes desse ‘eixo’ parecem explicitar um conteúdo mais relacionado ao universo reificado. O universo reificado reúne “as instituições sociais consolidadas historicamente e se encarregam de normatizar as verdades sobre o mundo físico e social; as ciências, bem como a religião e a moral ocupam este lugar” (Cravo & Trindade, 2016, p. 23). Ao trazer um discurso erudito, ou seja, um conteúdo sobre o sagrado a partir de trechos e versículos da bíblia, os participantes assumem um lugar de conhecimento, de autoridade, de “saber”. Quando falam desse lugar sobre a bíblia, os textos e as interpretações, os participantes falam como um “especialista” no assunto, como alguém que têm competência técnica

para falar sobre tais questões e justamente por isso acabam contribuindo diretamente para a produção, difusão e manutenção de RS.

De modo semelhante ao que aconteceu em relação ao objeto gênero, o discurso dos participantes sobre feminismo também parece recorrer simultaneamente aos dois sistemas de pensamento descritos por Moscovici. É importante considerar que essa dupla atuação entre os dois sistemas de pensamento não ocorre por uma disfunção do participante/grupo, e sim para que os indivíduos possam elaborar e compreender o que acontece ao seu redor. A polifasia cognitiva é uma atividade nos campos representacionais que tem como característica fundamental a coexistência na atuação dos sistemas de conhecimento (Jovchelovitch, 2008). Nascimento e Roazzi (2007, p. 502) apontam que:

O fenômeno da polifasia cognitiva e a trama de lógicas organizadoras em sua base indiciam o uso cotidiano de modos distintos de pensar, afins com a natureza dos diversos tipos de representação em uso que podem ser de tipo metafórico ou lógico, abstrato ou concreto, impessoal ou pessoal, etc.

Em relação ao Corpus B (feminismo), o conteúdo discursivo que pode ser mais diretamente associado ao universo consensual aponta para significações produzidas no cotidiano das interações sociais com diferentes grupos sociais (família, comunidade religiosa, amigos, faculdade, trabalho, entre outros). A partir desses espaços, os participantes expressaram suas opiniões sobre o feminismo como um instrumento de transformações sociais, que tem um lado bom (possibilitou o direito feminino ao voto, a ampliação dos espaços de trabalho e estudo, entre outras coisas) e/ou um lado ruim (leva a descaracterização da mulher, a interrupção da gravidez, entre outras coisas). Além disso, incluíram representações imagéticas que associam o feminismo a um movimento ideológico que busca destruir a “essência” da mulher e valores como vida e família.

Assim, os participantes falaram do seu conhecimento construído cotidianamente sobre o tema, levando em consideração suas próprias vivências, relações e interações do dia a dia, representação que poderia ser aqui resumida da seguinte forma: *movimento social que visa transformações na sociedade, ora produzindo resultados positivos, ora gerando resultados negativos.*

Já os conteúdos discursivos que trazem elementos que podem ser mais relacionados ao universo reificado indicam que a bíblia sempre abriu espaço para a mulher e buscou valorizá-la em uma cultura absolutamente patriarcal, na qual vigorava o desprezo pelas mulheres, o que é entendido como uma forma de feminismo. Para justificar esse posicionamento, fazem referência à personagens bíblicas femininas que foram protagonistas em suas histórias, como Maria (mãe de Jesus), Maria Madalena, Ester, Debora, e também figuras masculinas, como Jesus e José, que podem ser reconhecidos pelo apoio e acolhida às mulheres. Além disso, os participantes apontam a importância de acesso a palestras, pregações e conversas relacionadas ao contexto eclesiástico, que potencializam a interpretação “coerente” dessas questões. Desse modo, os participantes falaram do seu conhecimento técnico – baseado nos textos sagrados – que os tornam autoridade no assunto e os possibilitam compreender e lidar com questões relativas ao feminismo, que no meio reificado pode ser entendido, em síntese, como: *A presença feminina na bíblia como uma forma de feminismo.*

Jovchelovitch (2011) aponta que diversidade das vivências que experienciamos exige “esforços adaptativos” (p.11), e por isso a maneira como representamos o mundo se dá de diferentes formas. A polifasia cognitiva pode ser compreendida como essa adaptação dos sistemas cognitivos de pensamentos, onde as formas de saber (consensual e reificado) se relacionam para que o indivíduo e grupos sociais possam responder a cada experiência cotidiana (Jovchelovitch, 2011; Renedo & Jovchelovitch, 2007). Sendo

assim, ao que tudo indica, no que se refere ao objeto feminismo os participantes recorrem simultaneamente aos dois sistemas de pensamentos compreendendo-o como um movimento que produz transformações sociais e que, de certo modo, encontra lugar nos textos bíblicos.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo apreender as RS de gênero e de feminismo de indivíduos que exercem funções de liderança em comunidades cristãs, por meio da análise de entrevistas semiestruturadas submetidas ao processamento do software IRaMuTeQ. Foi possível descrever o conteúdo do campo representacional associado a tais objetos, bem como, identificar e discutir sobre os processos de formação das RS e da polifasia cognitiva.

Considerando que os sujeitos que participaram do estudo exercem papel de liderança em grupos religiosos, e que em geral, têm um envolvimento ativo com a religião e com a comunidade, ocupando um lugar de autoridade e saber, acredita-se que os resultados aqui encontrados ajudam na compreensão de RS de feminismo e de gênero para cristãos de modo geral.

Os resultados possibilitam explicitar a relevância do contexto e dos grupos sociais na produção, manutenção e/ou transformação das RS, haja vista que em diversos momentos os participantes fizeram menção aos seus grupos de referência, as oportunidades por eles trazidas e a relevância que os mesmos têm/tiveram para a construção de suas compreensões sobre os objetos em análise. Também identifica-se no discurso dos participantes, de alguma maneira, a relevância do momento histórico vivenciado no Brasil - marcado por intensa polarização política e pela retomada e defesa do tradicionalismo e conservadorismo - para a difusão e partilha de significações, das

temáticas de feminismo e de gênero, e especialmente da noção amplamente discutida ao longo dos últimos anos sobre a “ideologia de gênero”.

No que diz respeito às RS de gênero, ser homem e ser mulher foi associado as funções de homens e mulheres na família e a aspectos de uma suposta “natureza” feminina e masculina. O que se pode observar, de maneira geral, são alguns avanços em relação aos papéis sociais de gênero, o que não corresponde de forma alguma a uma total superação das concepções essencialistas e tradicionais de divisão baseada no sexo. Assim, aparecem relacionados ao feminino conteúdos que envolvem maternidade, sensibilidade, emotividade, delicadeza, fragilidade, entre outros, e aos homens, elementos como força, liderança, virilidade, agressividade e responsabilidade. Também foram explicitadas diferenças em relação às violências e desigualdades sofridas por mulheres e por homens, uma vez que em relação às mulheres as desvantagens/violências foram relacionadas mais a questão do corpo (assédio, violação) e da desigualdade no espaço público do trabalho (desconfiança, preconceito e desigualdade salarial), ao passo que para os homens, as desvantagens foram mais associadas aos estereótipos de masculinidade (homem não chora, tem que ser forte, entre outros).

Os resultados também possibilitaram o alcance das apropriações e controvérsias que giram em torno da temática de gênero entre cristãos. Sobre as práticas institucionais, ficou claro que, atualmente, há um espaço maior para atuação das mulheres nos contextos religiosos – há avanços! – mas que tais ampliações não significam relações equânimes nesse contexto, dado que as mulheres atuam, ocupam cargos de liderança, algumas vezes até mesmo são a maior liderança na comunidade local, mas os homens permanecem sendo os detentores de poder e considerados/tratados como autoridade (moral e religiosa). Sobre as “controvérsias” relacionados ao objeto gênero, os resultados destacam as compreensões sobre “ideologia de gênero” e a dimensão midiática do termo que foram

objetivados aqui como a destruição da família, escolher o sexo, destruição dos valores, abominação, monstruosidade, entre outros, e corroboram a noção de “pânico moral” abordado por outros autores (Miguel, 2016; Miskolci, 2018; Teixeira, 2019).

Sobre as RS de feminismo, os resultados apontam que, para a construção do campo representacional, os participantes ancoram suas significações em movimentos sociais, e objetivam o feminismo em elementos imagéticos como aborto, queima de sutiã, desconfiguração da mulher, destruição da família, entre outros. Além disso fica explícito que as religiões, de maneira geral, foram impactadas pelos efeitos do feminismo, o que aparece através de ampliação dos espaços concedidos as mulheres e do relativo protagonismo das mulheres nos contextos eclesiais. Entretanto, fica claro também que o feminismo em geral não é discutido no meio religioso, aparecendo muito mais através de contextos informais, para grupos que tenham esse interesse.

É importante ressaltar também que a análise realizada pelo software IRaMuTeQ possibilitou perceber que os subgrupamentos constituídos não apenas formaram categorias semânticas, mas também destacaram marcas da atividade representacional (L. Souza et al., 2015). Dessa forma, foi proposto como hipótese explicativa que essa diferenciação aconteceu em razão do discurso dos participantes acerca dos objetos de estudo em análise recorrem simultaneamente aos dois sistemas de pensamento propostos por Moscovici. Assim, essa atividade nos campos representacionais que se caracteriza pela atuação e coexistência de diferentes sistemas de pensamento/conhecimento no mesmo grupo/sujeito – o “estado de polifasia cognitiva” – foi apontado nesta pesquisa como uma realidade, corroborando outras pesquisas recentes (Jovchelovitch, 2008, 2011; Nascimento & Roazzi, 2007; L. Souza et al., 2015). Com base nesse conceito, chegou-se a compreensão de que as RS de gênero e de feminismo para essas lideranças podem ser sintetizadas na ideia, no caso do gênero, de: *coexistência entre avanços e resistências*, no

plano cotidiano, e entre igualdades e diferenças, nos textos sagrados, e do feminismo de: movimento social contemporâneo que visa transformações (positivas e negativas) na sociedade em relação a gênero, mas que já se fazia presente enquanto valor nos textos bíblicos escritos a milhares de anos.

Julga-se conveniente ressaltar que esta pesquisa se restringiu a algumas denominações/variações de religiões cristãs, dentre as muitas existentes no Brasil. Os grupos religiosos cristãos no Brasil são múltiplos e diversificados, e não foi possível alcançar todas essas diferenças nesta pesquisa. Além disso, conforme relatado no método, algumas lideranças não aceitaram participar da pesquisa por uma declarada insegurança e desconforto a respeito dos temas gênero e feminismo. Tal fato precisa ser considerado na medida em que os participantes desta pesquisa, em geral, podem ter mais afinidade e facilidade para abordar o tema, e os resultados poderiam ser diferentes com outros participantes. Outros estudos considerando essa diversidade religiosa poderiam ser realizados para verificar se os resultados seguiriam a tendência dos achados da presente investigação ou trariam dados novos.

Por fim destaca-se a importância da realização de mais pesquisas que relacionem as temáticas de gênero, feminismo, grupos religiosos e RS, haja vista que ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. O presente relato se encerra com a convicção de que trouxe contribuições para a compreensão de como os papéis sociais de gênero e a temática de feminismo tem sido entendidas por religiosos cristãos, e em alguma medida, trouxe pistas sobre como tais questões são entendidas na atual conjuntura da sociedade brasileira.

Articulando os Estudos: Discussão Geral e Considerações Finais

“A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”. (Scott, 2005, p.15).

A presente dissertação de mestrado teve como objetivo geral investigar RS de gênero e de feminismo para cristãos de diferentes denominações religiosas, residentes na região da Grande Vitória, Espírito Santo. Para atingir tal objetivo foram conduzidos dois estudos, propostos como complementares: o Estudo 1 em que, de maneira geral, buscou se identificar conteúdos de RS de gênero para religiosos cristãos praticantes, católicos e evangélicos (de diversas denominações); e o Estudo 2 que, em linhas gerais, teve como objetivo identificar e compreender as RS de gênero e de feminismo (levando em consideração como se dá a produção das mesmas) para lideranças cristãs católicas e evangélicas (de diversas denominações). A tentativa nesse capítulo é mostrar pontos de articulação entre as investigações empreendidas.

Analisando o conjunto de dados resultantes dos estudos desenvolvidos evidenciam-se alguns avanços e algumas permanências no que se refere às significações e vivências acerca dos papéis sociais de gênero. Assim, a discussão geral será orientada pela ideia contida no trecho de entrevista de umas das participantes desta pesquisa, compondo dois eixos principais: 1) “*A tendência é abrir caminhos...*”, mas 2) “*Ainda há resistências*”.

O primeiro eixo (A tendência é abrir caminhos) aborda os avanços em relação as discussões que envolvem gênero e feminismo entre religiosos cristãos. Scavone (2008) aponta que, nas últimas décadas, a difusão das ideias feministas vem abrindo caminhos para pensar em transformações sociais sobre as relações de gênero, inclusive no campo

religioso, que, mesmo que historicamente tenha se posicionado contra a essas ideias, não ficou imune aos efeitos das mesmas. Em ambos os estudos da pesquisa em tela foram identificados conteúdos que apontam para algumas mudanças relacionadas a temática de gênero nos contextos religiosos, mesmo sendo muitas dessas mudanças ainda bastante recentes e em fase de consolidação. No Estudo 1, por exemplo, os resultados possibilitam explicitar algumas ‘flexibilizações’ do lugar de homens e mulheres no ambiente familiar, especialmente sobre a desobrigação das mulheres de terem filhos e sobre a maior participação dos homens no cuidado da casa e dos filhos. Além disso, também evidenciou-se uma maior defesa e aceitação da participação das mulheres na esfera pública, com aprovação de assumirem lugares de liderança no mercado de trabalho. No Estudo 2, por sua vez, os achados indicam que o espaço ocupado por mulheres no meio eclesiástico vem sendo ampliado ao longo dos últimos anos. Chantal (2019) aponta que nas pesquisas que têm sido realizadas sobre as relações de gênero e a religião é possível verificar novas possibilidades para a mulher no que diz respeito a vivência religiosa, inclusive sobre a liderança eclesiástica. E. Wolff (2017) observa que no decorrer do tempo:

Graças às lutas promovidas, a mulher vem conseguindo aumentar o seu espaço nas estruturas sociais, abandonando a figura de mera dona de casa e assumindo postos de trabalho, cargos importantes em empresas e estruturas hierárquicas menos submissas. ... Contata-se que a mulher é cada vez mais presente em instâncias de reflexão, planejamento, decisão e execução dos projetos das igrejas; elas contribuem num nível de excelência na reflexão teológica e pastoral; em algumas igrejas as mulheres têm acesso ao ministério ordenado; algumas igrejas têm mulheres como presidentes, moderadoras e administradoras. (pp.188-190)

Destaca-se que, embora o Estudo 1 não tenha abordado o fenômeno do feminismo de forma específica, como acontece no Estudo 2, na medida em que traz o foco para as questões sobre gênero (presentes em ambos estudos), e explicita avanços que parecem vir se dando na sociedade atual em relação ao entendimento do que caracteriza o masculino e o feminino, também contribui para a ampliar a compreensão desse objeto. Logo, os resultados entendidos de forma conjunta sinalizam modos de entendimento em relação aos lugares de gênero que se afastam em alguma medida de concepções tradicionais e foram impulsionados, sem dúvida, pelos movimentos feministas, que buscaram e buscam a desconstrução de estereótipos de gênero e relações mais equânimes entre homens e mulheres.

Não é recente a discussão sobre as renegociações e a busca por ocupações mais igualitárias entre homens e mulheres nos espaços sociais (familiar/profissional/eclesiástico). A partir de meados do século XX as discussões em relação aos papéis de gênero foram sendo ampliadas, e os resultados mais expressivos na sociedade foram aparecendo algumas décadas depois. Pinsky (2016) aponta que “agora, as distâncias entre homens e mulheres estão bem menores do que antes. Como eles, elas estudam, trabalham, viajam, leem jornais, veem TV, têm acesso a informações sobre o país e o mundo, dirigem automóveis” (p. 514). O que foi possível observar nos estudos dessa pesquisa é que há um enfraquecimento no que se refere a certas funções, características e papéis tradicionalmente atribuídos aos gêneros (como a relativa diminuição no papel das mulheres como obrigatoriamente mães, esposas e donas de casa), e o fortalecimento de outras, que não eram vistas como “naturais” (como a maior aproximação do homem ao ambiente privado ou a maior associação da mulher a lugares de poder, mesmo que ainda não no mesmo patamar que os homens em certas esferas, como se observa em algumas religiões).

Rosado-Nunes (2008, p. 74) aponta que a noção que perdurou na Igreja ao longo dos anos “estabeleceu um lugar e um papel social, político e simbólico diferenciado e hierarquizado, hierárquico e masculino”, e também cumpriu a função de orientar a relação entre os sexos, já que não dependia das vontades do indivíduo, e sim de “uma ‘ordem natural’ dada por Deus, fundada na biologia, imutável”. Assim, é importante considerar que no caso do Estudo 2 os participantes evidenciaram as desigualdades de gênero que acometem homens e mulheres cotidianamente, e que esse reconhecimento também pode ser entendido como um avanço, uma vez que, durante muito tempo, especialmente nos contextos religiosos, as desigualdades sempre aconteceram, mas não eram percebidas com o mesmo enfoque que tem recebido atualmente. Não obstante, é válido ressaltar que, considerando que nas religiões, em geral, ainda estão presentes muito dessas concepções tradicionais e do sexismo consolidado, cabe aqui uma reflexão sobre esses avanços identificados corresponderem a uma efetiva realidade de mudanças acerca da temática de gênero nestes contextos, ou seja, se em tais grupos religiosos de fato a tendência tem sido de ‘abertura de caminhos’.

No que diz respeito ao segundo eixo (“Ainda há resistências”), evidenciou-se que os possíveis avanços relacionados a maior igualdade entre os gêneros em diferentes espaços não implicam uma total equidade e eliminação das diferenças, ou seja, há resistências dentro das próprias denominações/religiões em relação a mudanças no que se refere a gênero, e essas se apresentam frente a formas tradicionais/dominantes de compreensão da temática. O fato de que a distância entre homens e mulheres diminuiu não equivale a dizer que agora estão finalmente próximos. Um exemplo disto pode ser verificado nos resultados aqui encontrados que, como algumas outras pesquisas, destacam que a inserção da mulher no espaço público acabou significando, muitas vezes, assumirem uma dupla função: as mulheres trabalham fora, mas não deixam de ser

percebidas (e se perceberem) como responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, como mães e esposas. Resultado semelhante foi encontrado por Coutinho e Menandro (2015, pp. 67-68) na pesquisa com mulheres de duas gerações:

A possibilidade concreta de ter atuação profissional amplia o horizonte feminino, que até então limitava-se ao território da vida privada, mas impõe às mulheres novas exigências para conciliar esses diferentes compromissos, com o que a maior autonomia feminina só tem sido possível com a conjugação de atribuições. A necessidade de conciliar diferentes vertentes de atuação, sobretudo quando está envolvida a maternidade, não é vivida sem dificuldades pelas mulheres na atualidade, ainda que tais dificuldades não sejam encaradas como empecilho pelas participantes mais jovens.

Um outro exemplo nesse sentido é a ampliação das possibilidades de exercício de papéis de liderança na igreja: as mulheres podem desempenhar tais papéis, mas ainda não são vistas como capazes de exercer a maior autoridade, ou seja, precisam estar subordinadas de alguma maneira ao sexo masculino. Além disso, mesmo quando elas exercem a maior autoridade, não tem o mesmo prestígio e valor que os homens (Estudo 2). Chantal (2019, p. 69) observa que “o pastorado feminino é marcado por uma constante busca de lugar na hierarquia eclesial, pois os pastores predominantemente ocuparam esse lugar, superiores às mulheres, o que demonstra a característica patriarcal”. E. Wolff (2017) também ressalta que, assim como na sociedade de maneira geral, o lugar e papel da mulher na maioria das igrejas não se dá no mesmo nível:

A mulher não tem o seu lugar assegurado em determinados espaços eclesiais como membro da comunidade com iguais direitos dos homens. Ela precisa ‘conquistar’ postos e funções nas igrejas, o que se dá a duras penas, tal como as conquistas sociais. (p. 190)

Durante a coleta de dados e também nas conversas ‘informais’ com os participantes, foi possível perceber que a liderança eclesial é vista como algo ‘natural’ para os homens: basta nascer com o sexo masculino e, dessa forma, a vocação e o caminho percorrido são detalhes diante do fato de já serem “naturalmente preparados” para assumirem tais postos. Já para as mulheres, além de terem que ser ‘chamadas’ por Deus para exercer a liderança, a trajetória se dá com inúmeros desafios, e mesmo quando alcançam o espaço, são constantemente colocadas em suspeição e dúvida sobre sua real capacidade para ocuparem aquele lugar.

Nesse mesmo sentido, as resistências também apareceram em relação aos homens poderem ocupar mais a esfera doméstica, já que os participantes identificam a possibilidade do homem ser responsável pelo cuidado dos filhos, mas a ligação afetiva com os filhos é ‘naturalizada’ como função feminina (Estudo 1). Lyra e Medrado (2000) afirmam que “no Brasil, ainda predominam as máximas *o filho é da mãe e o pai abre a carteira*” (p. 145, grifo dos autores). Assim, em concordância com Staudt e Wagner (2008, p. 182), ficam algumas questões:

Como uma sociedade que vem pregando um homem mais sensível e participativo nas relações afetivas oferece condições trabalhistas tão díspares entre homens e mulheres, como no caso da licença-paternidade e nos casos de guarda em situação de divórcio? Sabemos que já houve avanços legais nesse sentido, mas que ainda não dão conta ou não acompanham aquilo que se afirma no discurso. Desse modo, fica a seguinte questão: até que ponto será que a contemporaneidade de alguma forma não mascara a manutenção do tradicional?

Um grifo de nossa parte sobre essas “manutenções do tradicional” que ainda se fazem presentes atualmente se relaciona com algumas situações vivenciadas no Brasil nos últimos meses. A primeira delas é relacionada à pandemia do novo coronavírus (COVID-

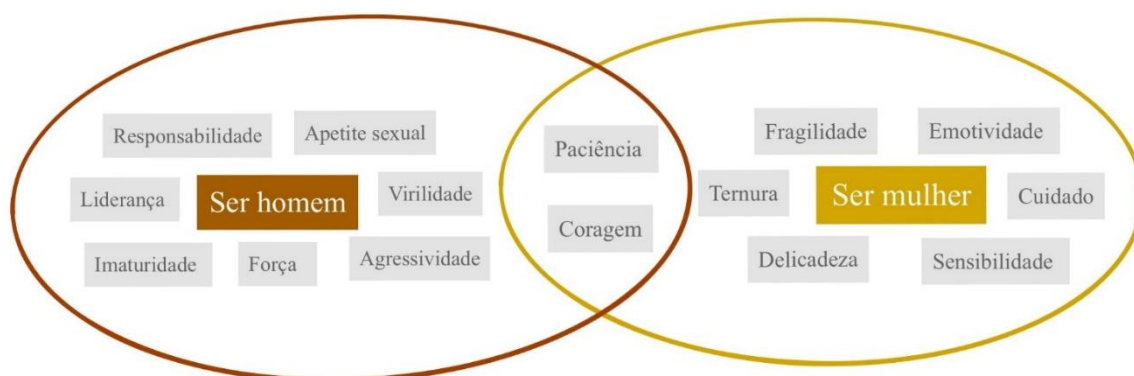
19), que atingiu o mundo de forma mais expressiva a partir do começo de 2020. Tal momento histórico escancarou muitos aspectos das desigualdades de gênero, já que as mulheres são maioria no trabalho de saúde e ficaram ainda mais expostas durante esse momento, e também precisaram se dividir ainda mais entre as atividades profissionais, os trabalhos domésticos e cuidado com filhos, idosos, entre outros, inseridos na rotina da casa (Modelli & Matos, 2020). Além do mais, estudos de levantamento tem apontado o aumento dos índices de violência contra a mulher em todo mundo, já que muitas mulheres ficaram confinadas com seus agressores e distantes de outros convívios sociais (Toledo, 2020). Em relação aos homens um fator que precisa ser considerado é sobre as práticas de cuidado com a saúde serem ainda vistas como sinal de fragilidade, e desse forma, alguns estudos iniciais apontam que menos homens do que mulheres acreditam que serão seriamente afetados pelo coronavírus (COVID-19) e também que os homens se negam mais a utilizar máscaras para evitar o contágio (Capraro & Barcelo, 2020; Sanoja, 2020).

Uma segunda situação que serve como panorama para se pensar nas resistências à mudança no que diz respeito às questões de gênero refere-se ao caso de uma menina de 10 anos de idade que, como não teve garantido o seu direito de realizar a interrupção da gestação decorrente de uma situação de violência (direito constitucional garantido por lei desde 1940 no Brasil; Decreto-lei nº 2848, 1940) no ES, passa por esse procedimento delicado em outro estado do país, o que foi acompanhado de intensas manifestações realizadas por grupos fundamentalistas religiosos que buscavam impedir médico e familiares pautados em uma causa pró vida (G1 PE & G1 ES, 2020). Tal fato evidencia que a violência de gênero se estabelece a partir de uma estrutura social e cultural que é amparada historicamente por instituições sociais que constantemente reafirmam os lugares de homens e mulheres e noções essencialistas sobre as questões de gênero.

Assim, em ambos estudos dessa dissertação ficou claro que a noção “essencialista” e sexista, nem que seja em resquício, permanece demarcando características que são esperadas para o feminino e masculino. Aparecem, então, relacionados a feminilidade conteúdos e atributos que envolvem emotividade, delicadeza, fragilidade, natureza cuidadora, entre outros, e aos homens, de maneira geral, elementos como força, liderança, agressividade e responsabilidade. Como elementos ‘neutros’, ou seja, que podem ser ou foram associados a ambos os gêneros, destaca-se a coragem e paciência. Tais atributos, que nesta pesquisa são compreendidos como componentes da RS de gênero, foram reunidos em uma imagem (Figura 8) na tentativa de proporcionar uma síntese dos dois estudos, e também para melhor visualização daquilo que os participantes entendem como próprios do ser homem e do ser mulher. É interessante notar que, entre as resistências que impedem mudanças e mantem a associação de uma suposta natureza ao feminino e ao masculino também se evidenciam significações em relação ao movimento feminista como aquele que busca “desconfigurar”/descaracterizar o que é “natural” ao propor uma quebra ou desconstrução da norma.

Figura 8

Ser homem X Ser mulher

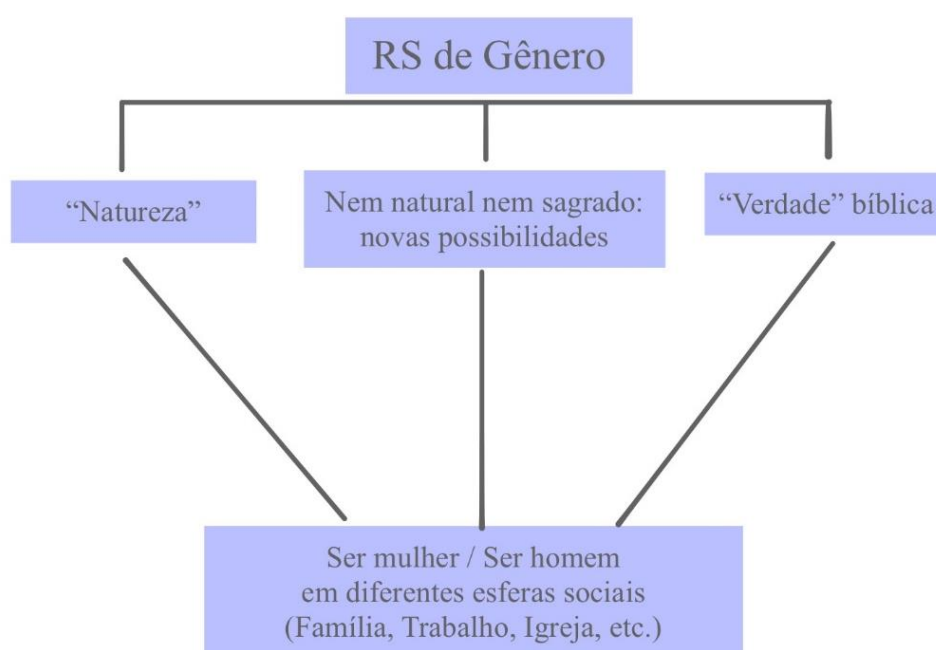


As RS são um conhecimento produzido no cotidiano das relações sociais acerca de assuntos que as pessoas se posicionam, debatem, conversam, discordam, concordam e

agem. Tal conhecimento parte da comunicação nas interações sociais, e é afetado pelas condições sócio-históricas, pela posição dos indivíduos e pela função que exercem em seus contextos (Coutinho, 2008). Sendo assim, os resultados dos estudos auxiliam na compreensão das RS de gênero para cristãos, que podem, de alguma forma, ser resumidas na Figura 9.

Figura 9

RS de Gênero



A maneira como os religiosos cristãos que participaram desta pesquisa compreendem e se posicionam frente ao que é ser mulher e ser homem em diferentes ambientes (públicos ou privados) é orientada pela noção de "natureza" e pela "verdade" bíblica. O componente "Nem natural nem sagrado: novas possibilidades" exemplifica o que estamos denominando de avanços e "abrir de caminhos" nessa discussão, ou seja, aquilo que está tentando "fugir da rega". No Estudo 1, um exemplo dessas relações expostas acima se dá com a ideia de a mulher ser associada ao espaço da casa e ao cuidado

dos filhos: mesmo que os participantes algumas vezes tenham expresso que estas noções mais tradicionais tenham sido “superadas” (“novas possibilidades”), os resultados também apontam que a maioria dos participantes concorda que as mulheres são ajudadoras e auxiliadoras (“verdades” bíblicas) e com a concepção de que as mulheres são naturalmente cuidadoras (“natureza”), o que parece justificar essa noção do sexo feminino como cuidador e mantenedor do outro. No Estudo 2, ficou ainda mais claro essas coexistências nas RS de gênero na medida em que discutiu-se a dimensão da polifasia cognitiva nos resultados, e foi possível perceber, nas RS de gênero das lideranças cristãs, o acesso a conteúdos de diferentes sistemas de pensamento/conhecimento (consensual e reificado), e ancoragens tanto em aspectos socioculturais quanto em escritos bíblicos e doutrinários.

Jovchelovitch (2011) destaca que “a diversidade de situações e experiências culturais que encontramos requer esforços adaptativos e uma plasticidade crescente de nossos saberes e motivações. Por isso o modo como representamos o mundo é múltiplo.” (p.11). Assim, foi possível perceber que, para falar de gênero, os participantes fazem uso de diferentes sistemas de conhecimento, não por um desequilíbrio, ou porque um conhecimento é superior ao outro, e sim para eleger o domínio de eficiência, levando em consideração cada situação e experiência, compreendendo que o conhecimento do universo consensual e do universo reificado dialogam, interagem, e produzem maneiras de sintetizar o que se significa (as RS). C. P. Santos (2015, p. 11) afirma que ambos os pensamentos (científicos e do senso comum) “coexistem e tem singular importância na elaboração das representações sociais”. Jodelet (2009b, p. 220) aponta que:

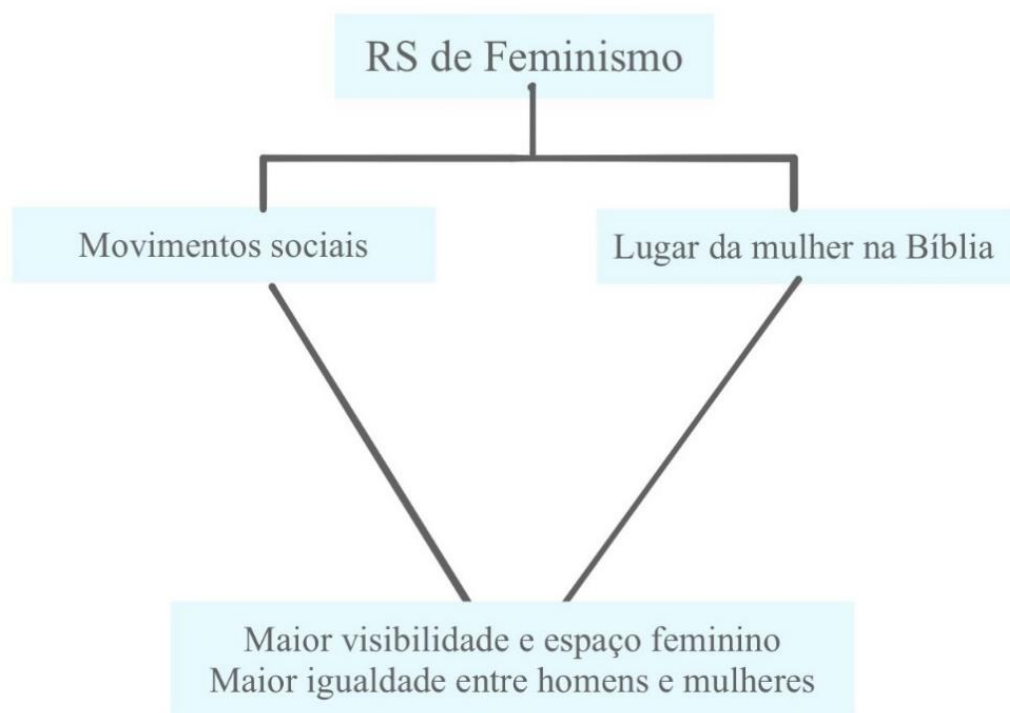
Na formulação original, a polifasia cognitiva se aplica a um pluralismo horizontal na medida em que corresponde ao encontro entre modos de pensamento que coexistem em um mesmo período de tempo e em um mesmo espaço, em razão da

diversidade social dos sistemas de acolhimento da novidade. Disso resulta que a abordagem das RS é particularmente adaptada a apreensão da fisionomia contemporânea da religião.

Em relação ao feminismo, também se ratificou a hipótese de polifasia cognitiva, na medida em que, para explicar o fenômeno os participantes fazem uso dos dois sistemas de conhecimento propostos por Moscovici. Foi percebido com clareza que os participantes ancoram suas significações do feminismo em movimentos sociais e no lugar da mulher na bíblia, conforme pode ser visualizado de maneira sintetizada na figura abaixo (Figura 10):

Figura 10

RS de Feminismo



É possível perceber que os participantes compreendem que os avanços e permanências relacionadas as questões de gênero se relacionam direta ou indiretamente

com os movimentos feministas. O feminismo foi significado, aqui, como um movimento que busca dar maior visibilidade as mulheres e almeja relações mais igualitárias entre os gêneros, desconstruindo uma divisão enrijecida pautada no sexismo ao longo da história; também foi compreendido como estando presente, mesmo que seja ao nível de ideias precursoras, em textos bíblicos, que conferiam a mulher um lugar diferenciado em relação ao contexto da época. Sobre as mudanças impulsionadas pelos movimentos (maior visibilidade e espaço feminino; maior igualdade entre homens e mulheres) os participantes se posicionam de maneira positiva ou negativa dependendo do efeito provocado, ou seja: demonstram ser a favor de ocupações mais “democráticas” de homens e mulheres em todos os ambientes sociais (família, igreja, trabalho, etc.), mas resistem à ideia de uma igualdade ‘completa’, apresentando inclusive imagens estereotipadas sobre essa igualdade, o que aponta mais uma vez para a dialética entre avanços e resistências envolvendo a temática de gênero.

Em síntese, analisando o conjunto de dados resultantes dos estudos desenvolvidos nesta pesquisa é possível observar que, apesar dos avanços, das transformações vivenciadas na sociedade ao longo das últimas décadas, e dos esforços que foram potencializados pelos movimentos feministas na busca pela desconstrução dos papéis sociais de gênero cristalizados e por relações mais equânimes entre homens e mulheres, ainda se evidenciam RS de gênero constituídas também por elementos baseados em aspectos biológicos/naturais. Assim, os resultados obtidos nesta pesquisa corroboram outros estudos que vem pesquisando os fenômenos de gênero e de feminismo atualmente.

Ao final desse relato de pesquisa algumas considerações precisam ser feitas. A primeira delas é que o presente estudo possibilitou alcançar aquilo que foi apontado por Jodelet (2009b, p. 221): o quanto o estudo do religioso pode contribuir “para enriquecer os conhecimentos no campo de estudo das RS, particularmente graças à articulação que

ela permite estabelecer entre as dimensões afetivas, cognitivas, experienciais e práticas em sujeitos que se afirmam em uma pertença social”. Assim, mais do que salientar a importância da religião no contexto da sociedade, esse trabalho destacou as interações sociais que acontecem dentro dos grupos religiosos e outros grupos de referências dos participantes, levando em consideração qual significação e sentido esses indivíduos/grupos tem dado, partilhado, produzido, transformado e/ou mantido sobre as temáticas de gênero e de feminismo.

Acerca das limitações desse estudo, como já foi apontado, é preciso considerar a diversidade de religiões cristãs no Brasil. Foi um processo prazeroso dedicar esses meses de estudo aos religiosos cristãos, prazer esse que não diminuiu o desafio de tal empreitada. Assim, concorda-se com Jodelet (2009b, p. 203) que “o campo religioso é tão diverso em seus objetos, suas formas, suas abordagens que se tem a impressão de se estar não diante de um campo de investigações, mas diante de um arquipélago de continentes”. Apesar da escolha pelo cristianismo visando garantir alguma homogeneidade grupal para as investigações aqui postas, no que diz respeito ao contexto brasileiro, o grupo denominado de cristãos comprovou-se como um verdadeiro “arquipélago de continentes”, para utilizar a expressão de Jodelet. Assim, é preciso ressaltar que não foi possível alcançar todas as diferenças (ou “continentes”) internas ao cristianismo nesta pesquisa (nem houve tal pretensão, neste caso), e nem mesmo se conseguiu equilibrar o número de participantes de cada umas das denominações acessadas, o que um pouco de esforço pode ser contornado. Fica a sugestão para que outros trabalhos que se dediquem a relacionar gênero, TRS e grupos religiosos se atentem a tais limitações e possam ultrapassá-las.

Outra questão que se afigura como pertinente de análise em futuras pesquisas refere-se as diferenças geracionais dentro dos grupos religiosos uma vez que alguns resultados apontam uma transição nas compreensões de gênero entre as diferentes faixas

de idade (Estudo 1), e para uma associação de noções mais conservadoras as pessoas mais velhas e de noções mais “avançadas” as pessoas mais novas (Estudo 2).

Espera-se que os resultados aqui alcançados tragam contribuições para a compreensão de como os papéis sociais de gênero e a temática de feminismo tem sido entendidas por religiosos cristãos, e também auxiliem na construção de estratégias para transformações sociais mais profundas, que visem modificar/desconstruir as estruturas que vem constantemente (re)afirmando um lugar específico para homens e mulheres, sustentado pelo sexismo e patriarcalismo, e que é base para preconceito, opressão e violência.

Referências

- Abric, J. (2005). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J.-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80). Toulouse, ERES. <https://dx.doi.org/10.3917/eres.abric.2003.01.0059>.
- Almeida A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2014). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In A. M. de O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 101-122). TechnoPolitik.
- Almeida, A. M. O, Santos, M. F. S. e Trindade, Z. A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000300005&lng=pt&tlng=pt
- Almeida, A. M. O., & Santos, M. F. S., (2011). A Teoria das Representações Sociais. In C. V. Torres & E. R. Neiva, (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e Vertentes* (pp. 287-295). Artmed.
- Alves, J. E., Cavenaghi, S., Barros, L. F., & Carvalho, A. A. (2017). Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. *Tempo Social*, 29(2), 215-242. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180>
- Alves, M. P., Amâncio, L., & Alferes, V. R. (2008). Género e representações sociais: duplo-padrão sexual em função da religião e da posição política. *Psicologia*, 22(2), 139-160. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492008000200009&lng=pt&tlng=pt
- Alves-Mazzotti, A. J. (1994). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. *Em Aberto*, 14(61), 60-78.

- Amâncio, L. (2001). O gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, XV, 9-26. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v15n1/v15n1a01.pdf>
- Amorim, L. T. (2011). *Gênero: uma construção do movimento feminista?* [Trabalho completo]. II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, Paraná.
- Antunes, C. V., Carvalho Neto, A., Souza, C. P. L., & Santos, C. M. M. (2018). O que eles pensam sobre elas? Representações sociais da mulher executiva. *Revista Alcance*, 25(3), 349-365.
- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41-52. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200004>
- Arruda, A. (2002). Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127-147. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>
- Banchs, M. A. (2004) Alternativas de apropiación teórica: abordaje procesual y estructural de las representaciones sociales. *Educação & Cultura Contemporânea*, 1(2), 39-60.
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000100012>
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2012). Ser mulher hoje: A visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia e Sociedade*, 24(3), 577-587. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300011>
- Bertho, M. A. C. (2020). *A influência das relações de gênero na divisão de tarefas familiares e na violência entre parceiros íntimos* [Dissertação de Mestrado,

- Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12895>
- Bezerra, B. G. (2015). Discurso religioso e tradução: uma análise crítica da tradução de termos relativos ao sacerdócio. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 15(1), 237-259. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-639820155742>
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, 225(1), 70-88. <https://dx.doi.org/10.3917/dio.225.0070>.
- Binoti, J. J. (2017). *Catolicismo atual: A teologia da Libertação e a linha pastoral do Papa Francisco* [Dissertação de Mestrado, Faculdade Unida de Vitória]. BDTD Faculdade Unida de Vitória.
<http://bdtd.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/handle/prefix/30>
- Biroli, F. (2010). Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 45-69.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: dominações cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20(2), 27-55.
- Bonetti A., Fontoura N., & Marins, E. (2009). Sujeito de direitos? Cidadania feminina nos vinte anos da constituição cidadã. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Org.), *Políticas Sociais: acompanhamento e análise* (pp. 199-257). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4136>
- Bonfim, Z. Á. C., & Almeida, S. F. C. de (1992). Representação social. Conceituação, dimensão e funções. *Revista de Psicologia*, 9/10(1/2), 75-89.
- Brabo, T. S. A. M., & Oriani, V. P. (2013). Relações de gênero na escola: feminilidade e masculinidade na Educação Infantil. *Educação Unisinos*, 17(2), 145-154.

- Brandão, A. A. P., & Jorge, A. L. (2019). A recente fragmentação do campo religioso no Brasil: em busca de explicações. *Revista de Estudios Sociales*, 69, 79-90.
<https://journals.openedition.org/revestudsoc/46128#quotation>
- Brito, A. M. M., & Camargo, B. V. (2011). Representações sociais, crenças e comportamentos de saúde: um estudo comparativo entre homens e mulheres. *Temas em Psicologia*, 19(1), 283-303.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100023&lng=pt&tlng=pt
- Bruel dos Santos, T. C., Scarparo, H. B. K., Calvo Hernandez, A. R., Herranz, J. S., & Blanco, A. (2013). Estudio psicosocial sobre las representaciones sociales de género. A Psychosocial Study about the Social Representations of Gender. *Diversitas: Perspectivas em Psicología*, 9(2), 243-255.
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-99982013000200002&lnemen&tlng=es
- Cacciari, M. B. (2017). *Trajetória de vida e representações sociais de família em homens alcoolistas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo].
<http://psicologia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGP/detalhes-da-tese?id=9602>
- Camargo, B. V. (2005). Alceste: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). Editora da Universidade Federal da Paraíba.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
<https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

- Campos, L. S. (2011). Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. *Horizonte*, 9(22), 504 - 533.
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n22p504/2909>
- Campos, P. H. F. (2003). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In P.H.F. Campos & M.C. da S. Loureiro (Orgs.), *Representações sociais e práticas educativas* (pp. 21-36). UCG.
- Cannone, L. A. R. (2020). Representação de mulheres no sistema Conselhos de Psicologia. In Denega, A. M. O., Andrade, S. V. A. & Santos, H. M. (Orgs.), *Gênero na psicologia: transversalidades* (pp. 19-30). Conselho Regional de Psicologia da Bahia - 3ª Região.
- Capraro, V., & Barcelo, H. (2020, Maio). The effect of messaging and gender on intentions to wear a face covering to slow down COVID-19 transmission.
<https://doi.org/10.31234/osf.io/tg7vz>
- Cardoso, C. (2012). O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível / The use, in history, of the notion of social representations as developed in social psychology: a choice of methodology. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 40-52.
<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3244>
- Carvalho, M., & Porchat, P. (2018). Repensando a atribuição de papéis na divisão do trabalho doméstico a partir das conjugalidades LGBT. *Travessias*, 12(4), 178-190.
<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20976/13711>
- Chantal, G. R. da S. (2019). Eis que vos digo: essas são as novas líderes eclesiais, mulheres pastoras que fundam as suas igrejas por meio do chamado de Deus. *Pista: Periódico Interdisciplinar*, 1(2), 61-72.

- Collares-da-Rocha, J. C. C., & Souza, E. A. de, Fº. (2014). Representação social do pecado segundo grupos religiosos. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 235-244.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100025>
- Conselho Nacional de Saúde [CNS]. (2012). *Resolução nº 466/2012*.
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Convenção Batista Nacional. (n.d.). Quem somos.
<https://www.cbn.org.br/institucional/quem-somos>
- Costa, M. C., Lopes, M. J. M., & Soares, J. F. (2015). Violência contra mulheres rural: gênero e ações de saúde. *Escola Anna Nery*, 19(1), 162-168.
<https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150022>
- Costa, V., & Fernandes, C. S. (2012). O que pensam os adolescentes sobre o amor e o sexo? Um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 391-401. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200017>
- Coutinho, S. M. S. (2008). *“A dona de tudo”: O que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo].
http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_2469_.pdf
- Coutinho, S. M. S., & Menandro, P. R. M (2015). Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: Um estudo intergeracional. *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 52-71.
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/13538/12962>
- Cravo, F. A. M., & Trindade, E. (2016). “Amarás o Teu Próximo Como a Ti Mesmo”: as representações sociais da homossexualidade masculina por religiosos. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 1(1), 20-33.

- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2a. ed.). Artmed.
- Cruz, S. T. M. da, Espíndula, D. H. P., & Trindade, Z. A. (2017). Violência de gênero e seus autores: Representações dos profissionais de saúde. *Psico-USF*, 22(3), 555-567. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220314>
- Damé, L. (2018, Outubro 18). Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. *Agência Brasil*. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>
- D'Amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em Psicologia*, 5(3), 121-134. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300010&lng=pt&tlng=pt
- Decreto-lei nº 2848. Brasil. (1940). Código penal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm
- Diógenes, J. (2018, Outubro 18). Brasileiro é o 2º no mundo com mais medo de andar sozinho na rua à noite, diz estudo da FGV. *Estadão*. <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiro-e-o-2-no-mundo-com-mais-medo-de-andar-sozinho-na-rua-a-noite-diz-estudo-da-fgv,70002552837>
- DiP, A., Dolce, J., & Maciel, A. (2019, Maio 25). Obediência, submissão e virtude: o que se espera da mulher evangélica. *Exame*. <https://exame.com/brasil/obediencia-e-submissao-o-que-se-espera-das-mulheres-evangelicas-no-brasil/>
- Domingues, P., Gomes, A., & de Oliveira, D. (2016). Representações sociais de homens sobre o ser homem e suas implicações para o HIV/AIDS [Men's social representations of being a man and their implications for HIV/AIDS]. *Revista*

Enfermagem UERJ, 24(6), Artigo e8779.
doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2016.8779>

- Dornelas, P. M. (2019). *As noções de masculino e feminino: concepções ideológicas e papéis de gênero* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24759>
- Dornelles, P. G., & Pocahy, F. A. (2014). "Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!" Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais. *Educar em Revista*, (spe-1), 117-133. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36544>
- Farias, M. N. (2011). *Feminismo e religião: as representações sobre o feminismo na revista servas do senhor (1960-2000)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados]. <https://www.ppghufgd.com/academico/banco-de-teses-e-dissertacoes/>
- Feitosa, J. R. T., Silva, M. G. S. N., & Silva, A. A. (2011). As comunidades eclesiais de base e a renovação carismática católica: dinâmica territorial na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, Rolim de Moura-RO. *Revista Pesquisa & Criação - Volume 10*(1), 67-82.
- Félix, L., Andrade, D., Correia, C., Ribeiro, F., & Santos, M. F. (2016). O conceito de sistemas de representações sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica. *Psicologia e Saber Social*, 5(2), 198-217.
- Ferreira, D. N. de A., & Schwartz, C. M. (2013). A religião católica na história da educação capixaba do século XIX: uma análise do regimento das escolas de Primeiras Letras de 1871. *Revista Ágora*, [S. l.]18. <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/7085>

- Fonseca, A. D., & Farias, M. N (2010). Relações de gênero e cultura religiosa: um estudo comparado sobre a atuação feminina na Igreja Evangélica Luterana do Brasil e Assembléia de Deus. *Revista de História Comparada*, 4(1), 6-41.
- Freston, P. (1993). *Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório Institucional Unicamp.
<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>
- G1 PE, & G1 ES. (2020, Agosto, 17). Menina de 10 anos estuprada pelo tio no Espírito Santo tem gravidez interrompida. *G1*.
<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/17/menina-de-10-anos-estuprada-pelo-tio-no-es-tem-gravidez-interrompida.ghtml>
- G1. (2018, Novembro 27). Maioria na Câmara se declara católica; número de evangélicos cresce. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/maioria-na-camara-se-declara-catolica-numero-de-evangelicos-cresce.ghtml>
- G1. (2020, Julho 20). Cantora gospel Cassiane muda clipe com cenas de violência doméstica após críticas: 'Houve uma falha'. <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2020/07/20/cantora-gospel-cassiane-muda-clipe-com-cenas-de-violencia-domestica-apos-criticas-houve-uma-falha.ghtml>
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2013) Gênero. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 643-698). Technopolitik.
- Ghesti-Galvão, I. (2010). Gênero e mídia: tecnologia de produção de subjetividade. In A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Technopolitik

- Gianordoli-Nascimento, I. F., Oliveira, F. da C., Cruz, J. P. D. da, Freitas, J. C. de, Barbosa, D. dos R., Santos, T. L. A. dos, & Mendes, B. G. (2015). Representações sociais de “ser mulher militante”. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 28, 110-131. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6460>
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>
- Gomes, A. M. A. (2004). As representações sociais e o estudo do fenômeno do campo religioso. *Ciências da Religião – História e Sociedade*, 2(2), 53-60.
- Gonçalves, A. M. (2016). *Sinais de escolarização e as repercussões nos projetos de vida: representações sociais de universitários surdos* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará]. Repositório UFPA. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8425>
- Günther, H. (2003). *Como elaborar um questionário*. (Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n. 1). UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.
- Gussi, M. (2008). *Representação social de ministros religiosos cristãos sobre a doença mental* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional UnB. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3672>
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Hörlle, K. R., Brunnet, A. E., Terra, A. P., Pizzinato, A., & Baldo, D. (2010, Agosto 9-12). *Relações de gênero e religião: os papéis designados à mulher* [Trabalho em Anais]. XI Salão de Iniciação Científica da PUCRS, Porto Alegre.

http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Humanas/Psicologia/84232-KYNDZERODRIGUESHORLLE.pdf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Censo Demográfico 2010. Metodologia do Censo Demográfico 2010* (Série Relatórios Metodológicos, v. 41). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>

Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. (n.d.). *Sobre a IPU*. http://ipu.org.br/?page_id=13

Izel, A. (2019, Setembro 17). A solidão das mulheres. *Correio Braziliense*. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2019/09/17/internas_opiniao,782795/artigo-a-solidao-das-mulheres.shtml

Jodelet, D. (1989). Representations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Org.), *Les representations sociales* (pp. Xx-xx). Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (2009a). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 679-712. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300004>

Jodelet, D. (2009b). Contribuição do estudo das representações sociais para uma psicossociologia do campo religioso. In: Almeida, A. Jodelet, D. (orgs.) *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus, pp. 203-224.

Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia social, sabre, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 20-31. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200004>

Jovchelovitch, S. (2008) The Rehabilitation of Common Sense: Social representations, knowledge and cognitive polyphasia. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(4), 431-448.

Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da Razão em Psicanálise, sua imagem e seu público. In A.

- M. de O. Almeida & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais - 50 anos* (pp. 159-176). TechnoPolitik.
- Karawejczyk, M. (2013) *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. LUME - Repositório Digital da UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/72742>
- Lemos, F. (2011). A representação social da masculinidade na religiosidade contemporânea. *Revista da Graduação em Ciências das Religiões-UFPB*, 1(1). <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/view/10736> (Reimpresso de “A representação social da masculinidade na religiosidade contemporânea”, 2008, Revista Netmal in Revista).
- Lemos, F. (2013) Entrevista com Joan Scott. *Mandrágora*, 19(19), 161-164. <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p161-164>
- Lima, A. M. (2017). *As famílias de alunos de escola pública nas representações sociais de professoras da Rede Municipal de Ensino do Recife: uma construção atravessada por relações de poder* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Attena - Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25636>
- Lima, Q. Q. (2011). *Gênero e Poder: O pastorado feminino na Igreja Batista* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4170>
- Lôbo, G. A., & Lôbo, J. T. (2015). Gênero, machismo e violência conjugal: um estudo acerca do perfil societário e cultural dos agressores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Revista Direito & Dialogicidade*, 6(1), 45-56. <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/962>

- Lobo, R. F., & Werneck, M. M. F. (2018). A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. *Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU*, 11(1).
<https://doi.org/10.32813/rchv11n12018artigo1>
- Lyra, J. & Medrado, B. (2000). Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. *Estudos feministas*, 8, 145-158.
- Machado, L. B., & Monteiro, L. O. F. (2016). Educação infantil: o consensual nas representações sociais de pais e mães de crianças. *Roteiro*, 41(2), 337-354.
<https://doi.org/10.18593/r.v41i2.9442>
- Machado, L. Z. (2002). Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das delegacias da mulher. *Série Antropologia*, (319).
<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie319empdf.pdf>.
- Madanços, S. I. S. (2018). “O azul é cor de meninos e o cor-de-rosa é cor de meninas”: a igualdade de género em idades pré-escolares [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].
https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=276522
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade, e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. In A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Technopolitik.
- Margulies, S. (2009) Entre a cruz e a estrela. In H. Lewin (Coord.), *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações* [online] (pp. 554-566). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Mariano, R. (2011). “Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço”. *Perspectiva Teológica*, 119, 11-36.
<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1028>

- Mariano, R. (2013). Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, 14(24), 119-137.
<https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/43696/27488>
- Martins, M. G. dos S., & Guedes, M. de C. (2019). Feminismo e religião: uma análise das feministas evangélicas na rede social. *Sinais*, 2(23), 58-77.
<https://doi.org/10.25067/s.v2i23.24049>
- Martins, M. M. (2019). *Masculinidades no reino de Deus: corpo, gênero e Representações Sociais de homem entre frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/30222>
- Matos, A. S. (2011) *Breve História do Protestantismo no Brasil*. Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM).
- Mello Souza, J. (2017). Feminina e não feminista: a construção mediática do backlash, do consumo e dos pós-feminismos. *Media & Jornalismo*, 17(30), 71-83.
https://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_30_5
- Menin, M. S. S. (2006). Representação social e estereótipo: A zona muda das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 1-26.
- Miguel, L. (2016). Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro / From “Marxist indoctrination” to “gender ideology”: Escola Sem Partido (non-partisan school) and gag laws in Brazilian congress. *Revista Direito e Práxis*, 7(3), 590-621.
<https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>
- Miskolci, R. (2018). Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, (53), Artigo e185302.
<https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>

- Modelli, L., & Matos, T. (2020, Abril 19). Como a pandemia de coronavírus impacta de maneira mais severa a vida das mulheres em todo o mundo. *G1*.
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/como-a-pandemia-de-coronavirus-impacta-de-maneira-mais-severa-a-vida-das-mulheres-em-todo-o-mundo.ghtml>
- Moore, R. A. (2015) *Gênero e violência: vulnerabilidade masculina*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.
<http://dx.doi.org/10.26512/2015.03.D.18126>
- Moreira, V. (2012). Hegemonia, pertencimento e dramas sociais numa paróquia do subúrbio do rio de janeiro: um caso em estudo. *Intratextos*, 3(1), 35-53.
<https://doi.org/10.12957/intratextos.2012.3133>
- Morera, J. A. C., & Padilha, M. I. (2017). Representações sociais do sexo e gênero entre as pessoas trans. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(6), 1235-1243.
<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0581>
- Morera, J. A. C., Padilha, M. I., Silva, D. G. V., & Sapag, J. (2015). Theoretical and methodological aspects of social representations. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 24(4), 1157-1165. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-0707201500003440014>
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Vozes.
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Vozes.
- Musskopf, A. S. (2014). Coisas do Gênero. In A. M. Castro & K. L. de Oliveira (Orgs.), *Desigualdade de gênero e as trajetórias latino americana: Reconhecimento, dignidade e esperança* (pp. 19-30). EST.
<http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/819>

- Nader, M. B., & Caminoti J. M. (2014, Julho 28-Agosto 1). *Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica* [Trabalho em Anais]. 16º Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Saberes e Práticas Científicas, Rio de Janeiro.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>
- Nascimento, A. M., & Roazzi, A. (2007). Polifasia cognitiva e a estrutura icônica da representação social da morte. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 499-508.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000300019>
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000200007&lng=pt&tlng=pt
- Nascimento, A. R. A., Gianordoli-Nascimento, I. F., & Trindade, Z. A. (2006). Resistência e mudança: representações de homens e mulheres ideais. In A. M. Oliveira, (Org.), *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: Estudos em representações sociais* (pp. 187-214). Universidade de Brasília.
- Nascimento, A. R. A., Gianordoli-Nascimento, I. F., & Trindade, Z. A. (2008). A representação social do trabalho feminino para homens casados. *Mental*, 6(11), 145-164.
- Oliveira, A., & Enoque, A. (2019a) “O pai é o forte polegar, a mãe é a rainha do lar”: trajetórias femininas no sagrado. *Movimentação*, 6(10), 60-77.
<https://doi.org/10.30612/mvt.v6i10.10588>

- Oliveira, A., & Enoque, A. (2019b) "Religião e gênero: onde emerge o feminismo?" *Norus*, 7(11), 411-436. Jan/Jul/2019.
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17055/10432>
- Oliveira, A., & Enoque, A. (2019c). Gênero e neopentecostalismo: um olhar a partir do projeto Godllywood. *REVER - Revista de Estudos da Religião*, 19(3), 201-217.
<https://doi.org/10.23925/1677-1222.2019vol19i3a12>
- Oliveira, A., & Enoque, A. (2020). Gênero e religião: um olhar sobre a pesquisa atual. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, 22, Artigo e020005.
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13321>
- Oliveira, K. L. (2014). Gênero e religião: trajetórias e resistências da teologia feminista. In A. M. Castro & K. L. de Oliveira (Orgs.), *Desigualdade de gênero e as trajetórias latino americanas: Reconhecimento, dignidade e esperança* (pp. 31-46). EST. <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/819>
- Oliveira, L., Jesus, D., Arruda, M., da Cunha, M., & Araújo, R. (2010). Estereótipos de gênero em adolescentes: uma análise da influência escolar sobre a formação, manutenção e mudanças dos estereótipos. *Interação em Psicologia*, 14(2).
<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v14i2.7829>
- Oro, A. P. (2011). Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil. *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 9(22), 383-395.
- Parada, C. S. (2017). *Representações Sociais de gênero na violência contra a mulher*. Cramma.
- Paranhos, R., Figueiredo, D. B., Fº, Rocha, E. C., Silva, J. A., Jr., & Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, 18(42), 384-411.
<https://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004221>

- Pilati, R., & Porto, J. B. (2008). Apostila para tratamento de dados via SPSS. *Rede Social e Acadêmica da Universidade de São Paulo*.
https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4637/apostila_SPSS_Porto_.pdf.
- Pinsky, C. B. (2016). Imagens e Representações: a era dos modelos flexíveis. In C. B. Pinsky & J. M. Pedro (Orgs.), *Nova história das mulheres* (pp. 513-543). Contexto.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Prado, A. E. F. G., & Azevedo, H. H. O. (2011). A Teoria das Representações sociais: revisitando conceitos e sugerindo caminhos [Trabalho em Anais]. I Seminário Internacional de Representações Sociais – SIRSSE, Pontifica Universidade Católica do Paraná. https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5963_2978.pdf
- Queiroz, C. S., & Bernardino, A. V. S. (2014). Mulheres e a igualdade de gênero no Século XXI: Realidade ou mera utopia? *Revista Mosaico*, 5(2), 11-14.
- Renedo, A., & Jovchelovitch, S. (2007). Conhecimento especializado, polifasia cognitiva e saúde: um estudo sobre as representações sociais da falta de moradia entre profissionais que trabalham no setor voluntário em Londres. *Journal of Health Psychology*, 12(5), 779–790. <https://doi.org/10.1177/1359105307080611>
- Rêses, E. da S. (2003). Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais. *Sociedade e cultura*, 6(2), 189–199.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia*, 12(1), 02-17.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100002&lng=pt&tlng=pt

- Rodrigues, S. E. C. (2014). *A dimensão afetiva nas representações sociais de docentes da pós graduação em educação* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional da UFPA. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6276>
- Rodrigues, V. P., Machado, J. C., Santos, W. S., Santos, M. F. S., & Diniz, N. M. F. (2016). Violência de gênero: representações sociais de familiares. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 25(4), Artigo e2770015. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002770015>
- Rosado-Nunes, M. J. (2005) Gênero e Religião. *Revista de Estudos Feministas*, 13(2), 363-365. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X200500020010/7836>
- Rosado-Nunes, M. J. (2006). Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. *Revista Estudos Feministas*, 14(1), 294-304. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100016>
- Rosado-Nunes, M. J. (2008). Direitos, cidadania das mulheres e religião. *Tempo Social*, 20(2), 67-81. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702008000200004>
- Rosado-Nunes, M. J. (2017) Feminismo, gênero e religião – os desafios de um encontro possível. *Estudos de Religião*, 31(2), 65-76. <https://www.Metodista.br/revistas/revistasims/index.php/ER/article/view/7556/5959>
- Rossi, A. M. (2015). *Diferentes vozes, diferentes olhares: Representações apara mulheres na perspectiva sistêmico-funcional nos evangelhos* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Manancial - Repositório Digital da UFSM. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9927>

- RPC Curitiba. (2020, Março 3). Pesquisa mostra que 73% das mulheres que moram em Curitiba sentem medo ao saírem sozinhas pelas ruas à noite. *G1*.
<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/03/06/pesquisa-mostra-que-73percent-das-mulheres-que-moram-em-curitiba-sentem-medo-ao-sairem-sozinhas-pelas-ruas-a-noite.ghtml>
- Sá, C. P. (1996). Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, 4(3), 19-33.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. EdUERJ.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, 12, 157-163.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/cadpagu/article/view/8634812>
- Sanoja, M. (2020, Maio 31). Virilidade frágil em tempos de coronavírus: por que alguns homens se negam a usar máscara. *El País*.
<https://brasil.elpais.com/buenavida/2020-05-31/virilidade-fragil-em-tempos-de-coronavirus-por-que-alguns-homens-se-negam-a-usar-mascara.html>
- Santo, C., Gomes, A., Couto, P., Souza, C., Wolter, R., & Pereira, S. (2019). O processo de ancoragem na representação social de líderes evangélicos sobre AIDS. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(3), 778-787.
<https://dx.doi.org/10.15309/19psd200317>
- Santos, C. P. (2015). *Ontogênese das representações sociais de família em crianças de quatro a seis anos* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional da UFPE. <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14964>
- Santos, I. B., Leite, F. M. C., Amorim, M. H. C., Maciel, O. M. A., & Gigante, D. P. (2020). Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção

- Primária. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, 25(5), 1935-1946.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.19752018>
- Santos, M. F. S. (1994). Representação social e a relação indivíduo-sociedade. *Temas em Psicologia*, 2(3), 133-142.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300013&lng=pt&tlng=pt
- Santos, S. M. M., & Oliveira, L. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálisis*, 13(1), 11-19.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>
- Saquetto, D. (2013). As artimanhas do sagrado: sujeitos religiosos e a construção de representações sociais importantes à formação identitária [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo]. RiUFES - Repositório Institucional da UFES. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10876>
- Saquetto, D., Trindade, Z. A., & Menandro, M. C. S. (2017). Representações sociais de cristão e mídia religiosa de massa: propagação, difusão e propaganda no discurso de Edir Macedo. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 259-273.
- Scavone, L. (2008). Religiões, Gênero e Feminismo. *Rever*, 8, 1-8.
https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_scavone.pdf
- Scorsolini-Comin, F., Alves-Silva, J. D., & Santos, M. A. dos. (2018). Permanências e Descontinuidades nas Concepções Contemporâneas de Casamento na Perspectiva de Casais Longevos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, Artigo e34423.
<https://doi.org/10.1590/0102.3772e34423>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/viewIssue/3038/363>

- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>
- Scoz, B. J. L., & Martinez, A. M. (2009). A zona muda das representações sociais: uma aproximação a partir do jogo de areia. *Interamerican Journal of Psychology*, 43(3), 432-441. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902009000300002&lng=pt&tlng=pt
- Seto, G. (2018, Outubro 24). Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares. *Folha de São Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>
- Silva, A. D. (2015). Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero. In A. D. Silva, *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina [online]* (pp. 51-100). Cultura Acadêmica. <http://hdl.handle.net/11449/138596>
- Silva, J., & Bertoni, L. (2020). Mulheres religiosas da Igreja Católica: liderança feminina em universo masculino. *Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 29(4), 604-611.
<http://dx.doi.org/10.18224/frag.v29i4.7681>
- Silva, R. C., & Ferreira, M. A. (2012). Construindo o roteiro de entrevista na pesquisa em representações sociais: como, por que, para que. *Escola Anna Nery*, 16(3), 607-612. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-8145201200030002>
- Silva, S. D., Jr., & Costa, F. J. (2014) Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. *PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, 15, 1-16.

- Silva, T. C. M. (2007). *A representação da identidade feminina em mulheres evangélicas na cidade do Recife: família, gênero e religião* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco]. TEDE Universidade Católica de Pernambuco. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/254>
- Sofiati, F. M., & Moreira, A. S. (2018). Catolicismo brasileiro: um painel da literatura contemporânea. *Religião & Sociedade*, 38(2), 277-301. <https://dx.doi.org/10.1590/0100-85872018v38n2cap10>
- Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>
- Sousa, R. F. (2013). Religiosidade no Brasil. *Estudos Avançados*, 27(79), 285-288. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300022>
- Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & Machado, K. C. M. (2020). O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), Artigo e3283. http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3283
- Souza, A. R. (2012). O pluralismo cristão brasileiro. *Caminhos*, 10(1) <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/1953/1218>
- Souza, L., Menandro, M., & Menandro, P. (2015). Polifasia cognitiva nas representações sociais do alcoolismo. *Psicologia e Saber Social*, 4(2), 224-245. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2015.18122>
- Souza, S. D. (2017). Representações de gênero na literatura evangélica. *Estudos de Religião*, 31(3), 317-331. <https://www.Metodista.br/revistas/revistasMetodista/index.php/ER/article/view/8429/6026>

- Staudt, A. C. P., & Wagner, A (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: teoria e prática*, 10(1), 174-185.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000100013&lng=pt&tlng=pt
- Stephanini, V. (2018). Mulheres no ministério pastoral Batista. *Reflexus – Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, 12(19), 103-121.
<http://dx.doi.org/10.20890/reflexus.v12i19.721>
- Teixeira, R. P. (2019). “*Ideologia de gênero*”? *As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional* [Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35044>
- Terra, I. G. (2014). “*Delicada e dedicada*”: *representações sociais do feminino em cartazes de campanhas publicitárias do Ministério da Saúde - Brasil, 2012* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Toldy, T. (2010). A violência e o poder da(s) palavra(s). A religião cristã e as mulheres. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, 171-184.
- Toledo, E. (2020, Abril 28). O aumento da violência contra a mulher na pandemia de Covid-19: um problema histórico. *Casa de Oswaldo Cruz*.
<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1781-o-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-na-pandemia-de-covid-19-um-problema-historico.html#.X0v3rshKiU>
- Toneli, M. J. F. (2012). Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social [online]* (pp. 147-167). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Trindade, Z. A., Cortez, M. B., Dornelas, K., & Santos, M. (2019). Pais de primeira viagem: demanda por apoio e visibilidade. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 250-261. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019170892>
- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. de O. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In A. M. de O. Almeida & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais - 50 anos* (pp. 134-163). TechnoPolitik.
- Vargas, L. G. C. (2015). *As representações sociais do progresso. Uma perspectiva a partir da chegada da estrada de ferro em Anápolis, GO* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Banco Digital de Teses e Dissertações. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5735>
- Vasconcelos, V. N. P. (2005). Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. *Revista Artemis*, 3, <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2209>.
- Vieira, K. F. L., Nóbrega, R. P. M., Arruda, M. V. S., & Veiga, P. M. M. (2016). Representação social das relações sexuais: um estudo transgeracional entre mulheres. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 329-340. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752013>
- Villas Bôas, L. P. S. (2010). Uma abordagem da historicidade das representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 379-405. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000200005>
- Wachelke, J. F. R. (2007). *Efeitos de instruções de questões abertas na ativação de elementos de representações sociais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89933>

- Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379-390. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&tlng=pt
- Wolff, C. S. (2010). Profissões, trabalhos: coisas de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 503-506. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200012>
- Wolff, E. (2017). *Ordenação de mulheres no debate teológico no Brasil: questões para a igreja “casa de todos/as”* [Trabalho em Anais]. Anais do Congresso latino-americano de gênero e religião, São Leopoldo: EST, 5, 186-203. <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/863>
- Wolter, R. P., & Sá, C. P. (2013). As relações entre representações e práticas: o caminho esquecido. *Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades*. XXXIII(1 e 2), 87-105. https://www.researchgate.net/publication/275889356_As_relacoes_entre_representacoes_e_praticas_o_caminho_esquecido.

Apêndices

Apêndice A – Questionário sobre papéis masculinos e femininos

Dados sociodemográficos

Sexo: ()F ()M

Idade: _____

Estado Civil: () Solteiro () Casado () União estável () Divorciado () Viúvo

Filhos: ()Não () Sim [quantos?] _____

Escolaridade: () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo () Pós-graduado

Ocupação: _____

Religião: () Católico () Evangélico

Se evangélico, Denominação: () Batista () Presbiteriano () Metodista () Assembleia de Deus () Universal () Quadrangular () Outra – especifique: _____

Há quanto tempo pratica essa religião: () menos de 1 ano () entre 2 e 5 anos () de 5 a 10 anos () de 10 a 15 anos () mais de 15 anos

Este questionário faz parte da pesquisa que investiga papéis masculinos e femininos vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia. Sua participação é completamente anônima e voluntária. As questões a seguir correspondem a algumas afirmativas sobre comportamentos e características atribuídas a homens e mulheres. Não há resposta certa ou errada. O que nos interessa é que você responda com sinceridade, que indique aquilo que você pensa. Nas questões você deverá avaliar o quanto você concorda ou discorda em relação a cada uma das afirmativas, escolhendo uma de três opções:

- 1 – **Discordo**, quando você estiver em desacordo;
- 2 – **Não discordo nem concordo**, quando estiver em dúvida;
- 3 – **Concordo**, quando estiver concordando .

	1	2	3
Sensibilidade é uma característica feminina			
Sensibilidade é uma característica masculina			
As mulheres são mais emocionais que os homens			
Os homens são mais emocionais que as mulheres			
Ternura é uma característica feminina			
Ternura é uma característica masculina			
Os homens são mais cooperativos que as mulheres			
As mulheres são mais cooperativas que os homens			
Os homens são mais competitivos que as mulheres			
As mulheres são mais competitivas que os homens			
Os homens são líderes por natureza			
As mulheres são líderes por natureza			
Força é uma característica masculina			
Força é uma característica feminina			
As mulheres têm maior apetite sexual que os homens			
Os homens têm maior apetite sexual que as mulheres			
Os homens são mais racionais que as mulheres			
As mulheres são mais racionais que os homens			
Os homens são mais agressivos que as mulheres			
As mulheres são mais agressivas que os homens			

As mulheres são naturalmente cuidadoras			
Os homens são naturalmente cuidadores			
Homens são mais corajosos que as mulheres			
Mulheres são mais corajosas que os homens			
As mulheres devem ser mais pacientes que os homens			
Os homens devem ser mais pacientes que as mulheres			
Os homens são responsáveis pela proteção da família			
As tarefas da casa são responsabilidades das mulheres			
A responsabilidade de prover financeiramente a família é dos homens			
As mulheres podem ser a principal provedora financeira do lar			
As mulheres devem ser a principal responsável pelos filhos			
As mulheres precisam ter filhos			
Mulheres que tem filhos são mais felizes do que mulheres que não tem filhos			
Mulheres são mais ligadas afetivamente aos filhos			
As mulheres devem saber cozinhar			
As mulheres têm o dever de cuidar da casa e dos filhos			
Os homens podem ser os responsáveis por cuidar da casa e dos filhos			
Os maridos devem dar a provisão a mulheres			
As mulheres podem dar a provisão maridos			
As mulheres têm o dever de satisfazer sexualmente seus maridos			
Os homens têm o dever de satisfazer sexualmente suas esposas			
As mulheres devem ser obedientes aos homens			
As mulheres devem ser submissas aos maridos			
As mulheres devem ser ajudadoras dos maridos			

As mulheres devem auxiliar os maridos			
O marido é o cabeça da mulher			
Os maridos devem liderar as mulheres			
O trabalho fora de casa é para os homens			
As mulheres devem trabalhar fora de casa			
As mulheres podem trabalhar fora desde que isso não prejudique suas funções em casa			
Somente os homens devem ser líderes no trabalho			
As mulheres podem ser líderes no trabalho			
Os homens podem ser liderados por mulheres			
Somente os homens devem ser líderes na igreja			
As mulheres podem ser líderes na igreja			
As mulheres podem ser a autoridade maior na igreja			

Apêndice B - Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista semiestruturada

Dados pessoais

1. Nome
2. Idade
3. Escolaridade
4. Profissão
5. Estado civil
6. Filhos – quantidade/idade
7. Mora sozinho? Quem/quantas pessoas moram na sua casa?
8. Religião
9. Igreja - Tempo de participação
10. Exerce alguma função específica dentro da comunidade religiosa?

Sobre gênero e feminismo

1. Atualmente se debate muito sobre gênero. Você conversa, já conversou com alguém sobre esse assunto? Com quem? O que você acha que seus amigos/grupos sociais pensam? Seus grupos sociais pensam como você?
2. Quando fala sobre gênero o que você pensa? Que imagem vem a sua cabeça?
3. Se pudesse resumir a expressão “ser mulher” em algumas palavras, quais seriam?
E “ser homem”?
4. Em sua opinião, quais os pontos positivos de ser mulher? E os pontos negativos?
5. E sobre ser homem, quais os pontos positivos? E os pontos negativos?
6. Você acha que as pessoas mais velhas pensam diferente de você acerca dos papéis sociais de gênero? Por que? E as pessoas mais novas? Por que?
7. E acha que há diferenças no entendimento dessa questão entre homens e mulheres? Isso acontece nos seus grupos sociais?

8. Em sua religião há alguma compreensão específica sobre a questão de gênero (papéis femininos e masculinos)? Qual é essa compreensão? Como se aborda essa questão? Quem aborda? Todos concordam? Você acha que há diferença de opiniões? Você concorda com essa compreensão?
9. O que sua religião pensa ou diz sobre ser uma boa mulher/ um bom homem? Segundo essa classificação, você se considera uma boa mulher/bom homem?
10. Sabe se em outras religiões é diferente? Como? Por que acha que é assim?
11. Você percebe alguma diferença na maneira que foi criada(o) e como cria seus filhos? Se sim, quais?
12. Você já ouviu falar sobre feminismo? Você já conversou/conversa sobre esse assunto? O que você pensa sobre feminismo? As pessoas dos seus grupos sociais pensam como você?
13. Você sempre pensou assim sobre isso ou acha que sua forma de pensar sofreu modificações? Por que? Se sim, quais modificações?
14. Em sua opinião quando se começou a falar sobre feminismo? Por que isso surgiu?
15. Você diria que o feminismo é bom? Por que? Você diria que é ruim? Por que?
16. Na sua igreja/templo/comunidade religiosa o que se pensa/diz sobre o feminismo?
17. Como a sua religião trata o feminismo? Quem aborda esse assunto? Todos pensam assim? Você percebe alguma diferença de opinião? Você pratica dessa forma?
18. O que os homens dos seus grupos sociais (amigos/família/religião) falam sobre o feminismo? E o que as mulheres falam?
19. O feminismo (ou algo correspondente) está na bíblia? Você saberia localizar?
20. Você já ouviu falar sobre ‘ideologia de gênero’? O que você ouviu? Você pensa dessa forma? As pessoas do seu grupo social pensam dessa forma?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Estudo 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Gênero e feminismo para cristãos: Um estudo de representações sociais”. As informações necessárias a sua participação serão explicitadas neste documento. Sua participação é inteiramente voluntária. Para sanar quaisquer dúvidas o pesquisador responsável ficará à disposição.

Justificativa e objetivos do projeto: A temática de gênero é um assunto muito discutido em diversos estudos científicos nas áreas das ciências humanas e sociais e, recentemente, vem sendo bastante debatido pelos meios de comunicação, mídias e redes sociais no Brasil, alcançando de forma mais direta também o dia a dia. A presente pesquisa pretende investigar como membros de igrejas cristãs (evangélicos de diversas denominações e católicos) compreendem e significam gênero e feminismo.

Procedimentos utilizados: Serão realizadas, entrevistas semiestruturadas individuais, cujos pontos principais foram previamente definidos em um Roteiro de Entrevista. As entrevistas serão gravadas em áudio, conforme autorização. As entrevistas serão realizadas em locais de conveniência do participante tais como shopping, praças, universidade, entre outros e tem duração média estimada em 30 minutos.

As questões objetivam, exclusivamente, responder o problema anteriormente colocado. As informações serão utilizadas somente para fins acadêmicos, ficando arquivados e disponíveis ao pesquisador responsável por um período de 10 anos. Fica assegurado ao participante o anonimato, o acesso à entrevista transcrita e ao relatório final da pesquisa. Fica garantido também o direito a quaisquer informações pertinentes ao projeto e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

Riscos, benefícios e aspectos éticos relacionados a pesquisa: A presente pesquisa não apresentará risco direto previsto a você, participante, haja vista que não será submetido a quaisquer tipos de intervenção invasiva e apenas participará do estudo se após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, riscos e benefícios previstos, bem como sobre seu caráter sigiloso e garantia de anonimato, aceitar participar voluntariamente mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, de acordo com a resolução 466/2012, toda pesquisa com seres humanos envolve a possibilidade de risco, mesmo que mínima. Dessa forma, entende-se que a participação nesta pesquisa pode, mesmo que não esteja previsto e não seja seu objetivo, imediata ou posteriormente fazer você, participante, se lembrar ou reviver situações desconfortáveis do ponto de vista psicológico ou sentir-se constrangido. Neste caso, como medida fica assegurada a possibilidade de desistir de prestar as informações a qualquer momento, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado além de que, quaisquer dúvidas a respeito da entrevista, que possam vir a trazer constrangimento ao entrevistado poderão ser levantadas e sanadas junto ao pesquisador responsável como meio de amenizar os riscos.

Você não terá gasto com a sua participação bem como não receberá nenhum pagamento com a sua participação. Esta pesquisa foi elaborada de acordo com as normas da Resolução n 466/2012 (Conselho Nacional de Saúde – CNS, 2012), respeitando também o código de ética profissional do psicólogo do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Como benefícios, pretende-se divulgar e publicar os resultados da pesquisa em periódicos e outros meios de divulgação científica, além de apresentar os resultados desta pesquisa em eventos científicos, a fim de contribuir com novas análises sobre o tema e auxiliar na construção de estratégias de enfrentamento de problemas sociais que atingem homens e mulheres desses grupos, o que também revela contribuição significativa do ponto de vista teórico e prático.

Garantias aos participantes: além das garantias de sigilo e privacidade com os dados que já foram levantadas, fica garantido aos participantes a liberdade da retirada de seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e a garantia do direito e a buscar indenização em caso de eventual dano decorrente da pesquisa.

Em caso de dúvidas:

Pesquisador responsável: Ana Carolina Caetano Tavares Moreira.

Telefone: (22) 99897-7840

E-mail: acarolcaetano@hotmail.com

Orientadora: Dr^a. Sabine Mantuan dos Santos Coutinho.

Em caso de denúncias ou intercorrências:

Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFES- Goiabeiras.

Endereço: sala 07 do prédio administrativo do CCHN, na Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP: 29.075-910, Campus Goiabeiras.

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Declaro estar de acordo com a participação voluntária no estudo “Gênero e feminismo para cristão: Um estudo de representações sociais”. Fui devidamente informado pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome do participante

Ana Carolina Caetano Tavares Moreira
(pesquisador responsável)

Assinatura do participante